



VOLUME 66

FLÁVIA MAYER DOS SANTOS SOUZA
MARIA NAZARETH BIS PIROLA
RAFAEL PAES HENRIQUES
(orgs.)

Comunicação e produção de sentido

Perspectivas e reflexões sobre processos,
práticas e produtos comunicacionais



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda
de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira,
Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

MC&G Editorial

Fotografia da capa por

Michael Gaida em

<https://pixabay.com/>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C728

Comunicação e produção de sentido [recurso eletrônico] :
perspectivas e reflexões sobre processos, práticas e produtos
comunicacionais / Flávia Mayer dos Santos Souza, Maria
Nazareth Bis Pirola, Rafael Paes Henriques (organizadores). -
Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2023.
339 p. : il ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes ; 66)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-552-6

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Comunicação. 2. Sentidos e sensações na arte. I. Souza,
Flávia Mayer dos Santos. II. Pirola, Maria Nazareth Bis. III.
Henriques, Rafael Paes. IV. Série.

CDU: 316.77

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

**FLÁVIA MAYER DOS SANTOS SOUZA
MARIA NAZARETH BIS PIROLA
RAFAEL PAES HENRIQUES
(orgs.)**

Comunicação e produção de sentido

Perspectivas e reflexões sobre processos,
práticas e produtos comunicacionais

 **EDUFES**

Vitória, 2023

Prefácio

O SENTIDO DE UM LIVRO

Qual o sentido de um livro? Ou, dito em termos mais diretos, para que serve um livro? Suponho que a resposta mais simples, e a mais completa, seja: para ser lido. E, de fato, ser lido é o sentido essencial do livro, mas a leitura em si mesma nunca é muda. Um bom livro reverbera nos nossos sentidos, permanece na nossa memória e nos afeta, alterando o sentido dele mesmo e a nossa própria capacidade de dar sentido às coisas, aos fatos e aos textos que nos rodeiam.

Essa relação, é claro, é mais forte nos livros acadêmicos, cujo sentido (voltando novamente a esse termo) é agregar valor, sabedoria, abrir possibilidades de interpretação de conhecimentos que antes pensávamos consolidados.

Um bom livro é como um bom professor. Digo isso porque na minha vida acadêmica um dos elogios que não consigo esquecer me foi dito por um aluno, de forma quase desprestigiada: disse que após as minhas aulas de Teoria da Comunicação nunca mais conseguiria descansar vendo uma novela, pois sempre estaria pensando nos sentidos, nas relações e intenções ocultas em cada cena, cada olhar apaixonado, cada fala divertida.

É verdade que não quis tirar dele — nem de nenhum dos meus alunos — o prazer que uma novela ou qualquer outro produto midiático pode trazer. Mas que bom que o fiz pensar que as cenas coloridas que são despejadas diariamente em muitos lares brasileiros, assim como muitos outros conteúdos midiáticos, carregam sentidos que vão muito além das emoções imediatas e superficiais que elas despertam.

Isso porque a comunicação e suas mensagens não são neutras. Ela carrega intenções, desejos, objetivos, promessas de reações que nem sempre são cumpridas, e que até mesmo provoca consequências inesperadas, indesejadas, inimagináveis. A verdade é que ninguém sabe onde foi parar a pessoa que nos perguntou sobre o percurso do ônibus ou a melhor cor para um detalhe na roupa diária. A informação foi suficiente e ela chegou no emprego, achou a família, resolveu a própria vida em um balcão burocrático do governo? Ou o esclarecimento contido na resposta foi insuficiente e ela se perdeu, e ao se perder, achou outras coisas?

A comunicação é sempre consequente, mesmo quando estamos falando das pequenas coisas, do contato diário, aparentemente corriqueiro. Então o que dizer quando falamos da mídia, que nos informa e instrui sobre política, economia, imagem e autoimagem, e sobre tudo mais que diz respeito à nossa sociedade acelerada e plural? Se a comunicação afeta a vida, a comunicação atravessada e multiplicada pela tecnologia — e elas são muitas — tem um grande impacto social. Consequentemente, entendê-la, trabalhar para que ela seja melhor, mais ética e mais plural é um desafio para todos que trabalham com comunicação e/ou, inseridos nos estudos sobre a comunicação, buscam na pesquisa científica a produção/reflexão sobre o próprio conhecimento.

O conhecimento sobre a comunicação não é — e não deve ser — estático. Na sociedade contemporânea, a comunicação está em processo acelerado de mudanças, e consequentemente o conhecimento sobre ela deve ser constantemente tensionado ou colocado em xeque pelos seus estudiosos. E cada questionamento, cada busca empírica, é também uma busca para que a própria comunicação possa ser compreendida

de forma mais ampla, para avançar e consolidar conhecimentos e percepções que se afastem do senso comum e efetivamente tragam novos conhecimentos, novos desafios, novos olhares para a vida. Porque comunicação é vida, e vida em movimento e em transformação.

Estudar comunicação, portanto, não é olhar uma imagem congelada. É olhar a mudança enquanto ela ocorre. E é claro, isso é um desafio. E se esse desafio está presente nos pequenos momentos do cotidiano, ele se multiplica no estudo dos produtos midiáticos, que trazem consigo todas as entranhas de engrenagens sofisticadas de uma produção industrializada e voltada para o lucro.

A evolução desses estudos, evidentemente, está sujeita a diferentes fatores. Um deles é o próprio impacto das mídias, que, amparadas em elementos da técnica e da tecnologia, ampliaram e aceleraram a produção e a circulação de conteúdos, tornando mais complexas a comunicação e, conseqüentemente, a própria sociedade.

O impacto das mídias foi, de muitas formas, um elemento de transformação. Enquanto o mundo se preocupava com as máquinas e as guerras, os jornais, o rádio, o cinema mudavam o cotidiano, transformavam a sociedade sob o olhar — e a convivência — de uma sociedade que não compreendia bem o alcance dessas mudanças. Mas a força dessa mudança foi rapidamente percebida pelas empresas, pelos estados e, é claro, pela academia, que buscou fundamentos para teorizar sua prática.

Pensando em retrospectiva, era previsível que inicialmente as teorias reproduzissem, com relação à comunicação, análises simplistas, como a famosa representação da bala mágica, um dos muitos nomes equivocados de uma teoria que de fato era uma tentativa de compreensão¹. De fato, durante longo período as teorias trataram

1 VARÃO, R. A teoria hipodérmica reconsiderada. Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, 2009. **Anais** [...]. Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2152-1.pdf. Acesso em: 8 ago. 2021.

a comunicação como transmissão de informação de maneira linear de um polo a outro, considerando apenas seus resultados lógicos, óbvios e imediatos.

Em uma relação direta com a herança da tradição cartesiana, busca-se a valorização do *logos* (a razão), eventualmente obliterando a necessidade de se recorrer ao *phatos* (a paixão). Essa herança epistemológica, cujas bases estão ancoradas nas ideias de René Descartes, é instrumentalizada pela separação entre sujeito e objeto, sendo o primeiro — a criatura — fonte de todo o conhecimento. Na visão de que a ciência é igual à razão, esse conhecimento, por sua vez, seria, em princípio, racional (lógico), dedutível e calculável.

Dessa forma, nos seus estágios iniciais, os estudos da Comunicação se fundamentaram em aspectos que buscavam a racionalidade linear para explicar sua essência. O pressuposto da comunicação enquanto a emissão de uma mensagem por um emissor, transmitida por meio de um canal até um receptor, que a recebe, a entende e age a partir dela, está presente também na teoria matemática da informação, na cibernética, na hipótese dos usos e gratificações. De fato, mesmo considerando sua grande contribuição na abordagem crítica da mídia, a percepção da comunicação como via unidirecional prevalece também na Escola de Frankfurt.

É inegável que as teorias centradas na linearidade dos processos comunicativos geraram contribuições importantes para os estudos da comunicação. De fato, muitas delas caíram no senso comum e têm uma prevalência hegemônica em estudos quantitativos para aferir audiências, respostas específicas para campanhas publicitárias e/ou prévias eleitorais ou aspectos específicos de ações políticas, e mais recentemente, para contabilizar o acesso aos conteúdos na internet.

Mas a complexidade dos processos comunicativos, e particularmente dos processos ampliados pelos meios técnico-tecnológicos, logo tornou necessário buscar perspectivas epistemológicas que envolvessem o questionamento de outros aspectos, entre eles (mas não apenas) os efeitos das técnicas sobre o homem (e a racionalidade

da formulação de técnicas) e a percepção de que muitas são as formas de compreensão que transcendem o eu puramente racional².

Ainda que a valorização da racionalidade permaneça como um dos elementos definidores do modelo ocidental-capitalista, o questionamento sobre os limites da razão era uma preocupação dos empiristas ingleses, como Francis Bacon, John Locke, David Hume, os quais destacavam que é a partir da experiência que surge a racionalidade.

Dessa forma, o olhar sobre a comunicação, que busca entender as ações de comunicação, volta-se também para a compreensão das ações humanas, da experiência e do conhecimento acumulado na relação dos homens sobre ou em relação aos outros homens. Ou, em síntese, das relações humanas.

Essas mudanças *no olhar* tiveram amparos importantes, como o do pesquisador Raymond Williams, que insere nos estudos de comunicação o conceito de criação dos sentidos. O avanço dessa perspectiva envolve também em novas conceituações para entender a comunicação, que destacam essa sua importância como uma ação inserida em um contexto histórico. A própria aplicabilidade do termo, que a partir da modernidade (século XV) passa prioritariamente a ser entendido como ação de partilhar/tornar comum, amplia-se em possibilidades de uso, que passa a ser aplicado de forma genérica à transmissão acelerada de informações, por meio de novas técnicas e tecnologias que ampliam o acesso a conteúdos.

O crescimento e a sofisticação das técnicas/tecnologias da informação e comunicação caminham em paralelo com a transformação da sociedade e afetam tanto os hábitos cotidianos como a linguagem e, evidentemente, a ciência. As transformações trazidas pelo modelo de sociedades industriais urbanas trazem para o centro dos debates político e científico outro aspecto: comunicação passa a envolver também o conceito de mídia, de uma comunicação mediada/midiada

2 SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, D.de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.

pela tecnologia. No senso comum, isso envolve o que, em outro uso indevido do termo, passa a ser genericamente classificada no senso comum como Comunicação de Massa.

Ainda que questionável, o termo Comunicação de Massa tem uma raiz, uma explicação. Seu desvelo começa pela compreensão de que se trata de um modelo de comunicação ampliado, que atinge um número antes considerado gigantesco de pessoas. Para os primeiros usuários do termo comunicação de massa, trata-se de uma comunicação superficial e inexpressiva que torna acessível informações para aqueles que antes não eram cobiçados como destinatários: os que tinham pouco a oferecer como consumidores ou mesmo como eleitores, e que apenas impactavam por serem muitos. Nessa visão simplista (mas também questionável), essa massa amorfa teria suas reações ampliadas pelos meios técnico-tecnológicos, mas seguiam de forma indistinta a direção ditada pelas mídias.

Trata-se, portanto, de uma visão elitizada (para não dizer preconceituosa) de que aqueles que estavam nos estratos mais baixos dos processos de produção e consumo eram incapazes de pensar, interpretar, analisar, criar sentidos.

A mudança nessas percepções acompanha a própria valorização do popular e das culturas tradicionais e, sobretudo, do indivíduo e de sua individualidade. Mas também diz respeito ao esgarçamento do choque com a novidade dos próprios meios/mídias, elemento que aos poucos cedeu para a familiaridade. A proximidade/familiaridade com as mídias ampliou as possibilidades de acesso, mas igualmente abriu espaço para comparações, interpretações, escolhas, criação de sentido e a produção crítica de novos conteúdos.

Dessa forma, o impacto das mídias, a industrialização dos processos culturais, a democratização do acesso à informação não se refletiu apenas na formação de novos consumidores, mas também de novos tipos de consumidores, com possibilidades de acesso e anseios por novos conteúdos ou por conteúdos diferenciados.

Entre os ecos das primeiras pesquisas em comunicação quanto à visão linear/racional, que ainda permanece como base para muitas reflexões sobre a mídia, uma análise mais ampla e sem a preocupação de aprofundamentos evidencia que os estudiosos da área passaram a oscilar entre duas possibilidades de abordagem: aquelas que apostam nos estudos de conteúdos, entendendo que a recepção dos produtos midiáticos — mesmo que eventualmente fragmentada em grupos sociais ou públicos — é sempre significativa e impactante; e aquelas que buscam entender como o receptor ativo, interpretante e mesmo criativo, atua sobre conteúdos e a partir deles significa e constrói a vida social.

Evidentemente, aproximações e flutuações entre as abordagens são frequentes. De fato, mesmo os que trabalham a partir da linearidade já se afastam do conceito de massa e adotam a perspectiva de públicos, agrupando os receptores das mídias em camadas, grupos ou outras designações de coletivo, para assim entenderem suas relações enquanto consumidores e parte da sociedade.

A trajetória das mídias, sua grande importância social e política exigem um aprofundamento das relações que se ocultam entre a ação de transmitir, um entendimento da ação de compartilhar/significar/ressignificar como um elemento humano essencial. Nesse contexto, a percepção de que as ações de comunicação são ações sobre um outro igual em capacidade de compreensão e capacidade de interpretar — criar sentidos — amplia constantemente seu escopo, assim como a percepção de que as mídias envolvem complexidades que vão além das receitas convencionais também desafiam os produtores dos conteúdos midiáticos.

A comunicação enquanto interação intersubjetiva, constitutiva do humano (ou do que é *ser humano*), envolve desvelar contradições e muitos outros aspectos sociais obliterados no cotidiano das relações humanas. Pasquali, estudioso latino-americano da comunicação, busca em Kant a base filosófica para a sua proposição de que a consciência advém de relações, mas a comunicação nasce da racionalidade.

Seguindo essa relação, comunicamo-nos porque pensamos, temos consciência de que somos indivíduos únicos, mas igualmente temos consciência de que vivemos em comunicação, em prementes processos relacionais, por meio dos quais interagimos com outros indivíduos (também únicos).

Ao reconhecer (se reconhecer) a partir dessa individualidade, torna-se possível a todos que trabalham com comunicação discernir que cada interação relacional — cada ação de comunicação — envolve a formulação dos significados a serem absorvidos e interpretados a partir de outros indivíduos ou outras consciências; que mesmo tendo sido construída na relação com o outro, num determinado contexto, também conserva a sua individualidade e, em consequência, sua capacidade de interpretar e construir sentido. Na comunicação, o outro está sempre presente, tanto na formulação da mensagem, elaborada em função dos potenciais receptores, mas também porque é o outro que possibilita a interlocução. O enunciado passa a significar no outro, e é a partir dessa relação que ecoa e passa a atuar/reverberar na vida social.

Sobretudo, é nessa relação de comunicação que construímos o próprio sentido da comunicação: ao criar o comum, o indivíduo também se insere na comunidade. E ao se aceitar a comunidade, aceita-se também a relação determinante entre o indivíduo (*interior/self*) e o social-histórico. Comunicar pode ser entendido, portanto, como a interação intersubjetiva marcada pela relação do indivíduo com o contexto exterior no qual ele habita, na dependência e na necessidade de ser único sem deixar de compreender o/os outro/os, que são iguais na capacidade de compreender, mas diferentes na capacidade de interpretar e criar sentidos.

Essa abordagem destaca a materialidade da comunicação, que existe no mundo da consciência e da razão, mas produz sentido, reverbera no mundo físico, interferindo na produção de sentidos e, sobretudo, na compreensão do contexto social. Destaca também a necessidade de compreendermos melhor os processos de comunicação

e, em particular, os impactos da produção midiática na construção de sentidos. Mas também coloca no centro dos estudos sobre a comunicação o sensível, o não linear, a compreensão do que vai além da razão imediata para compreender as mídias e seus efeitos.

Aí temos, portanto, a resposta à nossa pergunta inicial. Qual o sentido de um livro? Ou, mais especificamente, deste livro? Muitos, eu diria. Mas trata-se sobretudo de uma proposta de compreensão que vai além do imediato, do aprofundamento que surge quando busca mais do que a interpretação linear. Esse é, aliás, o objetivo da reflexão crítica, da pesquisa científica e dos pesquisadores que, ligados ao **Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo** (PÓSCOM UFES), e a outros Programas de Pós-Graduação do Brasil, convidam os leitores a trilhar.

O livro, portanto, é um desafio e um questionamento para os leitores que buscam compreender os processos comunicativos e as próprias mídias. E o objetivo é sensibilizar você, leitor, para que pense além de tudo que já pensou, que não volte a ver o seu entorno com o olhar de antes, que não veja nem a si mesmo enquanto indivíduo e nem os processos de comunicação como algo plano, previsível, simples.

Que a sua leitura seja marcada pelo prazer da descoberta e pelo desejo de saber sempre mais.

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Possui pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É doutora e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e bacharel em Jornalismo pela ECO/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia (UFG). E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

Sumário

Apresentação	21
---------------------------	-----------

Comunicação e produção de sentido: perspectivas e reflexões sobre processos, práticas e produtos comunicacionais.....	21
---	----

Implicações das operações enunciativas numa ambiência marcada pela mediatização e circulação	26
---	-----------

Giovandro Marcus Ferreira

Cássio Santos Santana

Da ambiência mediatizada.....	29
Da mediatização	31
Da circulação	34
Da enunciação e suas incompletudes.....	36
Das considerações finais.....	40
Referências	42

Jornalismo como território discursivo: análise da produção dos sentidos construídos pelo site A Gazeta acerca dos programas de segurança pública do ES	48
---	-----------

Máira Mendonça Cabral

Rafael Paes Henriques

Introdução	49
Mídia, poder e território discursivo	50
Fundamentação teórico-metodológica.....	54
O jornal <i>A Gazeta</i>	56
Análise de unidades noticiosas.....	56
Considerações finais	61
Referências	62

Democracia e jornalismo: uma dissonância histórica, no Brasil..... 66

Samuel Pantoja Lima

Introdução	66
Imprensa e liberalismo antidemocrático	68
Dois episódios recentes: breve análise	76
O papel da imprensa em 1964	77
O Jornalismo no golpe de 2016.....	78
Considerações finais	81
Referências	84

Jornalismo e construção da realidade de violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio 87

Lais de Mello Rocio

Rafael Paes Henriques

Introdução	88
A mediação jornalística, objetividade e interpretação.....	90
Feminismo: contribuições para um jornalismo que sente, interpreta e contextualiza	93
Análise do livro-reportagem sobre o #MeToo: a prática do jornalismo com perspectiva de gênero	97
Definição do problema.....	98
Interpretação das causas	101
Avaliação moral do problema e recomendações de tratamento.....	103
Conclusões: a narrativa da quebra do silêncio e a contextualização.....	107
Referências	109

Enquadramento jornalístico e ideologia da cultura: os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul 113

Maurício de Melo Raposo

Marcos Paulo da Silva

Introdução	114
Método e recorte empírico	117
Hipótese: a ideologia da cultura sul-mato-grossense	119
O que se diz nos jornais sobre os conflitos: dos editoriais	126
O que se diz nos jornais sobre os conflitos: das colunas	134
Considerações finais	143
Referências	145

A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff..... 148

Kelly Prudencio

Carla Rizzotto

Rafael Cardoso Sampaio

Introdução	149
Análise do enquadramento multimodal da cobertura jornalística	152
Considerações finais — a despolitização do golpe	174
Referências	178

Jornalismo, empatia e compaixão: o discurso dos leitores da *Folha*

de São Paulo..... 183

Marcia Benetti

Introdução	183
Empatia e compaixão.....	184
Discurso dos leitores.....	189
A dinâmica da empatia e da compaixão no discurso dos leitores	195
Considerações finais	208
Referências	210

A comunicação oficial da Igreja Católica durante a pandemia da covid-19: uma análise das interações presentes nas postagens na página da CNBB no Facebook..... 218

Gilliard Zuque da Fonseca

Maria Nazareth Bis Pirola

A Igreja na pandemia.....	219
A CNBB e suas interações	220
Considerações finais	236
Referências	240

Gênero e vigilância na construção da territorialidade digital 242

Thiago Scarpato Mozer

Gabriela Alves

Da cibernética às redes: por uma territorialidade digital	244
Grindr e a produção tecnopolítica do corpo	259
Considerações finais	273
Referências	274

Os sentidos dos territórios do shopping center e de suas redes sociais digitais antes e durante a pandemia do coronavírus..... 276

Flávia Mayer dos Santos Souza

Glauber Pinheiro Rocha

Naiara Beje Souza do Nascimento

O território dos shoppings centers.....	276
O acesso ao shopping center por meio do Instagram.....	281
Os sentidos em circulação	303
Referências	305

Castelo Rá-Tim-Bum: uma tematização televisual de infância 309

Valdenise Leziér Martyniuk

Leandro Caian Janizelli Ricetto

Introdução 309

Pod Minoga, Rá-Tim-Bum e Mundo da Lua: as origens do

Castelo Rá-Tim-Bum..... 311

O Percurso Gerativo de Sentido, os Formantes da Expressão e os sistemas

semissimbólicos..... 316

Recompondo sentidos: a infância no/do Castelo Rá-Tim-Bum 319

Considerações finais 324

Referências 326

Anexos 328

Sobre os autores..... 330

Organizadores..... 330

Flávia Mayer dos Santos Souza.....330

Maria Nazareth Bis Pirola330

Rafael Paes Henriques.....331

Autores..... 331

Carla Rizzotto331

Cássio Santos Santana.....332

Gabriela Santos Alves332

Gilliard Zuque da Fonseca.....332

Giovandro Marcus Ferreira.....333

Glauber Pinheiro Rocha333

Kelly Prudencio334

Lais de Mello Rocio334

Leandro Caian Janizelli Ricetto334

Maira Mendonça Cabral.....335

Marcia Benetti.....335

Marcos Paulo da Silva.....335

Maurício de Melo Raposo335

<i>Naiara Beje Souza do Nascimento</i>	336
<i>Rafael Cardoso Sampaio</i>	336
<i>Samuel Pantoja Lima</i>	336
<i>Thiago Scarpas Mozer</i>	337
<i>Valdenise Leziér Martyniuk</i>	337
Lista de assuntos	338

Apresentação

COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDO: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS, PRÁTICAS E PRODUTOS COMUNICACIONAIS

Comunicação e produção de sentido: perspectivas e reflexões sobre processos, práticas e produtos comunicacionais assinala a centralidade da temática da comunicação e da produção de sentido, bem como a vitalidade do debate que permanece atraindo pesquisadores desafiados por múltiplos objetos e possibilidades teórico-metodológicas.

Em certa medida, dá continuidade às inquietações que levaram à obra *Comunicação e produção de sentido*, publicada em 2020, composta por nove capítulos que marcam a trajetória de estudos desenvolvidos por Grupos de Pesquisa associados ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo.

Nessa mesma cadência, a nova coletânea almeja ampliar o debate nos 11 capítulos que reúne. Traz, assim, um conjunto de pesquisadores que fazem parte de programas de pós-graduação (e seus grupos de pesquisa) de quatro regiões brasileiras. Apresenta variadas perspectivas teórico-metodológicas, abarcando desafios e potencialidades para o debate sobre comunicação e produção de sentido. Fornece,

também, um panorama muito diversificado de objetos: agrupando processos, práticas e produtos comunicacionais, ora evidenciando questões que perpassam a comunicação no país, ora adentrando em aspectos locais, ora elegendo como objeto a política, o jornalismo, a religião, as redes sociais digitais, a televisão, o shopping center e, por vezes, cruzando com o contexto pandêmico que se estende por mais um ano de nossas vidas. Portanto, agrupa paisagens ricas que fazem parte do horizonte comunicacional.

Compõem a **primeira parte** sete capítulos que problematizam a produção de sentidos no jornalismo.

Em “Implicações das operações enunciativas numa ambiência marcada pela mediatização e circulação”, Giovandro Marcus Ferreira e Cássio Santos Santana, entendendo que os produtos midiáticos tornaram-se convites para o público entrar no processo de circulação por meio de respostas, re-mediações e compartilhamentos, buscam compreender como os processos de mediatização e o regime de circulação afetam a economia discursiva e as estratégias enunciativas do jornalismo.

Já em “Jornalismo como território discursivo: análise da produção dos sentidos construídos pelo site *A Gazeta* acerca dos programas de segurança pública do ES”, os autores Maíra Mendonça Cabral e Rafael Paes Henriques compreendem o jornalismo como um território discursivo capaz de influenciar o modo como as pessoas enxergam seu espaço e seu tempo. O capítulo traz análise da cobertura do jornal *A Gazeta* em relação aos programas de Segurança Pública desenvolvidos pelo governo do Espírito Santo, *Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social*.

Na sequência, em “Democracia e jornalismo: uma dissonância histórica no Brasil”, Samuel Pantoja Lima reflete sobre a relação entre Jornalismo e Democracia, observando o papel da imprensa e a sua defesa de uma determinada visão de democracia, a partir da investigação de dois episódios históricos, envolvendo rupturas democráticas distintas — o golpe militar de 1964 e o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016.

Os três capítulos seguintes recorrem à noção de enquadramento para a construção da análise de produtos jornalísticos. Assim, “Jornalismo e construção da realidade de violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio”, de Lais de Mello Rocio e Rafael Paes Henriques, discute os entendimentos de objetividade jornalística, os aspectos da epistemologia feminista que reforçam a potência da subjetividade e, por meio da metodologia do enquadramento, descreve os quadros reivindicados por repórteres do *New York Times* no livro-reportagem sobre os assédios do #MeToo.

Maurício de Melo Raposo e Marcos Paulo da Silva, em “Enquadramento jornalístico e ideologia da cultura: os conflitos entre indígenas ruralistas em Mato Grosso do Sul”, buscam compreender a construção do enquadramento dos fatos que envolvem conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais no principal jornal impresso de Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado*, elegendo como recorte empírico acontecimentos significativos relacionados às tensões do ano de 2015.

Por sua vez, “A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff”, escrito por Kelly Prudencio, Carla Rizzotto e Rafael Cardoso Sampaio, apresenta resultados de uma pesquisa sobre a cobertura jornalística do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com análise de 2.202 notícias publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a partir da perspectiva metodológica do enquadramento multimodal, considerando os aspectos textuais, visuais e narrativos das notícias.

Encerra a reflexão o capítulo “Jornalismo, empatia e compaixão: o discurso dos leitores da *Folha de São Paulo*”, de autoria de Marcia Benetti, que busca compreender o funcionamento dos discursos da empatia e da compaixão nos comentários de leitores, a partir da análise de 905 comentários de leitores postados em textos da *Folha de São Paulo* no início da pandemia de covid-19 no Brasil.

A **segunda parte** apresenta conjunto formado por quatro capítulos com variadas temáticas — religião, aplicativo Grindr, shopping center, programa televisivo infantil — e abordagens teórico-metodológicas.

Abre as reflexões o capítulo “A comunicação oficial da Igreja Católica durante a pandemia da covid-19: uma análise das interações presentes nas postagens na página da CNBB no Facebook”, de autoria de Gilliard Zuque da Fonseca e Maria Nazareth Bis Pirola, que investigam como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) comunica a pandemia da covid-19 para o público em sua página do Facebook, buscando entender as estratégias discursivas e as interações construídas.

Em “Gênero e vigilância na construção da territorialidade digital”, Gabriela Santos Alves e Thiago Scarpat Mozer objetivam demonstrar como os arcabouços epistemológicos de rede e de territorialidade se aproximam, possibilitando-se pensar a noção de territorialidade digital. Apresentam como a perspectiva de gênero, quando inserida numa territorialidade digital, pode dialogar com o conceito de tecnosssexualidade. Para tanto, toma-se como objeto e corpus de análise o aplicativo de encontros afetivo-sexuais *queer* Grindr.

No capítulo “Os sentidos dos territórios do shopping center e de suas redes sociais digitais antes e durante a pandemia do coronavírus”, de Flávia Mayer dos Santos Souza, Glauber Pinheiro Rocha e Naiara Beje Souza do Nascimento, os autores analisam o Instagram do primeiro shopping center da capital do Espírito Santo. Apresentam uma visão panorâmica do Instagram do shopping no período de março a junho/2019 e de março a junho/2020, observando as postagens realizadas, a identificação das marcas presentes e dos assuntos abordados e os sentidos colocados em circulação.

Por fim, em “Castelo Rá-Tim-Bum: uma tematização televisual de infância”, os autores Valdenise Leziér Martyniuk e Leandro Caian Janizelli Ricetto investigam a tematização de infância veiculada pelo programa infantil Castelo Rá-Tim-Bum. Tomam como referencial

teórico e metodológico a semiótica discursiva para análise do processo de produção de sentidos, fundamentada na homologação dos planos de conteúdo e de expressão da referida atração.

Após essa visão panorâmica, estimamos uma boa leitura.

Vitória, julho de 2023.

Os organizadores

Implicações das operações enunciativas numa ambiência marcada pela mediatização e circulação

*Giovandro Marcus Ferreira
Cássio Santos Santana*

Nos estudos sobre meios de comunicação e sociedade, a enunciação é um objeto de pesquisa recorrente (BRAGA, 2015). É através da enunciação colocada em um dispositivo que se revela um posicionamento por parte de um enunciador em relação a um tema, o que pode ser sopesado a um momento histórico ou político em particular. O estudo da enunciação não só revela o posicionamento daquele que fala, mas também a imagem daquele a quem se dirige a mensagem, bem como a relação que, no e pelo discurso, é construída a partir dos jogos de interações e zonas de afetações múltiplas (VERÓN, 2004).

Como Eliseo Verón (2004) pontuou, todo discurso é, por natureza, social, nasce e evolui dentro da semiose social, da complexa rede de construção de sentido engendrada nas relações humanas. Torna-se impossível pensar em um discurso à margem de uma cultura, de um contexto social, político e econômico. Todo discurso é produzido por uma instância de produção, que se dirige a uma instância de reconhecimento em busca de uma relação mais ou menos estável. Desse modo, em um processo de análise, é possível encontrar pistas em um discurso de operações da instância de produção, rastros “deixados” na enunciação relacionados a um enunciador e a um contexto de produção em específico.

Nesse sentido, o jornalismo é um domínio privilegiado de análise, tendo em vista a rede complexa de construção de discursos sociais pela qual é responsável e que a movimenta. O jornalismo, enquanto esfera de visibilidade pública, é um domínio em que mutações socioculturais, cenários políticos, econômicos e tecnológicos ganham contornos e podem ser observados. Em matéria de discurso, o jornalismo oferece recurso para se compreender de que maneira os discursos sobre os principais temas de uma época são construídos, o posicionamento daqueles que emitem a mensagem e a imagem que se tem daqueles a que as mensagens se endereçam. A enunciação, ao nosso ver, é uma matéria privilegiada para acompanhar essas mudanças.

Os processos de mediatização da sociedade e da cultura lançaram os meios de comunicação clássicos em uma “corrida evolutiva” e inovacional nas ofertas de produtos mediáticos, com reverberações na enunciação. Esse cenário reclamou, da parte dos meios de comunicação, “novas estratégias através das quais a mídia jornalística tece novos padrões de confiabilidade” (FAUSTO NETO, 2006, p. 2) com seu público-alvo. As mudanças dizem respeito às formas de interação entre empresas de jornalismo e público-alvo, o que ensejará em modalidades enunciativas jornalísticas.

A emergência de novos enunciadores, bem como canais e fluxos de informação, reestruturou as formas de apresentação do discurso

jornalístico. Esse fenômeno tem afetado não apenas o jornalismo, mas toda a produção de discursos sociais (CASTRO, 2017, 2018). Assim, há um rearranjo no cenário enunciativo de apresentação do jornalismo, que se vê obrigado a acompanhar os passos de um público errante, que não se prende apenas a uma plataforma, mas perambula por diversas, em um caminho convergente ou de integração, entre mídias.

Os produtos mediáticos tornaram-se convites para o público entrar no processo de circulação por meio de respostas, re-mediações e compartilhamentos, em um fluxo comunicacional contínuo. Trata-se, como bem assinalaram Carlón e Fausto Neto (2012), do momento da “primazia” da instância de reconhecimento, na medida em que os produtos, cada vez mais, voltam-se à instância de reconhecimento enquanto figura atuante no processo comunicacional. Desse modo, toda a produção é pensada a partir das expectativas moventes e repercussões/compartilhamentos por parte da instância de reconhecimento.

Queremos compreender como os processos de mediatização e o regime de circulação afetam a economia discursiva e estratégias enunciativas do jornalismo. As mudanças na enunciação jornalística, dentro da perspectiva da mediatização, remetem a transformações ocorridas no jornalismo, enquanto instituição, e a circuitos de interação entre empresas de comunicação e seu público alvo. Nesse processo, a partir da nova arquitetura mediática, o dispositivo de enunciação jornalístico altera sua relação com a produção de sentido (FAUSTO NETO, 2005, 2006, 2007a; VERÓN, 2004).

A enunciação jornalística contemporânea é o resultado da incidência dos processos de mediatização e de circulação sobre as regras e estratégias por meio das quais os meios de comunicação se organizam e desenvolvem suas ofertas discursivas (FAUSTO NETO, 2007b). Se é a partir da enunciação que as empresas de jornalismo se põem em contato com seu público-alvo, é compreensível que, assumindo que o público-alvo detém um novo estatuto enquanto consumidor/produzidor de mensagens, a enunciação sofra mutações.

DA AMBIÊNCIA MEDIATIZADA

Partimos da questão de como pensar a enunciação jornalística num contexto de aprofundamento do processo de mediatização que implica numa complexificação da paisagem midiática. Nesse processo, consideramos a passagem de uma sociedade dos meios para uma sociedade da mediatização. Como explica Fausto Neto (2007c), a sociedade dos meios é marcada por discursos de natureza representacional e de mediação: os meios de comunicação estão a serviço de outros campos, como o político. “Suas operações enunciativas destacam o discurso com certo protagonismo, no papel de indicar a existência e funcionamento de outros campos sociais. O dispositivo, nesse estágio, está a ‘serviço de contato’” (FAUSTO NETO, 2007c, p. 80).

A transição para uma sociedade da mediatização ocorre quando passam a ser explicitadas as marcas próprias do discurso jornalístico na enunciação. Nesse momento, o discurso jornalístico reivindica para si o protagonismo nas operações de construção da realidade, o que vai se dar a partir de um lugar de autorreferencialidade. É nessa etapa que se redesenham vínculos sociais a partir da emergência de processos e protocolos de ordem sócio-técnica-discursiva. Há, segundo Fausto Neto (2007c), uma nova ambiência e cujo funcionamento decorre de novas estratégias enunciativas. “Tecnologias são convertidas em meios de interação e redefinidoras de práticas sociais, ou incidem, diretamente, sobre os seus regimes de discursividades, submetendo diferentes campos sociais às novas lógicas - processos de enunciabilidade (FAUSTO NETO, 2007c, p. 80).

Como assinalou Clarissa Moura (2018), trata-se da passagem de uma hegemonia do modelo de comunicação de *um-para-muitos*, no qual a circulação se caracteriza pela defasagem entre enunciador e coenunciador, para sua coexistência com modelos horizontalizados, que se configuram pela presença de múltiplos nós, nos quais a circulação passa a ter como marca as zonas de contato entre as instâncias de produção e reconhecimento e a consequente reconfiguração de

discursos. De um lado, o modelo de comunicação de massa, de outro, as redes digitais, com múltiplos regimes, que variam de acordo com os algoritmos de cada plataforma.

As mudanças na paisagem midiática, que acompanham as consecutivas ondas de mediatização (COULDRY; HEPP, 2020), implicam numa complexificação dos processos comunicacionais, sobretudo por conta do acúmulo de diferentes regimes de circulação que estão em convivência e em tensionamento. O ambiente midiático contemporâneo integra múltiplas mídias mutuamente implicadas: existe um processo de aprofundamento das inter-relações tecnológicas, com diferentes dispositivos articulados, que implicam numa conectividade contínua e um consumo integrado dos conteúdos. Esse consumo, que pode surgir nos meios de massa, como a televisão e o rádio, altera-se e reconfigura-se em sua circulação na web e nos dispositivos móveis, ou vice e versa. Com o aprofundamento da mediatização, portanto, surgem novas práticas cotidianas, que formam repertórios midiáticos e, conseqüentemente, atravessam múltiplos meios (COULDRY; HEPP, 2020).

Nesse novo cenário, instalam-se novas “formas de contato”, que são em grande parte mediados e mediatizados pelos dispositivos conectados à internet. Nesse contexto, as práticas sociais estão interconectadas aos novos dispositivos tecnológicos, adaptando-se às suas lógicas e suas linguagens. José Luiz Braga afirma que a mediatização coloca um conjunto de reformulações sociotecnológicas em que os processos midiáticos se deslocam para a processualidade interacional de referência.

Para Braga,

Um processo interacional “de referência”, em determinado âmbito, dá o tom aos processos subsumidos [...]. Assim, dentro da lógica da mediatização (sic), os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam (BRAGA, 2015, p. 23).

Em outros termos, José L. Braga defende que os processos de midiaticização tornaram-se os principais direcionadores na construção da realidade social enquanto processos interacionais de referência. Nesse movimento, é importante compreender o que é a mediatização e como ela se implica na construção da realidade social.

DA MEDIATIZAÇÃO

Martino (2020) conceitua a mediatização como a articulação entre ambiente midiático e práticas sociais. O autor defende que há uma relação dinâmica entre as interações sociais e o ambiente das mídias. O objeto da mediatização não é a mídia em si, tampouco as relações sociais, mas o que emerge da articulação entre elas. Estudar a enunciação, portanto, compreende pensá-la enquanto um ponto de articulação entre o social e a emergência de novos dispositivos interacionais de contato.

Para Braga (2015), mediatização refere-se a um processo tecnológico em que se disponibilizam ações comunicativas midiaticizadas para largas parcelas da população, dosando e redirecionando a comunicação massiva. Nesse processo, prossegue Braga, as ações sociais se mediatizam.

São duas as principais tradições de estudos sobre os processos de mediatização: a tradição institucional e a socioconstrutivista. Essas duas linhas de pesquisas diferem, sobretudo, metodologicamente. Como pontuou Hepp (2014), enquanto a mediatização institucional está interessada nos meios de comunicação tradicionais, ditos massivos, a tradição socioconstrutivista volta-se a práticas de comunicação cotidiana. A temporalidade de ambas as linhas de pesquisa também difere à medida que a tradição institucional situa os processos de mediatização ao passo que a tradição socioconstrutivista reclama uma perspectiva estendida no tempo, sem se limitar a um período específico.

Na tradição institucional, busca-se examinar como a mídia torna-se parte integrante e estrutural do funcionamento de outras instituições, por meio do avanço de sua lógica, denominada lógica da mídia (HJARVARD, 2014). Assim, analisa-se como a *lógica da mídia* altera a percepção e forma de apresentação de outros campos sociais e instituições (HEPP, 2014; JENSEN, 2013). Dito de outro modo, como determinadas instituições incorporam a lógica midiática às suas. Altheide e Snow (1979) introduziram, pela primeira vez, o conceito de lógica da mídia, que diz respeito às formas mediáticas de apresentação, distribuição e circulação de recursos e materiais simbólicos, mas especificamente “como o material é organizado, o estilo em que é apresentado, o foco ou a ênfase em determinadas características de comportamento [...]” (ALTHEIDE; SNOW, 1979, p. 10).

A tradição sociocontrutivista, por sua vez, entende a mediação como um processo analítico entre as mudanças nos meios de comunicação e as mudanças na sociedade e cultura (HEPP, 2014). Não se trata de uma perspectiva centrada na mídia clássica, mas nos diferentes dispositivos tecnológicos tornados meios de comunicação que afetam não só determinadas áreas da vida societárias, mas diversas, “em diferentes regiões, em diferentes áreas culturais [...] com diferentes resultados, por exemplo, na escola, no trabalho, nas discussões políticas ou no shopping” (KROTZ, 2014, p. 136). Com isso, há apropriações, interpretações e resistências que não são necessariamente relacionadas aos meios de comunicação tradicionais (HEPP, 2014; JENSEN, 2013).

Hjarvard (2014) analisou o relacionamento entre a mídia e a sociedade, notadamente em instituições sociais. A ideia de Hjarvard (2014) é que a sociedade e a cultura não podem ser mais pensadas sem levar em conta a presença constante da mídia. “Nestas circunstâncias, nossa tarefa [...] é tentar entender as maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura em resposta à onipresença da mídia” (HJARVARD, 2012, p. 54). Os trabalhos de Hjarvard indicaram que, na contemporaneidade,

grande parte das instituições adotou a lógica da mídia enquanto forma de visibilidade.

Van Aelst e colegas (2008), ao analisarem a mediatização da política a partir de campanhas eleitorais, tentaram compreender de que maneira a mídia determina a quantidade de atenção que determinado partido recebe ou se essa atenção diz respeito a uma influência dos partidos políticos sobre a mídia. “A questão central aqui é se a mídia decide de forma autônoma qual candidato recebe mais atenção do que outros, ou se eles seguem a hierarquia determinada pelos partidos” (VAN AELST *et al.*, 2008, p. 194). Os resultados indicaram que a lógica da mídia e a lógica dos partidos interagem na construção dos noticiários. Assim, a atenção dada a determinado partido na televisão, segundo esses autores, seria composta de interações entre lógica da mídia e lógica partidária, e não da imposição da lógica da mídia.

Ao analisar os processos de mediatização em organizações empresariais na Suíça, Pallas e Fredriksson (2013) chegaram a conclusões semelhantes. De acordo com os autores, os processos de mediatização são, dentro das organizações analisadas, reproduzidos e reestruturados por meio de ações e usos de agentes individuais. Portanto, para os autores, mediatização significa um processo de constante reinvenção. “A forma como as corporações estudadas interagem com a mídia está intimamente ligada aos interesses e intenções específicos de ambas as partes” (PALLAS; FREDRIKSSON, 2013, p. 431).

Krotz (2014), ao tentar compreender qual a conexão entre mudanças na mídia de um lado e a mudança na sociedade e na cultura do outro, entende mediatização como um conceito abrangente dos meios de comunicação enquanto agentes de mudanças no tecido social. Verón (2013), ao seu turno, observou diferentes etapas da história da humanidade a partir do conceito de mediatização em uma perspectiva socio-histórica e semioantropológica. A mediatização, segundo Verón, pode ser tida como uma “sequência histórica de fenômenos mediáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências” (VERÓN, 2014, p. 15).

DA CIRCULAÇÃO

O conceito de circulação surge, na década de 1970, para se caracterizar as diferenças entre as gramáticas de produção e de reconhecimento (FAUSTO NETO, 2010a, 2010b). Encaramos circulação como um campo de circuitos criado a partir da diferença ou distância entre a produção e o reconhecimento de uma mensagem, isto é, “trata-se do nome teórico [...] de um hiato entre a aparição no mundo de um discurso [...] e as reações, respostas ou resultados atribuídos direta ou indiretamente a essa aparição, em tempo e espaços imediatos ou não (CINGOLANI, 2018, p. 99).

A circulação compreende um espaço amplo de relações. Na verdade, considerada determinada arquitetura comunicacional, trata-se de como os agentes de um processo de comunicação mobilizam-se a partir de estruturas e dinâmicas de interfaces e como esse processo incide nas ações — em seus diferentes níveis, seja institucional, seja discursiva — desses mesmos agentes. A circulação, portanto, tornada possível por uma arquitetura comunicacional e tecnológica, além de espaço primordial de contato entre atores, pressupõe também uma estruturalidade, na medida em que condiciona as ações daqueles que se comunicam (CARLÓN, 2017).

Assim, a circulação é o espaço em que é possível se pensar em zonas de contato entre produtores e coprodutores de mensagens mediáticas, tendo em vista produção e recepção/reconhecimento como dois polos produtores de sentido. O “desnível” entre esses dois polos, ou seja, as implicações possíveis da emissão de uma mensagem de um ponto a outro, pode ser chamado circulação. Cabe salientar que a circulação pode adquirir diferentes formas, bem como efeitos em potencial, consoante ao tipo de produção ou aparato técnico utilizado. Portanto, circulação “é o conceito oriundo de um modelo que posiciona o discurso entre seu engendramento e seus efeitos” (FERREIRA, 2006, p. 5).

Ao se situar no espaço de contato entre produtores e coprodutores de mensagens, os processos de circulação consideram, em sua dinâmica, os processos de mediatização no âmbito do consumo e na produção de produtos mediáticos. Desse modo, ao levar em conta as ações mutantes dos diferentes polos envolvidos no processo de comunicação/interação, a circulação acompanha e organiza “novas formas de interações entre produtores e receptores de mensagens, complexificando seus papéis, ao organizá-los segundo novas dinâmicas de interfaces” (FAUSTO NETO, 2010b, p. 55).

Produtores e coprodutores de mensagem conformam seus discursos/ações de acordo com a estrutura e as bordas da circulação. Paralelamente, os processos de mediatização têm se mostrado como fonte profícua de configurações interacionais entre enunciadore e coenunciadore (FAUSTO NETO, 2008; SOSTER, 2008, 2015a, 2015b). Se, portanto, as bordas da circulação são expandidas e/ou tensionadas pelos processos de mediatização, tem-se uma nova arquitetura mediática de interações, o que incidirá na circulação dos discursos e produtos mediáticos. Com o advento e o desenvolvimento da internet, em especial as redes sociais, em que uma multiplicidade de vozes ganha espaço, dinamizando como nunca antes a circulação de produtos e discursos, o processo de transformações das ações dos agentes no processo de comunicação fica patente.

Os processos de mediatização, ao dinamizar as zonas de contato da circulação de mensagens, incidem nas práticas dos meios de comunicação, sobretudo no âmbito discursivo. No que diz respeito à enunciação, “chamam atenção os registros de novas estratégias através das quais a mídia jornalística tece novos padrões de confiabilidade” (FAUSTO NETO, 2010b, p. 2) com seu público alvo, processo que se dá a partir de mudanças nos contratos de leituras. Assim, a circulação é um espaço primordial de investigação sobre as formas pelas quais emissores e receptores de mensagens mediáticas se relacionam, criam estratégias de ação, mobilizam-se e se entrecruzam.

A construção das relações entre os agentes envolvidos no processo de comunicação pressupõe, seja implícito ou explícito, o processo de circulação, que, por sua vez, considera as mediações tecno-discursivas envolvidas no processo de comunicação. Nesse cenário, a discussão em torno das relações construídas entre empresas jornalísticas e público alvo ganha novos contornos se considerarmos os processos de circulação e mediatização enquanto agenciadores de zonas de interface.

O conceito de circulação tornou-se, então, norteador, pois deparou-se com um cenário em que os jornais não só precisam desempenhar a sua função tradicional de produzir notícias, mas também desenvolver estratégias discursivas específicas para manter e ampliar o contato com os leitores que o interpelam nos ambientes digitais (BORELLI; DIAS, 2018, p. 5).

DA ENUNCIACÃO E SUAS INCOMPLETUDES

A análise da enunciação permite uma melhor compreensão do fenômeno histórico, social e cultural dos discursos analisados, posto que evidencia o que um discurso tem de distintivo em relação a outros: suas maneiras de dizer. O que distingue diferentes meios de comunicação está antes no domínio da enunciação (do como se diz) do que do enunciado (o que é dito). A relação entre enunciado e enunciação, portanto, embora intrinsecamente ligados na construção de qualquer discurso, prescinde de qualquer determinação unilateral que atribua àquele uma primazia na compreensão do que um enunciador diz.

Verón (2004) aponta que todo discurso constrói o dispositivo de enunciação, que estabelece: (1) a imagem de quem fala, isto é, o lugar que o emissor reclama para si no e pelo discurso; (2) a imagem daquele(s) a quem o discurso é endereçado, portanto, o lugar que o enunciador atribui discursivamente ao coenunciador; e (3) uma proposta de relação no e pelo discurso. Da relação entre um suporte e

sua leitura, emerge o que Verón chama de contrato de leitura, composto, de um lado, pelo discurso do suporte e, de outro, pelas leituras desse mesmo discurso (VERÓN, 1985, 2004). Uma proposta metodológica construída, portanto, para analisar o processo de circulação de determinado discurso.

O dispositivo de enunciação, de qualquer suporte, pressupõe ao menos três níveis: (1) aquele relativo à construção de um público “ideal” para o qual o discurso é destinado; (2) aquele atinente à questão do posicionamento de determinado discurso em relação aos concorrentes, portanto, em relação a outras empresas de comunicação concorrentes; e (3) um nível que diz respeito aos anunciantes, na medida em que, uma vez formado um público específico para determinado suporte, o movimento natural é tentar comercializá-los (MOURA, 2018; VERÓN, 2004).

Surge, a partir do discurso, o enunciador, entidade discursiva, que é diferente do emissor real propriamente dito. Trata-se, antes, de uma entidade teórica ou “metalinguística”, na medida em que se constrói no e pelo discurso, enquanto modalizador de operações de sentido. O enunciador é um sujeito discursivo, construído a partir do discurso e só existe nele. Ao mesmo tempo que se constrói um enunciador, constrói-se a figura do coenunciador, semelhante ao enunciador em seu caráter teórico e metalinguístico (FISHER; VERÓN, 1987). A partir dessa perspectiva, ocorre uma proposta de relação a partir do discurso.

O processo de circulação, por outro lado, tornou-se fundamental para se compreender as mudanças nas estratégias enunciativas das organizações jornalísticas, uma vez que é por meio dela, da circularidade tecnodiscursiva, que se estabelecem práticas de interações entre organizações de comunicação e seu público alvo. Com efeito, só se pode falar em circulação se se leva em conta a conversão de dispositivos tecnológicos em meios de comunicação, os quais, consequentemente, dinamizam e alteram as fronteiras de interação entre empresas jornalísticas e o público consumidor/produtor de notícias e informação (FAUSTO NETO, 2010a, 2010b).

Nesse ponto sensível, volátil dentro da dinâmica da circulação tecnodiscursiva contemporânea, tem-se a produção de modalidades enunciativas jornalísticas. Os estudos relativos à mediatização da enunciação aproximam-se mais da perspectiva socioconstrutivista, de cariz histórico, na medida em que se busca apreender como os processos de mediatização incidem em determinada época, momento, com agentes e dispositivos específicos, a partir de um recorte sincrônico dentro da diacronia dos processos de mediatização (FERREIRA; MOURA, 2018; VERÓN, 2014).

Soster (2008, 2015a, 2015b) e Fausto Neto (2005, 2007b) defendem que os processos de mediatização podem ser observados na enunciação jornalística por meio de cinco modalidades: a autorreferencialidade, a correferencialidade, a descentralização, a dialogia e a atorização. Na prática, essas cinco modalidades operam concomitantemente e se imbricam umas às outras. No entanto, ao diferenciá-las, numa investida metodológica, tem-se um sentido mais claro de cada uma delas. Além do mais, são transformações que dizem respeito às práticas jornalísticas em relação ao público, indicadores das possibilidades ensejadas pela nova circularidade tecnodiscursivas.

A autorreferencialidade é o movimento jornalístico, por meio da enunciação, de (re)afirmar a realidade mediática em detrimento de outras, a partir de suas próprias operações. Assim, autorreferencialidade acontece “quando o dispositivo faz referência a si próprio em sua oferta de sentido, seja por meio da explicitação de suas operações seja pelo uso de marcas textuais como estratégia, entre outras, de oferta de credibilidade” (PICCININ; SOSTER, 2012, p. 122). Trata-se de um novo registro simbólico, na medida em que o jornalismo passa a falar de sua própria atividade enunciativa.

A “tarefa representacional”, própria da sociedade dos meios, dá lugar à produção de realidades de acordo com mecanismos de produção próprio do jornalismo. A ideia é evidenciar, na e pela enunciação, o processo pelo qual as mensagens foram construídas, reivindicando, assim, a construção da realidade pelo *modus operandi* jornalístico. E,

nesse processo, a enunciação tem um papel fundamental, na medida em que é por meio delas que essas marcas são colocadas.

Um novo dispositivo que opera segundo um tipo de ação baseado em operações, funda a própria realidade midiática, que se reporta às realidades de outros sistemas, mas valendo-se, sempre, de uma autonomia de suas ‘regras de produção’ para produzir o seu dizer. Tal mecanismo chama-se a capacidade autorreferencial que tem a mídia jornalística em dispor dos meios para construir a inteligibilidade sobre o mundo, ou seja, “construir a realidade” (FAUSTO NETO, 2006, p. 3).

Nesse movimento, as empresas de comunicação precisam, necessariamente, construir mecanismos de confiança na e pela enunciação, o que vai se dar por meio de contratos de comunicação. Se a enunciação, por si só, é incompleta, porque necessita da remediação da instância de reconhecimento, que está sempre em movimento, é necessário um contrato para estabelecer e manter, minimamente, um vínculo entre esses dois polos. Dada a possibilidade de desarticulação entre essas lógicas, por suas diferenças, coloca-se a questão de contratos para “descrever as possibilidades de construção de vínculos entre produção/recepção” (FAUSTO NETO, 2010a, p. 10).

Por outro lado, a correferencialidade dá-se quando a instituição jornalística referencia seus pares para validar seu próprio discurso e o discurso jornalístico em geral, criando uma circularidade e intercâmbio de sentido entre o sistema jornalístico como um todo. A correferencialidade, portanto, só é possível por conta da ambiência tecnomidiática dos dias atuais, em que uma gama variada de meios de comunicação, desde clássicos a emergentes, faz circular as mensagens e informações.

A descentralização concerne à influência de operações em rede de diferentes mídias nas práticas dos jornalistas, cenário tornado possível pela atual circulação e arquitetura mediática, em que cada vez

mais o aparato tecnológico opera a partir de uma estrutura de rizoma. Assim, há uma ruptura na hierarquia entre as instituições mediáticas, uma vez que não existe, ao menos nos moldes do passado, uma hierarquia na distribuição de conteúdos, como do jornal televisivo em relação aos outros formatos ou como das mídias clássicas em relação às novas plataformas baseadas na internet, mas relações de afetações múltiplas entre mídias (PICCININ; SOSTER, 2012; SOSTER, 2008).

A dialogia diz respeito ao “diálogo” entre o campo do jornalismo e outros domínios, dentro dos limites mediáticos de operação, para o fortalecimento do jornalismo enquanto campo e organização empresarial. Desse modo, a estetização de mensagens mediáticas aos moldes literários é um intercâmbio entre jornalismo e literatura. (PICCININ; SOSTER, 2012). Por fim, a atorização ocorre, segundo Fausto Neto (2006), quando o jornalista passa de mediador de acontecimentos para ator nas processualidades sistêmicas, integrando e alterando a construção do acontecimento mediático.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modalidades enunciativas ligadas ao fluxo de circulação e mediação respondem a cenários esperados pelo próprio jornalismo. A autorreferencialidade é uma realidade na maior parte dos jornais. Há, cada vez mais, um fortalecimento da construção mediática, a partir de suas próprias operações, e os próprios jornais defendem abertamente essa tendência enunciativa. Na verdade, tornou-se um indicativo de credibilidade jornalística, pelo que os jornais a buscam e a reivindicam.

A correferencialidade, por sua vez, é presente, muito embora com uma incidência menor se comparada à autorreferencialidade da enunciação. Acreditamos que a limitação da correferencialidade dá-se por conta do ambiente de concorrência entre os jornais, que evitam citar outras empresas de comunicação, utilizando-se desse tipo de enunciação só em casos excepcionais, como furos, e ainda assim de maneira discreta.

A descentralização tornou-se outra realidade em grande parte das economias discursivas dos meios de comunicação. Não é possível, e isso é o que parece, no atual cenário mediático oferecer produtos monolíticos, sem a oferta de caminhos convergentes e de integração múltipla. Com a realidade da internet, jornais impressos, por exemplo, usam sites e redes sociais como complementos das notícias. Ao leitor são oferecidos links, compartilhamentos e remediações a partir das páginas.

A dialogia também é um ponto a se discutir. Cada vez mais, com a premente necessidade de inovação na oferta de produtos midiáticos, o jornalismo busca usar características de outros domínios para fortalecimento de si mesmo. A dialogia oferece um campo aberto ao jornalismo em termos de inovação de apresentação dos seus produtos, e isso pode ser observado em diferentes estratégias dos principais jornais no país, sobretudo no ambiente digital.

As modalidades de enunciação comumente vinculadas aos processos de mediatização são um fenômeno mais presente em programas jornalísticos audiovisuais ou produtos baseados nas novas plataformas digitais. Com efeito, como mostramos em outra ocasião (SANTANA, 2018), programas produzidos para a rede são mais propícios à mediatização da enunciação, sobretudo em relação à modalidade da atorização, quando o jornalista ganha um papel destacado na construção da notícia, fenômeno pouco presente nos jornais impressos de referência, como evidenciamos. Contudo, e isto ficou evidente, os jornais impressos de referência não deixam de observar, na enunciação dos seus produtos, os processos de mediatização da enunciação jornalística.

Com o atual processo de circulação, a tarefa de compreender os processos interacionais entre jornais e leitores reclama um olhar não mais fixo a um dos polos do processo de comunicação. Antes, torna-se premente considerar zonas de interpenetrações, interface e contato que não podem ser consideradas domínio exclusivo de um polo apenas. Os leitores dos jornais, como vimos, são também coprodutores das notícias, bem como os jornais, deslocando-se do clássico

lugar de emissor, passam a considerar aquilo que os leitores publicam. Em vez de linearidades, há zonas de troca e contato contínuo. As operações da enunciação buscam abarcar esse novo ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTHEIDE, D. L.; SNOW, R. P. **Media Logic**. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

BORELLI, V.; DIAS, M. S. M. Circulação discursiva: desafios metodológicos para compreender as interações entre jornais e leitores. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 95-109, 7 jul. 2018.

BRAGA, J. L. Lógicas da mídia, lógicas da mediatização? *In*: NETO, A. F. *et al.* **Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones**. Rosário: UNR Editora, 2015. p. 15-32.

CARLÓN, M. La cultura mediática contemporánea. *In*: CASTRO, P. C. **A circulação discursiva**: entre produção e reconhecimento. Maceió: Edufal, 2017. p. 15-24.

CARLÓN, M.; FAUSTO NETO, A. **Las políticas de los internautas**: Nuevas formas de participación. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CASTRO, P. C. **A circulação discursiva**: entre produção e reconhecimento. Maceió: Edufal, 2017.

CASTRO, P. C. (org.). **Circulação discursiva e transformação da sociedade**. Campina Grande: Eduepb, 2018.

CINGOLANI, G. Circulación y mediatización de la experiencia estética. *In*: CASTRO, P. C. (org.). **Circulação discursiva e transformação da sociedade**. Campina Grande: Eduepb, 2018. p. 99-119.

COULDRY, N.; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

CULIOLI, A. **Escritos**. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2010.

FAUSTO NETO, A. Enunciando realidades ou os modos de fabricação da realidade midiática? (A propósito de Laden, a santa e o doente). **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 29-48, 2005.

FAUSTO NETO, A. Mutações nos Discursos Jornalísticos: Da ‘construção da realidade’ a ‘realidade da construção’. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO-INTERCOM, 29, 2006, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2006.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2007a.

FAUSTO NETO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO-INTERCOM, 30, 2007, Santos-SP. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2007b.

FAUSTO NETO, A. Enunciação, auto-referencialidade e incompletude. **Revista Famecos**, [s. l.], v. 14, n. 34, p. 78-85, 2007c.

FAUSTO NETO, A. Mudanças da medusa? A enunciação midiaticizada e sua incompletude. In: FAUSTO NETO, A. *et al.* (org.). **Midiaticização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008. v. 1, p. 83-103.

FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. *In*: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (org.). **Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosário: Universidade Nacional de Rosário, 2010a. p. 2-17.

FAUSTO NETO, A. As bordas da circulação. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2010b.

FAUSTO NETO, A. Enfermidade em circulação: Sou eu mesmo que noticia o meu tratamento. **Galáxia** (PUCSP), v. 22, p. 237-249, 2011.

FERREIRA, G. M. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. **Eptic**, São Cristóvão, v. VIII, p. 1-15, 2006.

FERREIRA, G. M. A técnica nos estudos da comunicação sob égide do determinismo e da negociação. *In*: FERREIRA, G. M.; MARTINO, L. C. (org.). **Teorias da comunicação: epistemologia, ensino, discurso e recepção**. Salvador: Edufba, 2007. p. 19-32.

FERREIRA, G. M. Estudos de Comunicação: da enunciação à mediação. **Intexto**, Porto Alegre, v. 37, n. I, p. 101-117, 2016.

FERREIRA, G. M.; MOURA, C. V. M. Notas sobre regimes de circulação nas redes digitais. *In*: CASTRO, P. C. (org.). **Circulação discursiva e transformação da sociedade**. Campina Grande: Eduepb, 2018. p. 1-20.

FERREIRA, G. M.; SANTANA, C. S. **Contribuições de Eliseo Verón para o estudo do discurso**. Natal: Intercom, 2015.

FISHER, S.; VERÓN, E. Théorie de L énonciation et discours sociaux. **Études de Lettres**, Paris, p. 71-92, 1987.

GOMES, P. G. Da sociedade das mídias à sociedade em midiatização. **Revista IHU**, São Leopoldo, v. 1, n. 357, 2011.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/82930>. Acesso em: 6 jul. 2021.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

HJARVARD, S. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

JENSEN, K. B. Definitive and sensitizing conceptualizations of mediatization. **Communication Theory**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 203-222, 2013.

KROTZ, F. Mediatization as a mover in modernity: social and cultural change in the context of media change. In: LUNDBY, K. (ed.). **Mediatization of communication**. [S. l.]: Handbooks of Communication Science, 2014. p. 3-38.

MARTINO, L. Midiatização, interações e práticas educacionais: um esboço a partir da sala de aula. In: FERREIRA, J. et al. (org.) **Midiatização, polarização e intolerância (entre ambientes, meios e circulações)**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. p. 39-52.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Edições Vozes, 2014.

MOURA, C. V. M. **Mediatização e as novas condições de produção e circulação do discurso jornalístico**: Um estudo dos jornais digitais Folha e Estadão. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PALLAS, J.; FREDRIKSSON, M. Corporate media work and micro-dynamics of mediatization. **European Journal of Communication**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 420-435, 2013.

PICCININ, F.; SOSTER, D. DE A. Da anatomia do telejornal midiático: metamorfoses e narrativas múltiplas. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 118-134, 2012.

SANTANA, C. S. **Da perspectiva mediocêntrica à mediatização**: uma démarche analítica. 2018. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SOSTER, D. de A. Midiatização, a terceira descontinuidade do jornalismo. **BOOC**, [s. l.], p. 1-11, 2008.

SOSTER, D. de A. Dialogia e atorização: características do jornalismo midiático. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo** (Rebej), Brasília, v. 5, n. 16, p. 4-20, 2015a.

SOSTER, D. de A. A reconfiguração das vozes narrativas no jornalismo midiático. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 23-35, 2015b.

VAN AELST, Peter et al. Politicians in the news: Media or party logic? Media attention and electoral success in the Belgian election

campaign of 2003. **European Journal of Communication**, v. 23, n. 2, p. 193-210, 2008.

VERÓN, E. El análisis del “Contrato de Lectura”, un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media. **Les Medias: Experiences, recherches actuelles, applications**, [s. l.], n. 3, 1985.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Dialogos de la Comunicación**, [s. l.], 1995. Disponível em: https://comycult.files.wordpress.com/2014/04/veron_esquema_para_el_analisis_de_la_mediaticion.pdf. Acesso em: 7 de jul. 2023.

VERÓN, E. **Fragmentos de um Tecido**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

VERÓN, E. **Le semiosis social 2**: Ideas, momentos, interpretantes. Buenos Aires: [s.n.], 2013.

VERÓN, E. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective and some of its consequences. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. April, p. 1-8, 2014.

*Jornalismo como território
discursivo: análise da
produção dos sentidos
construídos pelo site
A Gazeta acerca dos
programas de segurança
pública do ES¹*

Maíra Mendonça Cabral

Rafael Paes Henriques

1 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2020.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma pesquisa ainda em fase inicial que tem como objetivo analisar a cobertura do jornal *A Gazeta* e de seu respectivo portal de notícias em relação aos programas *Estado Presente em Defesa Pela Vida* e *Ocupação Social*, que se configuraram como políticas públicas norteadoras do Poder Executivo do Espírito Santo no âmbito da Segurança Pública ao longo da última década.

Tais programas passaram a ser desenvolvidos a partir de 2011 por duas diferentes e consecutivas administrações do governo do Espírito Santo, ambos com a proposta de reduzir a criminalidade e o número de homicídios a partir da implantação de um conjunto de ações, que preveem não só a repressão da violência, como também intervenções no âmbito social em bairros considerados altamente violentos no estado.

Este estudo tem como pano de fundo a defesa do jornalismo como um território discursivo, na medida em que o compreendemos como um espaço de disputas enunciativas entre os sujeitos, que acabam por influenciar as pessoas na construção de suas subjetividades e, portanto, na constituição daquilo que entendem como realidade — não desconsiderando sua capacidade de reelaboração e de síntese dos discursos que lhes são apresentadas.

Parte-se primeiramente da constatação de uma inter-relação entre mídia e poder, este definido por Thompson (1998) como a capacidade de ação e de intervenção nos acontecimentos para o alcance de determinados objetivos e interesses. Tal conexão se evidencia à medida que os meios de comunicação de massa se legitimam como espaços para obtenção de informações na sociedade moderna, inserindo na agenda pública fatos antes pertencentes à esfera individual e, desse modo, constituindo-se como elementos importantes para a formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

Acrescentando as palavras de Becker (2004, p. 45), “a imagem de mundo que possuímos é construída a partir de experiências coletivas,

e não há quem ou o que as proporcione de modo tão eficaz ou ostensivo como os discursos midiáticos”.

Diante dos argumentos expostos, considera-se necessário um esforço no sentido de compreender cientificamente como temas de grande interesse coletivo, como é o caso da violência, são apresentados pela imprensa local.

Neste capítulo, será proposta uma revisão bibliográfica sobre o tema, sua interrelação com os conceitos de território e de discurso, além da análise de cinco matérias veiculadas pelo portal *A Gazeta* acerca dos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social*, entre 2011 e 2019. Para isso, foram utilizadas categorias de análise extraídas da Análise Crítica do Discurso, que é entendida não só como referencial teórico-conceitual, mas também metodológico.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, não se pretende, com este capítulo, traçar um diagnóstico completo sobre a cobertura midiática das políticas de segurança pública no Espírito Santo, mas, sim, buscar uma aproximação com o tema, levantando questionamentos que serão aprofundados futuramente.

MÍDIA, PODER E TERRITÓRIO DISCURSIVO

Conforme aponta Fischer (2013), para Michael Foucault discurso e poder são indissociáveis, uma vez que o discurso é essencialmente uma prática inscrita no tempo histórico, na qual são forjadas lutas. Debruçando-se sobre a obra do filósofo francês, Fischer aponta que, na concepção de Foucault, o discurso é formado por um conjunto de enunciados que possuem formações discursivas semelhantes. Os enunciados, por sua vez, são compreendidos como acontecimentos.

Segundo Fischer (2013, p. 141), “exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso”, uma vez que, para Foucault, o exercício da função enunciativa — e, portanto, do poder — é determinado pelas condições sociais, econômicas, geográficas e linguísticas

instituídas historicamente. O discurso, por isso, exerce uma função normativa e reguladora, contribuindo para a criação das verdades de uma época (REVEL, 2005, p. 37).

A partir dessa definição, entende-se que o jornalismo moderno, que surge no século XIX no contexto da revolução industrial, exerce uma prática discursiva específica, uma vez que possui seu próprio modo de produção, regras e critérios de noticiabilidade, que foram desenvolvidos ao longo de seu processo de formação enquanto instituição na sociedade. Alicerçados sob a perspectiva de Foucault, enxergamos, então, as notícias como enunciados que, juntos, compõem o discurso jornalístico. Este, por sua vez, opera dentro de “um sistema estratégico em que o poder está implicado e para o qual o poder funciona” (FOUCAULT, 2003, p. 252 *apud* FISCHER, 2013, p. 145).

Segundo José Otacílio Silva (2013), dentro de sua Teoria Social, Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de estratégia discursiva como ferramenta necessária à ampliação do poder simbólico. “Para que um enunciado ou discurso amplie o nível de sua aceitabilidade entre seus possíveis receptores ou consumidores, necessário se faz que o produtor ou o enunciator utilize sua competência discursiva na elaboração de estratégias discursivas” (SILVA, J., 2013, p. 176-177).

Assim como Foucault defende a inscrição histórica da prática discursiva, Bourdieu, conforme aponta José Otacílio Silva (2013, p. 175-176), analisa que as posições social e historicamente determinadas ocupadas pelos interlocutores na estrutura das relações simbólicas influenciam nas condições de produção do discurso.

A partir de tais análises, que influenciaram no desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso (ADC), o que fica bem demarcado é que o discurso é, inevitavelmente, carregado de intenções. Logo, depreende-se que quando esse discurso é produzido dentro da instituição jornalística, que ocupa socialmente o lugar de produção de informações, o peso simbólico dos discursos, que por ela são colocados em circulação, ganha uma dimensão ainda maior.

Buscando investigar a conexão entre território e comunicação, Reis e Zanetti (2017, p. 19) definem territórios como “âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação”, extrapolando uma visão geográfica desse conceito. A partir dessa concepção, compreendemos o jornalismo como um território discursivo na medida em que no interior de seus enunciados desenrolam-se essas relações de disputa entre sujeitos, que influenciam na compreensão do real.

Para Zamin (2013, p. 96), o jornalismo apresenta cotidianamente “uma cartografia do mundo possível de ser compreendida pelos discursos que engendra e pelos espaços nos quais se apresenta”.

Os acontecimentos do “mundo diante de si” (Groth, 2011) tomam a forma de uma “realidade” jornalística que, de certo modo, “funciona em sincronia com outras ‘realidades disciplinadas’ produzidas em outros espaços fechados e repercute as mudanças relativas à experiência e à esfera da vida” (Silva e Marocco, 2008). Os modos de objetivação jornalística contêm a organização e a interpretação do mundo, apresentado nos mapas construídos pelos jornais. (ZAMIN, 2013, p. 96).

Antolini e Rebouças (2017) afirmam que as próprias identidades e o sentido de pertencimento das pessoas são moldados em grande parte a partir do que é visto na grande mídia, que está presente em diferentes espaços cotidianos e privilegia a voz de alguns em detrimento da de muitos outros. Já Reis e Zanetti (2017, p. 26) apontam ainda para a existência de uma “codeterminação entre os modelos socioeconômicos e culturais e os sistemas técnicos de comunicação”.

Na visão de Porto (2008), a mídia se constitui como importante produtora de representações sociais nas modernas democracias contemporâneas, tendo, portanto, uma função pragmática de orientar as condutas dos atores sociais. A autora reforça o eixo simbólico da comunicação ao considerar os meios como formas culturais que

alimentam uma cultura coletiva à medida que agem sobre ela. A partir dessa compreensão, Porto estabelece uma conexão, centrada em uma perspectiva sociológica, dos possíveis efeitos da atuação midiática no estabelecimento de políticas de segurança pública.

Ao estudar o jornalismo sob o prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD), busca-se justamente compreender os processos de produção de sentidos pela mídia.

Embora não integre o quadro de teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), Charaudeau (2015) desenvolve uma análise que nos ajuda a compreender o papel da comunicação. Segundo o autor, a informação e a comunicação são as responsáveis por ditar a ordem do discurso nas sociedades ocidentais contemporâneas. A mídia usa seu poder de comunicar para reproduzir, reinventar ou criar discursos, que influenciam as trocas sociais entre os indivíduos, bem como seus valores e em suas representações. Em todo caso, trata-se sempre de uma escolha.

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Compreendendo o discurso como prática social, como formas de representação, de ação e de identificação, o inglês Norman Fairclough propõe que a análise de texto tenha uma abordagem voltada para as transformações sociais, pois ele tanto ajuda a moldar tais transformações como é moldado por elas.

A Análise Crítica do Discurso que nos propomos a fazer neste capítulo tem por base o conceito de discurso de Fairclough (2001), justamente por acreditarmos que uma análise voltada para a prática social seja mais condizente com o mundo em que vivemos,

atravessado por constantes mudanças econômicas, culturais e tecnológicas, das quais a própria produção jornalística busca dar conta.

É necessário pontuar que a ACD não se trata de uma disciplina, mas, sim, de uma seara multidisciplinar, marcada pela transversalidade com outras áreas de estudo, uma vez que sua aplicação visa entender os sentidos dos enunciados dentro do contexto histórico e social em que são produzidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fairclough (2001) propõe uma análise a partir de uma concepção tridimensional do discurso, que engloba o texto, a prática discursiva e a prática social. Para avaliar o conteúdo informativo do portal *A Gazeta*, selecionamos algumas categorias de análise propostas pelo autor. A primeira, é a análise do texto, que é organizada em quatro itens, sendo eles estrutura textual, coesão, gramática e vocabulário.

A segunda, é a prática discursiva, que envolve processos de produção, de distribuição e de consumo do texto em análise. De acordo com Oliveira e Carvalho (2013, p. 298), caso o objeto de análise seja um texto publicado em jornal, é possível que o analista observe, na dimensão da produção, o espaço destinado ao enunciado e o seu tamanho.

Já a distribuição do texto diz respeito ao modo como ele é colocado em circulação. No caso da versão eletrônica das matérias, que são objeto de análise neste trabalho, a comunicação torna-se tecnologicamente mediada. Assim, novos gêneros discursivos são criados, já que há possibilidade, por exemplo, de se estabelecer uma ligação com outros enunciados por meio de links. A recepção dos textos pode ser individual ou coletiva.

Quanto ao consumo, o analista, segundo Oliveira e Carvalho (2013, p. 298) pode observar, por exemplo, se o texto é consumido individual ou coletivamente, o que influencia nas escolhas lexicais e sintáticas.

No âmbito da prática discursiva, dentro da esfera da produção do discurso, Fairclough (2001) trabalha com os conceitos de interdiscursividade e de intertextualidade manifesta. A partir da interdiscursividade é possível analisar quais discursos estão presentes no texto e a que gêneros pertencem, partindo do princípio de que todo discurso é heterogêneo. Como todos os textos aqui analisados são do gênero jornalístico, nossa atenção se voltará mais para o segundo conceito, de intertextualidade manifesta, que, por sua vez, visa entender como acontece a representação discursiva (quem fala? De forma direta ou indireta? Qual o contexto dessa fala?).

A terceira categoria, a prática social, ocupa-se das condições sociais e do contexto em que a prática discursiva ocorre. É partir dessa categoria que Fairclough propõe a investigação de conceitos como ideologia (construções da realidade) e de hegemonia, no sentido de construção de uma visão de mundo, com o propósito de desnaturalizar a produção discursiva. No entanto, por entendermos que a amostra deste estudo é muito limitada diante da amplitude de análise exigida nessa dimensão, optou-se por não analisar a prática social.

Tendo em vista que esta trata-se de uma avaliação inicial, a escolha do corpus da pesquisa inicialmente seria feita a partir da utilização da ferramenta de busca do próprio portal de notícias. No entanto, ao usarmos os termos-chaves como o nome dos programas “Estado Presente” e “Ocupação Social”, ou até mesmo as palavras “Segurança” e “Violência” no buscador, não obtivemos sucesso. O resultado das buscas não apresentava notícias relacionadas ao tema estudado.

A escolha foi feita, então, a partir de buscas desses referenciais na ferramenta de pesquisa Google, na tentativa de entender quais informações surgiriam caso qualquer leitor em busca de informações as procurasse. Foram pesquisados os termos “programa estado presente a gazeta” e “programa ocupação social a gazeta”. Como nos primeiros resultados apareceram poucos conteúdos relativos ao *Ocupação Social*, também procuramos pelo tema relacionando-o ao termo “governador Paulo Hartung”.

O JORNAL A GAZETA

Criado em 1928, o jornal *A Gazeta* é um veículo da Rede Gazeta, empresa de comunicação cujo controle acionário pertence à família Lindenberg desde 1949. Desde 30 de setembro de 2019, a edição impressa diária do jornal deixou de circular, dando lugar a um jornal impresso de fim de semana (*A Gazeta*).

Já o site de notícias, que existia desde 1996 e que em 2016 havia ganhado um novo layout², passou por uma reformulação para marcar a fase de transformação digital da empresa. Ele, que se chamava *Gazeta Online*, transformou-se em *A Gazeta* (ROSADO, 2019). No período de transição, a empresa procurou demarcar que apesar da mudança na forma de entrega, o conteúdo jornalístico permaneceria o mesmo de sua essência. “Continuaremos apostando firme no jornalismo plural, independente, no equilíbrio editorial”, destacou o diretor corporativo de Jornalismo da Rede Gazeta, Abdo Chequer (A GAZETA, 2019, s.p.).

Atualmente, a Rede Gazeta possui outros negócios, incluindo oito rádios e quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, que contam com dois portais de notícias locais dessa rede (*G1 Espírito Santo* e o *Globo Esporte Espírito Santo*), além da Ative, uma empresa de soluções digitais (REDE GAZETA, [2016]).

ANÁLISE DE UNIDADES NOTICIOSAS

A formação discursiva predominante nas notícias analisadas é a de que os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* têm o intuito de resolver o problema da violência. Em relação à intertextualidade manifesta, observa-se que há uma modificação em relação às vozes que aparecem nos textos dependendo da editoria na qual as notícias foram veiculadas.

2 Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria/>>

Quando a notícia está inserida em espaços destinados à cobertura do cotidiano, a voz do governo estadual como fonte principal, que é representado de forma indireta e também direta (por meio do uso de aspas) pelos próprios governadores, acontece de forma muito mais expressiva, sendo utilizada pelo narrador para costurar todo o texto. Há uma alternância constante entre as vozes do narrador e dos governantes. Por outro lado, não se observa em nenhum dos enunciados a participação direta de outros sujeitos que também estão inseridos no contexto da segurança pública, como é o caso dos representantes das comunidades abarcadas por tais políticas públicas.

Como exemplo, na notícia “Casagrande lança programa ‘Estado Presente em Defesa pela Vida’ para diminuir a criminalidade no Espírito Santo”³, publicada em maio de 2011 — quando o site *A Gazeta* ainda se chamava *Gazeta Online* — na editoria Minuto a Minuto, o narrador recorre à voz do governador Renato Casagrande como forma de explicar os objetivos e o modo de implantação do programa, que estava se iniciando.

O texto informa regiões nas quais uma das ações desenvolvidas no âmbito dessa política seria implantada. No entanto, nenhuma liderança da região citada é ouvida para que se entenda, por exemplo, quais as expectativas dos moradores em relação ao programa, bem como a visão que eles têm de questões como violência e segurança.

Na notícia “ES está em situação diferenciada”, diz Hartung sobre segurança”, publicada em fevereiro de 2018 na editoria Grande Vitória do portal de notícias, o narrador diz, já no lide, que “ao ser questionado sobre a intranquilidade de moradores de regiões como Central Carapina, na Serra, e Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, Hartung destacou o trabalho da polícia, as ações do programa Ocupação Social e a gestão de sua equipe” (A GAZETA, 2018a, s.p.).

3 Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/863915-casagrande-lanca-programa-estado-presente-em-defesa-pela-vida-para-diminuir-a-criminalidade-no-espirito-santo.html>

A oração, que evidencia a preocupação diante da violência e o descontentamento dos moradores de bairros periféricos em relação ao poder público, é a única, entre todos os enunciados analisados, na qual se percebe a manifestação da população abarcada pelos programas de segurança, ainda que de forma indireta.

Contudo, não há um aprofundamento do assunto. Nenhum morador ou líder comunitário foi ouvido e também não há a presença de links, que poderiam ser usados para fortalecer a interdiscursividade, inserindo, por exemplo, notícias sobre a violência nesses bairros que já tivessem sido produzidas e que servissem como base para que o leitor se aprofunde em tal contexto social.

Do mesmo modo, não se observa nos textos a voz de outras fontes que poderiam servir para ampliar uma discussão qualificada sobre a segurança pública e o desempenho dos programas, como é o caso de especialistas no tema.

Quando o conteúdo noticioso é veiculado em colunas de opinião, a voz predominante passa a ser a do colunista (narrador), enquanto a voz do governo estadual (como fonte oficial) sai de cena. É o que acontece em “O perigo mora longe do Estado Presente” (XIMENES, 2019a) e “Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar” (XIMENES, 2019b), publicados na coluna de Leonel Ximenes no início de 2019, em um momento de retomada do Estado Presente, no início da segunda gestão de Renato Casagrande, reeleito em 2018.

Em ambos os textos o narrador questiona a eficácia da abrangência do Estado Presente, tendo em vista que a maioria dos crimes estariam ocorrendo fora das áreas contempladas pelo programa. Para construir o sentido de contrariedade/incoerência entre a proposta do programa e a realidade da segurança pública no estado, o narrador utiliza-se de dados oficiais sobre a distribuição geográfica dos registros de violência, que são coletados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). O tom crítico é reforçado por expressões como “*é hora de atualizar*”, presente já no título do segundo texto, assim como o uso de intertítulos como “*Pedido de Socorro*” e “*Velho*

Programa”, usados para evidenciar a existência de graves problemas relativos à violência. Apesar disso, nenhuma fonte, seja um especialista em segurança ou o próprio governo estadual, cuja atuação está no centro das críticas, é ouvida.

Nas notícias, os representantes do governo apontam os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* como forma de demonstrar que o poder público está atento à questão da segurança pública e que está tomando providências sobre o assunto. Mas nem sempre os eixos de proteção social e o de repressão policial recebem o mesmo espaço, embora ambos sejam componentes estruturais dos programas.

Nas notícias veiculadas em editorias direcionadas à cobertura do cotidiano, nota-se um equilíbrio maior no espaço em que tais eixos recebem. Na notícia o “‘ES está em situação diferenciada’, diz Hartung sobre segurança”, uma fala do governador é destacada para evidenciar a importância do eixo de proteção social, que contempla ações sociais dentro das comunidades, como solução para a violência para além do trabalho das polícias.

Na notícia “Ocupação Social: 190 vagas para quem quer aprender uma profissão”, publicada em julho de 2018 na editoria de Concursos e Empregos, o eixo de proteção social é o único evidenciado. Nesse caso específico, o conteúdo da notícia é voltado para a prestação de um serviço. A palavra *homicídio*, que remete diretamente à violência, é citada apenas uma vez, no final do texto (A GAZETA, 2018b).

Já nos textos jornalísticos veiculados na coluna de opinião, os dados utilizados sobre violência, especialmente os relativos a homicídios no estado, remetem mais à repressão policial. Em “Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar”, uma das notas, inclusive, reforça essa ligação ao problematizar a questão do armamento policial: “Comentário de um policial civil sobre a XG9, arma automática importada com mira a laser apreendida pela PM em Linhares recentemente: ‘Veja o poder de fogo dos traficantes de Linhares. A polícia nem sonha em ter armamento bom assim’” (XIMENES, 2019b, s.p.).

Esse é o único momento, inclusive, em que a intertextualidade se manifesta de forma direta nos textos da coluna, quando o narrador insere a voz de um policial civil não identificado para evidenciar o conflito entre a instituição policial e os criminosos.

Nota-se que a busca pelo distanciamento do narrador em relação aos fatos é uma constante e parece nortear as escolhas de palavras do narrador.

Os indicadores serão acompanhados mensalmente. Caberá às secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (por meio de atuações das polícias Militar e Civil) e a de Justiça, a repressão qualificada, inibindo crimes como homicídios e tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, para reduzir a vulnerabilidade social, entram em cena as secretarias de Assistência Social, Trabalho e Direito Humanos; Esportes e Lazer, entre outras (XIMENES, 2019b, s.p.).

No exemplo retirado da notícia “Casagrande lança programa ‘Estado Presente em Defesa pela Vida’ para diminuir a criminalidade no Espírito Santo” há uma utilização predominante de verbos em sua forma infinitiva e também no futuro do presente, no modo indicativo, conjugação que é utilizada para informar que as ações que serão implementadas dali em diante.

Por outro lado, nos textos publicados em colunas, apesar de não haver expressões que remetem diretamente ao narrador, o caráter opinativo do texto emerge a partir das escolhas do vocabulário. Como exemplo, quando o narrador diz “é hora de atualizar”, no texto “Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar”, ele já expressa sua opinião em relação ao tema, destacando que algo precisa ser mudado no que diz respeito à principal política pública de segurança em nível estadual.

Já no primeiro parágrafo do mesmo texto, o autor é direto ao dizer que os 140 bairros abrangidos pelo programa “não representam um terço” dos crimes de homicídio, latrocínio e lesão corporal

seguida de morte registrados nos últimos cinco anos no estado. O uso da palavra “não”, reforçada pela expressão “um terço”, marcam expressamente o sentido de conflito que o autor busca evidenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso jornalístico é carregado de objetos simbólicos responsáveis pela produção de sentidos na sociedade, influenciando o modo como os sujeitos enxergam seu presente e, por isso, moldando a construção de memórias.

Tendo isso em vista, não só os programas de segurança pública buscam atuar diretamente no processo de construção de territorialidades a partir de sua ação em áreas consideradas vulneráveis socialmente, como o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação tem potencial para interferir nesse processo. O próprio discurso jornalístico, moldado por processos produtivos, pela linha editorial e pelos valores e construções sociais daqueles que o produzem, entre outros fatores, constitui-se como um território de disputas ideológicas.

A partir da análise dos conteúdos extraídos do portal *A Gazeta*, pudemos observar a presença de poucas vozes nos textos, que majoritariamente são norteados pelo próprio governo estadual — responsável pelas políticas de segurança — e pelo narrador.

Segundo o conceito de interdiscursividade de Fairclough (2001), um discurso é sempre heterogêneo, marcado pela presença de diferentes discursos, que se intercalam. Retomando o conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin, que segundo Silva (2013, p. 54) “se dá pela interlocução entre interlocutores diretos e pela relação entre vozes presentes, de forma explícita ou não, nos enunciados”, observa-se a presença de poucas vozes nos textos, que em todos os enunciados são norteados pelo próprio governo estadual — responsável pelas políticas de segurança — e pelo narrador.

Diante disso, a pluralidade da construção discursiva na amostra analisada poderia ser potencializada com a utilização de outras fontes,

como os representantes das comunidades para os quais os programas são voltados. Especialmente nos textos publicados em editoriais de cobertura do cotidiano, não há informações relativas aos resultados dos programas, algo que poderia ser conseguido a partir da abertura de espaço para mais fontes e ainda de questionamentos diretos ao próprio governo.

Do mesmo modo, é possível notar como um mesmo assunto é tratado de formas diferentes a depender do espaço em que é veiculado no jornal (se é um espaço que abre mais brechas para opinião ou se exige certo esforço de impessoalidade por parte do jornalista ou, ainda, se é destinada a prestar um serviço, por exemplo).

Por se tratar de um estudo inicial, não é possível elaborar uma trajetória de como os programas de segurança pública vêm sendo tratados por *A Gazeta* ao longo de dez anos.

No entanto, com tais apontamentos abre-se uma possibilidade de investigar, a partir da Análise Crítica do Discurso, o que é dito, o que não é dito, por quem e quais são os elementos presentes nesse discurso. É possível investigar também como a classe política, que comanda o poder público, tem se valido do território discursivo do jornalismo para apresentar tais programas, já que, apesar de diferentes nomenclaturas, eles possuem uma estrutura semelhante.

O que se pretende, ao utilizar a Análise Crítica do Discurso, é desenvolver um modo de desnaturalizar a produção discursiva acerca dos programas de segurança, que é o que determina o modo como eles são vistos nos espaços por onde esses discursos circulam.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. ES está em situação diferenciada”, diz Hartung sobre segurança. **A Gazeta**, Espírito Santo, 27 fev. 2018a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/-es-esta-em-situacao-diferenciada--diz-hartung-sobre-seguranca-0218>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

A GAZETA. Ocupação Social: 190 vagas para quem quer aprender uma profissão. **A Gazeta**, Espírito Santo, 2 jul. 2018b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/concursos/ocupacao-social-190-vagas-para-quem-quer-aprender-uma-profissao-0718>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

A GAZETA. Novo site A Gazeta terá mais conteúdo e opiniões. **A Gazeta**, Espírito Santo, Novidades, 30 set. 2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/novo-site-a-gazeta-tera-mais-conteudo-e-opinioes-0919>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ANTOLINI, M. C.; REBOUÇAS, E. Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam. In: ZANETTI, D.; REIS, R. (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. Vitória: Edufes, 2017. p. 186-230.

BECKER, B. **A linguagem do telejornal**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FISCHER, R. M. B. Foucault. In: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 123-151.

OCUPAÇÃO social. **Secretaria de Estado de Direitos Humanos**. Espírito Santo: Governo do Estado do Espírito Santo, 2011.

Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>>. Acesso em: 3 ago.2020.

OLIVEIRA, L. A.; CARVALHO, M. A. B. Fairclough. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-309.

PORTO, M. S. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf> . Acesso em: 3 ago. 2020.

REDE GAZETA. A empresa – Quem somos. **Rede Gazeta**, Espírito Santo, [2016]. Disponível em: <<https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

REVEL, J. **Michel Foucault Conceitos Essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSADO, L. Tire suas dúvidas sobre a transformação digital da Rede Gazeta. **Rede Gazeta**, Espírito Santo, Notícias, 11 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.redegazeta.com.br/tire-suas-duvidas-sobre-a-transformacao-digital-da-rede-gazeta/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, A. P. P. de F. e. Bakhtin. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 45-69.

SILVA, J. O. da. Bourdieu. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 153-181.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

XIMENES, L. O perigo mora longe do Estado Presente. **A Gazeta**, Espírito Santo, 6 out. 2019a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/o-perigo-mora-longe-do-estado-presente-0319>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

XIMENES, L. Programa Estado Presente em cinco anos: é hora de atualizar. **A Gazeta**, Espírito Santo, 6 out. 2019b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/programa-estado-presente-em-cinco-anos-e-hora-de-atualizar-0419>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ZANETTI, D.; REIS, R. Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado. In: ZANETTI, D.; REIS, R. (org.). **Comunicação e territorialidades**: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: Edufes, 2017. p. 21-33.

ZAMIN, A. Jornalismo e território: a cartografia diária das coisas do mundo. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 15, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/maira/Downloads/3488-15529-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maira/Downloads/3488-15529-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

Democracia e jornalismo: uma dissonância histórica, no Brasil

Samuel Pantoja Lima

INTRODUÇÃO

Nascido como “filho da modernidade”, cujo modelo de jornal-em-presa remonta ao período entre 1830–1850, na França, o jornalismo veio ao mundo fazendo três promessas seculares: a defesa da liberdade (especialmente a de expressão e de imprensa), da democracia e do paradigma da verdade. Sob signo das luzes da revolução burguesa (1789), essa forma social de conhecimento foi aos poucos ocupando seu espaço nas modernas sociedades de consumo nascentes, florescendo numa íntima relação com o regime democrático. Uma relação ancestral com o poder, sempre tensa e, não raro, corrosiva.

Menos de dois séculos depois, na transição entre o fim da modernidade e aquilo que se convencionou chamar de “pós-modernidade”, o jornalismo e todas as formas sociais de conhecimento, construídas e reconhecidas histórica e socialmente, encontram-se imersos na mais profunda crise de relacionamento com seus públicos, centrada na erosão da credibilidade e no aparente recrudescimento do credo sobrepondo-se à ideia generosa da partilha do conhecimento humano. A pandemia da covid-19 evidenciou esse esgarçamento da credibilidade da ciência, por exemplo, com a resistência à vacinação nos países “desenvolvidos”, como é o caso dos Estados Unidos — sobram vacinas, faltam braços (calcula-se que apenas em torno de 40% da população adulta se vacinou) —, porque foram hegemonizados pelo “movimento antivacina”, guiados pelo que restou do “trumpismo”, após a derrota de Donald Trump, em 2020. Trata-se de um fenômeno complexo, do ponto de vista sociológico e político, que não é objeto deste capítulo.

Retomando o fio dessa mirada histórica, é possível afirmar que a imprensa brasileira já nasceu sob a tutela do poder político de Estado, nos idos de 1808, com a vinda da família real. Em 10 de setembro de 1808, começava a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal “chapa-branca” do império português na Colônia, veiculando apenas notícias favoráveis à Corte. No entanto, o germe da “oposição” ao regime já havia brotado, alguns meses antes. Em 1º de junho de 1808, o jornalista Hipólito José da Costa, exilado em Londres, lançara naquela capital o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense*, que só circularia no Rio de Janeiro em outubro daquele ano, com grande repercussão na elite letrada, sendo imediatamente proibido e apreendido pelo governo português. Assim, entre afagos à corte e a censura, nascia a imprensa no Brasil, sob um rigoroso regime de controle e censura régia: só circulavam jornais com autorização de D. João VI.

É importante, contudo, registrar que a história política do Brasil é uma espécie de “percurso do acidente”, no que se refere às fugazes tentativas de aqui criarmos uma “Res-pública”, espelhada nas

democracias liberais, cuja baliza foi a tríade “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Nesses mais de 521 anos de história política, em raros momentos isso se insinuou, e percentualmente talvez não chegue a 2% desse marco temporal. A primeira Constituição Federal de cunho liberal foi promulgada somente em 1946, consagrando direitos elementares, tais como: a igualdade de todos perante a lei; liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; liberdade de associação para fins lícitos; a legalização do Partido Comunista, que duraria apenas seis meses após a promulgação.

O golpe civil-militar de 1964 liquidaria a tentativa de instituição da democracia liberal e adotaria uma outra Constituição (1967), com retrocessos gerais, dando início ao mais longo período de ditadura no país (oficialmente, durou 21 anos). A *democracia à brasileira* é tão incipiente e bizarra que somente a partir de 1989 teríamos uma sequência de nove eleições diretas para presidente da República (de Collor, em 1989, a Lula, 2022). Mais recentemente, tivemos outra ruptura democrática, de novo tipo, sem quarteladas nem desfile de tanques e blindados das forças armadas — o golpe que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016.

Antes de examinarmos os dois episódios, sob o ponto de vista do papel da imprensa, vamos refletir à luz de algumas referências do campo das ciências políticas, da comunicação, da sociologia e do jornalismo, um pouco mais sobre essa relação entre imprensa e democracia no Brasil. Trata-se de uma breve revisão de literatura baseada nas obras de Chauí (2006), Castells (2017), Chomsky (2013), Costa (1999), Lima (2010), Moraes, Ramonet e Serrano (2013) e Moraes *et al.* (2019).

IMPRENSA E LIBERALISMO ANTIDEMOCRÁTICO

A relação do jornalismo — e da imprensa, como instituição social — com a democracia, espécie de “irmãs siamesas” ligadas no berço histórico

do iluminismo, costuma aparecer na forma de anúncios de entidades patronais, como é o caso da Associação Nacional dos Jornais (ANJ):

Figura 1 – Print de anúncio veiculado nos jornais impressos, 15/09/2019



Fonte: Jornal do Commercio online. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2019/09/14/anj-mobiliza-jornais-em-comemoracao-ao-dia-internacional-da-democracia-388227.php>. Acesso em: 9 jul. 2023

Veiculada nos jornais, alusiva ao “Dia Internacional da Democracia”, em 15 de setembro de 2019, a mensagem da ANJ também fazia menção aos 40 anos da entidade, fundada em 1979, em plena ditadura militar. A pergunta que salta do anúncio é: de qual Jornalismo e Democracia estamos falando? Não se trata, evidentemente, de simples opção pela superficialidade conceitual. Há uma raiz histórica, que vem da distinção clássica entre liberdade de expressão, como direito humano, e liberdade de imprensa — direito de realizar um negócio, auferir lucro, vender notícias ao público.

O pesquisador Venício de Lima aponta essa questão mais de fundo:

A diferença entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa também aparece em documentos (legais ou não), que sempre são evocados na defesa da liberdade de imprensa. Eles se referem distintamente (a) à liberdade de imprensa; (b) à liberdade de expressão (de ideias e/ou de opiniões); ou (c) às liberdades de expressão (de ideias e/ou de opiniões) e de imprensa. Isso significa que, historicamente, essas liberdades são entendidas como sendo distintas ou não haveria razão para diferenciá-las (LIMA, 2010, p. 24).

O autor, contudo, vai ponderar citando alguns documentos históricos relevantes — Declaração de Virgínia (1776), Declaração de Direitos do Homem do Cidadão francesa (1789), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), nossa Constituição Federal (1988) e, finalmente, a Declaração de Chapultepec (1994) — sendo que esta última “se refere claramente a duas liberdades: a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa” (LIMA, 2010, p. 25), que tais diferenças de entendimento sejam aprofundadas para o contexto histórico brasileiro. Por fim, Lima (2010) levanta uma questão absolutamente relevante para o entendimento histórico dessa relação “imprensa/democracia” em nosso país:

Nossa imprensa tardia se desenvolveu nos marcos do que a historiadora Emilia Viotti chama de “liberalismo antidemocrático” (Viotti, 2007) gerador de um sistema de mídia predominantemente privado, concentrado (nunca tivemos qualquer restrição à propriedade cruzada) e fortemente marcado pela presença de políticos profissionais e representantes de diferentes religiões como concessionários do serviço público de radiodifusão. Ademais, a sociedade brasileira enfrenta uma interdição do debate público de questões relativa à democratização da mídia (LIMA, 2010, p. 35-36).

Com efeito, Costa (1999) faz uma análise bastante original do processo de construção da democracia liberal à brasileira:

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso liberal (COSTA, 1999, p. 132).

A historiadora faz, no entanto, uma precisa distinção dos ideais do liberalismo, inspirado pela revolução burguesa (“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”) e suas conformações históricas, mesmo na Europa nitidamente diferentes: “Por isso o liberalismo serviu à burguesia inglesa para reforçar sua posição no governo, à nobreza russa para lutar contra o czar, e ao povo francês para mandar Luís XVI, Maria Antonieta e alguns nobres para a guilhotina” (COSTA, 1999, p. 133). E acrescenta:

As ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante esse processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica (COSTA, 1999, p. 133).

A pesquisadora define o conceito de “liberalismo antidemocrático”, ou seja, como ela enxerga a tradição democrática brasileira:

No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio. As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir (COSTA, 1999, p. 133-134).

Em última análise, ainda observando a relação histórica entre “Imprensa e Democracia” na linha do tempo da história do país, observa Costa (1999, p. 134, grifos meus): “Encontrar uma maneira de lidar com essa contradição (liberalismo versus escravidão e patronagem) foi o maior desafio que os liberais brasileiros tiveram de enfrentar. No decorrer do século XIX, o discurso e a prática liberais revelaram constantemente essa tensão”.

O ponto de vista da filósofa Marilena Chauí converge nessa direção apontada por Costa (1999), mas passa por outro prisma de análise histórica, detendo-se mais na distinção conceitual da democracia — como um projeto de sociedade, para além do jogo formal da democracia liberal, que nos leva, periodicamente, às urnas para elegermos parlamentares e gestores públicos (municipais, estaduais e federal).

Ligando democracia com o autoritarismo, como consequência do chamado “liberalismo antidemocrático”, Chauí assegura que “estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais” (CHAUÍ, 2019, p. 13). Esse percurso tortuoso, segundo a

autora, teria gerado um entendimento no qual “a liberdade se reduz à competição econômica da chamada ‘livre iniciativa’ e à competição política entre partidos que disputam eleições. Embora a democracia apareça justificada como ‘valor’ ou como ‘bem’, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia” (CHAUÍ, 2019, p. 13). Dito de outro modo, “a democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais” (CHAUÍ, 2019, p. 13). Ou seja, toda nossa vivência democrática aconteceu, na linha do tempo da história brasileira, no âmbito desse espaço restrito e formal.

A autora propõe pensarmos a democracia ultrapassando a simples ideia de um regime político identificado à forma de governo, mas concebendo-a como forma geral de organização da sociedade, elencando sete características das quais se destacam: a) forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos e cidadãs perante a lei) e da isegoria (direito de todos e todas de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas, sempre em público); b) forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo; c) a democracia não define a liberdade apenas pela ausência de obstáculos externos à ação, mas pela autonomia — capacidade de os sujeitos sociais e políticos definirem suas próprias normas; d) do ponto de vista da criação de direitos a democracia é o único regime político realmente aberto às mudanças, no sentido de que faz surgir o novo como parte de sua própria existência; e) por fim, a democracia seria a única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a se evidenciar nas sociedades de classes (CHAUÍ, 2019). Em suma, a autora resume o traço que encerra a contradição-central da democracia liberal: “O maior problema da democracia numa sociedade de classes é a manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real” (CHAUÍ, 2019, p. 14).

Quando relaciona o poder econômico e político das elites liberais no Brasil aos meios de comunicação, Chauí (2019) enxerga um tipo de jogo assimétrico entre a forma oligárquica do poder do Estado — cuja raiz ancestral vai à sociedade patriarcal, misógina, desigual, escravocrata no DNA etc. — cujo resultado atua contra a democracia, ou seja, é

[...] o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais já citados: a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria (direito à palavra, direitos de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente, e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação (CHAUÍ, 2019, p. 18, grifos meus).

O poder político do monopólio de um seletto grupo de empresas, que dominam o setor das comunicações no país, desequilibra o jogo democrático e a disputa da hegemonia, resultando num tipo de corrupção da opinião pública. Em outras palavras, os agentes dominantes mantêm essa dominação enquanto poder de fala e possibilidade de continuar hegemonizando a disputa de ideias na sociedade. Qualquer proposta na direção de um equilíbrio ou da “democratização dos meios de comunicação”, na perspectiva de assegurar esses dois direitos essenciais da democracia liberal (isonomia e isegoria), é visto como “censura” e “ditadura” pelas entidades patronais

da comunicação. Assim foi com a vã tentativa de criar, durante o governo Lula, em 2006, um Conselho Federal dos Jornalistas proposto pela Federação Nacional dos Jornalistas e seus sindicatos filiados. O projeto sequer foi debatido no Congresso Nacional, posto que foi retirado de pauta pela Casa Civil.

Nesse contexto de comunicação digital que produz um volume gigantesco de informações diárias, em plataformas que operam globalmente em conexão com empresas ou grupos econômicos de comunicação regionais ou nacionais, a questão do poder da mídia se coloca em outro patamar, como defende Chauí:

Na perspectiva da democracia, a questão que se coloca, portanto é saber quem detém o controle dessa massa cósmica de informações. Ou seja, o problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem utiliza essas informações, como e para que utiliza (CHAUÍ, 2019, p. 29, grifo meu).

Considerando esse duplo poder — econômico e ideológico — exercido pelos meios de comunicação numa sociedade democrática com as características históricas que temos no Brasil, assentada num oligopólio privado de mídia, é realmente complexo pensar saídas que possam incensar as tensões envolvidas na relação entre imprensa e poder. Chauí resume:

Se esses são os principais traços da sociedade democrática, podemos avaliar as enormes dificuldades para instituir a democracia no Brasil. De fato, a sociedade brasileira é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica; e o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a ótica clientelista e burocrática (CHAUÍ, 2019, p. 16).

Outra contribuição relevante, que dialoga com Chauí (2019) e Costa (1999), vem da obra de Chomsky (2013). Discutindo o papel da mídia na política contemporânea, considerando os vetores da propaganda política e da manipulação da opinião do público, ele indaga: “Em que tipo de mundo e de sociedade queremos viver e, sobretudo, em que espécie de democracia estamos pensando quando desejamos que essa sociedade seja democrática?” (CHOMSKY, 2013, p. 9). Nesse sentido, podemos perguntar: qual democracia prevalece no Brasil? Encontramos uma resposta em Chomsky (2013, p. 9, grifo meu):

Uma delas considera que uma sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres. Outra concepção de democracia é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados.

A resposta que o autor oferece, se aplicarmos ao nosso caso, converge na perspectiva do “liberalismo antidemocrático”. Entre idas e vindas, tentativas de avançar em direção aos direitos democráticos essenciais (isonomia e isegoria), fiquemos com a observação de Venício de Lima: “O direito à comunicação significa hoje, além do direito à informação, garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existente na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual” (LIMA, 2010, p. 36).

DOIS EPISÓDIOS RECENTES: BREVE ANÁLISE

Para refletir sobre essa dissonância histórica entre Jornalismo e Democracia no Brasil, vamos examinar breve e sucintamente o papel da imprensa nos dois golpes mais recentes: o de 1964 e o de 2016. São momentos nos quais a imprensa acabou se posicionando ao lado

das forças dominantes, numa ação que reflete algo muito mais enraizado que a afinidade ideológica de classe: a visão de “democracia” que Costa batizou de “liberalismo antidemocrático”.

O PAPEL DA IMPRENSA EM 1964

Há muita pesquisa, em nível de excelência, sobre essa temática. Constatado isso só para justificar que farei uma breve referência à dissertação de mestrado de Eduardo Gomes Silva, defendida em agosto de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Seu ponto de partida foi um *paper* assinado pelo jornalista e pesquisador Aloysio Castelo de Carvalho, intitulado “*A Imprensa golpista – O papel dos jornais cariocas da Rede da Democracia na queda de Jango*”, publicado em um semanário de circulação nacional, especialmente “por trazer à tona a história de um ‘arranjo midiático’ cuja formação, per se, contradizia um dos pilares que sustentam a legitimidade da imprensa nas sociedades modernas: a independência jornalística” (SILVA, 2008, p. 1).

Após uma vasta pesquisa, Silva (2008) descreve como funcionava o arranjo midiático, cuja atuação foi decisiva na conquista da opinião pública pró-golpe militar de 1964:

Arranjo formado pelas empresas jornalísticas O Globo, Jornal do Brasil e Diários Associados, a Rede da Democracia surgiu em outubro de 1963 como um programa radiofônico, diário, encabeçado pelas respectivas emissoras daquelas empresas – Rádio Globo, Rádio JB e Rádio Tupi – e retransmitido por centenas de emissoras País afora, sempre no horário compreendido entre as 22h e 30min e meia-noite. Também de forma padronizada, uma considerável parte daqueles programas chegavam à mídia impressa graças ao espaço que O Globo, Jornal do Brasil e O Jornal passaram a reservar à transcrição de seus conteúdos (SILVA, 2008, p. 1).

A imprensa hegemônica, à época, sustentou a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” e foi “porta-voz” e protagonista, a um só tempo, dos que pediam a ditadura, ferindo de morte a tentativa de o trabalhismo realizar algum tipo de política pública que pudesse mitigar as desigualdades sociais e distribuir riquezas e oportunidades à população. A pálida democracia liberal era sepultada pelos coturnos dos militares golpistas, sob o réquiem tocado pela mídia tradicional.

Um dos principais agentes políticos da imprensa brasileira, no pós-1964, as “Organizações Globo” só vieram a fazer uma autocrítica pública sobre o apoio ao golpe quase 50 anos depois, num editorial publicado em 31 de agosto de 2013, precedido de um texto do qual destaco um trecho: “Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: ‘A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura’. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura [...] A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la” (JORNAL O GLOBO, 2013, s.p.).

E o final, sem meias palavras, o último parágrafo do editorial:

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (JORNAL O GLOBO, 2013, s.p. grifo meu).

O JORNALISMO NO GOLPE DE 2016

Como tragédia e farsa, a um só tempo, os grandes grupos de comunicação que compõem o oligopólio privado da mídia jornalística, à revelia da Constituição (1988), voltariam a cometer os mesmos equívocos e atuar contra o Estado Democrático de Direito, com todas as suas imperfeições, fruto do processo histórico que teve na chamada “redemocratização” (após 1985) a experiência mais longa.

Em novembro de 2018, a professora Christa Berger (UFRGS), pesquisadora de referência no campo jornalístico, apresentou uma conferência no Encontro Nacional da SBPJor, em São Paulo, cujo título é perfeito: “Jornalismo brasileiro, o inimigo íntimo da democracia”. Citando o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov, Christa vaticinava:

A democracia produz, nela mesma, forças que a ameaçam, e a novidade de nossos tempos é que essas forças são superiores àquelas que a atacam de fora. Combatê-las e neutralizá-las é tanto mais difícil quanto mais elas invocam o espírito democrático e possuem, assim, as aparências da legitimidade. (BERGER, 2018, s.p.).

E acrescentava a pesquisadora gaúcha:

A essas forças poderosas, porque atacam desde dentro, ele chama de ‘inimigos íntimos da democracia’. Pela onipresença na sociedade, pela aparência de legitimidade e pelo poder de dar a ver os acontecimentos, ele identifica a mídia hegemônica como a principal inimiga íntima da democracia (BERGER, 2018, s.p., grifo meu).

Evidentemente sem nenhuma pretensão de esgotar este vastíssimo assunto, destaco dois momentos que reputo altamente relevantes na história do golpe midiático-jurídico-político que culminou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

Em primeiro lugar, o que avalio como absolutamente decisivo na correlação final de forças que permitiu o golpe de 2016: a divulgação do “grampo” da conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma, no Jornal Nacional (TV Globo), na abertura da edição de 16 de março de 2016. Uma manipulação que envolveu o então juiz Sérgio Moro e a força-tarefa da Lava Jato, agora revelada em detalhes pela Vaza Jato (reportagem publicada pela Folha de

S. Paulo, em parceria com o The Intercept Brasil – ed. 8/09/2019). A posse de Lula na Casa Civil, último recurso do governo Dilma para impedir o golpe, seria cassada horas depois pelo ministro Gilmar Mendes (do Supremo Tribunal Federal), e o resto é história. Nunca saberemos se a habilidade política de Lula seria suficiente para reaglutinar a base política de apoio ao governo Dilma, no Congresso Nacional. Aqui, o jornalismo, “inimigo íntimo da democracia”, disparou um míssil certeiro no coração da capenga democracia liberal em processo de reconstrução desde 1985.

O segundo momento foi a veiculação dos *tweets* do general Eduardo Villas Boas, então comandante do Exército, no final da edição do Jornal Nacional, na noite de 4 de abril de 2018, às vésperas da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (JN NOTÍCIA..., 2018). Três dias depois, Lula seria preso pela Polícia Federal. Aqui, o jornalismo de guerra (na feliz expressão do Luís Nassif) cumpria um papel decisivo no constrangimento político ao Supremo Tribunal Federal, cuja decisão no dia seguinte poderia livrar Lula da cadeia.

Nos últimos cinco anos, com o advento da chamada Operação Lava-Jato, o consórcio da mídia hegemônica & agentes de Estado (Ministério Público Federal, Judiciário Federal, Polícia Federal, Controladoria Geral da União etc.) produziu um rastro de destruição e sangue na frágil democracia brasileira. Por uma opção de foco, não examino aqui o papel do Jornalismo de referência (oligopólio privado de mídia jornalística) nesse contexto de inegável desconstrução do que restava do incipiente Estado Democrático de Direito. Já vivemos um Estado de Exceção, não há a menor dúvida: um Executivo Federal delirante e de claro viés autoritário, o Judiciário manietado pela “opinião pública” e os agentes de Estado liderados pela Lava-Jato, a volta da censura nas artes e na cultura, a destruição da educação pública (do ensino superior ao fundamental) e da pesquisa científica.

A história do jornalismo brasileiro se apresenta como um tremendo paradoxo: é rica em luta dos homens e mulheres que dignificam a profissão, apurando e escrevendo reportagens memoráveis;

por outro lado, é uma ode pusilânime ao autoritarismo, do ponto de vista dos empresários do setor, sempre na vanguarda do atraso, historicamente alinhados com as forças mais conservadoras e retrógradas do país. Em última análise, lamentavelmente, nos momentos decisivos a imprensa tradicional rifou a democracia, apequenou-se e defendeu abertamente ditaduras e golpes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 19 de junho de 2021, a tragédia humanitária provocada pela pandemia da covid-19 chegava à marca do meio milhão de vítimas. O telejornal de maior audiência do país (Jornal Nacional, Grupo Globo) publicou, no final daquela edição, um editorial no qual aponta algo que pode impactar, decisiva e positivamente, a concepção de jornalismo ora hegemônico, ainda pautado em valores tipicamente positivistas ditados pela escola estadunidense. Ao concluir o texto, que fazia duras críticas ao governo Bolsonaro, o apresentador William Bonner afirmou:

Tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos pra discussão, mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo, ou o direito de viver numa democracia, em casos assim não há dois lados. E é esse o norte que o jornalismo da Globo continuará a seguir (JORNAL NACIONAL, 2021, s.p., grifos meus).

Uma nova história pode ser escrita pelo jornalismo tradicional brasileiro a partir desse editorial apresentado pelo Jornal Nacional. Valores como objetividade, neutralidade e imparcialidade “emballam” os produtos da indústria jornalística desde o final do século 19, depois da consolidação do “modelo empresa”. Na transição entre o chamado jornalismo literário, engajado ou partidário — praticado nos primórdios, dois séculos antes — ao “moderno” ou “industrial”, tais

valores surgiram justamente da busca por uma estratégia comercial que desse ao conhecimento do jornalismo um estatuto social distinto do publicismo, que marcava especialmente o produto impresso, pautado mais na opinião e menos em apuração dos fatos.

Sobre essa questão específica, Rafael Paes Henriques escreve:

Com o objetivo de aproveitar o crescimento da população urbana e letrada e aumentar o número de leitores possíveis, a imprensa, que até então se organizava desde os jornais de causa, ligados a grupos políticos que os financiavam, se transformou em jornal empresa, e uma nova conduta profissional de suposta neutralidade partidária se impôs como estratégica. As expectativas de novos públicos, que passaram a ler e a comprar jornais, giravam em torno de um produto com mais fatos e menos opiniões, configurando os formatos que vieram a ser reconhecidos como pertencentes a um gênero jornalístico próprio: o informativo, no qual se exige, supostamente, a separação do que é fato daquilo que é a opinião do jornalista (HENRIQUES, 2021, p. 2).

Numa mirada transversal e, de certo modo, transcendental, resgatamos uma história contada pelas lentes do jornalismo investigativo, no ano que antecedeu a pandemia, nas páginas e espaços digitais de um dos maiores jornais do mundo, o *The New York Times*. Há pouco mais de 400 anos, chegava aos Estados Unidos o primeiro navio negreiro, com 20 pessoas negras, que restavam vivas depois da longa travessia do Atlântico, para serem escravizadas. Na esperança de resgatar essa história e investigar mais a fundo a contribuição da população negra na fundação daquele país, a jornalista negra Nikole Hanna-Jones publicou uma série de reportagens chamadas “Projeto 1619”. A reação dos setores segregacionistas estadunidenses foi imediata e barulhenta: da tentativa de desqualificação da jornalista, uma mulher negra, neta de escravos, até o exercício do negacionismo histórico, que alimenta a ideia dos “pais brancos e fundadores

da pátria”, excluindo todo e qualquer vestígio da presença de pessoas negras na construção de riquezas que as famílias brancas acumularam ao longo dos séculos.

Em recente entrevista à Folha de S. Paulo, Hanna-Jones bate de frente com a noção de “objetividade” como sinônimo de “neutralidade”, a partir da Série “The 1619 Project” (vencedora do Prêmio Pulitzer 2020). Quando perguntada se era “desejável ou mesmo possível separar jornalismo de ativismo quando se aborda um tema tão sensível como o racismo?”, respondeu:

Eu não acredito que nenhum jornalista seja apenas objetivo, seja ele de uma minoria racial ou não. Quando você se torna especialista em algo, você constrói opiniões sobre aquele assunto. O que precisamos é objetividade nos métodos. Ter certeza de que se está sendo preciso e justo, usando métodos objetivos. Mas não precisamos fingir que não temos pensamentos e sentimentos sobre aquilo que cobrimos. Eu escrevi sobre segregação racial no sistema público de ensino e claramente eu penso que essa segregação é errada. Eu me oponho à segregação escolar, mas isso não significa que eu não possa reportar de maneira justa e precisa sobre este fenômeno (MENA, 2021, s.p., grifos meus).

O editorial do JN, lido pelos apresentadores Renata Vasconcellos e William Bonner, além da reverência e do respeito às famílias enlutadas e a milhões de brasileiros e brasileiras duramente atingidos e atingidas pelas perdas provocadas pela covid-19, trouxe algo que ainda precisa ser provado, experimentado, discutido, praticado no jornalismo brasileiro. Ao longo da história, o ativismo da mídia corporativa no Brasil sempre foi o avesso do avesso, ou seja, os grupos econômicos de comunicação sempre estiveram ao lado do opressor, dos “vencedores” oficiais, das ditaduras e golpes — como nos recentes casos da ditadura civil-militar de 1964 e o golpe contra democracia em 2016, que resultou, entre outras coisas, na eleição da

extrema-direita ao Poder Executivo, em 2018. As causas humanitárias que hoje têm força global, impulsionadas pelas redes sociais e pelo jornalismo independente publicado exclusivamente na internet, desafiam-nos a pensar no jornalismo como forma social de conhecimento humano capaz de assumir claramente posições, sem abrir mão do primado da verdade, do rigor dos métodos de apuração e, especialmente, incluindo toda a diversidade de posições e fontes presentes na realidade histórico-social.

Restam ainda uma intensa e densa agenda em aberto, na linha que o Jornal Nacional prometeu publicamente: direitos humanos, fome, desigualdade social, agenda feminista (direitos da mulher), luta antirracista etc. Há muitas pautas esperando para entrar na lista daquelas que não poderiam admitir “dois lados” ou a pretensa “neutralidade” e “isenção”. Se levarmos em conta o marco da imprensa no Brasil, lá se vão 213 anos desde a criação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, ou mais precisamente 96 anos desde a fundação da primeira empresa de comunicação do Grupo Globo — o jornal *O Globo*. Há um longo caminho a ser percorrido pela imprensa brasileira rumo à maturidade democrática. Ainda estamos respirando ares do “liberalismo antidemocrático” do final do século 19.

REFERÊNCIAS

BERGER, C. Jornalismo brasileiro, o inimigo íntimo da democracia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., São Paulo, 2018. **Anais** [...]. São Paulo, SBPJOR, novembro de 2018.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. **Opinião Pública e Propaganda**, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2M1Y0rA>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CARVALHO, A. C. de. **A Rede da Democracia**. Niterói/RJ: Nitpress e Ed. UFF, 2010.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. S. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, D. de. (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 13-34.

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

HENRIQUES, R. P. Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 1-24, dez. 2021.

JN NOTICIA Twitter do General Villas Boas. **YouTube**, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ot3Szq>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JORNAL O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, 13 ago. 2013. Disponível em: <https://glo.bo/2qy0fEo>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL 'Especial': Lula Ministro - 1º bloco (completo) 16/03/16. **YouTube**, 17 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3jRQ3Ui>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL. JN: Editorial sobre as 500 mil mortes pela Covid. **Globoplay**, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3yRHRtp>. Acesso em: 21 jun. 2023.

LIMA, V. A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa:** direito, comunicação e democracia. São Paulo: Publisher, 2010.

MENA, F. 'Diversidade é crucial para fazer bom jornalismo', diz vencedora do Pulitzer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BKwftY>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, E. G. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/Rio de Janeiro, 2008.

*Jornalismo e construção
da realidade de violência
contra mulheres: o livro-
reportagem do #MeToo
e o sentido político da
quebra de silêncio⁴*

*Lais de Mello Rocio
Rafael Paes Henriques*

4 Uma primeira versão deste capítulo foi publicada na forma de artigo na *Revista Libero*, n. 48, v. 1, maio/ago. 2021.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do pressuposto de que os produtos da mediação jornalística, entre muitos outros que circulam em nossa sociedade, constituem “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32). Entendemos o jornalismo, entre outras características importantes, como uma atividade simbólica, que realiza processos de codificação, de articulação da linguagem e de tradução dos “mapas conceituais compartilhados”, que, por sua vez, direcionam as formas como as culturas interpretam e dão sentido à realidade (HALL *et al.*, 1993; HALL, 2016).

A cobertura jornalística sobre denúncias de violência contra mulheres, por exemplo, pode convocar significados fundados na cultura do patriarcado e do estupro, que naturalizam abusos, que desconfiam das denunciante, que minimizam a gravidade dos casos e que despolitizam os corpos femininos. Mas, de modo contraditório, como toda atividade simbólica, também tem o potencial de romper com os automatismos do senso comum para se caracterizar como o que Genro Filho (1987) chamou de “insensatez revolucionária”, que não se situa no patamar da teoria ou da ciência, mas que, mesmo assim, pode ser determinante para as transformações políticas e histórico-sociais. Esses elementos “atravessam todas as dimensões da produção simbólica”, gerando essa realidade de disputas caracterizadas por: “de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e, de outro, a possibilidade da expansão da ideologia revolucionária a partir daquela” (GENRO FILHO, 1987, p. 49).

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar os enquadramentos jornalísticos reivindicados pelo livro-reportagem *Ela Disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo* (KANTOR; TWOHEY, 2019) para as reportagens do *New York Times*, produzidas pelas mesmas autoras, vencedoras do Prêmio Pulitzer, em 2018. As reportagens revelaram denúncias de abusos sexuais contra mulheres e outros

crimes característicos de violência de gênero, que teriam sido cometidos por homens públicos e poderosos do meio político, da indústria cultural e tecnológica e de outros campos profissionais nos Estados Unidos. Em consequência dessas acusações públicas, segundo levantamento do *New York Times* (2018), mais de 200 homens perderam seus cargos, gerando ainda punições e condenações de alguns deles.

A partir de um estudo de caso, a ideia é verificar de que formas o jornalismo pode realizar uma cobertura de um tema sensível e de elevado interesse público, buscando superar o senso comum e os modos como se costumam tratar a violência de gênero. Entendemos que, em vez de uma questão privada ou particular, os crimes sexuais contra mulheres possuem uma dimensão política e social incontornáveis, que só podem ser revelados quando o jornalismo busca, além da precisão do relato factual, a correta interpretação e contextualização dos acontecimentos. Nossa premissa é que isso, de algum modo, passa pelo abandono do entendimento de objetividade como neutralidade ou como sinônimo de pura factualidade: “deixar os fatos falarem por si só”.

Desse modo, este trabalho vai, em um primeiro momento, discutir alguns dos entendimentos de objetividade jornalística, procurando caracterizar esse importante princípio da atividade não como a negação da subjetividade, mas como sendo o compromisso com a dimensão factual dos acontecimentos. Em um segundo momento, vamos apresentar aspectos da epistemologia feminista que reforçam a potência da subjetividade. Em vez de polo que pode, e que precisa, substituir a objetividade na determinação dos acontecimentos, iremos nos apropriar da perspectiva feminista para um entendimento da subjetividade, justamente como condição de possibilidade para uma correta interpretação das ocorrências de interesse jornalístico. Por último, por meio da metodologia do enquadramento (ENTMAN, 1993), vamos descrever os quadros reivindicados pelas autoras para as reportagens que impulsionaram o #MeToo, na tentativa de verificar se esses enquadramentos apresentam uma forma mais crítica e menos automática de entender o fenômeno da violência de gênero.

A MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA, OBJETIVIDADE E INTERPRETAÇÃO

Guerra (2008) esclarece que a objetividade é um princípio jornalístico derivado de certa ideia de mediação, desde a qual o que importa são os acontecimentos, e não as opiniões e interpretações que os jornalistas podem realizar sobre os fatos de interesse público. Essa demanda por fatos “puros”, por sua vez, é resultado da “crescente influência dos princípios iluministas nas diferentes esferas da vida social moderna, sobretudo na ciência e na política” (GUERRA, 2008, p. 137).

No contexto histórico resgatado por Guerra (2008), a revolução científica e industrial conduzia a uma nova era baseada na racionalidade, rompendo, inclusive, com mitos e dogmas religiosos, levando também o jornalismo a uma transição para se consolidar, no século XX, como indústria de massa, estabelecendo para si próprio o papel de discernimento da verdade. Assim, “a neutralidade e objetividade se enquadram nesse novo perfil de conduta profissional, que funda a concepção moderna da profissão” (GUERRA, 2008, p. 132).

Apesar da relativa clareza histórica quanto ao surgimento da objetividade como valor fundamental, Sponholz (2009) argumenta que há muitas maneiras de se compreender e de se buscar a objetividade. Ela indica as limitações de diversas dessas compreensões, destacando, por exemplo, que a objetividade como neutralidade resulta em um jornalista passivo e assujeitado, o que prejudica o conhecimento que é produzido. “Neutralidade pode prejudicar o processo de conhecimento não somente por causa da renúncia à investigação jornalística, mas também porque a redução à mera tarefa de divulgação pode levar à transmissão de declarações falsas” (SPONHOLZ, 2009, p. 28-29).

Tuchman (2016) concluiu que a noção de objetividade muitas vezes é entendida como “ritual estratégico”, executado principalmente para lidar com pressões sociais e demandas práticas, com os “perigos múltiplos e onipresentes” (TUCHMAN, 2016, p. 115), que

envolvem a produção da notícia, tais como o cumprimento de prazos, a reputação do jornalista e os lucros do veículo. Essa ideia também pode produzir um relato no qual a objetividade transforma-se apenas em formalidade, esquecendo-se o real compromisso dos jornalistas com a precisão dos relatos.

Neste trabalho vamos nos filiar ao entendimento de objetividade jornalística como um problema ontológico-epistemológico. Nesse sentido, reforçamos que “discutir a noção de objetividade jornalística é investigar o modo como ontologicamente a realidade se estrutura” (HENRIQUES, 2018, p. 266). Entendemos que somente quando se parte desse questionamento primordial sobre o significado de nossas experiências é que conseguimos “romper definitivamente com a ideia de que o real pode ser compreendido desde a cisão sujeito e objeto como gênese de toda a realidade possível” (HENRIQUES, 2018, p. 266).

Conhecer é descrever (objetividade), mas também interpretar os fatos (subjetividade), numa experiência de codeterminação sujeito-objeto. “Neste sentido, o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção, mas sim uma reconstrução da realidade” (BENTELE, 1993, p. 160, *apud* SPONHOLZ, 2009, p. 19).

Sendo assim, o acalorado debate entre os que defendem a objetividade contra aqueles para quem “tudo é subjetivo” precisa dar lugar à superação dessa falsa dicotomia. É nesse sentido que Genro Filho (1987) argumenta que a subjetividade não pode ser vista como um empecilho para o conhecimento verdadeiro, bem como a impossibilidade de se conhecer a objetividade, em sua totalidade. Para o autor, essa condição não deve ser vista “como uma limitação, um sinal de impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade” (GENRO FILHO, 1987, p. 210).

Nesse ponto da argumentação, chamamos a atenção que afirmar a potência da subjetividade não significa a negação do compromisso

do jornalismo com a verdade e com a representação precisa da realidade. Wilson Gomes (2009, p. 28) também faz esse alerta de que reconhecer a dimensão subjetiva dos relatos não significa que “os fatos seriam tão somente um piquenique, em que a realidade entra com a matéria e o observador e/ou narrador com o sentido. Aliás, com qualquer sentido”. Em vez disso, é preciso estabelecer um equilíbrio entre a dimensão subjetiva e a correção factual, para que a determinação dos fenômenos não se torne passível de qualquer interpretação.

Na mesma direção da separação sujeito-objeto, a modernidade instaura também a dicotomia entre razão e emoção como fundamento para a busca da verdade, associando-a, principalmente, à neutralidade, traduzida na busca pelo “relato puro” dos fatos, descartando aspectos subjetivos. Moretzsohn (2007) problematiza e caracteriza essa confusão de papéis. Diferentemente da Ciência, a atribuição específica da notícia em informar os fatos imediatos do cotidiano poderia justificar, a partir de um olhar descuidado, a função de apenas espelhar os “fatos em si”: “parece aí perfeitamente aceitável que uma atividade voltada a ‘relatar fatos’ se limite ao reino das aparências, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a alteração da ‘ordem natural das coisas’ (MORETZSOHN, 2007, p. 25).

Além de afirmar a impossibilidade do espelhamento dos fatos “neles mesmos”, já que a interpretação é fundamental para conhecê-los, a autora reforça que o “mero relato de fatos” estaria traindo a própria proposta do jornalismo, que “se justifica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer aos cidadãos” (MORETZSOHN, 2007, p. 25). O argumento é o de que o pensamento científico, assim como o jornalismo, envolve o dever de questionar os fatos como apresentados, por meio da verificação e da pesquisa empírica, num “movimento de negação do senso comum”. Sendo assim: “Pensar contra os fatos não é desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreendê-los em sua complexidade [...]” (MORETZSOHN, 2007, p. 25).

Em síntese, neste trabalho a objetividade não significa neutralidade, mera formalidade ou defesa de espelhamento automático da

realidade, mas procedimento essencial de verificação precisa dos acontecimentos e investigação profunda de todo contexto que cerca um fato. Da mesma forma, a subjetividade é compreendida não mais como uma limitação emocional que esconderia a verdade, mas como uma dimensão interpretativa fundamental ao processo de conhecimento. No próximo tópico, vamos procurar descrever como a epistemologia feminista pode reforçar esses entendimentos, à medida que identifica a origem masculinista da ciência tradicional e do próprio jornalismo.

FEMINISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM JORNALISMO QUE SENTE, INTERPRETA E CONTEXTUALIZA

A desigualdade de gênero instaura e naturaliza a condição masculina como universal, absoluta, atribuindo ao homem a supremacia de representar, oficialmente, aquilo que significa ser humano. À mulher, por sua vez, é atribuído o caráter do específico, sendo um desvio a essa norma geral. Para Beauvoir (1970, p. 9), “Há um tipo humano absoluto que é o masculino [...] A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele, ela não é considerada um ser autônomo”. É nesse contexto que os padrões da cobertura jornalística sobre a violência contra mulheres, muitas vezes, esbarram em uma visão que não reconhece esse fenômeno como um problema universal, legítimo e político.

Qualquer cobertura sobre violência de gênero precisaria, nesse sentido, partir do princípio de que o masculinismo é algo que possui caráter eminentemente político, forjado na esfera pública e até mesmo no controle estatal, como aponta Saffioti (2015, p. 57): “o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”, argumentando que, nesse sentido, os espaços público e privado estão “profundamente ligados e parcialmente mesclados”.

Wilshire (1997) aprofunda esse entendimento ao apontar que a própria epistemologia ocidental está baseada na valorização de tudo

aquilo que é conhecimento racional e legítimo — reconhecido como próprio do que é masculino —, ao mesmo tempo que se desvaloriza, posicionando como algo hierarquicamente inferior, o que está no campo da crença, do carnal, impuro e emocional — portanto feminino. Tanto nos modelos filosóficos instaurados na Antiguidade quanto na evolução do pensamento filosófico e científico a partir da Modernidade, o esforço foi o de consolidar a racionalidade como modelo de apreensão e construção política do mundo, deslegitimando-se o que se entende socialmente como feminino.

Na descrição das perspectivas feministas, que caracterizam os conceitos científicos como “identitários e, portanto, excludentes”, Margareth Rago (2019, p. 374) reforça a denúncia de desvalorização de tudo o que é identificado como feminino no pensamento ocidental. Com base no “conceito universal de homem”, conforme contextualizamos historicamente, “as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas”, ao passo que “os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos” (RAGO, 2019, p. 374).

É claro que o jornalismo, como instituição que pretende apresentar relatos fidedignos aos acontecimentos cotidianos, em seus princípios e procedimentos, também está impregnado desse modo de compreender o que é mais ou menos adequado no processo de apreensão/reconstrução da realidade. No caso em questão para este capítulo, afirmamos que o jornalismo é, sim, uma das atividades que produzem, repercutem e reverberam sentidos em torno do que significa ser mulher ou ser homem. Não estando isento ou separado das ideologias hegemônicas da sociedade, mas constituindo-se como produto dela mesma. Sendo assim, é de fundamental importância considerar que as notícias podem, muitas vezes, reproduzir a desigualdade de gênero.

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo

acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 63).

As reportagens sobre o #MeToo nos EUA (KANTOR; TWOHEY, 2019) descobriram diversas redes de proteção, ligadas a estruturas políticas, estatais e empresariais, que davam respaldo a abusos sexuais, mantendo-os velados, naturalizados ou até concebidos como um tipo de entretenimento no debate público. Quando a cobertura jornalística de complexos contextos como esse for realizada adotando-se como objetivo, pode-se reproduzir e naturalizar tal violência masculina. Conforme problematiza Segato (2018), em entrevista concedida à *Revista Ihu Online*, publicada no portal do Instituto Humanitas Unisinos:

O que aprendemos de feminicídios e escândalos sexuais anteriores é que mesmo que os meios de comunicação mostrem a monstruosidade do agressor, esse monstro para outros homens resulta uma figura tentadora, porque o monstro é potente [...] como deve ser o sujeito masculino formatado pelo mandato da masculinidade (SEGATO, 2018, s.p.).

Assim, consideramos que a reformulação dessas noções no jornalismo implica uma mudança do olhar, que guia o processo da reportagem, deslocando-o da vivência masculina tida como universal e passando a abranger experiências distintas, inclusive das identidades femininas. Isso significa, fundamentalmente, assumir o olhar masculino como também específico, igualando-o a tantas outras visões particulares, que compõem a vivência sociopolítica do mundo. Como demonstra Rago:

[...] se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até

o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico (RAGO, 2019, p. 373).

Conforme também argumenta Wilshire (1997, p. 106), a produção de conhecimento nesse sentido avança para além da “valorização do feminino”, mas alcança um sentido de “tornar plena a experiência humana, resgatando o valor e o conhecimento no corpo humano, na emoção e no compartilhar humanos”. Ou seja, amplia o foco para uma visão integrada do real incluindo aspectos que eram reclusos ao feminino, “desqualificados como ‘inferiores’, ‘subjetivos’, ‘fatos privados e domésticos’”, que levam a “intensificar e enriquecer a busca por verdade e conhecimento” (WILSHIRE, 1997, p. 106).

Portanto, esse posicionamento leva não apenas a uma responsabilização e punição dos homens por seus atos agressivos, mas também representa uma luta para igualar as estruturas de poder entre homens e mulheres. Esse entendimento possibilitado pela perspectiva de gênero, instaurada na epistemologia feminista, traduz uma forma de apreender a realidade fundamental para discutir e combater as violências masculinas contra mulheres. Como demonstra Bandeira (2019, p. 298), a atuação do movimento feminista foi fundamental para retirar o combate à violência de gênero “da esfera da vida privada e familiar, legitimando como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres”, ao passo que também “voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica” (BANDEIRA, 2019, p. 298).

Essa percepção leva a enxergar a violência sexual contra mulheres como uma perpetuação do “direito político e sexual” dos homens

sobre as mulheres, operado por meio do “acesso sistemático” deles aos corpos femininos (PATEMAN, 1993, p. 16-17). Ainda que as mulheres vítimas desses casos já estejam inseridas em um contexto atual de empoderamento feminino, ocupando protagonismo na industrial cultural e no meio profissional, a permanência dos padrões de assédios demonstra que a condição vulnerável dos seus corpos, dos seus desejos e de sua vida íntima continua resguardada por estruturas de poder ainda mais densas, que se sobrepõem aos micropoderes que essas mulheres têm conquistado na vida cotidiana.

Assim, torna-se possível estabelecer parâmetros de enquadramento jornalístico que rompem com a dualidade e hierarquia simbólica entre masculino e feminino, de forma a pautar o cotidiano das mulheres — e sua dimensão até então reclusa na vida privada — com o sentido político transformador. Tal como acreditamos ocorrer com a significação da quebra de silêncio, na investigação contextualizada sobre os assédios sexuais. Entendemos, assim, que isso consiste necessariamente num olhar contextual, deslocando o problema da violência masculina contra mulheres de quaisquer outras razões pontuais e o situando como um problema político, associado à construção cultural e simbólica.

ANÁLISE DO LIVRO-REPORTAGEM SOBRE O #METOO: A PRÁTICA DO JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

A partir de toda discussão exposta, ingressamos na análise de enquadramento jornalístico do livro-reportagem *Ela Disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo* (KANTOR; TWOHEY, 2019). Para além de fornecer relatos dos bastidores da investigação publicada pelas autoras no *New York Times*, em 2017, que revelou de forma inédita os abusos sexuais e acordos de silêncio de vítimas em Hollywood, o livro fornece uma contextualização própria e exclusiva sobre essa realidade, revelando a estrutura de poder e submissão feminina por trás dos abusos sexuais cometidos por homens famosos, como

o produtor cinematográfico Harvey Weinstein e o ex-presidente Donald Trump. Com isso, o livro traz ainda enquadramento significativo da quebra do silêncio e denúncias de vítimas — inclusive atrizes famosas — incentivadas a revelar os assédios pela primeira vez nas reportagens do *NYT*, que fortaleceram a campanha feminista #MeToo, impulsionando a punição de diversos acusados como o próprio Weinstein, condenado a 23 anos de prisão.

Dessa maneira, a seleção do material para análise é motivada pela maneira como as apurações e enquadramentos jornalísticos empenhados no livro de Kantor e Twohey (2019) podem responder à pergunta deste estudo, que questiona como o jornalismo pode interpretar a realidade a partir da perspectiva feminista. O livro resgata, aprofunda e amplia as histórias apuradas ao longo de três anos, desde as revelações publicadas em 2017, investigando os comportamentos masculinos abusivos da indústria cultural e poder público dos EUA, bem como desvelando os sistemas que mantêm esses crimes impunes e as mulheres submetidas a esse padrão.

Guiada pela metodologia do enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993), esta análise ressalta a maneira como as notícias promovem, nesse contexto de violência sexual contra as mulheres, a “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa), sendo esses aspectos utilizados como categorias de análise para a codificação e interpretação dos relatos do livro. Após detalhar esses quadros, buscamos apontar as perspectivas predominantes no livro, sendo possível identificar nos enquadramentos a “construção das narrativas explicativas do mundo da vida” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 5).

Definição do problema

A definição do problema aparece no livro como uma das formas mais frequentes de enquadrar os relatos, ganhando predominância à

medida que as repórteres revelam a série de assédios sexuais enquanto problema estrutural da indústria cultural de Hollywood, baseada em ideais de beleza e comportamento feminino ditados pelos homens. Assim, a temática predominante nos trechos enquadrados como definições do problema é a dominação e impunidade masculina, sendo que a maioria desses relatos demonstram como isso incentiva abusos sem fiscalização. Essa perspectiva é marcada em trechos como: “[...] assediadores costumazes atingiam níveis cada vez mais altos de sucesso e louvor. Eles eram aceitos e até exaltados como meninos travessos. Era raro haver consequências sérias” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 4). Esse status é demarcado como forma de caracterizar o problema a partir dos poderes e privilégios masculinos nesse cenário:

[...] Weinstein personificava a maneira como homens poderosos abusavam de seu status para dominar mulheres. [...] ou se submetiam a suas exigências sexuais ou se arriscavam a sofrer as repercussões. Aquilo era assédio sexual, encaixando-se na definição legal ou não (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 61-62).

Com isso, percebemos que esse enquadramento demonstra possibilidades significativas de reflexão e enfrentamento da violência de gênero, aliando-se à proposta feminista de deslocar os assédios de problemas pontuais para questões políticas. No entanto, ressaltamos que esse enfoque voltado para homens famosos, em posições sociais que permitem seus atos mais agressivos, pode levar a um risco de espetacularizar essa violência e descrevê-la apenas como um escândalo do mundo das celebridades. Isso poderia tirar de vista o fato de que esse também é um problema recorrente da vida real, do espaço doméstico e íntimo de vidas anônimas.

Outro aspecto predominantemente atribuído à definição do problema é a submissão feminina, na medida em que a reportagem identifica a maneira como as mulheres são tidas como objetos sexuais e têm suas vozes deslegitimadas, especialmente ao confrontar

a violência masculina. Os trechos dessa categoria demonstram essa condição feminina inferior como regra na indústria de Hollywood. Assim, as repórteres se dedicam a investigar e comprovar — com checagens jornalísticas, declarações e por meio de documentos — como ocorrem tais práticas naturalizadas. A partir daí, o enquadramento direciona o foco para a experiência feminina, ao retratar como as mulheres se sentem, se projetam e se comportam diante das relações de poder que as fazem inferiores.

Isso confere protagonismo às principais personagens e fontes do livro: atrizes e funcionárias afetadas pelos impactos do machismo nesse contexto. As repórteres descrevem trajetórias de atrizes como Gwyneth Paltrow e Ashley Judd. Tais trechos demonstram, por exemplo, como Paltrow enxergava confiança numa relação quase paternal em Weinstein como mentor de sua carreira, o que gerou impotência e silenciamento dela diante dos assédios. Ao retratar a história de Judd, o livro aborda traumas de infância por conta de assédios sofridos e os impactos psicológicos disso com os abusos de Weinstein, bem como a trajetória de Judd como ativista e acadêmica feminista na tentativa de mudar essa realidade. Isso também se reflete no depoimento da atriz Marissa Tomei sobre a condição feminina em Hollywood, que “precisara lidar com uma desigualdade salarial aparentemente sem solução, e diversas vezes se vira reduzida a um acessório, em cenas que giravam em torno de personagens masculinos” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 42-43). O mesmo quadro retrata casos de mulheres anônimas como Rowena Chiu, assistente e aspirante à produtora, cuja carreira nos EUA foi desafiada e interrompida drasticamente após ser assediada por Weinstein. Assim, o livro revela a exclusão profissional e os impactos psicológicos, incluindo depressões e tentativas de suicídio, que várias vítimas sofreram diante dos abusos.

A definição do problema também revela com frequência o silenciamento feminino, conduzindo a reportagem a buscar as origens e os efeitos disso. O silêncio é apontado como instrumento para coibir

fiscalizações, denúncias e punições dos assédios. À medida que a reportagem descobre esses meios de ocultação dos crimes, a indústria dos acordos de silêncio é indicada como uma das principais causas do problema, sobre as quais discutiremos adiante.

Interpretação das causas

Nesse enquadramento, identificado pela seleção e interpretação das razões que geram o problema, o livro demonstra como principais causas as estruturas de poder que incentivam a agressividade masculina e a impunidade. Dessa forma, as repórteres afirmam que a maioria das apurações apresentadas “ajuda a ilustrar como o sistema jurídico e a cultura corporativa **serviram para silenciar vítimas e ainda inibem as mudanças**” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7, grifos nossos). Esse quadro leva a identificar como principal meio de proteção masculina a indústria de indenizações das vítimas com acordos de silêncio, impedindo-as de denunciar, apontar culpados e falar publicamente sobre os crimes. A reportagem demonstra que isso ocorre como estratégia dos abusadores e de seus advogados, para que os crimes se mantenham sob sigilo sem ameaçarem seus autores.

Nessa perspectiva, percebemos a possibilidade de diferentes interpretações jornalísticas que poderiam incidir sobre o mesmo contexto. Sem esse enfoque na experiência das vítimas silenciadas, outros quadros poderiam denotar os acordos como algo positivo e vantajoso para as mulheres, em uma abordagem equivocada que demonstrou ser recorrente por outros jornais, debates e figuras públicas, que por vezes se assumiram até mesmo como feministas (KANTOR; TWOHEY, 2019).

Esse direcionamento leva à contextualização como principal forma de identificar as causas, os padrões e as tendências abusivas dos homens, possibilitando o assédio sexual de forma mais efetiva e profunda. Tal como foi percebido pela equipe do *NYT*, num momento em que o machismo já era discutido publicamente, tais relatos se

perdiam em informações pontuais e efêmeras com poucas mudanças estruturais, deixando a lacuna de uma abordagem mais contextual:

As mulheres pareciam estar cada vez mais exaustas [...]. Conventê-las a aceitar ser citadas em questões do tipo [relatos constrangedores de assédios] nunca era tarefa simples. [...] Quase nenhuma vítima se expunha se estivesse completamente sozinha. Mas **se padrões de comportamento pudessem ser revelados**, talvez houvesse uma maneira de contar mais histórias daquele tipo (KANTOR; TWOHEY, p. 36-37, grifos nossos).

Diante dos abusos ocultados no interior das grandes empresas norte-americanas, as repórteres apontaram a reportagem para um problema político ainda mais profundo. Assim, elas identificaram que “gênero não era apenas uma pauta, mas uma espécie de porta de entrada investigativa. Como as mulheres ainda estavam à margem em muitas companhias, **documentar o que elas vivenciavam mostrava como o poder funcionava**” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 15-16, grifos nossos). Com isso, a pauta de Kantor e Twohey (2019, p. 37) teve como ponto de partida a tarefa de “ir além dos infratores individuais e definir os elementos e o sistema que faziam com que o assédio sexual continuasse a ser tão generalizado e difícil de abordar”. Com isso, a frequência do termo “comportamento” foi de 68 registros em todo livro.

Sendo assim, o contexto é acionado no livro principalmente das seguintes formas: a sistematização de um grande volume de provas documentais; a contextualização de acusações que totalizaram 12 vítimas denunciando assédios na reportagem, que encorajou mais mulheres a denunciarem; o resgate histórico de tradições e práticas abusivas contra mulheres, no dia a dia das empresas e em produções cinematográficas desde os anos 1970. Isso revelou um padrão de comportamento masculino que se mantinha ainda atualmente, mesmo que mulheres já ocupassem cargos de chefia e posições de protagonismo.

Avaliação moral do problema e recomendações de tratamento

Por último, identificamos os trechos categorizados contendo avaliação ou julgamento moral do problema e soluções ou recomendações de tratamento. Ambos os aspectos demonstram um diferencial das repórteres em julgar o caso de forma mais propositiva, distanciando-se do ideal de imparcialidade convencional pelo qual jornalistas não poderiam explicitar que sempre realizam uma operação de tradução e de codificação dos fatos, ao invés de simplesmente descrevê-los “automaticamente”, como se fosse possível deixar que eles “falem por si só”. Assim, Kantor e Twohey (2019) assumem o posicionamento que desempenham, inevitavelmente, ao selecionar e interpretar os fatos de interesse jornalístico.

Na avaliação moral, percebemos a explícita culpabilização tanto do sistema de poder masculino — nesse caso, de Hollywood — quanto dos próprios abusadores, com a personificação da violência masculina atribuída aos homens. Partindo da problematização dos padrões culturais, em alguns momentos a reportagem atribui a culpa especificamente aos acusados, mas mantém a responsabilização dos homens a partir do contexto que favorece seus atos abusivos. A culpabilização dos abusadores ocorre com frequência, principalmente atribuída à Harvey Weinstein, que foi o principal acusado pela reportagem de Kantor e Twohey (2019). Essa avaliação moral aparece como uma conclusão à medida que as repórteres caracterizam e detalham os assédios, atos agressivos e investidas sexuais de forma crua a partir dos relatos de diversas vítimas, acompanhados de julgamentos do comportamento de Weinstein como “perturbador” (p. 49) e “abusivo” (p. 117). No terceiro capítulo, após a narração dos casos, ao diagnosticarem um padrão de comportamento, Kantor e Twohey (2019) caracterizam como “aterrorizante” a “maneira assombrosa” (p. 103) como os abusos se repetiam, destacando a frequência dos casos de jovens atrizes e funcionárias, consideradas “tão jovens, tão mais fracas que ele” (p. 103), que buscavam sucesso profissional e tinham seus sonhos frustrados após serem violentadas pelo produtor.

Esse quadro também ganha enfoque explícito ao avaliar o comportamento abusivo de Weinstein não só para as vítimas, mas também para sua empresa, para diversos funcionários e familiares do acusado. Tais personagens são julgados, por um lado, como reféns de Weinstein levados a acobertar os abusos para manter o status profissional, e por outro lado, como culpados pelo silenciamento. Assim, a culpa também é atribuída à falta de denúncias e mobilizações desses envolvidos, levando a indicar que: “Muitas pessoas que vislumbram o problema – como Bob Weinstein, irmão e sócio de Harvey, que deu longas entrevistas para este livro – **fazem pouco para tentar impedir que ele continue ocorrendo**” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7, grifos nossos). Esse enquadramento ainda reflete certo esforço das repórteres em contestar outros julgamentos, que tradicionalmente culpam as vítimas de assédio, o que se percebe em trechos que, por exemplo, reproduzem a queixa de uma atriz de que “todos os estúdios culpam as vítimas” (p. 19), e reafirmam o argumento de um ex-funcionário de Weinstein de que “as vítimas acabam sendo consideradas culpadas” (p. 157).

No enfoque das recomendações de tratamento, a questão do silêncio — no caso, a quebra dele — volta a surgir com predominância. Se a definição do problema e das causas girava em torno dos acordos que silenciavam as vítimas, é justamente a ruptura desse silêncio que representa, no livro, a virada de chave dessa realidade. A quebra do silêncio é proposta constantemente como um ato potente e transformador, refletindo a função de significação e mobilização social do jornalismo (FRANCISCATO, 2014; HALL, 2016). Tal como declaram as autoras no prefácio: “Milhões de mulheres no mundo todo contaram suas próprias histórias de assédio. Muitos homens de repente tiveram de arcar com as consequências de seu comportamento predatório, em um momento de prestação de contas sem precedentes” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 5-6).

Ao mesmo tempo que esse tratamento do caso representa simbolicamente a libertação das mulheres, a ruína dos agressores e as

motivações da reportagem, as repórteres também indicaram os dilemas e as diversas consequências da quebra de silêncio que ainda ameaçam as possíveis vítimas. Isso reflete contradições e desafios desse movimento diante da permanência estrutural da dominação masculina (SAFFIOTI, 2004), como descrevem:

As atitudes sociais estavam mudando e quase todos os dias saíam manchetes dramáticas com novas acusações, mas, em larga medida, os princípios básicos permaneciam os mesmos. As leis de assédio sexual em geral estavam ultrapassadas e eram aplicadas apenas esporadicamente; à exceção de algumas revisões em alguns estados, não parecia provável que mudassem tão cedo (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 250-251).

Apesar desses entraves, as soluções mais defendidas pelas autoras são a ampliação das denúncias e o fortalecimento do debate público contra o assédio. Nesse sentido, Kantor e Twohey (2019, p. 5) defendem o próprio jornalismo como agente dessa solução, considerado “um dos catalisadores dessa mudança”. Isso representa, no livro, uma forma de gerar transparência sobre os atos e as práticas abusivas, que eram ocultadas no interior das empresas e por isso se mantinham impunes. Por isso, essas revelações podem gerar fiscalização pública do comportamento dos homens no poder, bem como respaldar o “direito de as mulheres denunciarem homens poderosos” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 33) sem que sejam ameaçadas ou deslegitimadas nesse processo.

Assim, o livro indica que isso levaria à efetiva punição dos acusados, processo considerado como “uma inversão momentânea da física do poder” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 36), como caracterizaram o afastamento de cargos do apresentador da *Fox News*, Bill O'Reilly, e o empresário Roger Ailes após acusações de abusos sexuais pelo *NYT*. Percebemos, portanto, um sentido político e simbólico mais amplo nesse enquadramento, ao defender uma mudança

estrutural do poder masculino, indo além do questionamento pontual e criminal dos atos.

Por fim, essas recomendações também indicam como solução marcante o empoderamento feminino e o fortalecimento de pautas feministas em busca da igualdade de gênero. Isso surge à medida que o livro reivindica a união e o fortalecimento das mulheres, para que se sintam mais seguras para denunciar os assédios, rompendo com o isolamento das vítimas. A perspectiva feminista se traduz, por exemplo, na escolha das repórteres em se referir mais ao termo “assédios”, mencionado 99 vezes no livro, do que ao termo “crimes”, mencionado apenas 19 vezes, atribuindo um sentido mais estrutural ligado à cultura do estupro e à violência de gênero.

Reafirmando esse tratamento feminista, o empoderamento feminino é aprofundado e defendido principalmente no último capítulo, que retrata um encontro organizado com todas as mulheres que denunciaram os assédios para as repórteres. Nesse momento, Kantor e Twohey (2019) destacam os impactos da quebra de silêncio para a vida de cada uma das vítimas, em relatos como: “pude redefinir a situação e perceber que realmente não foi nada que eu tenha feito de errado” (p. 336). Assim como relatou a funcionária do McDonald’s assediada no trabalho, sobre o momento em que denunciou a empresa publicamente num órgão governamental: “nunca me senti tão poderosa na vida” (p. 338).

Nesse sentido, as repórteres ressaltaram diversos protestos feministas contra o assédio dos quais as vítimas fizeram parte, abrindo caminho para que mais mulheres denunciassessem ou pudessem se prevenir, com criação de novos protocolos de regulação dos abusos nas empresas. Dessa forma, esse enquadramento demonstrou a conclusão de que “as histórias delas abarcavam uma espécie de inversão poética. Tinham sofrido assédio, mas ganhado um novo poder e respeito ao lutar contra a situação” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 338), refletindo uma recomendação de tratamento voltada para a politização da sociedade contra a violência de gênero.

CONCLUSÕES: A NARRATIVA DA QUEBRA DO SILÊNCIO E A CONTEXTUALIZAÇÃO

A história de *Ela Disse* (KANTOR; TWOHEY, 2019) se abre com os desafios das jornalistas diante do silêncio das vítimas, enfrentando créditos, faltas de provas e ameaças dos acusados. No decorrer da reportagem, as mulheres silenciadas falaram. E ao falarem, transformam-se e mudam realidades. O silêncio marca, então, a principal narrativa que conduz a história: ele começa sendo o obstáculo das vítimas, a arma dos abusadores, a porta fechada para o Jornalismo; e termina sendo o oposto, a fala e o dizer — simbolicamente marcados no título “*She Said*” — como determinante para o enfrentamento à violência masculina.

Com foco na produção simbólica, que contorna o sentido do silêncio, percebemos que isso configura um enquadramento e uma narrativa própria, diferente de perspectivas comuns na imprensa tradicional que tematizam as reportagens com o caráter espetacularizado, criminal e brutal dos abusadores (SEGATO, 2018). Para além da indústria do silêncio ser apresentada como principal arma de proteção e incentivo aos crimes desses homens, percebemos um enfoque específico do *NYT* em enquadrar esse silêncio e sua ruptura com viés feminista.

No produto analisado, percebemos que a apuração do livro de Kantor e Twohey (2019) aciona a junção de aspectos objetivos e subjetivos que levam à contextualização jornalística, conforme fundamentamos na revisão teórica deste estudo. A verificação é apresentada como determinante para o impacto da reportagem, justificado pelo fato de “estabelecer um claro e gigantesco conjunto de provas das infrações”, comprovando “a existência de um padrão de comportamento com base em relatos pessoais, documentos financeiros e legais, memorandos da empresa e outros materiais reveladores” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7). Tais estratégias jornalísticas demonstram, além de um enquadramento específico sobre esses fatos (ENTMAN, 1993), uma forma de representação simbólica da realidade.

Destacamos, ainda, a questão da subjetividade — nesse caso, associada à vivência feminina diante da dominação masculina — como fundamental nessa apuração. Ao longo da reportagem do livro, os aspectos subjetivos se configuram como condições para atingir a objetividade (GENRO FILHO, 1987), tornando-se determinantes para discernir o padrão de abusos sexuais. Isso se dá na investigação e narração de anseios, emoções, inseguranças e diversas questões psicológicas e simbólicas que afetam os homens e as mulheres nessas relações de poder marcadas pela desigualdade de gênero: “A quantidade de histórias e o sofrimento contido nelas mostravam o tamanho do problema e como tais ocorrências tinham prejudicado inúmeras vidas e tolhido o avanço profissional” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 244). Dessa forma, tais pontos sensíveis da experiência humana se fazem ainda mais necessários ao tratar da violência de gênero, que costuma surtir causas e efeitos simbólicos invisíveis tão importantes quanto os fatos materiais em si.

A exemplo da violência íntima e sexual contra mulheres, percebemos que nem sempre a realidade está posta, nítida, conectada e materializada, especialmente em uma sociedade patriarcal que mantém essas práticas ocultas. Assim, esta análise demonstra a necessidade fundamental de “pensar contra os fatos” (MORETZSOHN, 2007) para elucidar e questionar a violência contra mulheres. Isso significa, portanto, ultrapassar a visão ingênua de objetividade jornalística para alcançar um senso crítico, questionando o que estava por trás dos rumores que naturalizavam os “testes do sofá” e a fama dos homens “mulherengos” de Hollywood.

Para tal, era preciso apreender os elementos subjetivos junto à verificação jornalística para romper com as barreiras do silêncio e da culpabilização, que impediam essas mulheres de denunciar e relatar o que vivenciaram. E foi preciso, fundamentalmente, costurar os rastros da violência de gênero, suas origens e seus efeitos sociais para fornecer um relato aprofundado, com credibilidade jornalística e o peso necessário para influenciar autoridades públicas a investigarem e punirem os envolvidos.

Concluímos que se torna fundamental aliar a perspectiva de gênero e o pensamento feminista à construção contextual da reportagem. Sendo especialmente o ponto de vista feminista que proporciona o olhar para cada um dos casos de assédios e abusos como parte de uma estrutura que rege as sociedades no sentido de inferiorizar a experiência feminina, com efeitos drásticos e letais que arriscam a liberdade, os direitos do próprio corpo, das escolhas e da própria vida dessas mulheres. É, portanto, esse olhar para a condição feminina que conecta o jornalismo com sua própria função social, potencializando seu papel de produção simbólica e significação do comum, no sentido de gerar mobilizações políticas para a reeducação da sociedade e o enfrentamento dessas violências contra mulheres.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *In*: HOLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANCISCATO, C. E. O Jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a rigor V.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: COMPOLÍTICA, 7., Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017. **Anais [...]**. Porto Alegre, Fabico, UFRGS, 2017. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2017_GUAZINA_PRIOR_ARAUJO.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

GUERRA, J. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 31-113.

HALL, S *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot**: Revista de Filosofia, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 256–268, 2018. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.796. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/796>. Acesso em: 6 jul. 2020.

KANTOR, J.; TWOHEY, M. **Ela disse**: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEW YORK TIMES. #MeToo Brought Down 201 Powerful Men. Nearly Half of Their Replacements Are Women. **New, York Times**, Nova Iorque, 29 out. 2018. Disponível em: [nytimes.com/interactive/2018/10/23/us/metoo-replacements.html?mtrref=www.google.com&gwh=C1D583034462ECE56408273859F00686&gwt=regi&asetType=REGIWALL](https://www.nytimes.com/interactive/2018/10/23/us/metoo-replacements.html?mtrref=www.google.com&gwh=C1D583034462ECE56408273859F00686&gwt=regi&asetType=REGIWALL). Acesso em: 20 maio 2021.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 370-387.

SEGATO, R. “O problema da violência sexual é político, não moral”: Entrevista com Rita Segato. [Entrevista concedida a] Marina Carbalhal. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato. Acesso em: 20 maio 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, p. 443-461, 2º semestre 1994.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade**: para além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo:** modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. *In*: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo, conhecimento.** Trad.: Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosas dos Tempos, 1997. p. 101-125.

Enquadramento jornalístico e ideologia da cultura: os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul⁵

Maurício de Melo Raposo

Marcos Paulo da Silva

5 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – código de financiamento 001. Uma versão prévia do capítulo foi publicada como artigo na *Revista Matrizes*, da Universidade de São Paulo (USP), v. 15, n. 1, jan./abr. 2021.

INTRODUÇÃO

As disputas que ocorrem entre os diferentes grupos sociais pela definição e pela interpretação da realidade transbordam para as diversas manifestações do espaço público e demandam legitimação social. Desde o século XIX, os jornais assumiram a responsabilidade de veicular e de disseminar narrações do cotidiano, tornando-se, consequentemente, palcos de debates nos quais se passou a construir, conformar e alimentar a opinião pública (GOMES, 2009). Para a consecução de seus objetivos, os mais diferentes grupos sociais passaram a se engajar na formação e na aprovação dessa “opinião” — ou, em outros termos, na disputa pela hegemonia cultural, política, econômica e social.

No que tange o objeto deste estudo, entre os anos de 1985 e 2014 foram registrados 947 homicídios de indígenas no Brasil, sendo 420 dessas ocorrências em Mato Grosso do Sul. Pelo menos um em cada dois casos de assassinatos de indígenas registrados no país entre 2003 e 2014 aconteceu no estado, o que indica que o território sul-mato-grossense concentrou no período 54,8% das mortes de indígenas brasileiros (CIMI, 2016). No dia 29 de agosto de 2015 mais um caso significativo engrossou as estatísticas: foi assassinado Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, membro das etnias Guaraní e Kaiowá, no município de Antônio João, localizado a 283 quilômetros ao sul da capital Campo Grande. A morte ocorreu após os produtores rurais da região se reunirem na sede do sindicato rural e decidirem retomar, utilizando-se de seus próprios meios, uma fazenda ocupada pelos indígenas, acarretando-se uma situação de conflito representativa para os parâmetros regionais — o que foi expressado por meio de “narrações jornalísticas” (SODRÉ, 2009).

O episódio relatado pode ser tratado como um “acontecimento” no sentido sociológico do conceito. Segundo Souza Martins (2010), o acontecimento é “um adensamento problemático” de contradições socioculturais e históricas. Constitui, ainda, um “ponto de reparo metodológico” a partir do qual o pesquisador arguto pode compreender a dinâmica da sociedade. Outrossim, se os assassinatos podem ser

entendidos como acontecimentos na acepção sociológica, do ponto de vista comunicacional trata-se também — no caso em crivo — de um episódio de “acontecimento jornalístico” (GOMES, 2009; SODRÉ, 2009) que tomou as páginas dos veículos midiáticos.

No plano contextual, os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no estado de Mato Grosso do Sul têm gerado, nas últimas décadas, uma série de repercussões sociais, políticas e jurídicas. Diversos grupos têm se mobilizado em torno da definição e da compreensão da natureza, das causas e dos sujeitos envolvidos, assim como da proposição de soluções para a contenda⁶. Essa disputa de posições

6 Os conflitos entre fazendeiros e indígenas arrastam-se há décadas em Mato Grosso do Sul. Para efeitos de contextualização, um confronto entre indígenas e policiais em 2013 durante a reintegração de posse de uma fazenda ocupada em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, deixou um indígena terena morto e vários outros feridos. A partir do ocorrido, com o acirramento dos ânimos na região, ocorreu uma mobilização em nível federal para a criação de tentativas de mediações entre fazendeiros e o movimento indígena no estado, levando-se a um reforço do conflito de versões. No campo político, duas CPIs (Comissões Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul refletiram, em 2016, a disputa de posições: uma sobre o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Igreja Católica, e outra sobre o Genocídio Indígena. Em âmbito nacional, a CPI da Funai-Incra, assim dominada por parlamentares da bancada ruralista, gerou relatório de 3.385 páginas, apresentado em junho de 2017, no qual se sugere o indiciamento de diretores de entidades que defendem a causa indígena, de antropólogos e de integrantes do Ministério Público Federal, além de pessoas que são denominadas de “falsos indígenas”. No campo jurídico, tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71, que permite a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Além disso, até o final de 2018 tramitava a PEC 215, que transferiria ao Congresso o poder das demarcações de terra que era da Fundação Nacional do Índio (Funai). Todavia, a primeira medida provisória (MP 870/19) editada pelo governo de Jair Bolsonaro após assumir o Governo Federal em 1 de janeiro de 2019 passou para o Ministério da Agricultura a atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas.

também se revela um conflito simbólico pela conquista de legitimidade social⁷. Parte dessas manifestações se dá nos meios de comunicação não apenas por intermédio das notícias, mas ainda a partir da “opinião publicada” por meio de artigos assinados por membros da sociedade civil e de editoriais que explicitam as opiniões dos veículos.

Com base no entendimento da concepção de acontecimento como uma manifestação de contradições imanentes às estruturas sociais, compreende-se que os modos de expressão instituídos pelo jornalismo no imediato do cotidiano e da vivência histórica não estão imunes às várias representações de mundo em disputa, bem como — e por conseguinte — à decisão não apenas *do que* fará parte da história, mas *como* e *quem* serão seus protagonistas na narração dos fatos. Nesse cenário, este estudo pretende investigar a relação entre elementos culturais e ideológicos e o conteúdo opinativo veiculado no principal jornal impresso de Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado*⁸,

7 Convém mencionar que, no bojo da disputa simbólica por legitimidade social, o setor ruralista tem se articulado política e economicamente desde a última década, em nível regional e nacional, para formular e difundir uma retórica de promoção da chamada “Cultura Agro”, o que inclui a compra de espaços publicitários e a criação de canais próprios de televisão e internet, entre outras estratégias.

8 O jornal *Correio do Estado* foi fundado em fevereiro de 1954 com o intuito político de defender e eleger para governador de Mato Grosso o candidato Fernando Corrêa da Costa (UDN), seu fundador inicial, que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do PSD. O veículo nasceu, por conseguinte, com forte orientação política vinculado à União Democrática Nacional, agremiação de ênfase conservadora. Mesmo com a mudança de propriedade do jornal, que posteriormente passou a ser administrado por José Barbosa Rodrigues, a pauta política nunca saiu do horizonte do periódico. No âmbito nacional, por exemplo, o veículo foi favorável à presença dos militares no poder após abril de 1964, acontecimento noticiado como “A revolução moralizadora que salvou esse país”. Anos mais tarde, o *Correio do Estado* militou em favor da divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul (DAL MORO, 2012, p. 23-24). Ativo desde sua fundação, o jornal é um dos três mais antigos ainda em circulação

que no período referente ao recorte empírico da pesquisa apresentara um enfático tratamento jornalístico voltado aos conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais. O ponto nevralgico da pesquisa ancora-se na hipótese de fundo de que o conteúdo opinativo veiculado no periódico aciona referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (BANDUCCI JR., 2009), concepção forjada historicamente em manifestações que remetem desde a década de 1930, dezenas de anos antes do processo oficial de desmembramento e criação do estado.

MÉTODO E RECORTE EMPÍRICO

Propõe-se, na pesquisa, investigar manifestações que definem o enquadramento das representações, dos valores, das ambiguidades, das contradições e das tendências, assim como dos personagens presentes na narrativa de natureza opinativa, a respeito do que se convencionou a chamar no meio jornalístico de “conflitos indígenas”. Em função do tipo de investigação, opta-se pela técnica de amostragem entendida como a seleção de dados de dimensão e de composição representativa de acordo com o objeto da pesquisa — a “amostragem sistemática não-probabilística de representatividade social” (LOPES, 2005, p. 145),

em Mato Grosso do Sul. Pertencente atualmente ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, com ativa atuação política no Estado (foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido Trabalhista Cristão, em 2018, e a senador pelo Partido da Social Democrata, em 2014), o jornal integra o grupo *Correio do Estado de Comunicação*, do qual fazem também parte a TV Campo Grande (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão), a rádio FM Mega 94, o site de notícias *Correio do Estado* e a Fundação Barbosa Rodrigues. O jornal impresso é estruturado em editorias fixas, como Política, Economia, Cidades, Esportes, Brasil, Mundo e Correio B, e editorias esporádicas, que aparecem somente em algumas edições. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o veículo tem tiragem média de 12 mil exemplares e atinge todas as regiões do estado.

que culmina na seleção de conteúdo jornalístico durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015 a partir do tema supramencionado.

Adota-se como ponto central de observação das publicações o citado caso do assassinato do indígena Semião Fernandes Vilhalva, dos povos Guarani e Kaiowa, em Antônio João (MS), no dia 29 de agosto de 2015. Do ponto de vista metodológico, o evento é a objetivação de um ponto de reparo em que se manifesta a culminância das contradições sociais que se revelam enquanto problema comunicacional, uma vez que enseja a produção de uma variedade de expressões midiáticas: notícias, editoriais, comentários, charges e artigos de opinião. Do ponto de reparo, procedeu-se a leitura retrospectiva dos exemplares publicados de modo a identificar o início da cobertura jornalística da série de eventos que levou ao desfecho trágico do dia 29 de agosto de 2015. Em seguida, acompanhou-se as publicações realizadas após o ponto central até quando os fatos e eventos correlacionados deixaram de figurar no jornal analisado.

Dos 76 exemplares do *Correio do Estado* que circularam no período, 35 (ou 47%) contêm itens informativos (notícias, notas e reportagens) atinentes à temática indígena, aos conflitos de terra e à identidade regional; e 20 contêm itens opinativos — ou opiniões publicadas (GOMES, 2009) —, o que remete a 27% de recorrência para efeitos da pesquisa. Isso significa que, aproximadamente, para cada dois exemplares que veicularam itens informativos no período, um veiculou ao menos um item opinativo. Para efeitos deste capítulo, todavia, o corpus de análise qualitativa é composto por 10 itens opinativos identificados no jornal *Correio do Estado* no período em crivo, a saber: cinco editoriais (a totalidade veiculada no período) e cinco artigos de opinião. Como critério de identificação e seleção do material da pesquisa, embora se reconheça a artificialidade epistêmica da divisão entre informação e opinião (CHAPARRO, 2008), adota-se para fins metodológicos a classificação de gêneros e de formatos jornalísticos elaborada por Marques de Melo e Assis (2010). Entre os formatos opinativos, são analisados editoriais, artigos e colunas. Estes dois últimos

são tratados em conjunto por constituírem, ambos, textos de opinião de membros da sociedade civil, assinados pelos autores, e que, para efeitos formais, não traduzem necessariamente a opinião do jornal.

De outra parte, a abordagem metodológica ampara-se na concepção de enquadramento jornalístico — ou *framing* —, conforme as abordagens de Entman (1991, 1993), Gitlin (2003) e Kuypers (2009) a partir do conceito original de Goffman (2012). De acordo com Entman (1993), o enquadramento jornalístico acontece em pelo menos quatro locais no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Centra-se aqui nos aspectos do texto, nas ausências e nas presenças de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação, em sua relação com a cultura enquanto instância na qual se encontra o estoque de quadros primários acionados (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009). Entende-se que os referentes primários têm sua origem, significação e ressignificação em articulações simbólicas que disputam os sentidos do mundo e são expressões das diferenças e das desigualdades da realidade sociocultural: tal como a questão da “ideologia da cultura sul-mato-grossense” abordada neste estudo.

Operacionalmente, busca-se nas publicações, que compõem o recorte empírico, a atenção nos elementos-chave da construção dos argumentos, isto é: a) definição do problema; b) diagnóstico de causas; c) julgamentos morais; d) proposições de soluções (ENTMAN, 1991). A abordagem se aproxima, portanto, da percepção de Kuypers (2009, p. 182, tradução nossa), segundo a qual “a análise de enquadramento pode ser usada para melhor entender os artifícios retóricos” da construção midiática. Parte-se, então, para o desvelamento da hipótese que ancora a análise.

HIPÓTESE: A IDEOLOGIA DA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE

No dia 11 de outubro de 1977, o então Presidente da República, general Ernesto Geisel, assinou o decreto que criava o estado de Mato

Grosso do Sul. Antes de significar a apoteose da trajetória dos desejos dos habitantes da porção meridional do grande estado de Mato Grosso, a secessão foi consequência do pragmatismo político exógeno, mais uma estratégia que visava à manutenção dos militares no poder central em Brasília (AMARILHA, 2006, p. 176). Até 1979, os elementos tangíveis de definição do novo estado da Federação estavam colocados: território, sede administrativa, poderes legislativo, judiciário e executivo. No entanto, os elementos simbólicos em torno dos quais a população pudesse se identificar ainda estavam por se definir. Criar um hino, um brasão e uma bandeira eram tarefas relativamente mais simples, mas ainda faltava algo essencial: uma identidade histórico-cultural que singularizasse o Mato Grosso do Sul entre os demais estados da Federação.

Entraram em cena, assim, os *homens de letras*. Na consolidação da nova unidade federativa, ensejou-se o projeto de sistematizar, selecionar e divulgar uma *história* própria de Mato Grosso do Sul. Nesse cenário, os membros da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972), investidos de seus poderes simbólicos, fundaram, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades coirmãs. Uma série de esforços foi empenhada nessas agremiações na construção de “uma história que contemple e contenha o estado de Mato Grosso do Sul como um todo” (AMARILHA, 2006, p. 177) e de uma identidade sul-mato-grossense que justificasse a existência de um “ser” do sul, suficientemente diferente dos povos do “norte”. Todo esse trabalho, de acordo com Banducci Jr. (2009, p. 107-108),

Visava ao mesmo tempo encontrar referências genuínas e construir um núcleo de significados que desse consistência simbólica ao novo contexto cultural que, se a partir daquele momento começava a ganhar forma, mantinha-se vinculado ao antigo conteúdo.

Sob a ótica da antropologia cultural, Banducci Jr. (2009) defende que a construção simbólica que se seguiu à secessão de Mato Grosso erigiu-se sobre uma revisão ou seleção histórica de elementos singularizantes da trajetória da porção meridional do grande estado mato-grossense. Soma-se a isso um novo discurso identitário, construído nos anos que se seguiram à criação de Mato Grosso do Sul, ligados à temática ambiental, de revalorização do Pantanal e dos personagens pantaneiros. Amarilla (2006) e Queiroz (2006), por sua vez, seguem pormenorizadamente a trilha do que Banducci Jr. (2009) denomina de “antigo conteúdo” da elaboração identitária do sul-mato-grossense. Tratam-se de formulações sistemáticas de intelectuais, ligados ou oriundos da elite política e econômica do sul do antigo Mato Grosso, principalmente da chamada “geração de 1930”.

Para os efeitos deste estudo, não se pretende problematizar a discussão sobre a identidade sul-mato-grossense em si⁹, mas se servir de seu escopo para a reflexão posterior sobre a relação das opiniões publicadas no principal jornal regional e suas ligações hipotéticas com tais discursos identitários, estabelecendo os enquadramentos sobre os conflitos entre indígenas e produtores rurais. Para tanto, partilha-se com Banducci Jr (2009, p. 108) o pressuposto de que “a construção da identidade de um povo é um processo não apenas dinâmico e segmentado, mas contraditório e ideológico, na medida em que se constitui num esforço por justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas”.

O denominado “antigo conteúdo” é bem exemplificado nas construções dos grupos divisionistas da década de 1930. Somente naquele período emergiu-se um pensamento sistemático e militante,

9 Não há neste trabalho a intenção precípua de fazer uma abordagem específica das construções identitárias, oferecendo um contraponto discursivo e crítico, mas, tão somente, apresentá-las como hipotéticos marcos de referência primários que alimentam as construções midiáticas, observando os passos teórico-metodológicos adotados.

que defendia claramente a divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009). As primeiras sistematizações sobre uma identidade sul-mato-grossense se estabeleceram em oposição ao discurso dos intelectuais cuiabanos que projetaram, nas duas primeiras décadas do século XX, uma reelaboração positiva das representações do povo mato-grossense. Segundo Queiroz (2006), pode-se dividir os elementos históricos da constituição do discurso identitário em dois blocos de representações: o primeiro, formado por uma redistribuição interna dos estigmas atribuídos ao povo de Mato Grosso, o que significa atribuir aos povos do centro e do norte do estado as velhas representações negativas; e o segundo, que se constitui de apropriações e transformações da identidade mato-grossense formulada, principalmente, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a partir de 1919. Com essas operações de deslocamento e de ressignificação retórica, as formulações engendradas pelos intelectuais do sul do estado estabeleceram uma identidade de contraste que almejava demarcar limites entre o “nós” e o “eles”, aqui significando, respectivamente, os mato-grossenses do sul e os mato-grossenses do centro e do norte.

A partir da ascensão econômica do sul de Mato Grosso surgiram as reivindicações separatistas mais contundentes das elites locais. Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, três aspectos relevantes passaram a explicar o empoderamento da porção sul. Primeiramente, Corumbá — à margem do rio Paraguai na fronteira com a Bolívia — passou a receber embarcações que faziam a ligação até a foz do rio da Prata, o que alavancava o comércio local, principalmente com a consolidação da indústria da erva mate. Como segundo aspecto, tem-se o grande influxo migratório de população oriunda de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul, além da chegada de estrangeiros, cujo maior contingente era de origem paraguaia. Por fim, há a finalização da construção da ferrovia ligando o interior de São Paulo ao rio Paraguai, mais especificamente Bauru (SP) a Porto Esperança (MS), posteriormente conhecida como ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, o que proporcionou a ligação de Corumbá

com os grandes centros do país e, por outro lado, ensinou o crescimento da importância de Campo Grande, que posteriormente superaria cidade fronteiriça como centro mais dinâmico da economia do sul de Mato Grosso, transformando-se na principal rival de Cuiabá na condução dos rumos do estado.

Os três aspectos históricos assinalados aumentaram a desigualdade econômica da porção meridional em relação às terras setentrionais do estado de Mato Grosso e forneceram, por conseguinte, os elementos desencadeadores de divergências políticas entre as elites sediadas em Cuiabá, capital do estado, e as novas elites sulinas. O resultado da exploração dos componentes-chave da identidade é o que se verifica como primeiro bloco de representações herdadas da intelectualidade cuiabana e ressignificadas pelos representantes do sul de Mato Grosso. Durante as décadas de 1920 e 1930 passou a ser gestada a chamada geração de 1930 (BITTAR, 2009), que apresentou as primeiras sistematizações das reivindicações de secessão de Mato Grosso nos documentos produzidos pela “Liga Sul-mato-grossense”, fundada por jovens que estudavam no Rio de Janeiro, filhos das elites do sul do estado. Três documentos principais foram lançados: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do governo provisório*, de janeiro de 1934; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, de março de 1934. Por fim, lançou-se outro documento em resposta a críticas atribuídas ao então General Rondon, *A divisão do estado: resposta ao General Rondon*, também de março de 1934, que apresentava o mesmo teor dos anteriores.

Erigiu-se, assim, os alicerces de uma identidade contrastiva pela qual se buscava saber “o que se é” a partir da negação daquilo que pertence ao outro. Concernente ao primeiro bloco, o que se revela é uma verdadeira campanha iconoclasta contra tudo que se referia à Cuiabá e aos povos do norte e centro do estado. A pecha de “atrasado” e “decadente” torna-se atributo dos “nortistas”. Desde as técnicas de criação de gado até a falta de ímpeto industrial, passando pela

desqualificação da cidade de Cuiabá, constituem-se os elementos inferiorizantes atribuídos ao norte em relação ao sul. Chega-se a “ridicularizar” Rondon, por este acreditar que, segundo os separatistas,

Amar verdadeiramente o Estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, deliciar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororós, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes (A divisão de Mato Grosso...,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p. 162).

Desse trecho, destaca-se a referência depreciadora às matrizes e práticas culturais indígenas, marcando, de forma enfática, a dicotomia entre uma suposta cultura nativa inferior e, como ficará claro mais adiante, a cultura sobreposta modernizante e civilizada. A um só tempo estabelecem, portanto, uma alteridade em que o elemento indígena define o que o “nós”, os sul-mato-grossenses, não se constitui. Por outro lado, também tenta-se desvincular a “civilização sulista” de qualquer influência de Cuiabá e enfatizar a presença de um contingente populacional oriundo de outros estados da Federação. O sul teria sido ocupado por grupos populacionais vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além de imigrantes estrangeiros, sejam paraguaios ou de outros continentes. A essa origem são atribuídas diferenças marcantes, como a disposição para o trabalho e a associação atávica à modernização.

Após estabelecer um contraste com os povos do centro e do norte de Mato Grosso a partir da negação do que “eles” representam, no segundo bloco são explicitadas as características constitutivas dos “povos do sul”. Pode-se perceber que “é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região” (QUEIROZ, 2006, p. 163). De fato, além de não aparecer explicitamente no discurso da “geração de 1930”, os povos nativos da região são deliberadamente excluídos do imaginário histórico: nos documentos da

década de 1930, o que se lê é que “os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes” (QUEIROZ, 2006, p. 163). Além disso, há a afirmação de que os migrantes mineiros fundaram a cidade de Santana do Paranaíba “no deserto”.

Se as terras estavam vazias, a consequência lógica esperada é a valorização do “pioneirismo”. O espírito pioneiro e protetor das fronteiras nacionais é ressignificado como elemento constitutivo dos povos do sul. O pioneiro é valorizado como aquele que encontrou um deserto vasto nas terras sulistas e o transformou numa opulenta manifestação de modernidade, civilização e desenvolvimento. Aos pioneiros atribuem, inclusive, o modo de se fazer política pelas armas como um “dever cívico”. Nesse sentido, ao pioneirismo junta-se a política por meio das armas como critérios de mando nos argumentos dos divisionistas da década de 1930.

Afinados, portanto, às ideias modernistas que pululavam entre intelectualidade brasileira (SCHWARCZ, 1993; ORTIZ, 1988), passam a se pronunciar, não raro em viés racista: “chega-se mesmo a mencionar com orgulho a *eugênica mocidade* do sul” (QUEIROZ, 2006, p. 165). Além disso,

No tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados*, *modernos* e economicamente *desenvolvidos* (QUEIROZ, 2006, p. 164, grifos do autor).

Isso fica claro no jogo de oposições em que colocam o sul como dinâmico e civilizado e o centro/norte como estatista e decadente. São, portanto, desses documentos elaborados pela “Liga Sul-mato-grossense” que se depreende o núcleo histórico das representações que os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul trarão à tona na conformação da identidade sul-mato-grossense após a criação do

estado. Como consequência, as visões de um indígena como remiscência anacrônica e avessa à civilização se espalha nos discursos, encontrando pontes com a retórica contemporânea. Ademais, os nativos, historicamente, são vistos como inimigos do “homem sul-mato-grossense” que, em verdade, estiveram “sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques de bandoleiros” — um dos cerne do que Banducci Jr. (2009) caracteriza como a “ideologia da cultura sul-mato-grossense”.

Por outro lado, os indígenas são erguidos como símbolos do povo de Mato Grosso do Sul¹⁰. Pode parecer uma contradição, mas em uma análise mais detida, percebe-se que o indígena é retomado de forma idealizada e relegada a um passado idílico, inexistindo como cidadão — isto é, destituído de seus direitos — na contemporaneidade (BANDUCCI JR., 2009). Recupera-se, nesse contexto, a hipótese de que o conteúdo opinativo veiculado na imprensa sul-mato-grossense, em especial em seu principal periódico, o *Correio do Estado*, aciona como quadro de referência primário os referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (BANDUCCI JR., 2009) quando em pauta estão os chamados “conflitos indígenas”.

O QUE SE DIZ NOS JORNAIS SOBRE OS CONFLITOS: DOS EDITORIAIS

Os editoriais publicados no período que compõe o recorte empírico desta investigação acompanham o decorrer da cobertura dos fatos apresentados nos itens informativos — ou seja, nas notícias e nos relatos factuais do conflito eclodido no final de agosto de 2015 na porção sul de Mato Grosso do Sul. No início, logo no dia 28 de

10 O principal parque do estado e ponto turístico de Campo Grande, fundado em 1993, por exemplo, é denominado “Parque das Nações Indígenas” e exibe uma imponente estátua de um guerreiro Guaicuru.

agosto, véspera do assassinato do indígena Semião Vilhalva, identifica-se um editorial — “Sem luz no fim do túnel” — cuja intenção principal é prevenir sobre uma possível consequência catastrófica. O título evidencia um tom fatalista e alarmante, sugerindo que não se vislumbra solução para o conflito entre fazendeiros e indígenas. Nesse primeiro momento, salienta-se que o posicionamento editorial assume as vozes dos proprietários rurais explicitamente como fonte veraz de informações, suficiente para a caracterização dos fatos.

No conflito mais recente, que teve início no último fim de semana, no município de Antônio João, distante 282 quilômetros da capital, na fronteira com o Paraguai, cinco fazendas foram invadidas por índios da etnia guarani kaiowa. Ao todo, segundo os proprietários, são aproximadamente 10 mil hectares de áreas ocupadas e reivindicadas (*Correio do Estado*, 28 ago. 2015, p. 2).

Mais à frente, a voz dos produtores rurais é novamente evocada na caracterização e julgamento moral (c) de personagens envolvidos.

“Terceiros interessados” no conflito, como é o caso, por exemplo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à igreja católica, em vez de apagar o incêndio que já dura décadas, jogam ainda mais gasolina nas chamas. Os produtores rurais de Antônio João, conforme informação publicada na edição de ontem do *Correio do Estado*, são categóricos em afirmar que o grupo católico atua diretamente nas invasões, criando condições para que elas ocorram. Logo a igreja, que em outros séculos chegou a ser lembrada justamente pela exploração de povos indígenas (*Correio do Estado*, 28 ago. 2015, p. 2).

Em nenhum momento outra voz, senão a dos produtores rurais, é acionada a fim de oferecer um contraditório ou relativizar as posições. Logo, portanto, nesse primeiro texto observa-se a política

editorial do veículo refletindo a política de opinião dos produtores rurais, sistematizada, principalmente, por entidades que os representam, a exemplo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul). Sobre o primeiro editorial, pode-se, ainda, afirmar que se destaca por introduzir os personagens e as funções de enquadramento que persistirão e se conformarão nos demais textos. Os indígenas, os proprietários rurais, o Governo Federal e “terceiros interessados” (Cimi, Igreja Católica) são os personagens integrantes da narrativa. Os termos que os (des)qualificam são, respectivamente, “invasores”, “invadidos”, “incompetente e ausente” e “jogam gasolina na chama” (incentivadores de invasão). O problema (a) apresentado no texto são os conflitos entre fazendeiros e indígenas, causados (b) pelas invasões de terra executadas pelos indígenas e fomentadas pelos “terceiros interessados”. Outro problema (a) é a não intervenção do Governo Federal no conflito, que seria responsável pelo tom fatalista e desesperançoso do título do editorial.

Nos três editoriais seguintes, do dia 30 de agosto e 4 e 20 de setembro de 2015, a intenção é reforçar o entendimento de que o Governo Federal é o grande responsável pelos conflitos: “A ausência sentida nesse conflito é justamente de quem mais poderia agir para que ele cessasse: o Governo Federal” (*Correio do Estado*, 30 ago. 2015, s.p.); “Enquanto isso, até agora, não há nenhum indício de que o Governo Federal cumpra a promessa de solucionar o impasse das ocupações de terras por indígenas em Mato Grosso do Sul” (*Correio do Estado*, 20 set. 2015, p. 2). Dessa forma, os argumentos buscam estreitar a relação causal (b) entre conflito de terra e incompetência administrativa do Governo Federal.

O índio, tutelado pela União, e os proprietários de terra, que usam como principal argumento no embate o direito à propriedade, estão abandonados pelo seu principal mediador. Este conflito no interior de Mato Grosso do Sul é mais um exemplo da desorganização do Governo Federal, que lida com as demandas de seus

cidadãos na fronteira da mesma maneira desastrosa que atua na economia: ampliando uma crise em vez de atuar para mitigá-la (*Correio do Estado*, 30 ago. 2015, p. 2).

No excerto acima, assim como em outras passagens dos textos, nota-se uma ampliação das definições e o estabelecimento de relações entre personagens. O indígena agora é também tutelado pela União e, portanto, mantém uma relação com o Governo Federal. Este, por sua vez, é concretizado no discurso também pela Fundação Nacional do Índio (Funai), sugerindo uma cumplicidade entre esses dois personagens. O Cimi e a Famasul são estabelecidos como representantes legítimos dos dois lados envolvidos no conflito. Por conseguinte, a posição editorial se afasta, no plano retórico, da política de opinião da Famasul. A estreita sintonia entre política editorial e política de opinião dos proprietários rurais, evidente no primeiro editorial, agora não se pronuncia, mas ainda está presente de forma implícita: ao estabelecer os polos da disputa, de um lado, os proprietários rurais, com direito à propriedade, e a Famasul; e de outro lado, os indígenas, o Governo Federal e o Cimi, em seguida, ao atribuir a responsabilidade pelos conflitos ao Governo Federal. A posição editorial, destarte, indica o primeiro lado como vítima, sujeito passivo da ação do segundo bloco de personagens, o qual seria responsável pelas contendas e pela falta de solução.

Nesses três editoriais, percebe-se, ainda, a ampliação das funções de enquadramento. A proposição de soluções (d) aparece de forma clara: a solução é a intervenção federal por meio de “atitudes mais enérgicas e resolutivas” (*Correio do Estado*, 4 set. 2015, p. 2), o cumprimento da reintegração de posse e a “aprovação da PEC 71, que fixa indenização aos donos das terras que foram demarcadas como reservas indígenas a partir do dia 05 de outubro de 2013” (*Correio do Estado*, 20 set. 2015, p. 2). À definição do problema (a) são acrescentados termos-chave que conformam o enquadramento: “batalhas de uma guerra que já dura décadas” e “bomba que está prestes a explodir”; assim como às causas (b):

Grande parte do conflito agrário entre índios e produtores nasceu da política do governo federal; na época, personalizado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com demarcação de terras indígenas, verdadeiras colônias agrárias, que delimitaram os espaços das comunidades. De outro lado, muitas áreas foram vendidas a produtores de boa-fé, passando para outras gerações que, agora, enfrentam o problema criado há décadas (*Correio do Estado*, 4 set. 2015, p. 2).

No dia 14 de outubro de 2015 é publicado o editorial “Duas CPIs, pouca ação”, cuja intenção central é estabelecer uma crítica à criação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Tal publicação é uma tentativa de defender um ponto-chave do enquadramento apresentado pelo *Correio do Estado* que, naquele momento, enfrentava um contra-argumento factual. Desde o início da cobertura jornalística, os editoriais se erigiram insistindo que a causa central do conflito é o Governo Federal, seja por incompetência, por inércia ou por descumprimento de promessas. No entanto, a criação de uma CPI para investigar o envolvimento do Cimi — iniciativa de deputados representantes dos proprietários rurais — e outra para apurar a responsabilidade do Governo Estadual no genocídio de indígenas entre os anos de 2000 e 2015 — esta como resultado da mobilização de deputados que representam grupos indígenas — atinge em cheio o ponto central do enquadramento proposto pelos editoriais até então. A criação das CPIs desloca a responsabilidade pelos conflitos do plano federal para o plano estadual. Em outros termos, o que até esse ponto da cobertura era atribuído ao Governo Federal — o acirramento do conflito entre fazendeiros e indígenas — passa a ser corresponsabilidade dos “terceiros interessados” e do Governo Estadual. Em termos retóricos, a criação das CPIs na Assembleia constrói-se como uma espécie de “confissão de culpa” dos grupos diretamente envolvidos no conflito. A intenção do editorial, diante dessa circunstância, consiste em

desqualificar as duas CPIs, insistindo que elas estariam desviando os esforços e gerando ações inúteis; e, conseqüentemente, tentar preservar o núcleo de sua interpretação causal.

Tabela 1 – Funções de enquadramento presentes nos editoriais do *Correio do Estado*

Funções de enquadramento	
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do Governo Federal.
b) causa	Incompetência do Governo Federal; incitação do conflito por “terceiros interessados”; política do SPI de criação de reservas e distribuição de terras no estado.
c) julgamento moral	Indígenas: invasores, tutelados pela União, manipulados, abandonados pelo Governo Federal; Proprietários rurais: invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo Governo Federal; Governo Federal, Funai, governo Dilma: incompetente, desorganizado; Cimi, Igreja Católica: terceiros interessados, provocadores, exploradores do passado que defendem explorados, representantes dos indígenas.
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutiva do Governo Federal; reintegração de posse; aprovação da PEC 71.

Fonte: os autores

O enquadramento exibido nos editoriais oferece uma narrativa básica em que a posição da empresa jornalística se evidencia logo no primeiro texto. Os personagens envolvidos e os julgamentos que os caracterizam, a definição do problema e a sinalização das explicações causais são apresentados. Nos demais textos publicados observa-se um refinamento da caracterização dos personagens (muitas vezes oscilando julgamentos) e das explicações causais, além da proposição de soluções. De maneira geral, o enquadramento propõe que o conflito se estabelece entre produtores rurais — caracterizados sempre com termos neutros, positivos ou vitimizadores — e os demais personagens — qualificados, pelo menos uma vez, negativamente. Como demonstrado anteriormente, chega-se a estabelecer, implicitamente, uma relação de cumplicidade entre Governo Federal, Cimi e indígenas. No entanto, estes últimos sempre são colocados numa

posição de inferioridade, pois são supostamente manipulados, tutelados e induzidos a agir.

No apontamento das causas do conflito nota-se um deslocamento da responsabilidade dos personagens diretamente envolvidos para um ente longínquo, no caso o Governo Federal. Tal movimento esvazia a discussão sobre os atos de fazendeiros e indígenas. Num vértice retórico, o assassinato de Semião Vilhalva é apenas um dado, uma consequência lógica. A reunião e a deliberação de fazendeiros, que decidem usar os próprios meios para retomar uma fazenda, são vistos como uma ação natural e esperada. Esse ponto de vista é constantemente reforçado pela enumeração de conflitos anteriores, asseverando, pela repetição, a naturalização de atos violentos. Para efeitos de contextualização, em meados de 2015 o Governo Federal enfrentava uma crise econômica e política pronunciadas. A presidente Dilma Rousseff era alvo de uma série de críticas sobre a condução da economia, além de uma oposição contundente no parlamento, alimentada, principalmente, pelos desdobramentos dos escândalos de corrupção divulgados nos meios de comunicação em todo o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, o jornal *Correio do Estado* assumia o mesmo tom de críticas ao Governo Federal. Esse contexto fornece os elementos principais constituintes do enquadramento construído para a compreensão dos conflitos que eclodem no longínquo município de Antônio João.

Na construção do argumento central do enquadramento proposto pelos editoriais, observa-se, portanto, uma estratégia retórica que tem por objetivo restringir as possibilidades causais e explicativas. O texto parte de uma assertiva que poderia ser válida, ao menos conjunturalmente, em outro contexto, para tornar aceitável uma explicação causal que não teria força explicativa sem a aceitação da primeira assertiva. A assertiva válida: “o Governo Federal é incompetente na gestão da economia do país”; assertiva restritiva: “o Governo Federal é incompetente para solucionar o conflito entre indígenas e proprietários rurais”. A repetição dessa associação nos vários editoriais publicados no período completa a construção de um jogo de forças,

tendo em vista que funciona com base no esquecimento de que não se explicou aquilo de que se fala: os motivos dos conflitos¹¹. Ou seja, do ponto de vista retórico, a vinculação entre incompetência econômica e incompetência na solução dos conflitos fundiários encerra a discussão num quadro de referência compartilhado: gestão/administração. Todo e qualquer problema na economia é posto como uma questão de equalização eficiente e eficaz por meio da racionalização das ações dos agentes, conscientes dos meios disponíveis e dos fins almejados. Da mesma forma, os conflitos entre fazendeiros e indígenas seriam supostamente solucionados pela administração dos interesses em jogo. O enquadramento construído negligencia fatores da disputa simbólica que encontram suas fundamentações no campo dos valores e das tradições para cuja solução nada, ou muito pouco, concorrem medidas de gestão, puramente administrativas.

O quadro de referência tem sua origem, significado e articulação simbólica (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009) afeitos a um plano político-administrativo mais amplo e encontra sua legitimidade numa polarização político-partidária, que não se relaciona diretamente com os conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Nesse plano, os interesses, as crenças e a visão de mundo de um dos lados em conflito, no caso os proprietários rurais, encontra mais ressonância na posição assumida pelo jornal estudado. O enquadramento construído a partir do quadro primário de referência alicerçado na dicotomia político-administrativa permite um acordo entre o sujeito midiático — a empresa jornalística *Correio do Estado* — e os atores extramidiáticos — predominantemente os proprietários rurais — no estabelecimento de um enredo verossímil (SODRÉ, 2009). Denomina-se de enquadramento restritivo porque ofusca as complexidades envolvidas nos conflitos entre fazendeiros e indígenas em

11 Etnograficamente falando, faz-se preciso registrar que o acirramento do conflito decorre de experiências concretas vivenciadas em Mato Grosso do Sul nos últimos 30 anos.

Mato Grosso do Sul. No entanto, o argumento não resiste ao imperativo dos fatos. Quando duas CPIs regionais são instituídas para investigar as responsabilidades dos personagens locais, a fragilidade do enquadramento se manifesta e uma contradição se estabelece. A verossimilhança esvai-se na parcialidade, na insuficiência e na restrição ao posicionamento de uma das partes envolvidas no conflito.

Concernente à hipótese central da pesquisa, a conformação de enquadramentos midiáticos relacionados ao que Banducci Jr. (2009) caracteriza como “ideologia da cultura sul-mato-grossense”, a construção apresentada nos editoriais do jornal *Correio do Estado* não se forma a partir de uma identidade contrastiva em que a legitimidade de um “nós” contra um “eles” se baseia em elementos diacríticos que definem o “ser” sul-mato-grossense. O plano semântico em que se insere o enquadramento diz respeito, antes, à dicotomia política-administrativa-partidária representada, grosso modo, pela polarização situação-Governo Federal/oposição-governo regional, em que o “nós” localiza-se no segundo polo e o “eles” no primeiro. Porém, a ocultação da cidadania das etnias indígenas, marca decalcada na identidade forjada desde a “geração de 1930”, encontra uma vez mais vazão no silenciamento da política de opinião estudada.

O QUE SE DIZ NOS JORNAIS SOBRE OS CONFLITOS: DAS COLUNAS

Entre as colunas, considera-se no recorte empírico da pesquisa os artigos de membros da sociedade civil convidados ou espontaneamente enviados ao jornal, cuja temática gira, direta ou transversalmente, em torno dos problemas concernentes aos conflitos entre proprietários rurais e indígenas. Em tese, esses artigos têm o papel fundamental na promoção do debate e ampliação do conhecimento sobre determinado tema quando há uma real recepção de ideias, de posições, de argumentos, de pontos de vista polifônicos e polissêmicos, nos quais se promove ou não o verdadeiro debate público. No

Correio do Estado, as colunas ocupam posição de destaque, localizadas na página 2, ao lado dos próprios editoriais. Para efeitos deste capítulo, foram selecionados cinco artigos assinados por representantes da sociedade civil sul-mato-grossense.

Nesse ínterim, duas colunas do psicanalista Valfrido Chaves são de significativa pertinência na demonstração dos argumentos acerca da relação entre enquadramentos jornalísticos e a “ideologia da cultura sul-mato-grossense”. O texto “Colonização à brasileira”, datado do dia 28 de agosto de 2015, curiosamente é uma republicação¹² que antecede o assassinato de Semião Vilhalva e, assim, juntamente ao editorial do mesmo dia, encerra o quadro geral a partir do qual se pretende definir o acontecimento jornalístico como “conflito entre indígenas e produtores rurais”. O segundo texto, “Conflito indígena, o judiciário e o ‘Carai’”, complementa o primeiro, ampliando as funções de enquadramento.

O título “Colonização à brasileira” remete a um plano semântico ancorado na história da ocupação do território e na suposta submissão à vontade do elemento introduzido. A adjetivação com a locução “à brasileira” exprime uma idiossincrasia, uma singularidade da forma de colonização realizada no Brasil — tal como se diz de uma receita culinária, um modo de preparar típico do brasileiro. Fornece, desse modo, um tom irônico que se deslinda no decorrer do texto a partir da introdução dos personagens, da polarização estabelecida e da definição das funções de enquadramento. A mesma polarização verificada nos editoriais se acentua e se refina por meio da introdução de adornos, perfazendo uma moldura talhada, esculpida pelo requinte de uma linguagem incisiva e eficaz na definição dos quadros de referência acionados. Na caracterização dos personagens que emergem no discurso é explicitado o sentido moral da polarização estabelecida.

No polo positivo encontram-se os produtores rurais. São os “pioneiros”, “ex-combatentes (da Guerra do Paraguai)”, povo tenaz e de

12 Segundo informação do próprio jornal, o texto foi originalmente publicado uma década antes.

fibra que viveu uma “história árdua, muitas vezes violenta, em que a solidão e a falta de recursos eram soberanas” (*Correio do Estado*, 28 ago. 2015, p. 2). Mais tarde vieram os “sulistas”, “sangue novo, com vocação para o trabalho árduo com a terra e a produção agrícola”. O produtor é o “bode expiatório”, são os “brasileiros dignos que vivem para o trabalho e suas famílias”, expulsos de terras “legítimas”. No polo negativo, localizam-se os agentes do estado. Esse personagem da narrativa é concretizado na figura dos procuradores federais secretários, “militantes”, representantes de “um projeto de poder no qual a luta de classes deve ceder lugar à promoção do conflito étnico e racial entre brasileiros”. Sob a influência do polo negativo encontram-se os indígenas, entendidos como povos atrasados, à margem do “progresso” e do “desenvolvimento”; “indigentes”, “alcoólatras”, “terroristas”, “sem perspectiva”, submetidos ao “trabalho escravo”, enredados na “prostituição”, “estupros e impunidade”. Ainda há, nas palavras do autor, “índios latifundiários”. Mas os indígenas são também vitimizados, pois “forças escusas” agem “promovendo manipulações político-ideológicas”.

O problema (a) apresentado no texto é a expulsão dos pioneiros de suas propriedades legítimas e, por seu turno, a interpretação da própria Constituição. Essa expulsão é vista como crime coletivo, perpetrado por índios, influenciados por forças escusas e sob a conivência estatal. As causas (b) do problema seriam uma

Indústria de conflitos e invasões que quer semear ódios definitivos entre índios e pioneiros, sob o olhar conivente do aparelho estatal, quando procuradores federais “defendem índios”, mas, sectariamente, esquecem que a Constituição é um todo em que a etnia não determina privilégios ou culpas inatas (*Correio do Estado*, 28 ago. 2015, p. 2).

Ao lançar mão de termos-chave como “pioneiros”, “vocação” e “trabalho” (“com vocação para o trabalho”), “tenacidade” e “fibra”, o

autor define os traços psicossociais e comportamentais dos que seriam os legítimos colonizadores, sempre em contraposição aos “tutelados”, “indigentes” e “terroristas” que, de fato, sob a proteção dos “militantes” da esfera estatal, estariam ocupando a terra. Uma oposição estruturante se estabelece, portanto, entre, de um lado, a colonização como livre iniciativa, empreendedorismo e, de outro, a colonização tutelada pelo Estado “à brasileira”.

Em segundo texto publicado pelo mesmo autor, no dia 29 de setembro de 2015, portanto um mês após o primeiro artigo, nota-se a reafirmação dos principais pontos. No entanto, se no primeiro a intenção era apresentar um quadro inicial e amplo por meio do qual se enunciavam as formas básicas da definição do problema, das causas e dos julgamentos morais, no segundo o cerne é a exortação da neutralidade do poder judiciário como proposição de solução (d) para o dissenso.

A estratégia retórica adotada é a comparação da ação do judiciário com a função do “Carai” entre os povos indígenas. Segundo o autor, os povos que habitavam o território brasileiro quando da chegada dos portugueses viviam em diferentes grupos e aldeias, ora aliados, ora inimigos. As relações entre esses diferentes grupos obedeciam a uma série de regras. A desobediência a essas regras de convívio poderia levar a conflitos. Nesse “universo guerreiro”, o Carai era o indivíduo que não pertencia a nenhuma linhagem guerreira e por isso circulava entre os diversos grupos, agindo como guia para a “Terra sem mal” e como promotor da paz. Caberia ao poder judiciário assumir sua “função Carai” e restabelecer o Estado de Direito e Democrático que, no entender do articulista, estava rompido pela condição beligerante estabelecida entre indígenas e proprietários rurais. Isso aconteceria porque os “ingênuos” indígenas seriam manipulados por interesses ideológicos e fisiológicos de agentes de fora e de dentro do aparelho estatal.

No primeiro texto, os indígenas estavam posicionados próximos ao polo negativo, junto dos agentes manipuladores. O enquadramento

sugerido colocava-os como estranhos, diferentes dos pioneiros, desbravadores, tenazes, vocacionados sul-mato-grossenses: os proprietários rurais. No segundo texto, a estratégia é reposicionar os indígenas. Agora são “brasileiros que podiam estar lado a lado”, injustiçados historicamente pelos colonizadores europeus, desde que não obnubilados por ideologias exógenas (o polo negativo é identificado como a “esquerda radical”).

Na sequência, o texto intitulado “Cuidado com a fronteira!”, assinado pelo Presidente da Comissão Local de Assuntos Agrários e Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS), de 2 de setembro de 2015, chama a atenção para um problema (a) derivado do conflito entre fazendeiros e indígenas: a segurança na fronteira. Segundo o autor, a causa (b) de sua preocupação seria a participação de “facções paraguaias” no conflito em Antônio João. Diante do fato, propõe (d) a intervenção das forças armadas brasileiras, alegando que recairia às autoridades constituídas a acusação de crime de responsabilidade caso não determinassem a intervenção militar imediata. Em seu argumento, evado de citações de leis, evoca o patriotismo do tenente Antônio João (que, curiosamente, empresta o nome ao município onde naquele momento se estabelecem os conflitos) na Guerra do Paraguai ao resistir, mesmo ciente de sua iminente derrota, às investidas do exército de Solano Lopes. Depois de afirmar que aos proprietários rurais é garantido o direito à “retomada”, mais uma vez apoiando-se em uma leitura de fragmentos da Constituição e de leis ordinárias, termina por dizer que as “portei ras abertas a estrangeiros” estão fragilizando a soberania nacional.

Concernente à categoria analítica “personagens”, o que se verifica é a entrada em cena, agora de forma explícita, de “facções paraguaias” como incitadores dos conflitos. O Governo Federal ainda comparece no discurso como grande responsável e inerte. Os proprietários rurais continuam como vítimas que têm o direito à “retomada” de suas terras. Nota-se uma busca por legitimação do enquadramento por meio do acionamento de quadros de referência que se constroem

sobre uma dicotomia básica entre nacional/estrangeiro. A utilização de termos e expressões-chave como “defesa de fronteira”, “estrangeiro”, “segurança nacional” e “soberania nacional”, conotando, em seguida, que o direito de “retomada” pelos proprietários rurais seria similar à garantia patriótica do território nacional, que estaria de “portei- ras abertas a estrangeiros”, assim como as portei- ras das fazendas foram invadidas por indígenas. Oferece-se um amálgama entre conflitos de indígenas com produtores rurais e disputas fronteiriças entre brasileiros e paraguaios. Dessa forma, fica implícita a associação dos proprietários rurais aos “nacionais”, ao “nós”, com direito de re- tomar a terra de facções estrangeiras, que por constituírem “facções” e por serem “estrangeiras” podem e devem ser repelidas com o uso da força. Conota-se, aqui, que a intenção é justificar o uso despropor- cional da força por proprietários rurais nas ações do dia 29 de agosto de 2015, que culminaram na morte do indígena Semião Vilhalva.

Nos textos dos dias 3 e 16 de setembro de 2015 verifica-se uma abordagem explícita do artifício retórico de enquadramento dos conflitos. O jornalista e advogado Ruy Sant’Anna faz uma crítica ao governo da presidente Dilma Roussef e do seu partido, o PT, nos textos de nome “Lucro dos banqueiros e a pergunta: de onde tirar o dinheiro?” e “Vida desalinhada, invasões indígenas e projeto pró- -jaca”. Ressalta que medidas econômicas que ampliam impostos geram desemprego, inflação e aumento do rendimento dos bancos. Contri- buem, ainda, para a desconfiança no governo que, segundo o autor, deveria cortar gastos e não aumentar arrecadação com impostos. Nessa caracterização, ao Governo Federal associam-se as ações e os predicativos como “incompetente”, “não deve ser perdoado”, “men- tiroso”, “desfaçatez”, “*luminares* brasileiros” (aqui acentuando o tom irônico), “expandem a ganância irracional”, autor (o Governo Fede- ral) de “pedaladas e irregularidades orçamentárias” e “estelionato elei- toral”. Afirma que o governo estaria lançando o “projeto jaca”, “fruta enorme, com cheiro forte e de difícil digestão”.

Após essa crítica veemente, introduz o outro personagem: os proprietários rurais. Esses são caracterizados como “os que carregam o país nas costas e a nação sobre seus ombros”, “bravos e honestos” e “o que sofrem os produtores é humilhante e injusto”:

Estes sempre foram e continuam sendo tratados injustamente, mesmo com uma representante do agronegócio no seio ministerial de Dilma. De ano a ano, aumentam as invasões indígenas em áreas rurais adquiridas de boa fé e tituladas pelo governo. Os produtores não são invasores; são proprietários. Se houver alguma questão jurídica que seja desfavorável aos ruralistas, eles têm que ter sua terra adquirida pelo governo e pagas com justiça, sobre todos os bens acrescidos sobre a terras que eram nuas, e, hoje, produzem (*Correio do Estado*, 3 set. 2015, p. 2).

O excerto expõe não só o julgamento moral (c) dos personagens e suas posições nos conflitos, como sugere uma solução (d) para o problema: a “indenização justa” aos proprietários. Depreende-se que o quadro de referência acionado na definição do enquadramento dos fatos aproxima-se do esforço empreendido pelos editoriais publicados. A tentativa é de vincular a eventual incompetência do Governo Federal na gestão da política econômica com uma incapacidade de mediar e solucionar os conflitos entre indígenas e proprietários rurais em Mato Grosso do Sul. Tal interpretação exige as partes envolvidas de responsabilidade pelos seus atos e, ao mesmo tempo, desloca a força explicativa de uma assertiva previamente compartilhada e aceita para uma assertiva cuja pretensão é encerrar o enquadramento dos fatos.

O enquadramento geral acentua a polarização apresentada nos editoriais, principalmente vinculando atributos morais aos personagens envolvidos. Fica clara uma delimitação entre o “bem” e o “mal”, o “certo” e o “errado”. Todavia, a composição dos polos antagônicos varia. Observa-se uma ambiguidade na caracterização e

no posicionamento dos indígenas que segue desde a mais contundente desqualificação moral até a comiseração e indulgência. Ora os indígenas são posicionados junto ao Governo Federal, às “facções terroristas”, aos “militantes”, aos “grevistas”, aos “sem-terra”; ora são deslocados para o campo dos inocentes e vitimados por ações dos “maus”.

Tabela 2 – Funções de enquadramento nas colunas de opinião do *Correio do Estado*

Funções de enquadramento	
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do Governo Federal; invasão estrangeira; instabilidade social; segurança nacional; invasão de propriedade privada.
b) causa	Incompetência e fraqueza do Governo Federal; incitação do conflito por “terroristas-comunistas-leninistas” e facções paraguaias; defesa da propriedade privada.
c) julgamento moral	Indígenas: invasores, destruidores selvagens, atrasados, indigentes, alcoólatras, protegidos pela União, por comunistas e por terroristas, agem como grevistas e sem-terra, caboclos, latifundiários; por outro lado são manipulados, abandonados pelo Governo Federal; Proprietários rurais: invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo Governo Federal, carregam o Brasil nas costas, corajosos, desbravadores do sertão inóspito, arrojados, intrépidos, humilhados, injustiçados, bodes-expiatórios, pioneiros, dignos, trabalhadores, ex-combatentes da guerra do Paraguai, povo tenaz e de fibra; Governo Federal (Funai, governo Dilma, Partido dos Trabalhadores): incompetente, corrupto, fraco, comunista, mentiroso, pseudointelectuais; Poder Judiciário: mediador, pacificador.
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutive; reintegração de posse; desapropriação com indenização justa dos fazendeiros

Fonte: os autores

No polo negativo, o que se observa é a ampliação dos quadros de referência acionados. Nos editoriais se deslindou uma moldura político-administrativa de onde derivam adjetivos como “incompetente”, “desorganizado” e “inoperante”. Nos artigos, o elemento

político-ideológico é acentuado ao rotular o Governo Federal de “comunista”, “leninista” e “marxista”; e ao apresentar agentes públicos, no caso membros do Ministério Público Federal, como militantes. Ademais, há a menção vaga a “terroristas” como simples alavanca capaz de fechar o quadro de referência proposto. A eloquência das qualificações se pronuncia, nos casos analisados, como um apelo emocional ao leitor a fim de mobilizá-lo na aceitação de uma proposição que, na verdade, não explica os fatos.

No polo positivo, a miríade de termos-chave leva a um quadro de referência afeito à “ideologia da cultura sul-mato-grossense”. É na caracterização dos proprietários rurais que surgem os mesmos atributos que definem a identidade de Mato Grosso do Sul forjada desde os anos 1930. Os elementos diacríticos que permitem dizer quem compõe o “ser” sul-mato-grossense são alçados à condição de qualidades morais que legitimam o ponto de vista dos proprietários rurais na definição dos fatos. Dizer que são pioneiros, arrojadados, trabalhadores, desbravadores do sertão inóspito e ex-combatentes confere autenticidade, justifica o direito de mando e a ideologia da classe de proprietários rurais no discurso histórico que, quando retomado, no momento de adensamento das contradições sociais, revela, por outro lado, a fragilidade e a artificialidade desse mesmo discurso. A necessidade de reiteração dos atributos a cada conflito deflagrado revela a crise da forma de dominação tradicional que, aos olhos dos dominadores, ainda são suficientes para justificar a submissão e o recato da população indígena do estado de Mato Grosso do Sul. A despeito da descrença dos dominados, o enquadramento que toma como referência elementos de uma ideologia da cultura presta-se a convencer os próprios dominadores do “direito” de exercer o domínio e, consequentemente, a justificar o uso desproporcional da força nos conflitos.

Constitui-se um enquadramento que aciona vários quadros de referência ou níveis composicionais. Isto é, um nível presente ou imediato: a incompetência na gestão da crise político-econômica, que se constrói na articulação dos conflitos entre indígenas e proprietários

rurais com temas que são atuais e mobilizam a opinião pública e, por isso mesmo, são tratados, concomitantemente, pelos diversos meios de comunicação. E um nível periférico: polarizações político-ideológicas que acionam referência para a delimitação entre “amigos” e “inimigos”, “nacionais” e “estrangeiros”, um “nós” e um “eles”. Denota-se que a ideologia da cultura se apresenta como quadro latente de referência — de matriz histórica — ao qual se recorre para conferir legitimidade à construção discursiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a necessidade de reflexão sobre o significado dos enquadramentos propostos nos textos em sua dinâmica de articulação da opinião pública com as opiniões publicadas e as políticas de opinião (GOMES, 2009) em disputa quando a temática circunscreve os povos indígenas e os seus conflitos com proprietários rurais em Mato Grosso do Sul. No jornal *Correio do Estado*, o principal veículo impresso do estado, observa-se, desde o início da cobertura dos fatos, um alinhamento retórico da política editorial com a política de opinião defendida, principalmente, pelos grupos que representam os interesses dos produtores rurais.

O primeiro editorial apresentado nesta análise é explícito na tomada de posição ao “filiar-se”, acriticamente, às percepções e opiniões dos proprietários rurais. Delas, toma para si as representações sobre os personagens envolvidos, principalmente indígenas e os movimentos sociais organizados. Essa afinidade política e ideológica fica evidente na definição das colunas de opinião veiculadas no jornal. Em sua maioria, os textos se aproximam da política de opinião dos representantes dos proprietários rurais. Os enquadramentos apresentados buscam legitimar argumentos valendo-se de estereótipos e preconceitos, historicamente construídos e ideologicamente sedimentados num discurso identitário eivado de julgamentos morais, acerca dos genuínos sul-mato-grossenses. Junto a argumentos racionais

sobre direito de propriedade, princípios constitucionais e estado de direito, entre outros, projetam-se uma série de qualificações substanciais que funcionam como marcadores de pertença a estatutos sociais diferenciados. Em termos retóricos, os proprietários rurais seriam, *ad infinitum*, hierarquicamente superiores aos povos indígenas porque compartilham os atributos morais e constitutivos que definem o verdadeiro “ser” sul-mato-grossense.

O enquadramento proposto estabelece uma ponte entre opinião publicada e senso comum, estabilizando a realidade social (SODRÉ, 2009) na medida em que aciona elementos afeitos a uma “ideologia da cultura sul-mato-grossense”, nesse caso comparando como quadro de referência primário compartilhado não apenas pelo grupo de interesse, mas, sobretudo (por isso a importância), difundido entre a comunidade de sentido (GOMES, 2009) à qual se dirigem os articulistas do jornal. Esse quadro de referência primário, que penetra e molda os discursos veiculados no jornal, seleciona, silencia e exacerba características da realidade social e, sobretudo, indica o sentido e a forma como deve ser decodificada a realidade, porque é compartilhado e mobiliza-se para estruturar a experiência dos sujeitos envolvidos na ação (GOFFMAN, 2012). É, portanto, à medida que a “ideologia da cultura sul-mato-grossense” estrutura a experiência da vida cotidiana em Mato Grosso do Sul que se conforma eficientemente o discurso midiático local.

O jornal *Correio do Estado* não só tem sua sede e a maioria de seus leitores distantes aproximadamente 300 quilômetros da região do conflito, como, porém, explicita um afastamento simbólico ainda maior da realidade vivida por indígenas no sul do estado. Consequentemente, o enquadramento dos fatos atravessados pelas mediações estudadas é, em parte, diverso daqueles hipoteticamente acionados nos contextos locais. Dessa forma, evidencia-se o papel da “ideologia da cultura sul-mato-grossense” no posicionamento do jornal: é uma matriz cultural que funciona como quadro de referência primário de uma comunidade de sentido, que estabelece uma distinção simbólica

entre indígenas e proprietários rurais que se pretende suficiente para justificar quem é o legítimo detentor das terras em Mato Grosso do Sul. Trata-se de um simples transbordamento do discurso identitário que define, a um só tempo, quem são os “verdadeiros” sul-mato-grossenses e quem tem o direito de mando na região, para um contexto de disputas em torno do direito à terra, cujos termos em contenda remetem aos preceitos constitucionais firmados na Carta de 1988.

Nesse sentido, as construções retóricas veiculadas no jornal *Correio do Estado* não favorecem o debate, o esclarecimento e a defesa de posições, mas, antes, a imposição de uma opinião previamente tomada como verdadeira e certa, cuja intenção é, tão somente, angariar adeptos apelando para um sentimento identitário preocupado em definir quem é o “amigo” e o “inimigo”, o “nós” e o “outro”, deturpando, por conseguinte, os termos do debate; isto é, transborda-se num espaço cerceado e dominado por um dos lados em disputa, articulando sua posição a partir de estereótipos e preconceitos, compartilhados, principalmente, pela elite tradicional e ruralista no estado.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, C. M. M. **Os Intelectuais e o Poder:** história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2006.

BANDUCCI JR., A. “Tradição e ideologia: construção da identidade em MS”. In: MENEGAZZO, M. A.; BANDUCCI JR., A. **Travessias e Limites:** Escritos sobre identidade e o regional. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 107-134.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado.** v. 1. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

CARVALHO, C. A. “Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico”. **Contemporânea**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2009.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d’aquém e d’além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO (CIMI). **Cartografia de Ataques Contra Indígenas**. Dossiê Um genocídio em curso no Mato Grosso do Sul. CIMI, 2016. Disponível em: <www.caci.cimi.org.br>. Acesso em: 29 jan. 2019.

CORREIO DO ESTADO. Sem luz no fim do túnel. **Correio do Estado**, Mato Grosso do Sul, 28 ago. 2015. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/artigos-e-opiniao/editorial-desta-sexta-feira-sem-luz-no-fim-do-tunel/256179/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DAL MORO, N. **O pensar da elite sobre o povo comum**: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ENTMAN, R. “Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents”. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 16-27, 1991.

ENTMAN, R. “Framing: towards clarification of a fractured paradigm”. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley, Los Angeles; Londres: University of California Press, 2003.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. v. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

KUYPERS, J. **Rhetorical Criticism**: Perspectives in Action. Lanham: Lexington Books, 2009.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, J. M.; ASSIS, F. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo (SP): Editora UMESP, 2013.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

QUEIROZ, P. R. C. “Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio)”. **Diálogos**, Maringá (PR), v. 10, n. 2, p. 128-156, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SOUZA MARTINS, J. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2010.

A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff¹³

Kelly Prudencio

Carla Rizzotto

Rafael Cardoso Sampaio

13 Uma primeira versão deste capítulo foi publicada na forma de artigo na *Revista Contracampo*, v. 37, n. 2, de julho de 2018.

INTRODUÇÃO

Até agosto de 2021, foram protocolados 132 documentos com pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro, sendo 78 pedidos originais, 7 aditamentos e 47 pedidos duplicados; 126 deles ainda aguardam análise. Quebra de decoro, improbidade administrativa, superfaturamento de vacinas, corrupção passiva e ativa, desprezo pela pandemia e pelas normas sanitárias, prevaricação, ameaças à democracia (OS PEDIDOS..., [2021]).

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir o cargo máximo do poder executivo brasileiro, foi destituída da presidência após um processo que teve início em 2 de dezembro do ano anterior, quando o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), autorizou a abertura do processo de “impeachment” contra ela. Dilma foi acusada de ordenar a edição de créditos suplementares sem a autorização do Senado, as chamadas pedaladas fiscais.

Cinco anos depois, temos uma noção mais clara do significado e das consequências do golpe contra Dilma, mas à época, o processo do impeachment foi marcado por uma série de disputas políticas de ambos os lados, com destaque para o embate pela narrativa. De um lado, a presidenta Dilma e aliados constantemente denunciaram o processo como um golpe parlamentar, uma vez que o suposto crime de responsabilidade cometido por Rousseff já havia sido realizado por todos os presidentes anteriores e também se tratava de prática comum para governadores em exercício. Ou seja, na prática, uma brecha na constituição estava sendo usada exclusivamente para tomar o poder à força, já que o PT havia vencido as últimas quatro eleições presidenciais. Do outro lado, os apoiadores do impeachment rechaçaram a ideia de golpe, uma vez que a possibilidade de o processo ser aberto estava na constituição e as pedaladas, de fato, seriam algo proibido para o chefe do Executivo. O fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) também não acusar o golpe seria outro motivo para o impeachment ser considerado legal.

Nesse sentido, pela sua própria capacidade de espalhar mensagens e reforçar certas perspectivas, a cobertura jornalística do impeachment foi vista como algo de grande relevância para seu desenlaçar e para sua conclusão. Notadamente, as empresas jornalísticas tomaram partido de modo favorável ao impeachment e também negando, de forma geral, a hipótese da realização de um golpe parlamentar, por meio de editoriais e colunas de opinião (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2017). É importante, ainda, notar que o PT, historicamente, recebe uma cobertura significativamente mais negativa da imprensa que aquela recebida por candidatos/políticos de posições de centro-direita, particularmente em períodos eleitorais (ALBUQUERQUE, 2013; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; AZEVEDO, 2009; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016; MIGUEL, 1999).

Não obstante, este trabalho argumenta que esse viés assumido pelos grandes veículos jornalísticos profissionais pode acontecer de modo muito menos óbvio ou explícito do que aquele já denotado pela literatura, especialmente quando a análise recai sobre as notícias e matérias jornalísticas, e não apenas o material opinativo. Desse modo, este trabalho defende que a cobertura jornalística do processo que ficou conhecido como impeachment da presidenta Dilma Rousseff apresentou esse acontecimento político como um fato ordinário da política nacional. Em outras palavras, o jornalismo profissional deu legitimidade ao impeachment justamente ao não ressaltar a série de problemas, contestações e narrativas alternativas. Enfim, ao não o tratar como um acontecimento político único e com grandes repercussões de diversas naturezas ou, ainda, ao normalizá-lo, ao esvaziá-lo como um acontecimento político ordinário, o jornalismo deu uma importante contribuição para o golpe contra Dilma Rousseff.

Albæk *et al.* (2014, p. 77-78) classificam essa forma de tratar a política como uma concepção pragmática do papel do jornalismo na democracia. Segundo essa concepção, os jornalistas tendem a tratar as notícias sobre política aplicando os mesmos critérios e valores que

aplicariam a qualquer outro tópico. Isso difere de uma concepção que os autores chamam de sacerdotal, que tende a colocar a política como um campo separado da “vida mundana”. Tratar as notícias pragmaticamente leva aos enquadramentos dos fatos políticos como conflito e/ou como jogo, o que já foi verificado por alguns autores (IYENGAR, 1991; PORTO, 2002). As notícias sobre a saída de Dilma da presidência seguiram esse padrão, como será demonstrado a seguir, reduzindo esse acontecimento a uma questão de queda de braço entre governo e oposição, tratando os fatos como vitória ou derrota desse ou daquele grupo.

Em segundo lugar, como sabemos, o jornalismo pode assumir papéis segundo uma dimensão imparcial ou, então, uma visão partidária de alguma disputa em questão (IYENGAR, 1991; PORTO, 2002). A primeira valoriza o equilíbrio da cobertura, enquanto a segunda julga aceitável a tomada de posição em disputas políticas. A cobertura dos três jornais brasileiros assumiu a dimensão formalmente imparcial; isso levaria a concluir que a imprensa brasileira não se posicionou politicamente, uma vez que as notícias se mostraram majoritariamente equilibradas. Alegamos que a utilização da análise do enquadramento multimodal, que elenca uma série de minúcias e especificidades da cobertura jornalística, é capaz de desmascarar a pretensa imparcialidade do nosso jornalismo. Ou seja, de encontro ao levantado pela literatura em comunicação política, o viés contrário à presidenta Dilma está longe de ser majoritário ou muito explícito, todavia, ele está presente em diversos pontos menores do texto jornalístico, como buscaremos demonstrar posteriormente.

Uma terceira dimensão que os autores levantam é a orientação das notícias para a informação ou para o entretenimento. No último caso, as notícias tratariam os acontecimentos políticos a partir dos que eles chamam de privatização das notícias políticas, pela ênfase na vida privada dos políticos e pela cobertura de escândalos. No caso brasileiro em análise, a orientação foi claramente informativa, com uma ou outra nota sobre o estado dos políticos afetados, como será

possível observar no enquadramento narrativo. O escândalo não foi tematizado, sendo o processo, como já afirmamos, tratado como fato ordinário da política, e não um golpe com implicações importantes para a democracia.

Em suma, nosso argumento é que a cobertura jornalística normalizou o golpe ao despolitizá-lo (VIMIEIRO; MAIA, 2017; WOOD; FLINDERS, 2014); ou seja, ao deslocar a discussão dos grandes conflitos, escândalos, consequências políticas (aqui no seu sentido mais amplo) para o simples jogo político ordinário (*i.e.* padrão cobertura de corrida de cavalos), levando à adesão da lógica de que “não há alternativas”, diminuindo drasticamente, assim, a possibilidade da ação ter sido enquadrada ou discutida como um golpe parlamentar.

Conforme apresentaremos mais detalhadamente, para fazer essa análise do enquadramento noticioso do impeachment de Dilma Rousseff, coletamos todas as notícias publicadas entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, que usaram a palavra “impeachment”, e que efetivamente trataram do assunto, nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, chegando a um total de 2.202 notícias codificadas por análise de conteúdo.

ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO MULTIMODAL DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Os estudos sobre enquadramento buscam, essencialmente, compreender aspectos da narrativa jornalística na cobertura de determinados fenômenos ou eventos, evidenciando os elementos que são ou destacados ou ocultos na cobertura. Em outras palavras, “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto” (ENTMANN, 1993, p. 52, tradução nossa), especialmente quando essas saliências promovem “uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMANN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Apesar de inúmeras maneiras de ser aplicado (MATTHES; KOHRING, 2008; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; POZOBON; SCHAEFER, 2015; VIMIEIRO; MAIA, 2011),

[...] no cerne desse tipo de operacionalização, reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

Segundo Matthes e Kohring (2008), um dos problemas dos estudos de enquadramento está na aplicação de métodos com pouca confiabilidade ou replicabilidade, por serem aplicações muito amplas, holísticas ou baseadas em elementos culturais excessivamente amplos, estando, portanto, muito questionáveis à interpretação dos próprios pesquisadores e pouco verificáveis pelos pares. Os autores acreditam que um método mais confiável reside na verificação de variáveis e categorias menores e mais objetivas nos produtos a serem avaliados e que posteriormente haja a preocupação com a geração da ideia de enquadramento.

Wozniak, Lück e Wessler (2014), por sua vez, fazem uma crítica ao fato da maior parte das análises sobre enquadramento se voltarem exclusivamente para o conteúdo textual das matérias, buscando a aplicação de categorias amplas do conceito de enquadramento. Os autores acreditam que é necessária uma análise mais minuciosa e sistemática de ao menos três modos comunicativos presentes nas matérias jornalísticas, nomeadamente a narrativa, a representação visual e as categorias do enquadramento, conforme sugerido por Entman (1993).

A perspectiva clássica do enquadramento noticioso, restrita à análise textual, não é, em nossa visão, a mais adequada para abordar um acontecimento político multifacetado como foi o golpe

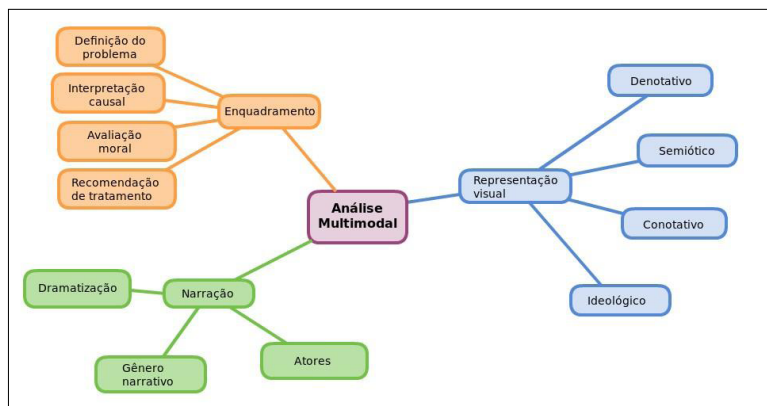
parlamentar de 2016. Uma análise prévia do corpus parcial¹⁴ desta pesquisa mostrou ser mais eficiente uma abordagem que leve em consideração também os elementos visual e narrativo, por permitir uma maior aproximação entre o pesquisador e a experiência geral dos leitores dos jornais impressos (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017). O cruzamento da análise das imagens e da análise da narrativa daquelas notícias que traziam Dilma Rousseff como principal personagem do acontecimento, seja no papel de vítima, de vilã ou de heroína, mostrou a existência de um conflito de enquadramento de papéis em 33% das notícias¹⁵. Assim, não raras vezes, ela foi apresentada de uma maneira pela construção narrativa e de outra pela imagem (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017). Por sua vez, ao compararem a narrativa e o enquadramento, Sampaio *et al.* (2020) foram capazes de denotar como havia mais presença de marcadores de narratividade (emoção, dramatização, personalização, ornamentação estilística) quando a matéria tratava de Dilma e aliados e/ou quando considerava o impeachment como a melhor solução de tratamento para o problema apresentado. Em outras palavras, por mais que nos números gerais a cobertura não tenha sido notadamente enviesada contra Dilma e seus aliados, o mesmo não pode ser dito nas construções das narrativas jornalísticas, que sempre pesavam mais contra eles. É com base nesse conflito que, muitas vezes, o receptor constrói sua interpretação da notícia, e é por essa razão que defendemos a análise de enquadramento multimodal enquanto metodologia mais adequada para a análise da cobertura noticiosa desse momento crítico

14 Esta análise prévia foi realizada em um corpus de 318 notícias, sendo 187 do jornal *O Globo* e 131 da *Folha de S. Paulo*, publicadas em dezembro de 2015, quando foi instaurado o processo de impeachment, e em maio de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada provisoriamente da presidência após primeira votação no senado.

15 Foram analisadas aqui 60 notícias do corpus parcial que associavam Dilma Rousseff a algum papel na narrativa e que, ao mesmo tempo, representavam-na na imagem.

da política nacional. Dessa forma, nossa análise¹⁶, inspirada em Wozniak, Lück e Wessler (2014), é sistematizada na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Análise Multimodal



Fonte: Compa – Livro de Códigos Enquadramento Multimodal¹⁷

A referida análise multimodal, baseada na análise de conteúdo manual (KRIPPENDORFF, 2004), foi aplicada a um corpus de 2.202 notícias publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016¹⁸. Do corpus total, foram analisadas somente as fotografias, sendo excluídos da análise infográficos, ilustrações e outros, resultando, portanto, em 1.820 imagens analisadas. As notícias foram codificadas pelos

16 Para uma discussão mais aprofundada acerca da metodologia adotada, ver RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017.

17 O Livro de Códigos com a descrição e a exemplificação de todas as categorias está disponível em: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27> (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2016).

18 As notícias foram selecionadas inicialmente por um filtro automático que buscou a palavra-chave “impeachment” nos cadernos de política dos três jornais. Posteriormente, passaram por um filtro manual que retirou do corpus artigos de opinião, entrevistas ou notícias que não continham imagens.

integrantes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa) da Universidade Federal do Paraná, que passaram por um extenso treinamento seguido por testes de confiabilidade¹⁹ para aumentar justamente a sua confiabilidade e, em alguma medida, a validade dos dados²⁰. A seguir serão apresentados os dados mais relevantes para a discussão proposta nesse momento. Conforme será possível perceber, em alguns momentos é significativa a comparação entre os três veículos, em outros é mais importante a comparação longitudinal entre dois momentos do processo — previamente e posteriormente ao afastamento provisório da presidenta.

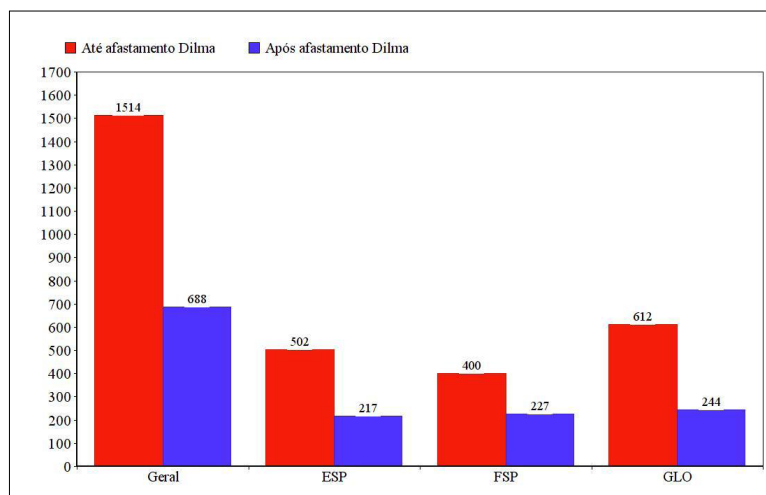
O primeiro dado importante, que a comparação longitudinal nos permite perceber, é que a frequência das publicações cai consideravelmente a partir da entrada de Michel Temer (PMDB) no cargo como interino (Gráfico 1). Nos 165 dias que antecederam a votação no senado, que afastou Dilma temporariamente, foi publicada uma média de 9,17 notícias diárias; nos 108 dias de cobertura após seu afastamento, foram publicadas cerca de 6,37 notícias por dia. A frequência de cobertura oferece indícios para concluir que, com Dilma

19 Componente enquadrado – 0,681 Krippendorff; Pessoa representada na imagem – 0,703 Krippendorff; Atividade realizada – 0,666 Krippendorff; Ângulo da câmera – 0,683 Krippendorff; Plano da imagem – 0,669 Krippendorff; Dramatização – 0,69 Krippendorff; Emoção – 0,703 Krippendorff; Personalização – 0,689 Krippendorff; Ornamentação Estilística – 0,705 Krippendorff; Problema – atores – 0,67 Kappa Livre, 71% concordância; Problema – subtópicos – 0,55 Kappa Livre, 62% concordância; Causas – 0,55 Kappa Livre, 62% concordância; Julgamento moral – 0,59 Kappa Livre, 67% concordância; Recomendação de tratamento – 0,73 Kappa Livre, 80% concordância. Optamos por utilizar o índice Kappa Livre nas categorias de aparições mais raras, uma vez que o Krippendorff's alpha é bastante sensível à discordância nesses casos, que são frequentes principalmente na análise narrativa e de enquadramento. Para saber mais sobre o teste de confiabilidade, ver Krippendorff (2004).

20 O banco de dados está disponível no repositório de base de dados científicas da UFPR, no link <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/26>.

já fora da presidência, o impeachment deixa de ser pauta frequente, uma vez que existiriam, seguindo essa tese, baixas chances de reverter a situação, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Frequência longitudinal

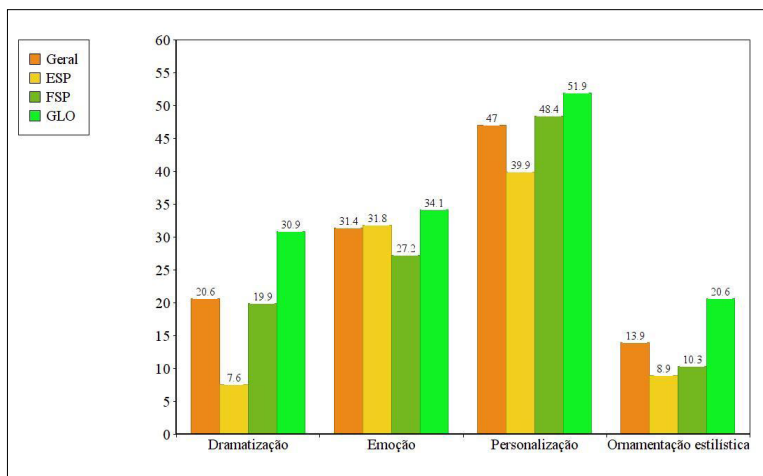


Fonte: Compa

Com a situação praticamente consolidada, percebe-se também uma tentativa dos jornais de legitimar Michel Temer enquanto presidente, o que pode ser verificado a partir do aumento da atribuição a ele do papel de herói em relação ao período anterior à sua posse como interino. A evolução longitudinal dos papéis presentes na narrativa será discutida mais adiante.

O grau de narratividade, que considera a *dramatização*, a *emoção*, a *personalização* e a *ornamentação estilística*, apresenta diferenças importantes entre os três veículos, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 – Grau de narratividade



Fonte: Compa

A dramatização aparece em 20,6% das notícias analisadas, a emoção, em 31,4% e a ornamentação estilística, em 13,9%. Considerando, todavia, as características do jornalismo brasileiro, de influência norte-americana, com forte presença do ideal de objetividade, marcado pelas técnicas do *lead*, pirâmide invertida e *copydesk*, bem como pelo ensino técnico que delineou sua profissionalização (TRAQUINA, 2004; RIBEIRO, 2000), esse número parece bastante expressivo. Na mesma direção, a personalização presente em 47% das notícias diz muito a respeito do afastamento do jornalismo brasileiro contemporâneo daquele baseado em fatos que marcou a segunda metade do século XX; quase metade das notícias é focada em personagens, em suas ações e em suas declarações. Segundo Ribeiro (2000), as técnicas adotadas nas redações e as ideias de objetividade e de neutralidade marcaram o campo jornalístico com a recusa de vínculos com a literatura e com a política, criando as condições para sua consolidação a partir da década de 1960. Os resultados aqui apresentados, contudo, indicam a utilização de estratégias de linguagem com a finalidade de “fazer crer” e “fazer sentir”, para além do “fazer saber” que

caracteriza a “visada de informação”, conforme explicado por Charaudeau (2007). Completa o autor:

No discurso da informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das condições de veracidade. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2007, p. 88).

A notícia publicada pelo jornal *O Globo* em 12 de junho de 2016, intitulada “Tudo pelo impeachment” (Figura 2), totalmente centrada na atuação de Michel Temer após o primeiro mês de governo interino, apresenta os quatro elementos de narratividade citados e representa as alterações no fazer jornalístico a que nos referimos.

[illegible]

O seguinte trecho merece destaque:

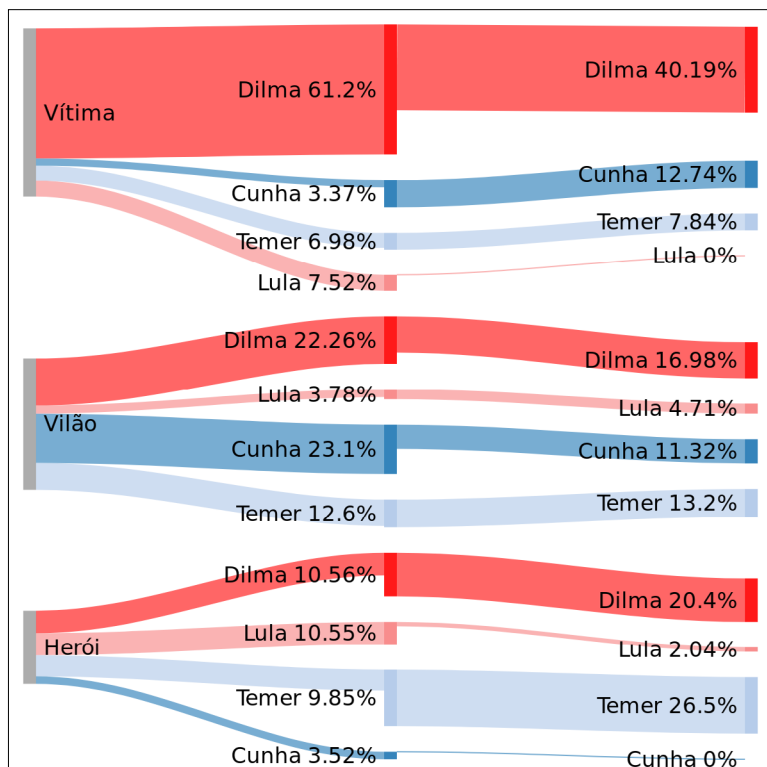
160

de Segurança de São Paulo, “tratava com bandidos”, em recado aos manifestantes (IGLESIAS; ALENCASTRO, 2016, s.p.).

Expressões estilísticas como “tirou Temer do sério” e “Temer fugiu ao seu tom discreto habitual” ajudam a construir uma narrativa na qual Michel Temer é vítima do jogo político institucional, situando-o entre as “pressões de aliados” e as agressões da oposição, materializadas nas ações dos manifestantes que protestaram em frente à sua casa e na atuação de Dilma quando na presidência, a respeito da qual “deputados e senadores [...] reclamavam da falta de atenção” (IGLESIAS; ALENCASTRO, 2016, s.p.). Os manifestantes e Dilma Rousseff são, assim, os verdadeiros “vilões” na construção narrativa dessa notícia. A principal imagem que ilustra a matéria também corrobora com esse sentido, Temer parece pensativo e receoso em ouvir o que Romero Jucá tem a dizer, numa condição de sujeito passivo que é vítima das circunstâncias. Ressalta-se também que a notícia em questão é totalmente baseada no chamado jornalismo declaratório, citando, entretanto, apenas duas fontes identificadas — Geddel e o próprio Temer — e abusando das fontes em off — “um auxiliar”, “um assessor próximo de Temer”.

Quanto aos papéis atribuídos aos personagens do processo, eles aparecem em um baixo número de notícias — 13% apresentam uma vítima, 15,6%, um vilão ou vilã e 8,6%, um herói ou heroína. Quando aparecem, são distribuídos da seguinte forma entre os sujeitos mais recorrentes nas notícias sobre o processo — Dilma, Lula, Cunha e Temer (Gráfico 3):

Gráfico 3 – Evolução de papéis longitudinalmente



Fonte: Compa

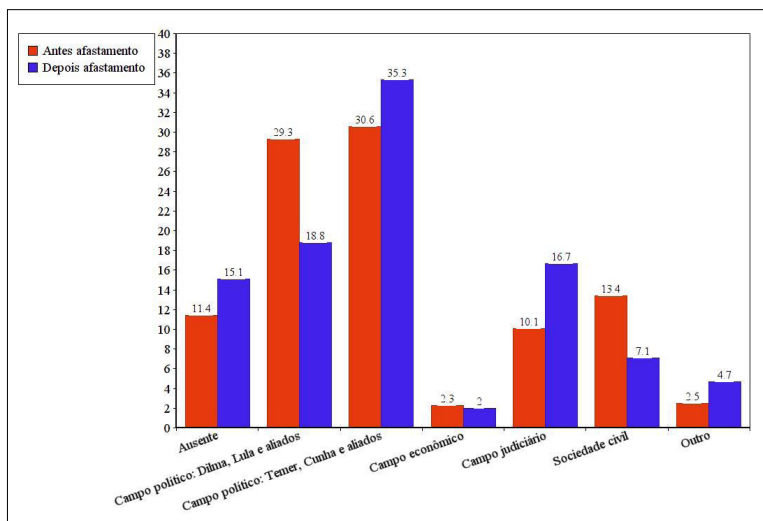
No período antes do afastamento provisório, Dilma Rousseff aparece como a vítima mais frequente (61,2%), seguida por Lula (7,5%), Temer (6,9%) e Cunha (3,3%); após o afastamento, aumenta-se a frequência com Cunha e Temer assumem o papel de vítima (12,7% e 7,8% respectivamente), enquanto Dilma perde incidência nesse papel (40,1%) e Lula desaparece. No papel de vilã, Dilma passa de 22,2% antes do seu afastamento para 16,9% após; Lula de 3,7% para 4,7%; Cunha de 23,1% para 11,3%; e Temer de 12,6% para 13,2%. Dilma apareceu mais vezes como heroína após o seu afastamento (10,5% contra 20,4%), Lula foi herói mais vezes antes do afastamento

(10,5% contra 2%), Temer, após o afastamento (9,8% contra 26,5%) e Cunha só apareceu como herói antes do afastamento (3,5%).

Associada com a análise de enquadramento noticioso que será exposta a seguir, esses números direcionam para uma construção do processo de impeachment no qual Dilma foi, sobretudo, vítima, ora do jogo político e da chantagem de Cunha ao instaurar o processo, ora de sua própria incompetência; algumas vezes vilã, seja por sua forma de atuação “dura” (e nesse caso ressalta-se a visão machista que caracteriza como dura a seriedade de uma mulher, mas não a de um homem com o mesmo comportamento), ou por sua inabilidade política que foi responsável pela crise brasileira; e heroína quando defendeu Lula na ocasião de sua condução coercitiva e de sua nomeação para o Ministério da Casa Civil, quando defendeu a si própria, especialmente no dia 29 de agosto, quando participou de sessão no senado que durou mais de 10 horas, ou quando recebeu homenagens de centenas de mulheres que se reuniram no Palácio do Planalto em 19 de abril de 2016 para apoiar seu governo. Por outro lado, mesmo quando apoiadores do impeachment eram retratados como vilões, estes eram apresentados como vilões inteligentes, que sabiam devidamente mover o jogo de xadrez por trás da votação do impeachment ou mesmo, no caso de Cunha, de manipular as regras do Parlamento em favor de sua agenda.

A análise de enquadramento noticioso foi realizada a partir de cinco variáveis — atores, definição do problema, causas do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993; VIMIEIRO; MAIA, 2011). O Gráfico 4 mostra quem foram os atores que figuraram nas notícias antes e depois do afastamento provisório de Dilma:

Gráfico 4 – Atores



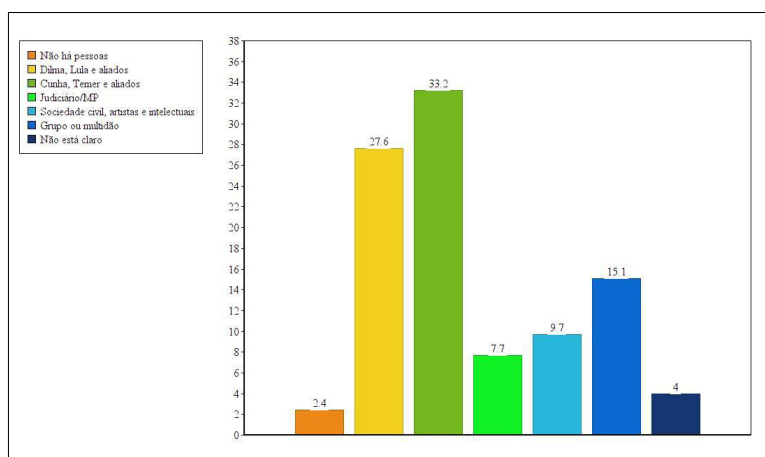
Fonte: Compa

Antes do afastamento, a prevalência é de políticos pró-impeachment (30,6%), seguidos de perto por Dilma e aliados (29,3%). Em seguida, aparece a sociedade civil (13,4%), o campo judiciário (10,1%) e o campo econômico (2,3%). Não surpreende o fato que os dois campos políticos contrários sejam os personagens mais recorrentes, já que, conforme mostra também a variável que determina a definição do problema, o processo de impeachment foi retratado sobretudo enquanto uma briga política, marcando um viés de esvaziamento da política. A sociedade civil aparece nas notícias que tratam das manifestações, tanto favoráveis quanto contrárias ao golpe, e, nesses casos, é geralmente personificada como “heroína”. O judiciário aparece mais frequentemente quando se trata de discussões acerca da legalidade do processo. O campo econômico raramente aparece, indicando que os jornais pouco discutiram a questão fundamental que originou a denúncia contra Rousseff, as chamadas “pedaladas fiscais”. Após o afastamento, Temer e aliados passam a ter uma presença consideravelmente superior (35,3%) à de Dilma e aliados (que cai para

18,8%); com Dilma fora de cena, são as ações e declarações do grupo de Temer e do campo judiciário (que sobe para 16,7%, quase se equiparando com a presença de Dilma e demais políticos contrários ao impeachment) que mais recebem atenção do noticiário, sugerindo a legitimação e normalização do acontecimento.

Essa presença é confirmada pelas imagens das notícias, conforme Gráfico 5, que aponta uma pequena prevalência do grupo político liderado por Temer e Cunha:

Gráfico 5 – Pessoa representada na imagem

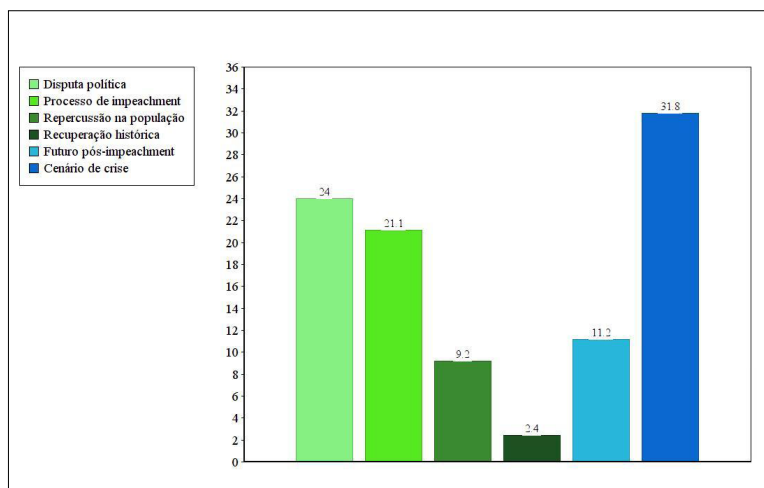


Fonte: Compa

O problema principal das notícias está centrado no *cenário de crise* (31,8%), ou seja, notícias que não abordam diretamente o impeachment, mas apresentam elementos que podem ser utilizados para reforçar a tese do impeachment, como o cenário econômico, denúncias da Lava Jato e de corrupção e afins. Em seguida, aparece a *disputa política* (24%), indicando que a motivação do processo de impeachment é a disputa ou o jogo político e/ou a luta pelo poder. O *processo de impeachment* em si também é recorrente (21,1%) — essas notícias abordam questões técnicas judiciais e, com bastante frequência,

fazem a contabilização dos votos dos deputados e, posteriormente, dos senadores. O *futuro pós-impeachment* (11,2%), a *repercussão na população* (9,2%) e a *recuperação histórica* (2,4%) do cenário político aparecem com menor frequência (Gráfico 6).

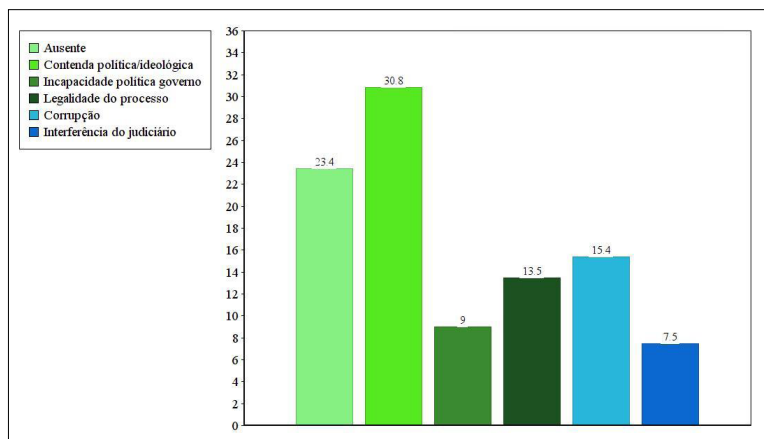
Gráfico 6 – Definição do problema



Fonte: Compa

Boa parte das notícias não apresentam causas para os problemas descritos (23,4%), de acordo com o Gráfico 7 a seguir. Quando aparecem, as causas se centram principalmente na *contenda política-ideológica* (30,8%), confirmando o que já foi afirmado anteriormente sobre o esvaziamento da política, descrita como lócus institucionalizado de disputas e, portanto, afastada da população. A *corrupção* (15,4%) generalizada e a *incapacidade política do governo Dilma* (9%) são apresentadas também como causas desse cenário de crise que justifica o afastamento da presidenta eleita. A *legalidade do processo de impeachment* (13,5%) é justificativa recorrentemente associada ao problema *processo de impeachment*, definindo-o como legítimo porque constitucional.

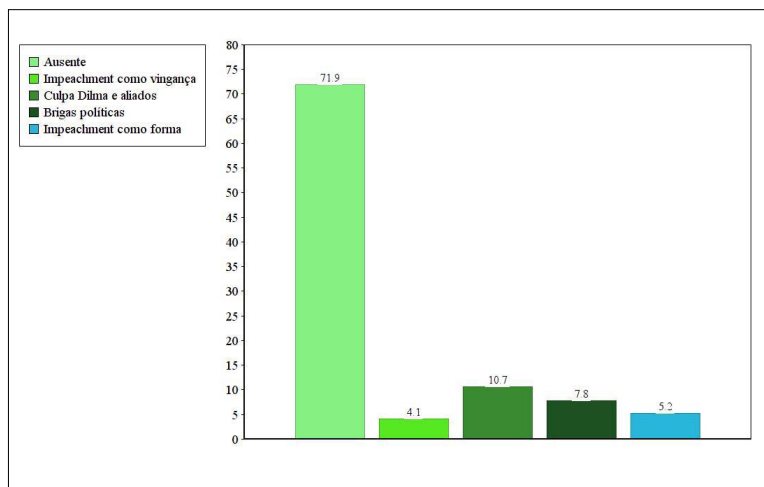
Gráfico 7 – Causas do problema



Fonte: Compa

O julgamento moral (Gráfico 8) é ausente na grande maioria das notícias (71,9%), justificado pela herança da neutralidade jornalística que impede a realização de julgamentos de forma explícita. Quando aparece, ele mais frequentemente se direciona à culpabilização de Dilma por seu próprio destino (10,7%), seguido pela crítica às brigas políticas (7,8%), aos aspectos formais do impeachment (5,2%) e aos políticos que o usaram como forma de vingança (4,1%). Esse resultado aponta para a despolitização do golpe, na medida em que, ao se apresentar como neutro, o jornalismo, nesse caso, ressalta a culpa de Dilma ao não questionar o processo ou as disputas que fazem da política um lugar “sujo”, do qual a população deve se manter afastada.

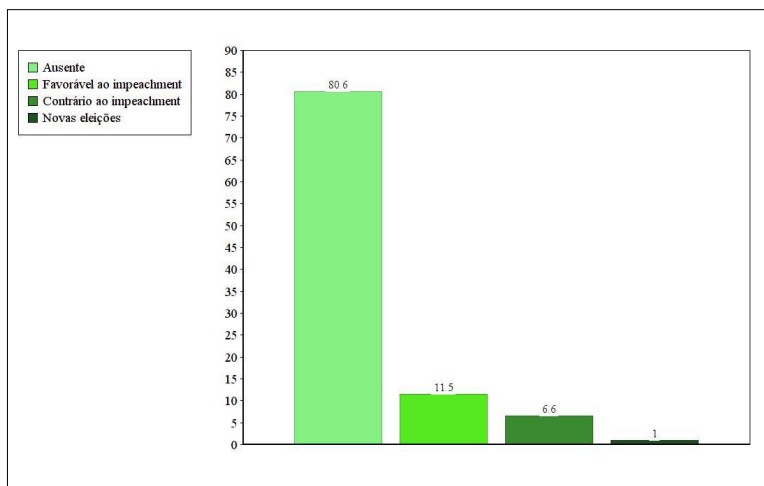
Gráfico 8 – Julgamento moral



Fonte: Compa

Por fim, a última variável acerca do enquadramento noticioso assinala a existência de recomendação de tratamento (Gráfico 9), ausente na maioria dos casos (80,6%) — o que é explicado também pela herança dos valores da neutralidade e da objetividade. Quando existente, a recomendação é pelo impeachment em 11,5% dos casos, contra o impeachment em 6,6% e favorável à realização de novas eleições em 1% deles. Esse dado é outro indicativo de que a cobertura jornalística ou optou por esvaziar as discussões políticas e as consequências do impeachment ou, em menor frequência, tendeu a se posicionar mais favoravelmente ao impeachment.

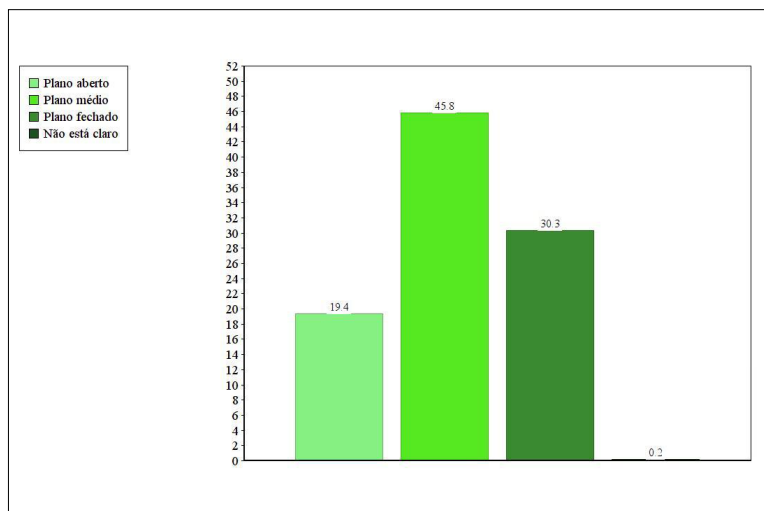
Gráfico 9 – Recomendação de tratamento



Fonte: Compa

Sobre o enquadramento visual, a predominância da variável plano médio e fechado (Gráfico 10) conflui para o resultado sobre a personalização da notícia na narrativa. As imagens retratam os personagens das notícias, sem cenário e em ambientes fechados em 65,4% do corpus. Esse dado associado às pessoas retratadas nas imagens (Gráfico 5) reforça o enquadramento do processo como disputa entre dois grupos adversários, sendo que Cunha, Temer e aliados aparecem em 27,5% das imagens, enquanto Dilma, Lula e aliados em 22,8% delas. O plano aberto permite identificar o local e a situação em que o fato ocorre, mas só foi identificado em 23,5% das imagens, o que intensifica o enquadramento do acontecimento como um problema de gabinete.

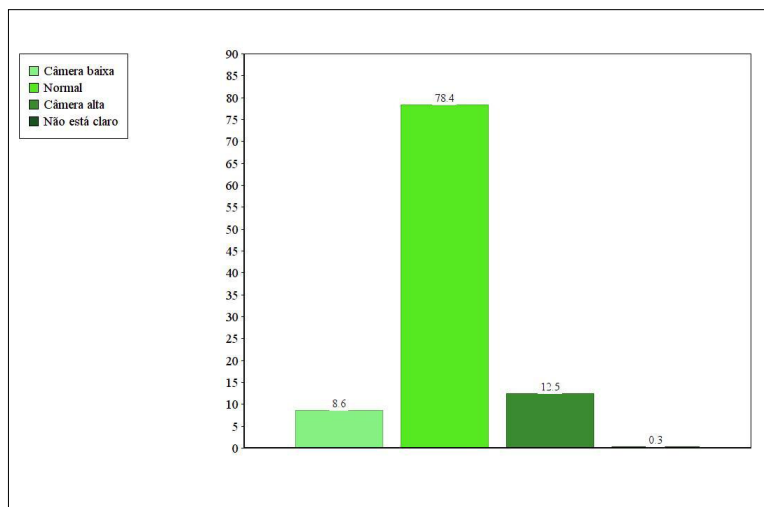
Gráfico 10 – Plano da imagem



Fonte: Compa

A variável posição da câmera indica a construção de sentido para os retratados na imagem. Câmera alta diminui a importância do retratado; câmera baixa valoriza positivamente o objeto ou a pessoa na imagem; e câmera normal é protocolar. O Gráfico 11 mostra que a cobertura se valeu da posição normal de imagem (78,4%), coerente com uma perspectiva pragmática e objetiva do jornalismo brasileiro.

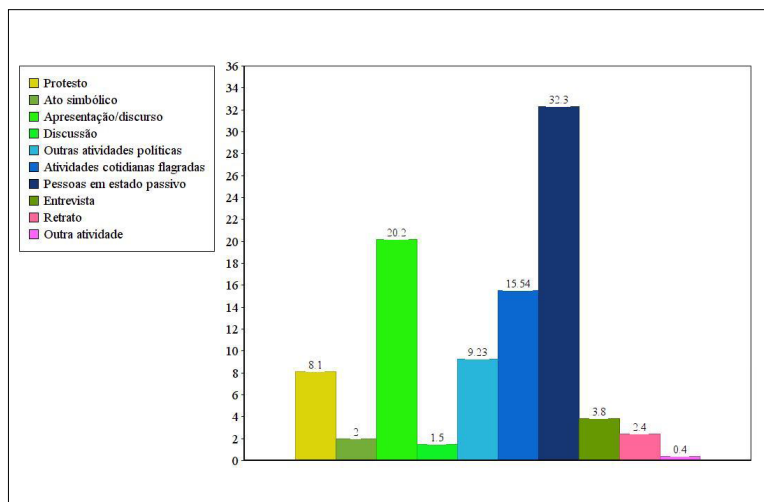
Gráfico 11 – Ângulo da câmera



Fonte: Compa

As atividades que esses políticos desenvolvem nas imagens (Gráfico 12) são basicamente nenhuma (32,3%), apresentação ou discurso (20,2%) e atividades cotidianas flagradas (15,5%). O que se verifica é uma seleção de imagens em que as pessoas estão em estado passivo, pois não há informação nas imagens que indiquem a atividade. Muito distante ficam as imagens de protesto, com apenas 8,1% do corpus. Essas imagens poderiam conferir às notícias uma indicação da presença de outros atores sociais na discussão do impeachment/golpe, na medida em que havia manifestações populares a favor e contra o que ocorria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Gráfico 12 – Atividade desenvolvida



Fonte: Compa

Combinando as variáveis plano da imagem, ângulo da câmera, pessoas retratadas e atividade desenvolvida obtemos um enquadramento visual da política como cena de interação entre dois grupos políticos, com pouca visibilidade aos outros grupos. Ângulo normal e plano médio ou fechado indicam ausência de proximidade com o observador, colocando, mais uma vez, uma distância entre a política e a sociedade. A Figura 3, a seguir, é representativa, ilustrando a briga política entre dois grupos adversários ao mesmo tempo que apresenta esses grupos distanciados do leitor. Na cobertura do jornal *O Globo*, a ênfase no embate político fica clara também pela escolha da expressão “Batalha do Impeachment” como chapéu.

Figura 3 – Ânimos exaltados



Fonte: Jungblut *et al.* (2016, p. 3)

Na notícia acima, “Testemunhas viram alvo. No 1º dia do julgamento de Dilma, defesa e acusação levantam suspeitas sobre depoentes”, chama atenção o primeiro parágrafo, que conflui para as conclusões apresentadas neste artigo acerca do esvaziamento político da cobertura ao enfatizar que o debate realizado no julgamento deveria ser técnico, e não político — ainda que o jornal também deixe de lado os aspectos técnicos ao longo do período analisado, como demonstrado pela análise das variáveis do enquadramento noticioso apresentadas anteriormente: “O primeiro dia do julgamento do impeachment da presidenta afastada, Dilma Rousseff, foi marcado por uma tentativa de politizar ainda mais o processo, esvaziando o debate técnico” (JUNGBLUT *et al.*, 2016, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS — A DESPOLITIZAÇÃO DO GOLPE

Ao olhar para as variáveis analisadas, é possível perceber que a cobertura jornalística do período em que o congresso nacional trabalhava para a deposição da presidenta Dilma Rousseff foi favorável à sua saída. Essa inferência, no entanto, não advém de dados quantitativamente significativos, mas de um olhar cruzado entre as variáveis. Isso ressalta a importância de uma pesquisa que evite categorias muito amplas, optando pela verificação de minúcias da cobertura, conforme sugerido por Matthes e Kohring (2008). Em suma, nos três jornais analisados, a imprensa favoreceu o impeachment, mesmo sem apoiá-lo enfaticamente. É justamente essa pretensão de neutralidade que estamos chamando aqui de “normalização do golpe”.

Na ausência de um verdadeiro crime de responsabilidade, os fatos a serem noticiados estavam no jogo político entre adversários. Assim, a cobertura recorreu aos personagens para protagonizar as histórias (recurso da personalização). Em menos de 15% do corpus, esses personagens estavam associados aos papéis de vítima, vilão ou herói. Esse também é um fator de normalização, na medida em que uniformiza os campos em conflito, como se estivessem em igualdade de disputa e de razões. Dilma Rousseff foi enquadrada em todos os papéis, dependendo do contexto em que a notícia se inseria, mas foi certamente mais abordada como vilã por sua própria incompetência ou como vítima dos seus algozes (estes sim inteligentes e ardilosos para o jogo político), tendo tido pouca chance de ser retratada como heroína que lidera a resistência ao ataque dos adversários.

Por conseguinte, o enquadramento textual noticioso enfatizou o conflito e o jogo político; sem julgamentos morais sobre a conduta de atores e processos, colocando como causa dos conflitos o mundo ordinário da política, o que, em nossa visão, acabou por naturalizar o golpe como impeachment e o impeachment como acontecimento aceitável em uma democracia e, especialmente, como um evento político corriqueiro como qualquer outra votação política. Por sua vez,

o enquadramento visual reforçou a imagem da política como habitada por figuras distantes da sociedade, em situações puramente tecnocráticas sem vínculo com as demandas sociais. Ao contrário do que se imaginava, também as imagens reforçaram uma visão de *politics as usual*, não denotando o caráter extraordinário de um pedido de impeachment.

Esse tipo de cobertura pragmática (ALÆK *et al.*, 2014) favorece o que autores como Wood e Flinders (2014, p. 152) tratam como despolitização, um fenômeno relacionado com o crescimento da desconfiança na democracia. Eles definem despolitização como um movimento de deslocamento da decisão política do centro do sistema político — no sentido de desresponsabilização pela decisão — para outras esferas sociais. Mas não apenas o sistema político se despolitiza; os autores tratam também da despolitização societal e discursiva. Na primeira, na qual os meios de comunicação atuam juntamente de outros grupos de interesse, assuntos públicos são afastados da agenda de deliberação política. E a despolitização discursiva é operada por *recusa* da contingência (que caracteriza o reino da política), é a disseminação entre os indivíduos de que certos assuntos são “normais” e “naturais” e adesão à lógica de que “não há alternativas”²¹. O resultado desse amplo processo de despolitização é, segundo os autores, alimento para uma cultura democrática desinteressada, abrindo um espaço perigoso para um ambiente antipolítica (ver também VIMIEIRO; MAIA, 2017).

21 Biroli e Mantovani (2014, p. 204) observam algo similar em relação à cobertura jornalística do processo de corrupção do chamado “mensalão”, também do Partido dos Trabalhadores. Segundo as autoras: “o noticiário é apresentado, por sua vez, como narrativa colada aos fatos e, como tal, não posicionada. O ângulo apresentado como legítimo para a cobertura é naturalizado ao mesmo tempo em que as posições em disputa, que implicariam recortes distintos para a produção do noticiário, são excluídas ou domesticadas como reações aos fatos”.

Os resultados da pesquisa sobre a cobertura dos três jornais permitem, assim, afirmar que o tom das notícias foi altamente despolitizado, não apresentando o impeachment/golpe como objeto de discussão pública, mas como um fato normal do cotidiano do parlamento. A população assistiu aos capítulos de uma novela enfadonha, cujo roteiro já é manjado no noticiário político. Conforme definido pelos autores, “uma política despolitizada, portanto, apresentaria muito pouco debate sobre as principais questões sociais ou opções políticas ao lado de um cenário político muito estéril em termos de engajamento público e dinamismo social” (WOOD; FLINDERS, 2014, p. 159).

Portanto, o impeachment foi, fundamentalmente, apresentado como legítimo para a população, uma vez que raramente se focava em sua dimensão como ruptura democrática. A cobertura esteve voltada apenas para posicionar os diferentes atores como favoráveis ou contrários ao processo, ausentando-se de discutir as polêmicas e as consequências negativas que poderiam envolver o processo. Isso fica evidente na variável “recomendações de tratamento”, em que as notícias se posicionaram (11,58% favorável e 6,67% contra) sem a discussão do que isso representava para a democracia. Outra indicação nesse sentido é a confluência entre as variáveis “definição do problema” e “causas do problema” que têm na disputa política sua maior incidência²². A grosso modo, o jornalismo brasileiro tratou o problema como sendo político, tendo causas políticas e consequências meramente políticas, não enfatizando impactos na ordem democrática ou mesmo na população.

Assim, temos uma cobertura de tipo pragmática (ABÆK *et al.*, 2014), com teor informativo que se restringiu a registrar os fatos.

22 A título de curiosidade, fizemos uma verificação inicial de todos os títulos das 2.202 matérias e apenas 36 apresentam a palavra golpe. E, em todas, trata-se apenas de ressaltar que determinado ator político considera que é golpe ou não, ou que levanta a tese de golpe.

O fato para os três jornais dizia respeito a um processo de impeachment de uma presidenta sem a presença de crime de responsabilidade. Na medida em que essa ausência de crime não constituiu ao menos um questionamento com discussão sobre suas implicações, os jornais acabaram por tratar o acontecimento, ainda que formalmente de acordo com os princípios gerais que tornam o jornalismo uma referência de realidade, como algo inexorável e indiscutível, portanto, sem possibilidade de deliberação. Trata-se de um fenômeno cada vez mais recorrente com as reduções das redações e seus impactos nas rotinas jornalísticas, mas que parece afetar notadamente a cobertura jornalística, que se torna, na falta de melhor termo, um jornalismo declaratório, enunciativo, que apenas reproduz os fatos e as falas dos atores políticos sem grandes esforços para aprofundar a discussão ou pelo menos evidenciar de maneira clara os impactos das questões sendo tratadas. No caso em tela, a escolha política reduziu-se a um simples colocar-se a favor ou contra, representada nas notícias pelos posicionamentos dos atores políticos envolvidos, divididos em dois grupos contrários.

Futuras pesquisas e mesmo críticas precisam estar atentas a essa forma de apoiar “implicitamente” certo lado acionada por esse jornalismo dito independente. Esse jornalismo “isento”, “declaratório”, que apenas aparentemente não tomou posição, atuou como normalizador do golpe, o que foi possível demonstrar pela relação entre as variáveis, facilitada pelo enquadramento multimodal. Apesar de não se tratar do escopo do trabalho em tela, assim como evidenciamos na abertura deste capítulo, esse tipo de jornalismo raso e reproduzidor das ações e falas políticas pode ter consequências graves em certos contextos, como foi o caso da Lava Jato como um todo, que não recebeu os devidos questionamentos por mais que seus abusos fossem claros em diversos momentos. E também no caso de o poder ser exercido por grupos de extrema direita e/ou disseminadores de notícias falsas. Mesmo com suas reduções de receitas e dificuldades para realizar matérias mais aprofundadas, o jornalismo brasileiro, como um todo,

precisa fazer uma autorreflexão sobre sua própria atuação. Essa auto-crítica passa diretamente pela sua construção simbólica, como objetivo e isento, enquanto, na prática, em tempos de internet e redes digitais, parecemos necessitar mais de um jornalismo que filtra melhor as notícias mais relevantes na abundância informacional atual e que apresenta de modo crítico e aprofundado as questões políticas em debate.

REFERÊNCIAS

ABÆK, E.; VAN DALEN, A.; JEBRIL, N.; DE VREESE, C. **Political journalism in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge UP, 2014.

ALBUQUERQUE, A. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. **E-Compós**, Brasília, v. 16, p. 1-23, 2013.

ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.

AZEVEDO, F. A. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 41-58, 2009.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 43, n. 4, 1993.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compolítica**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2016.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: COMPOLÍTICA, 7., Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017. **Anais** [...]. Porto Alegre, Fabico, UFRGS, 2017.

IGLESIAS, S.; ALENCASTRO, C. Após recuos, Temer cede a pressões para Dilma não voltar. **O Globo**. 11 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-recuos-temer-cede-pres-soes-para-dilma-nao-voltar-19489483>. Acesso em: 9 jul. 2023.

IYENGAR, S. **Is Anyone Responsible?:** how television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

JUNGBLUT, C. *et al.* Testemunhas viram alvo. No primeiro dia de julgamento de Dilma, defesa levanta suspeita sobre depoentes. **O Globo**, 16 ago. 2016.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis:** An Introduction to Its Methodology. Londres: Sage, 2004.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. 'Nem Dilma nem Temer': Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do impeachment de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos. In: NAPOLITANO, J. C.; VICENTE, M. M.; SOARES, M. C. (org.). **Comunicação e Cidadania Política**. Bauru: Editora da UNESP, 2017. v. 1, p. 101-126.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 258-279, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00384.x>. Acesso em: 4 jul. 2012.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 27, n. 79, 2012.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & política**, [s. l.], v. 6, n. 2-3, p. 119-138, 1999.

OS PEDIDOS de impeachment de Bolsonaro. **Publica**, [2021]. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2002, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2002.

POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento. **Revista Interin**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 120-136, 2015.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. C. Livro de códigos – Enquadramento Multimodal – Impeachment. **Comunicação**

e Participação Política (COMPÁ), 2016. Disponível em: <https://bdsc3sl.ufpr.br/handle/123456789/27>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. C. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*. In: COMPOLÍTICA, 7., Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017. **Anais [...]**. Porto Alegre, Fabico, UFRGS, 2017.

SAMPAIO, R. C.; RIZZOTTO, C.; DRUMMOND, D. R.; ROCHA, C. F.; WASHINGTON; B. N.; MARIOTO, D. J. F. Enquadramento noticioso e construção narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2020.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo** – porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **E-Compós**, Brasília, v. 14, p. 1-22, 2011.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. **Esferas**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2017.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. Análise indireta de enquadramentos da mídia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1. 2011.

WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. **Policy & Politics**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 151-70, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1332/030557312X655909>. Acesso em: 15 set. 2020._

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, [s. l.], dec. 2014.

Jornalismo, empatia e compaixão: o discurso dos leitores da Folha de São Paulo

Marcia Benetti

INTRODUÇÃO

No senso comum, empatia é facilmente associada a sintonia, sensibilidade, compreensão, piedade e compaixão. A ilusão de um “significado autoevidente” parece dar a qualquer pessoa, na vida cotidiana, a capacidade de julgar se uma ação é empática ou não. No entanto, esse é um conceito de grande complexidade que vem sendo estudado por áreas muito diversas, como psicologia, filosofia, neurociência, criminologia, enfermagem, serviço social, educação e comunicação, entre outras.

No campo do jornalismo, podemos citar pesquisas sobre a empatia na atuação do jornalista (HARLAND, 2008; RICHARDS; REES, 2011; GLÜCK, 2016), na narrativa jornalística (OLIVER *et al.*, 2012; SERELLE, 2020), na cobertura sobre pessoas em situação de rua (VARMA, 2019), na relação com a audiência (VIEGAS, 2016, 2017) e na defesa de uma ética da empatia (BLANK-LIBRA, 2017). Destacam-se também esforços conceituais que se aproximam do tema, como o jornalismo humanizado (IJUIM, 2012, 2017) e o jornalismo compassivo (LAMAS; SCHWAAB, 2017).

Neste texto²³, pretendo demonstrar como os fenômenos da empatia e da compaixão estão presentes no discurso dos leitores. Utilizando a Análise de Discurso como método, examino comentários postados em matérias do jornal *Folha de São Paulo* nos primeiros 30 dias da pandemia de covid-19 no Brasil para compreender quem são os personagens merecedores da empatia ou da compaixão dos leitores e como funciona esse discurso.

EMPATIA E COMPAIXÃO

A empatia é um constructo multidimensional, com componentes cognitivos, afetivos e comportamentais (FALCONE *et al.*, 2008). Não é uma emoção²⁴, mas permite imaginar as emoções dos outros. É a capacidade de perceber e reconhecer a situação do outro sem perder a noção de que “eu” e “outro” são sujeitos distintos. No movimento empático eu identifico e recrio, na minha mente, o que o outro pensa, sente ou deseja. A empatia é, portanto, um fenômeno intersubjetivo, que ocorre a partir da relação entre dois sujeitos. É a reação de um

23 Resultado de pesquisa apoiada com recursos do CNPq.

24 O significado original da palavra alemã *emführung* (*ein*, “em”, e *fühlen*, “sentir”) seria “sentir dentro” ou “sentir em”. Na transposição para o inglês, em 1909, Edward Titchener traduziu *emführung* por *empathy*, remetendo ao grego *empathia* (*en*, “em”, e *pathos*, “emoção”).

diante do outro. Exige dois movimentos simultâneos: colocar-se no lugar do outro e manter a consciência de que não está efetivamente naquele lugar (NUSSBAUM, 2001). Pela empatia, eu entendo o outro de modo provisório ou vicário, mas não perco minha identidade.

Sendo a capacidade de reconstruir imaginariamente a experiência de outra pessoa, a empatia não é em si positiva ou negativa, e, sim, moralmente neutra (NUSSBAUM, 2001). Bubandt e Villerslev (2015) lembram que a empatia não é necessariamente uma resposta solidária e não está obrigatoriamente associada ao desejo moral de ajudar. É uma capacidade ambivalente, que também pode servir para fins destrutivos, como a sedução, a fraude, a manipulação e a violência. Eles chamam de “empatia tática” a capacidade de reconhecer o outro para fins egoístas. É o que ocorre quando um caçador projeta o comportamento da caça para preparar uma armadilha ou quando um estrategista militar se coloca no lugar do inimigo para imaginar seu próximo movimento. Os autores lembram que os golpistas, fraudadores e mentirosos exercem a empatia tática.

Para Batson (2009, p. 3, tradução minha²⁵), os estudos sobre empatia querem responder a duas questões: “Como alguém pode saber o que outra pessoa está pensando ou sentindo? O que leva alguém a responder com sensibilidade e cuidado ao sofrimento de outra pessoa?”. Ele identifica oito fenômenos que são regularmente chamados de empatia: conhecer o estado interno de outra pessoa, incluindo seus pensamentos e sentimentos; adotar a postura ou coincidir com as respostas neurológicas do outro; sentir o que outra pessoa sente ou uma emoção similar; projetar-se intuitivamente na situação do outro; imaginar como o outro pensa e sente (imaginar a perspectiva do outro, agregando o que sabe sobre seus valores); imaginar como uma terceira pessoa pensaria ou sentiria na situação do outro; sentir angústia ao testemunhar

25 No original: “How can one know what another person is thinking and feeling? What leads one person to respond with sensitivity and care to the suffering of another?”

o sofrimento do outro; sentir o sofrimento que o outro está sentindo (havendo uma resposta emocional orientada para o outro).

Nessa sistematização, a última forma de empatia está relacionada à compaixão e é acionada para aliviar o sofrimento do outro. Ekman (2011) também entende a compaixão como um tipo de empatia. Para ele, a empatia é cognitiva quando identificamos e entendemos o que o outro sente, é emocional quando sentimos o que ele sente e é compassiva quando queremos ajudar o outro a lidar com a situação.

No entanto, considero que a distinção entre empatia e compaixão é importante por seu caráter moral. Enquanto a empatia é moralmente neutra, a compaixão pressupõe o julgamento de que o sofrimento do outro é algo ruim. Nussbaum (2001) exemplifica essa diferença com os casos de um torturador, que pode perceber que o sofrimento do torturado é sério sem achar que esse sofrimento deva ser minorado, e de um jurado, que pode entender a experiência e a motivação de um criminoso sem ser benevolente com ele. Nesses dois casos há empatia, mas não há compaixão.

A compaixão é a capacidade de se deixar afetar pelo sofrimento do outro, sendo solidário a esse sofrimento, sofrendo com ele ou tomando alguma atitude que possa diminuir essa dor. Segundo Nussbaum (2001, p. 412, tradução minha²⁶), são necessárias três condições para que alguém sinta compaixão:

A primeira exigência cognitiva da compaixão é a crença ou avaliação de que o sofrimento é sério, e não trivial. A segunda é a crença de que a pessoa não merece o sofrimento. A terceira é a crença de que as possibilidades de sofrimento da pessoa que experiencia a emoção [da compaixão] são semelhantes às do sofredor.

26 No original: "The first cognitive requirement of compassion is a belief or appraisal that the suffering is serious rather than trivial. The second is the belief that the person does not deserve the suffering. The third is the belief that the possibilities of the person who experiences the emotion are similar to those of the sufferer".

Para sentir compaixão, eu preciso acreditar que o sofrimento do outro é sério e injusto e que talvez aquilo pudesse acontecer comigo.

Outra diferença é que a compaixão ocorre quando há dor, dificuldade ou vulnerabilidade, quando há vítimas que merecem piedade, enquanto a empatia tem um escopo mais amplo: “O gesto de empatia aponta outra direção: compreender o diferente, mesmo que a diferença, em alguns casos, seja de ordem normativa ou moral” (MARTINO, 2019, p. 11). A empatia está voltada à percepção do diferente e não envolve, necessariamente, sofrimento: posso compreender a felicidade do outro, imaginá-la e até mesmo senti-la junto ao outro.

Além disso, nem todo mundo consegue exercer a compaixão. Nussbaum (2001) cita a vergonha, a inveja e a repulsa como estados emocionais que impedem esse processo. Algumas pessoas têm vergonha das situações que evidenciam sua humanidade, às vezes sua impotência, e por isso as evitam; outras, geralmente as patologicamente narcisistas, ficam embotadas pela inveja que sentem do outro; outras sentem repulsa por tudo que representa vulnerabilidade. Também as diferenças de classe, raça, gênero, idade e religião podem atuar contra a compaixão. Pinker (2013) faz uma análise severa dos limites da empatia como produtora de justiça social e da compaixão para com estranhos.

O outro problema da empatia reside no fato de que ela é tacanha demais para servir como o motor de uma consideração universal pelos interesses das pessoas. A despeito dos neurônios espelho, ela não é um reflexo que nos faz simpatizar com qualquer um em quem ponhamos os olhos. *Pode ser acionada, desligada ou revertida conforme nossa interpretação do relacionamento que temos com alguém. A cabeça dela está voltada para a graciosidade, a boa aparência, o parentesco, a amizade, a similaridade e a solidariedade comunal.* Embora possa se difundir mais além através do ato de assumir as perspectivas de outras pessoas, os incrementos são

pequenos, adverte Batson²⁷, e podem ser efêmeros. *Esperar que o leque da empatia possa se alargar a tal ponto que estranhos venham a significar tanto para nós quanto a família e os amigos é utópico no pior sentido do século XX, requerendo uma anulação da natureza humana que é inatingível, e é duvidoso se seria desejável. Tampouco isso é necessário. O ideal do círculo [de empatia] expandido não significa que devamos sentir a dor de todos os demais no planeta. Ninguém tem tanto tempo ou energia, e tentar difundir nossa empatia tão tenuemente seria um convite ao esgotamento emocional e à fadiga da compaixão* (PINKER, 2013, p. 791, grifos meus).

A fadiga por compaixão é um transtorno psíquico cujos sintomas principais são ansiedade e tristeza. É desenvolvida especialmente por profissionais que lidam cotidianamente com alguém que sofre — como cuidadores, enfermeiros, médicos, assistentes sociais, psicólogos, bombeiros, veterinários e professores, entre outras profissões. Segundo Figley (1995, 2002), esse fenômeno inclui a Síndrome de Burnout, que surge como reação ao estresse crônico no trabalho e cujos principais sintomas são exaustão, frustração e irritabilidade. A fadiga por compaixão inclui o estresse traumático secundário, em que a pessoa assume e experiencia traumas, angústias e medos vividos pelo outro. Nesse caso, Figley (1995) amplia o conceito de “vítima”: não apenas a pessoa que sofreu diretamente o trauma é uma vítima, mas também aquela que foi indireta ou secundariamente traumatizada ao lidar com as angústias da primeira.

Embora a empatia seja neutra ou ambivalente, é essencial à vida moral e se constitui como um instrumento para desenvolver

27 BATSON, C. D. *et al.* Similarity and nurturance: two possible sources of empathy for strangers. **Basic & Applied Social Psychology**, n. 27, p. 15-25, 2005.

capacidades morais. Segundo Oxley (2011, p. 5, tradução minha²⁸, grifo da autora), “a empatia é central à deliberação moral, reflexão, motivação e ação, mas a empatia *sozinha* é insuficiente para um código moral”. Ainda que não possa ser considerada a única base das decisões morais, é inegável que a empatia exerce uma importante função epistêmica de conhecimento do outro.

DISCURSO DOS LEITORES

A produção de qualquer discurso é um processo intersubjetivo que depende da relação entre os sujeitos naquela situação específica. Esses sujeitos devem conhecer as características do gênero discursivo para que possam criar, interpretar, compreender e recriar os sentidos potenciais do discurso. No caso do jornalismo, o leitor é um dos sujeitos envolvidos nesse contrato de comunicação (CHARAU-DEAU, 2006) — embora, a despeito de sua importância, seja frequentemente negligenciado pelos projetos editoriais ou percebido como um incômodo por veículos e jornalistas.

O leitor está inserido em um contrato que exige que ele conheça as regras do jornalismo como um gênero discursivo (BENETTI, 2008). Nesse contrato, a prática da leitura está condicionada a vários fatores: às expectativas do leitor quanto ao bom jornalismo (REGINATO; BENETTI, 2018; REGINATO, 2019; VIEIRA *et al.*, 2020), a sua própria experiência com o jornalismo de modo geral e com o veículo em particular, a seu interesse em certos temas e, evidentemente, a seu repertório de valores e crenças. O processo da leitura é complexo, dialógico e relacional, pois o leitor real passa a se relacionar

28 No original: “[...] empathy should figure centrally in moral deliberation, reflection, motivation, and action, but that empathy *alone* is insufficient as a moral guide”.

com os sentidos propostos pelo texto²⁹ e com os sujeitos ali inscritos: o veículo, o jornalista, as fontes, o leitor imaginado, os personagens da história que está sendo narrada, os personagens acionados pela memória ou pela imaginação. É essa relação, fundada na intersubjetividade, que permite ao leitor empatizar ou não com os diversos sujeitos do discurso.

Os comentários se tornaram um modo comum de participação da audiência no jornalismo (MANOSEVITCH; WALKER, 2009; CAMINADA, 2015; MASIP, 2016; BUENO, 2017; FRISCHLICH *et al.*, 2019; MACEDO, 2019; SANSEVERINO, 2019; WOLFGANG, 2019), juntamente aos atos de curtir e compartilhar um texto. Ao comentar, o leitor está regulado pelas normas do espaço de comentários, definidas por quem criou e mantém aquele espaço — as normas dos veículos, no caso de sistemas nativos de hospedagem dos comentários, ou das plataformas, no caso de sistemas não nativos de hospedagem. O leitor sabe que haverá outras opiniões e que outros leitores poderão reagir ao que ele escreve, inclusive muito tempo depois da postagem. Também está condicionado a um gênero textual: o comentário.

Sua natureza [do comentário] é eminentemente interativa, já que constitui um gênero construído entre o social e o individual. Este dialogismo se evidencia, então, na relação que estabelece com os

29 É preciso ponderar que “texto” é toda materialidade discursiva articulada por uma linguagem (verbal, imagética, audiovisual, sonora etc.). Uma fotografia é um texto, assim como uma tatuagem, uma música, um romance ou um comentário de leitor. Fiorin (2012, p. 146) lembra que “o texto é uma estrutura, no sentido de que ele é um todo organizado de sentido”, e é a manifestação de um discurso, que lhe é anterior. Possenti (2012, p. 252) concorda: “Textos são lugares de materialização dos discursos. Ou seja, um texto nunca é, para um ouvinte ou leitor, meramente um texto. Na medida em que reclama leitura, é sempre da ótica do discurso que um texto é considerado, qualquer que seja a concepção de discurso”.

discursos precedentes e no carácter direccional de seus enunciados, que *se orientam a uma comunidade concreta* e que procuram obter uma resposta compreensiva por parte de seus membros (SAL PAZ, 2013, p. 157, tradução minha³⁰, grifo meu).

Andrade (2016, p. 67) entende o comentário como um lugar enunciativo “em que o sujeito se manifesta responsavelmente” e entende “a prática de leitura e escrita dos comentários como *um ato ético* do sujeito” (ANDRADE, 2016, p. 69, grifo meu). Mesmo quando a origem do comentário é um perfil anônimo ou falso, há um sujeito que propõe aqueles sentidos e domina as regras do gênero.

Pensando em suas propriedades discursivas, podemos então definir o comentário do leitor como um texto: 1) curto, 2) opinativo, 3) escrito, mas fortemente orientado pela oralidade, 4) assíncrono, 5) aderido a uma temática, 6) condicionado a certo letramento digital e 7) vinculado a uma autoria que pode ser responsabilizada (BENETTI, 2020, p. 185).

Os leitores que comentam fazem parte de uma comunidade discursiva com características distintivas. Eles possuem objetivos em comum (opinar, avaliar, sugerir, informar, debater, divertir-se), estão sujeitos a um gênero textual próprio (o comentário) e a um conjunto de regras, adquirem um léxico específico, podem se comunicar entre si, desenvolvem uma relação dialógica e, no interior dessa

30 No original: “Su naturaleza es eminentemente interactiva, puesto que constituye un género construido a medio camino entre lo social y lo individual. Este dialogismo se evidencia, entonces, en la relación que establece con los discursos precedentes y en el carácter direccional de sus enunciados, que se orientan a una comunidad concreta y que procuran obtener una respuesta comprensiva por parte de sus miembros.”

comunidade, existem sujeitos que produzem conteúdo mais relevante (BENETTI, 2020).

Ainda que essas comunidades discursivas possuam uma certa estrutura, o fluxo de sujeitos no interior delas é bastante variável, e as diferenças entre esses sujeitos — diferenças ideológicas, culturais, de experiência, de capacidade de alteridade — transformam o espaço de comentários em um ambiente conflituoso e complexo. É exatamente essa complexidade que faz dos comentários dos leitores um importante ambiente de estudo sobre os discursos que circulam na sociedade e produzem sentidos a respeito de diversos temas³¹, e é por isso que venho estudando os comentários³².

Neste texto, dedico-me a compreender como os leitores acionam a empatia e a compaixão e a partir de quais temas e personagens ocorre esse acionamento. Não é um estudo sobre os sentidos produzidos sobre esses temas, e, sim, um estudo sobre o *funcionamento do discurso empático e do discurso compassivo*. Por isso falo em movimento, dinâmica e processo. Entendo que a empatia e a compaixão acontecem quando os sujeitos ocupam certas posições, e essas posições são definidas pelo modo como imaginam os outros e a si mesmos.

Pêcheux (1990, p. 82, grifos do autor) diz que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A [enunciador] e B [interlocutor] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. O leitor, sabemos, relaciona-se com os sujeitos do discurso, que para ele são “os outros”. Nessa relação, o leitor também

31 Como podemos ver em Richardson e Stanyer (2011), Viegas (2016), Stocker e Dalmaso (2018), Furtado e Doretto (2019), Silva e Silva (2019) e Wolfgang (2019), entre outros.

32 Em pesquisas anteriores, procurei demonstrar que a emoção e a credibilidade constituem os dois principais vínculos dos leitores com o jornalismo. Também busquei evidenciar a configuração dessa comunidade discursiva e mapear sentidos construídos pelos leitores.

se imagina, também se pergunta “quem sou eu?” e “que lugar ocupo para ler e para enunciar?”. Para quem estuda discurso, não existe eu sem outro; a produção discursiva é sempre uma relação entre sujeitos — mesmo que seja eu me dirigindo a um outro eu imaginado, um eu do futuro ou do passado, um eu cindido. Porém, o fato de sempre supor um outro não significa, necessariamente, compreendê-lo em sua singularidade ou ter consideração sobre sua situação e seus sentimentos (FREITAS; BENETTI, 2017).

Quando o leitor consegue ver o outro e se deixa afetar por ele, inscreve-se em uma forma-sujeito empática ou compassiva e faz esses discursos funcionarem. Interpelado a adotar uma certa postura diante do outro, o sujeito começa a se integrar ao funcionamento do processo discursivo. A forma-sujeito é o sujeito do saber de uma determinada formação discursiva (PÊCHEUX, 2014). É um efeito da ideologia, que conforma um tipo de sujeito ideal para enunciar, e é decorrência dos processos sociais e históricos — a forma-sujeito do discurso científico, por exemplo, vai se transformando ao longo do tempo. O enunciador “veste” essa forma-sujeito para, a partir dela, posicionar-se e produzir sentidos. O processo é conflituoso e marcado pela heterogeneidade, mas é a identificação das várias posições ocupadas pelo sujeito, dentro de uma forma-sujeito, que permite compreender a dinâmica de um discurso. É o que busco fazer aqui.

Para observar e compreender o funcionamento dos discursos da empatia e da compaixão, coletei comentários de leitores da *Folha de São Paulo* em reportagens, entrevistas, colunas e editoriais sobre a covid-19 publicados de 19 de março a 17 de abril de 2020. Essa temática é relevante e produtiva para estudar a empatia, pois aciona medo, raiva e sensação de impotência, assim como preocupação consigo, com o outro e com o futuro (BRITO *et al.*, 2020; FREITAS *et al.*, 2020; NUNES, 2020; AGUIAR, 2021). A pandemia também tem um caráter multifacetado, e os textos produzidos sobre ela envolvem campos variados: ciência, economia, política, cultura, religião, comportamento, ética.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia em 11 de março de 2020. Uma semana depois, comecei a mapear as publicações do jornal sobre o tema e, no final de abril, voltei a esses textos para coletar os comentários. Nos 30 dias definidos como recorte temporal para composição do corpus, o jornal publicou 319 textos sobre a pandemia, que receberam 9.329 comentários de leitores. Utilizando a Análise de Discurso de linha francesa como metodologia (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 1998, 2001; BENETTI, 2016), li todos esses comentários e descartei aqueles que não traziam respostas ao problema central da pesquisa, ou seja, aqueles que não evidenciavam, por parte do leitor, uma postura empática, não empática ou compassiva. Trabalhei então com um corpus consolidado de 905 comentários que respondiam à questão de pesquisa, sendo 506 acionadores preponderantemente de não empatia³³ (56%), 364 de empatia (40,2%) e 35 de compaixão (3,8%). O corpus é extenso³⁴, mas os textos são curtos, o que viabiliza a análise discursiva.

A *Folha de São Paulo* foi escolhida como objeto empírico porque, além de ser um jornal de referência, adota uma política de certo controle do espaço dos comentários: é o próprio jornal que hospeda esse espaço, sem remeter o leitor a redes sociais, e apenas os assinantes

33 Devido ao limite de espaço deste capítulo, não trago aqui a análise sobre a não empatia, que exige um trabalho teórico distinto.

34 Tenho lidado sempre com grandes *corpora* para análise. Em outros trabalhos sobre o discurso dos leitores em redes sociais digitais, foram analisados 4.045 comentários (Facebook da revista *Veja* sobre os protestos de junho de 2013), 3.598 comentários (Facebook do Jornal Nacional sobre a relação afetiva com o programa), 4.517 comentários (Facebook da *Folha* sobre o avião da Malaysia Airlines que desapareceu em 2014), 12.400 comentários (Facebook das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ*, *Nova Escola*, *Claudia* e *Seleções* para observar o funcionamento da emoção e da credibilidade), 14.604 comentários (Facebook, Instagram e sites dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Estadão* para analisar os vínculos dos leitores) e 5.543 comentários (Instagram da *Folha* para observar o funcionamento dos leitores como uma comunidade discursiva).

podem comentar. Mesmo que use um pseudônimo, é um leitor real que pode ser identificado e responsabilizado. Por essas características, o jornal possibilita um estudo mais próximo do que o leitor efetivamente pensa.

Na seção a seguir, trago os resultados da análise, já organizados segundo as posições assumidas pelos leitores que revelam a construção de um discurso empático ou de um discurso compassivo. A apresentação dos exemplos que ilustram essas posturas segue uma lógica formal: cada comentário do corpus tem um número de identificação (de c1 a c905); os comentários mantêm a escrita original, incluindo erros cometidos pelos leitores; os trechos que indicam claramente a posição de sujeito estão destacados em negrito; os nomes dos leitores foram retirados para preservar o anonimato; os nomes citados foram mantidos porque indicam uma conversação com outro leitor; eventualmente, incluo entre colchetes observações de contexto.

A DINÂMICA DA EMPATIA E DA COMPAIXÃO NO DISCURSO DOS LEITORES

O leitor produz um discurso empático ou compassivo a partir do modo como se dirige ao outro ou do relato de sentimentos provocados pelo outro. São essas ações e esses sentimentos que, percebidos pelo analista, permitem chegar a uma sistematização do funcionamento desses discursos. O Quadro 1 sintetiza as posições de sujeito que identifiquei como instituintes do leitor empático e do leitor compassivo.

Quadro 1 – Dinâmica da empatia e da compaixão

	Posição adotada pelo sujeito
Leitor empático	Demonstra interesse pelo outro; às vezes adota uma postura de escuta
	É solidário com quem sofre ou está vulnerável
	Elogia as qualidades do outro, reconhece seu valor; reconhece a empatia exercida pelo outro
	Relata uma experiência que conforte ou incentive o outro
	Demonstra uma emoção desencadeada pelo sofrimento do outro
	Defende uma postura empática coletiva
	Compreende os motivos do outro, mesmo que discorde dele; é solidário com alguém que não parece merecer
	Discorda do outro de modo respeitoso; considera os sentimentos do outro ao expor um ponto de vista
Leitor compassivo	Manifesta explicitamente a vontade de ajudar ou relata o que já fez para isso
	Pede ou fornece informação a outro leitor sobre como ajudar
	Afirma o valor da compaixão e da caridade
	Convoca os demais à ação
	Pede ao jornal que faça a mediação com os necessitados ou divulgue dados para doação

Fonte: a autora (2021)

Inspirada nas diversas situações de exercício da **empatia** elencadas por Falcone *et al.* (2008), identifiquei as situações presentes no discurso do leitor. Quando está avaliando uma situação — relatada no texto jornalístico ou relatada por outro leitor — ou criticando diretamente alguém, constateei que o sujeito empático assume uma ou mais das seguintes posições: demonstra interesse pelo outro, às vezes adota uma postura de escuta; é solidário com quem sofre ou está vulnerável; elogia as qualidades do outro, reconhece seu valor; reconhece a empatia exercida pelo outro; relata uma experiência que incentive ou conforte o outro; demonstra sentir uma emoção desencadeada pelo sofrimento do outro; defende uma postura empática coletiva; compreende os motivos do outro, mesmo que discorde dele; é solidário com alguém que talvez não mereça receber empatia; discorda do outro de modo respeitoso; considera os sentimentos do outro ao expor um

ponto de vista. Logo abaixo apresento, de forma sintética, cada uma dessas posturas, incluindo exemplos que demonstram sua existência.

A pandemia cria um leque bastante amplo de sujeitos empaticizados. Entre esses “outros” merecedores de empatia, destacam-se: os mortos, os familiares e os amigos dos mortos; sobreviventes; doentes crônicos; idosos e aposentados; negros, pobres, pessoas em situação de rua, moradores de favelas, catadores de papel; imigrantes e refugiados; crianças, alunos e professores; pessoas afetadas pela crise econômica (trabalhadores domésticos, diaristas, assalariados, trabalhadores informais); profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas de ambulância, equipes de limpeza); profissionais essenciais (garis, motoristas, entregadores, caixas de supermercado, policiais, bombeiros, jornalistas, cientistas, sepultadores); servidores públicos; detentos e agentes penitenciários; China, Itália, Equador.

A primeira posição empática é assumida quando *o leitor demonstra um interesse genuíno e direto pelo outro*, como nestes exemplos:

Amigo [outro leitor], é difícil, é amargo, é tenso, é “guerra”. Infelizmente o sofrimento será enorme, algo comparado a Segunda Guerra Mundial (c25).

Ainda bem que saiu dessa. Saúde para o senhor. [empresário que ficou 21 dias na UTI] (c109).

Estimo melhoras! Imagino que essa cirurgia [de catarata] não vá fazer “dormir” em hospital. **Daqui mando a Luz de Cristo, para te iluminar e abençoar aí.** (c336).

Outra posição empática fica evidente quando *o leitor se solidariza com alguém que está sofrendo ou está vulnerável*. Há uma gama extensa de manifestações de solidariedade no escopo da pandemia, a começar pelo reconhecimento do sofrimento de familiares e amigos que vivem o luto:

Que relato estarrecedor! Que estas famílias sejam consoladas em suas perdas irreparáveis. Tudo acontece muito rápido nessa pandemia. [...] (c122).

Que triste!Solidarizo-me com a família.A Economia em um ou dois anos se recupera, a vida perdida jamais. (c124).

Só quem sofre sabe o que é um familiar assim, valoroso, jovem e com a vida pela frente, partir de repente. Fica a prova de que os hospitais não estão preparados. Não testaram e demoraram para interná-lo. **Que Deus dê forças a família.** (c232).

Meu sobrinho amava Daniel Azulay. Cumpriu com louvor a sua Missão na Terra. **Solidarizo-me com a família e amigos.** (c262).

Avós e avós, pais e mães, filhos, filhas, irmãos e irmãs...

Quantas famílias brasileiras deverão chorar a morte de entes queridos devido à pandemia? No Rio, Já há casos na Maré. Nós brasileiros, quando estivermos enterrando nossos mortos, nos lembraremos de bozo e sua irresponsabilidade assassina; não esqueceremos e não perdoaremos. (c346).

Amável Gijón [repórter de Guayaquil, Equador]; **Meus pêsames pelos seus conhecidos mortos.** Que sirva de alerta para o Povo Brasileiro; penso que não dará mais tempo mesmo seu relato ser de muita comoção. Pessoal! Acordem, pois o pesadelo é real! (c61).

Transmito meu sentimento de pesar e conforto ao grande Pep Guardiola [técnico de futebol, cuja mãe morreu de Covid]. **Fique firme, querido Pep!** (c140).

O leitor empático também se solidariza com pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, como nestes comentários:

Deplorável o descaso e a inércia por parte das autoridades. Infelizmente pagamos altos impostos para termos **uma grande fatia da população desassistida, entregue a própria sorte.** (c188).

Muito triste que muita gente viva nesse nível de miséria! Não poder dar uma fruta, uma bolacha para um filho é algo que arreventa com qualquer um. O pior é saber que vivemos em uma sociedade e temos um governo que acha tudo isso natural. [...] (c219).

Comentário horroroso, Tércio [outro leitor, que sugeriu que as prostitutas fossem utilizadas como cobaias da ciência]. **Estas mulheres não são animais de laboratório mas seres humanos, com vidas miseráveis. Se prostituem por necessidade** e porque há homens que pagam seus serviços, a maioria casados, que não respeitam suas esposas e tampouco estas prostitutas que lhes dão prazer. [...] (c162).

Esperem, as prisões vão virar um vucão prestes a explodir. **quando o Covid-19 infectar vários presos e por conseguinte tsambém agentes penitenciários, Vai ser um Caos.** Quem vai se arriscar a ter contato com os presos? (c40).

O terceiro movimento do sujeito empático é *o elogio das qualidades do outro e o reconhecimento do seu valor.*

Vai na boa, companheiro! [médico que aceitou ir para Roraima] **Tenho um tremendo orgulho de gente como vc!!!! Muitíssimo obrigado** (c93).

Tremendo exemplo [empresas que se comprometeram a não demitir] [...] **Que outros sigam** e se manifestem para que a população os distingua e percebam que há outro caminho em direção à solidariedade. **Parabéns!!** Também marquei os produtos que eu comprarei ou repelirei. (c149).

És um grande ser humano, professora. [antropóloga Mirian Goldenberg] (c53).

Nunca pensei que iria fazer um comentário favorável ao Governador Dória. Porém **ele está de parabéns com essa medida.**

São ações como essa que mudam os seres humanos e seus respectivos caracteres. Abraços! (c21).

Esse posicionamento também ocorre quando o leitor reconhece que o outro está sendo empático ou até compassivo:

Mais bacana desse texto é a **cordialidade e civilidade com que é explicitado. O autor** [biólogo Átila Iamarino] **firma posição sem contudo achincalhar com a opinião contrária.** Não perdeu a linha porque esta totalmente seguro, domina o assunto. Difícil apreciar texto ou conversa assim, difícil!!!! (c127).

Esse casal [que acolheu uma família que estava retida no aeroporto] **é um exemplo, ao saber do problema logo pensaram na solução e foram procurar a família para abrigá-los. Meu muito obrigada a eles.** (c194).

Parabéns Padres, Freiras e Freis por ajudarem esse povo sofrido. Enquanto vocês fazem essa caridade, o boso e os pastores neopentecostais exigem que o povo faça jejum. Em vocês nós confiamos. (c191).

A quarta posição empática que encontrei é a do leitor que *relata uma experiência para se aproximar do outro, confortá-lo ou incentivá-lo*, como nestes comentários:

Bom, **também estou trabalhando de home office** e rezo todos os dias para seja o que for que está acontecendo cumpra seu papel e acabe. Comovente é o que posso dizer desta reportagem [sobre a redação da *Folha* vazia] e então me solidarizo com todos vocês. **Sou professor e pesquisador, sei que é difícil montar um artigo científico, que não dirá uma reportagem onde se fala sobre seres humanos.** As incoerências, as inverdades e tudo isso. Admiro muito o trabalho de vocês, por isso leio todos os dias. Herdei isso de minha Mãe. Vai passar (c91).

Concordo plenamente. **Dispensei a minha** [diarista] **do trabalho, mas pago a ela como se fosse efetiva.** (c258).

Parabéns, Leão. Faço o mesmo [pagamento do salário] **com todos os meus funcionários; mesmo eles estando cumprindo a quarentena.** Sejam os solidários. (c259).

O leitor também exerce empatia quando *demonstra uma emoção desencadeada pelo sofrimento do outro ou por um ato admirável:*

Chorei..... [matéria sobre mãe que não pode ver o corpo do filho] (c220).

Emocionei-me com a situação da família dessa senhora, enviada para morrer em casa [em Manaus]. **Triste demais.**

E fico ainda mais indignado em ver que muita gente tá saindo de casa por conta desse néscio e sua família de imbecis deslumbrados que incentiva a tragédia, em nome de investidores escroques! Até quando aturar esse esquizofrênico na presidência, gente?! (c110).

Foi lindo! Mesmo não sendo católica, **emocionei-me.** [papa faz missa sem público no Vaticano] (c270).

lindo!!! Me levou as lágrimas [relato da ex-senadora Marina Silva] (c155).

Difícil conter as lágrimas ao ver que ainda podemos acreditar na solidariedade que se manifesta em momentos como esse. Deus abençoe a todos, que a família possa logo se reencontrar. [casal de São Paulo acolhe venezuelanos que estavam retidos no aeroporto] (c192). Que bacana... **me arrancou um sorriso, aqui...** (c193).

Outra postura empática adotada pelo leitor é a *defesa explícita do valor de uma empatia coletiva:*

Não ha dúvidas de que preservar vidas deve ser a meta! Economia se faz com seres humanos vivos! Parabéns pelo seu texto, Atila! Preserve a vida, caro leitor! Fique em casa! (c133).

O comportamento natural, espontâneo, é cuidarmos uns dos outros, isto deve prevalecer mesmo na precariedade, o que logicamente tornará o objetivo bem mais difícil. Ou será que o comportamento natural não encontrará lugar dentro de uma civilização tão viciada e alucinada em bens materiais? (c134).

Não pode haver antagonismo entre vida e economia, porque a vida é um valor fundamental e inegociável. Assim, devemos salvar as pessoas e depois recuperar a economia, porque sem pessoas, não há razão de ser de nenhuma atividade econômica. A loucura da razão econômica não pode se sobrepor ao direito de viver de ninguém. (c130).

Ótimo texto Átila [Iamarino], **nesse momento tão delicado o importante é preservar o máximo de vidas possível**. As mortes por coronavírus no Brasil estão só aumentando, e ainda nem chegamos no pico dessa doença. É hora da união de esforços como nunca. (c132).

O leitor também é empático quando *compreende os motivos do outro, ou imagina compreendê-los, ainda que discorde de suas opiniões e ações*. Nesse movimento, alguns leitores demonstram empatizar até com pessoas que não parecem merecer.

Edson Ritoro [outro leitor] nao te preocupes, pois seu ídolo será sim julgado, responsabilizado e condenado pela história pelas mortes hj aki no Brasil. **Sei que vc nao tem culpa em defendê-lo, pois foi enganado tb**. Uma hora a ficha cairá p vc. Boa sorte na sua idolatria doente. (c44).

Antes tarde do que nunca. **Cidadãos são cidadãos, mesmo aqueles desculdados que não cumprem as advertências e viajam achando que são imortais** [brasileiros que viajaram para o exterior] (c13).

Apesar da inadmissível atitude dela, de pedir os militares nas ruas, não acho justo que ela esteja sendo perseguida e

ameaçada por causa disso. Claro, a atitude dela foi inaceitável, mas tudo tem limites. **Sinto muito que ela esteja passando necessidade, e espero que encontre ajuda, o mais rapidamente possível.** A milionária família do Bozo poderia ajudar a essa senhora batalhadora, doando dinheiro para o aluguel e para mantimentos. **Se eu pudesse, eu ajudaria, mesmo discordando del** (c206).

Sinceramente, tive dó. O gado vai para o matadouro sem se dar conta do que lhes aguarda. Pobres coitados. (c208).

A última posição empática encontrada é exercida quando *o leitor discorda do outro ou o critica de modo respeitoso*, como nestes comentários:

Desculpe discordar da senhora. Também não morro de amores pelo Governador Witzel, mas infelizmente ele está certo. Se não houver uma redução drástica na circulação dentro do Estado do RJ, logo logo o Brasil inteiro estará todo contaminado. RJ e SP juntas totalizam quase 80% dos casos no País. Na China, tomaram medida semelhante. (c26).

Vc está enganado em destilar seu preconceito. A reportagem não aponta famílias [em favelas] com muitos membros mas sim com dois filhos ou um. Igual a uma família de classe média. O problema é que a casa é pequena por causa da pobreza. Mas pobre também tem direito de viver e existir. Deve-se acabar com a pobreza e não com os seres humanos. (c256).

Cláudio, falta responsabilidade [a mulheres drogadas com filhos], **mas falta também discernimento pra entender a dinâmica sexo/gravidez.** Já tive uma empregada doméstica, super responsável no trabalho, organizada financeiramente dentro do possível, mas tinha enorme dificuldade em administrar isso. Teve 3 gravidez “indesejadas”, sem marido, etc. Mesmo com acompanhamento no UBS, não conseguia tomar pílula, estava

tentando conseguir laqueadura. **Imagine uma pessoa que tem o descontrolo do vício! Muito complicado!** (c327).

Em algumas situações, o leitor avança da empatia para a **compaixão**, sendo instado a fazer algo para minorar o sofrimento do outro. A partir da análise dos comentários, constatei que o leitor compassivo adota uma ou mais destas posições: manifesta explicitamente a vontade de ajudar ou relata o que já fez; pede ou fornece informação a outro leitor sobre como ajudar; afirma o valor da compaixão e da caridade; convoca os demais à ação; pede ao jornal que faça a mediação com os necessitados ou divulgue dados para doação.

No período da pesquisa, estes foram os sujeitos merecedores da compaixão dos leitores: moradores da favela de Paraisópolis (São Paulo), pessoas em situação de rua, famílias que estão abaixo da linha de pobreza, pais cujos filhos estavam com fome. Em todos os casos, eram pessoas que enfrentavam dificuldades básicas de alimentação, higienização e moradia.

O leitor exerce a compaixão quando *expressa a vontade de ajudar ou relata o que fez para minorar o sofrimento do outro*, como nestes exemplos:

Gostaria de ajudar essas mães, folha de são paulo consegue fazer essa ponte de contato? (c365).

FSP: Por favor entre em contato posi **gostaria de ajudar essa família**. (c371).

Por favor, FSP, disponibilize meus úmero de telefone **para que eu também possa ajudar essa família**. Grata. (c372).

Gostaria de fazer uma doação de alimentos. [...] Alguém sabe [como fazer] e pode me informar? Obrigada. (c368).

Gostaria muito de ajudar também. (c375).

Obrigada Cynthia. **Ontem falei com o padre Julio Lancelotti por Whatsapp. Uma sobrinha minha fez/vai fazer uma compra pela internet e mandar entregar aos franciscanos no Largo Sao Francisco. Vou ver melhor as atividades deles**

e de outras organizações que têm pg. na internet. Gostaria de colaborar com uma duradouramente. Mas a possibilidade de escolhê-la não é grande porque a maioria só tem Instagram, e eu não sou chegada a isso. (c376).

Obrigada, fiz contribuição para essa associação também. Também pesquisei e contribuí com o Klicante - Movimento Supera Fortaleza e para o <http://www.cren.org.br>. Abraços a todos (c391).

Prezada Marcia, não sei por quanto tempo a Folha nos dá possibilidade de nos comunicar. Quando que tiver o contacto do padre Júlio **vou iniciar uma uma ação de arrecadação aqui**. Se quiser saber o resultado, talvez poderia me informar como lhe dar as notícias -via Facebook, talvez? Sou professora e **tenho o e-mail de centenas de pessoas que adoram o Brasil. Os alemães são campeões mundiais em filantropia**. A situação aqui [Alemanha] não está fácil, mas pelo menos as pessoas têm dinheiro. (c399).

Como membros de uma comunidade discursiva, alguns leitores interagem, *pedindo ou fornecendo informação sobre como ajudar*. É a segunda posição compassiva identificada no discurso:

Como faz pra mandar pelo menos R\$100,00 para essa mulher? (c387).

Alguém tem contato de associação local em Paraisópolis e/ou outras comunidades com dados para contribuições que possamos fazer? (c388).

Izabel e Aline: procurem o site “Gerando Falcões”. Eu já me inscrevi, e aceitam as doações por todos os meios: cartão, boleto, etc. Um abraço. (c390).

Gostaria de fazer uma doação de alimentos. [...] **Alguém sabe** [como fazer] **e pode me informar?** Obrigada. (c368).

O leitor adota uma posição compassiva quando *defende o valor da compaixão, da solidariedade e da caridade*, às vezes de modo associado à fé religiosa.

Meus sentimentos a família e a memória do Professor. Jamais será esquecido por aqueles que ajudou. **Ajudar os outros é a coisa mais importante a fazer neste momento.** (c369).

Nós, brasileiros em geral, temos o senso de solidariedade, mas pecamos em ações práticas. **Precisamos rever os conceitos e servir mais ao próximo, a começar no próprio trabalho.** (c392).

QUE Descanse em Paz. Que DEUS receba ele no Paraíso de Éden pela bondade. **Não adianta rezar e não fazer caridade.** (c370). Por favor, qual o modo de entrar em contato com essa família e tal como o xará, poder contribuir com a família. Autorizo a Folha -se for possível - repassar o número do meu telefone, constante no cadastro e que o chefe de família me faça ligação a cobrar. **De nada vale sua fé em DEUS, se nada você fizer pelo seu semelhante.** (c386).

O leitor também é compassivo quando *convoca os demais a fazer o bem*:

Pessoas do bem é chegada a hora de mostramos que o bem supera o a mal, **vamos gente eu sei que tem muita gente boa, vamos para cima ajudar nossos irmãos** (c366).

A primeira medida do governo deveria ser aumentar temporariamente o valor do Bolsa Família em no mínimo uns 300% com adiantamento dos valores e liberação imediata. As pessoas já estão cadastradas, com cartão na mão, já sabem onde ir para receber, a dificuldade logística disso é zero. **E, gente, cada um de nós também pode fazer sua parte. Procure saber como ajudar na sua cidade.** (c394).

Vamos ignorar diferenças ideológicas e procurar ajudar os mais vulneráveis, FSP dê informações sobre entidades que estão ajudando essas pessoas, como podemos cobrar o governador e o prefeito? Como podemos doar e fazer as doações chegarem aos mais necessitados? (c393).

A última posição que indica compaixão ocorre quando *o leitor pede claramente que o veículo faça a mediação entre os que querem ajudar e os que necessitam de ajuda*. O jornal é instado a estabelecer essa relação.

A reportagem poderia deixar no final, nome de entidades e endereços eletrônicos que ajudam essas pessoas via doações . **Tem gente precisando de ajuda e leitor querendo ajudar** . (c397). **Se a FSP quisesse, poderia unir a boa vontade desses leitores que se dispuseram a ajudar - dentre os quais me incluo**. Poderíamos fazer um pool e ajudar a manter pelo menos a moradia e, se possível, uma cesta básica por mês até que se recomponham. **Autorizo a FSP a dispor e divulgar meus telefones para tanto**. (c380).

Tem como ajudar essa família, FSP? De que adianta expor o drama e nada fazer para ajudar a resolver? Masoquismo? (c383).

Gostaria de ajudar essas mães, **folha de são paulo consegue fazer essa ponte de contato?** (c365).

FSP: Por favor entre em contato posi gostaria de ajudar essa família. (c371).

Por favor, FSP, disponibilize meus úmero de telefone para que eu também possa ajudar essa família. Grata. (c372).

Talvez os leitores possam ajudar essa família a voltar para a Bahia? Passagens é uma quantia para recomeçar lá? **Autorizo a que a Folha me coloque na lista de pessoas dispostas a ajudar**. (c385).

O leitor demanda que o jornal cumpra a função de integrar e mobilizar as pessoas para enfrentar desafios importantes — uma das finalidades do jornalismo defendida por Reginato (2019, p. 238): “Cabe ao jornalismo mobilizar o público em torno das causas cida-dãs, que possam gerar o engajamento da população, e que não estejam subordinadas a interesses privados ou econômicos”. Essa expecta-tiva fica clara nos comentários dos leitores, que veem o jornal como um ator com poder de intervenção social. Para os leitores compas-sivos, no contexto da pandemia é dever do jornalismo facilitar a criação de redes de apoio a pessoas vulneráveis ou até mesmo geren-ciar essas redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comentários dos leitores constituem um ambiente intrigante e produtivo para os estudos de linguagem. Permite, de modo geral, observar os discursos que circulam na sociedade e os sentidos pro-duzidos sobre temas diversos. No caso do jornalismo, o leitor é um sujeito fundamental ao contrato de comunicação, embora muitas vezes seja percebido, por veículos e jornalistas, como um incômodo. O fato é que os leitores ressignificam os sentidos produzidos pelo jornalismo, fazem o discurso jornalístico funcionar, viver e circular. Como parte constitutiva desse processo, o leitor também é afetado pelos acontecimentos narrados pelo jornalismo e encontra, na seção de comentários, um lugar no qual pode se expressar e uma comuni-dade à qual pode pertencer.

Para compreender o funcionamento dos discursos da empatia e da compaixão, é preciso lembrar que esses fenômenos só existem a partir da intersubjetividade. Eles são a reação de um diante do outro. A lei-tura é uma prática, uma dinâmica, um processo. Ao iniciar esse movi-mento, o leitor passa a se relacionar com os sentidos propostos pelo texto e com os sujeitos que estão inscritos naquele texto: o veículo, o jornalista, as fontes, o leitor imaginado, os personagens da história que

está sendo narrada, os personagens acionados pela memória ou pela imaginação. É essa relação, fundada na intersubjetividade, que permite ao leitor empatizar ou não com os diversos sujeitos do discurso.

A empatia e a compaixão acontecem quando o sujeito ocupa certas posições para enunciar, e essas posições ficam visíveis para ele (tornam-se uma possibilidade para ele) a partir do modo como imagina os outros e a si mesmo — em suma, as posições de sujeito são definidas pelas formações imaginárias. Evidentemente, a maneira como o leitor vê a si mesmo e vê os outros é histórica, situada e moldada pela ideologia, pela cultura e pelo imaginário — e é com toda essa complexidade e aspereza que o discurso deve ser compreendido. Quando o leitor consegue ver o outro e se deixa afetar por ele, inscreve-se em uma forma-sujeito empática ou compassiva e faz esses discursos funcionarem. Interpelado a adotar uma certa postura diante do outro, o sujeito “veste” a forma-sujeito e se integra à dinâmica do discurso.

Como demonstrei neste texto, o discurso da empatia existe quando o sujeito ocupa certas posições que o movem a demonstrar interesse pelo outro ou adotar uma postura de escuta; ser solidário com quem sofre ou está vulnerável; elogiar as qualidades do outro, reconhecer seu valor, reconhecer a empatia exercida pelo outro; relatar uma experiência que incentive ou conforte o outro; demonstrar uma emoção desencadeada pelo sofrimento do outro; defender uma postura empática coletiva; compreender os motivos do outro, mesmo discordando dele, ou ser solidário com alguém que talvez não mereça receber empatia; discordar do outro de modo respeitoso, considerar os sentimentos do outro ao expor um ponto de vista.

O discurso da compaixão, por sua vez, exige que o leitor ocupe posições de sujeito que o levam a manifestar explicitamente a vontade de ajudar alguém ou relatar o que já fez para isso; solicitar ou fornecer informação a outro leitor sobre como ajudar; afirmar o valor da compaixão e da caridade; convocar os demais à ação; pedir ao jornal que faça a mediação com os necessitados ou divulgue dados para doação.

Existe, portanto, um lugar discursivo que o sujeito deve ocupar para exercer a empatia ou a compaixão. Esse lugar foi construído historicamente e vai se modificando ao longo do tempo. Não é homogêneo e simples; ao contrário, é heterogêneo e complexo, como praticamente tudo no discurso. O interessante é que esse lugar só é percebido pelo sujeito que se deixa afetar por algum dos outros sujeitos inscritos no discurso. Se não houver um descentramento do olhar, se não houver um “sair de si mesmo”, se o leitor não for tocado pela história, se não conseguir transformar os números em pessoas concretas com vidas concretas, se não for estimulado a exercer a alteridade, a forma do sujeito empático ou compassivo provavelmente não aparecerá para ele. Não é uma responsabilidade que se possa simplesmente imputar ao indivíduo. O sujeito precisa ser inserido nesse lugar, e essa inserção se dá pelo exercício da subjetividade, pela experiência cotidiana e pela relação com discursos que acionam a empatia e a compaixão. O jornalismo é um desses discursos e deve estar comprometido em criar lugares em que o leitor pode exercer a empatia e a compaixão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. Memoriais on-line às vítimas da Covid-19 no Brasil: narrativas sensíveis à dor alheia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 11-24, 2021.

ANDRADE, F. S. de. **O comentário no site www.papodehomem.com.br**: reflexão sobre prática de escrita e leitura, gênero discursivo e contínuo dialógico. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

BATSON, C. D. These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In: DECETY, J.; ICKES, W. I. (org.). **The social neuroscience of empathy**. Cambridge: MIT Press, 2009.

BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 13-28, 2008.

BENETTI, M. Análise de Discurso como método de pesquisa em Comunicação. In: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BENETTI, M. Os leitores como comunidade discursiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 182-193, 2020.

BLANK-LIBRA, J. **Pursuing an ethic of empathy in journalism**. New York: Routledge, 2017.

BRITO, S *et al.* Pandemia da Covid-19: o maior desafio do século XXI. **Sociedade, Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020.

BUBANDT, N.; VILLERSLEV, L. The dark side of empathy: mimesis, deception, and the magic of alterity. **Comparative Studies in Society and History**, [s. l.], n. 57, p. 5-34, 2015.

BUENO, T. Contrato midiático e condições de uso: um aceno sobre a expectativa dos veículos ao disponibilizar a plataforma de comentários de leitores em suas páginas na web. **Intexto**, Porto Alegre, n. 38, p. 117-133, 2017.

CAMINADA, T. **Erro jornalístico nos comentários das redes sociais**: interações entre leitores e veículos. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

EKMAN, P. **A linguagem das emoções**. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FALCONE, E. M. de O. *et al.* Inventário de empatia: desenvolvimento e validação de uma medida brasileira. **Avaliação Psicológica**, Campinas, v. 7, n. 3, p. 321-334, 2008.

FIGLEY, C. R. Compassion fatigue: Toward a new understanding of the costs of caring. *In*: STAMM, B. H. (org.). **Secondary traumatic stress**: Self-care issues for clinicians, researchers, and educators. [s. l.]: The Sidran Press, 1995. p. 3-28.

FIGLEY, C. R. Compassion fatigue: Psychotherapists' chronic lack of self care. **Journal of clinical psychology**, [s. l.], v. 58, n. 11, p. 1.433-1.441, 2002.

FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAS, C.; BENETTI, M. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 10-29, 2017.

FREITAS, A. *et al.* Análise da gravidade da pandemia Covid-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, e2020119, 2020.

FRISCHLICH, L. *et al.* Comment sections as targets of dark participation? **Journalism Studies**, [s. l.], v. 20, n. 14, p. 2014-2033, 2019.

FURTADO, T.; DORETTO, J. O “menino negro” da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores do El País. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 152-179, 2019.

GLÜCK, A. What makes a good journalist? Empathy as a central resource in journalistic work practice. **Journalism Studies**, [s. l.], v. 17, n. 7, p. 893-903, 2016.

HARLAND, K. **Practicing compassion in an unbiased journalism**. Wisconsin: Center for Journalism Ethics, University of Wisconsin-Madison, 2008. Disponível em: <https://ethics.journalism.wisc.edu/2008/06/16/practicing-compassion-in-an-unbiased-journalism/>. Acesso em: 10 maio 2017.

IJUIM, J. Humanização e desumanização: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012.

IJUIM, J. Por que humanizar o jornalismo? **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017.

LAMAS, J. P.; SCHWAAB, R. Jornalismo compassivo: aproximações preliminares a um conceito em construção. **Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 21-37, 2017.

MACEDO, K. As diretrizes do contrato de comunicação do Guardian para a comunidade online de leitores. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 28., Porto Alegre, 2019. **Anais [...]**. Porto Alegre, Compós, 2019.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.

MANOSEVITCH, E.; WALKER, D. Reader comments to online opinion Journalism. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ONLINE JOURNALISM, 10., Austin, 2009. **Anais [...]**. Austin, 2009.

MARTINO, L. M. S. Dimensões e limites da empatia na comunicação: explorações na trilha de Husserl e Stein. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 28., Porto Alegre, 2019. **Anais [...]**. Porto Alegre, Compós, 2019.

MASIP, P. Investigar el periodismo desde la perspectiva de las audiencias. **El profesional de la información**, [s. l.], v. 25, n. 3, 2016.

NUNES, J. A pandemia de Covid-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00063120, 2020.

NUSSBAUM, M. **Upheavals of thought**: the intelligence of emotions. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLIVER, M. B. *et al.* The effect of narrative news format on empathy for stigmatized groups. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, [s. l.], v. 89, n. 2, p. 205-224, 2012.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2.ed. Campinas: Pontes, 1998.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.

OXLEY, J. **The moral dimensions of empathy**: limits and applications in ethical theory and practice. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PINKER, S. **Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POSSENTI, S. `Notas sobre língua, texto e discurso. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

REGINATO, G. D.; BENETTI, M. As finalidades do jornalismo segundo os leitores. *In*: BENETTI, M.; BALDISSERA, R. (org.). **Pesquisa e perspectivas de Comunicação e Informação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RICHARDS, B.; REES, G. The management of emotion in British journalism. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 6, p. 851-867, 2011.

RICHARDSON, J. E.; STANYER, J. Reader opinion in the digital age: tabloid and broadsheet newspaper websites and the exercise of political voice. **Journalism**, [s. l.], v. 12, n. 8, p. 983-1003, 2011.

SAL PAZ, J. C. Comentario digital: género medular de las prácticas discursivas de la cibercultura. **Caracteres**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 152-171, 2013.

SANSEVERINO, G. G. Um público ativo no jornalismo: o que as seções de comentários nos ensinam sobre participação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., Goiânia, 2019. **Anais [...]**. Goiânia, SBPJor, 2019.

SERELLE, M. A personagem no jornalismo narrativo: ética e empatia. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 44-64, 2020.

SILVA, M. P. da; SILVA, L. S. da. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 17., Goiânia, 2019. **Anais [...]**. Goiânia, SBPJor, 2019.

STOCKER, P.; DALMASO, S. A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentidos entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 256-281, 2018.

VARMA, A. When empathy is not enough: the possibilities for solidarity in The San Francisco Homeless Project. **Journalism Practice**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 105-121, 2019.

VIEGAS, D. C. Discurso afetivo e contrato de comunicação na Vida Simples: a empatia por meio dos comentários dos leitores na página da revista no Facebook. *In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 17., Curitiba, 2016. **Anais [...]**. Curitiba, Intercom, 2016.

VIEGAS, D. C. **O discurso afetivo na revista Vida Simples**: estratégias discursivas para a (re)afirmação do contrato de comunicação. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VIEIRA, L. de S. *et al.* O que é notícia? Definições que emergem da audiência. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 18., Brasília, 2020. **Anais [...]**. Brasília, SBPJor, 2020.

WOLFGANG, J. D. Commenters as political actors infringing on the field of journalism. **Journalism Studies**, [s. l.], v. 20, n. 8, p. 1149-1166, 2019.

*A comunicação oficial da
Igreja Católica durante
a pandemia da covid-
19: uma análise das
interações presentes nas
postagens na página da
CNBB no Facebook*

Gilliard Zuque da Fonseca

Maria Nazareth Bis Pirola

A IGREJA NA PANDEMIA

A pandemia da covid-19 alterou drasticamente as modelagens de interação da sociedade. Se antes o contato físico por meio de abraços, apertos de mãos ou beijo no rosto do interlocutor faziam parte do conjunto de possibilidades de trocas afetivas, com a instalação da pandemia em escala mundial o contato físico passou a ser limitado, quando não proibido. Nesse sentido, as redes sociais ganharam mais importância na mediação das relações.

À medida que a contaminação se alastrava pelo mundo, governos e autoridades civis corriam contra o tempo na divulgação de protocolos de segurança sanitários na busca de barrar o avanço do vírus. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil identifica seu primeiro caso (PRIMEIRO..., 2021). Três semanas depois, o Ministério da Saúde confirma a transmissão comunitária em todo país (VALENTE, 2020). Na maioria das cidades, a circulação de pessoas foi restringida àquelas que desempenhavam atividades essenciais. Qualquer outra, que gerasse aglomeração de pessoas, estava proibida.

Antes mesmo da confirmação oficial, diversas instituições de classe, entidades, empresas privadas e órgãos do Poderes instituídos buscavam orientar seus funcionários e públicos específicos acerca da situação, entre eles a Igreja Católica. No Brasil, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é o organismo que reúne os bispos do país e é responsável pela condução dos rumos da religião em todo território nacional.

Com o agravamento da pandemia, o fechamento dos templos religiosos e a proibição das missas, a instituição passou a divulgar uma série de comunicados e orientações, que deveriam ser replicadas pelas dioceses e arquidioceses³⁵ de todo país aos seus fiéis. Para

35 Diocese é o termo utilizado para denominar uma unidade territorial (conjunto de cidades) administrada por um bispo. Já arquidiocese designa dioceses maiores em tamanho ou importância histórica.

isso, a CNBB se utilizou de seus canais oficiais de comunicação (site, Facebook, Instagram e Youtube).

Nesse contexto, este capítulo busca compreender como a CNBB comunicou a pandemia em suas redes sociais, de maneira específica, por meio de sua página no Facebook³⁶. Queremos identificar os recursos e os mecanismos de interação dos quais a Igreja Católica se utiliza, na condição de enunciadora, para enunciar a pandemia aos seus públicos.

Para isso, tomamos como corpus um conjunto de postagens divulgadas pela instituição entre março de 2020 e março de 2021. Concentramos nossas análises em quatro publicações que trazem o posicionamento da instituição diante do agravamento da pandemia. As duas primeiras datam de março e abril de 2020, quando o país vivia o que os meios de comunicação e autoridades médicas e sanitárias chamavam de “primeira onda” da covid-19; já a terceira e a quarta postagens datam de janeiro e março de 2021, quando, após as festas de fim de ano, percebeu-se um novo aumento do número de casos de contaminação e a chegada da “segunda onda” de contágio da pandemia.

Para proceder às análises, tomamos como referencial teórico e metodológico a semiótica discursiva e a sociosemiótica, a partir de Greimas (2014), Eric Landowski (1992, 2014a, 2014b), Ana Cláudia Oliveira (2004, 2014), entre outros autores colaboradores do desenvolvimento da disciplina. Tais premissas serão explanadas em diálogo com as análises.

A CNBB E SUAS INTERAÇÕES

Fora do texto, a semiótica continua! De fato, além e além da análise da significação investida nos textos e nos discursos, a semiótica (especialmente a de origem greimasiana) pretende hoje dar conta de como o sentido emerge também das práticas mais

36 A rede social da CNBB está disponível em: <<https://www.facebook.com/cnbbnacional/>>.

diversas, de nossas relações vividas com os objetos que nos circundam ou dos quais fazemos uso, numa palavra, da vida cotidiana nas suas múltiplas dimensões, inclusive a do sensível. Para isso, a disciplina teve que se desenvolver como uma teoria geral da geração do sentido na interação (LANDOWSKI, 2014b, p. 10).

A partir das premissas de Landowski, o esforço analítico aqui empreendido tomará os *posts* da CNBB como textos vivos, dinâmicos. As análises abarcarão os ensinamentos fundantes da disciplina de Greimas (2014), a partir do método do percurso gerativo de sentido; os formantes plásticos do plano de expressão, como cores, formas e topologia (OLIVEIRA, 2004); os ensinamentos de Eric Landowski (2014a) sobre os regimes de interação; e demais colaboradores (BARROS, 2005).

O conteúdo presente na rede social da CNBB é, em parte, resultado daquilo que é disponibilizado no site da organização e segue um padrão recorrente de postagem: um pequeno texto introdutório, de três a cinco linhas, com informações sobre o assunto tratado, e, na sequência, a publicação do link da reportagem contida no site.

Por meio de mecanismos próprios de programação do Facebook, a rede social transforma aquele link em um conteúdo verbo-visual, ou seja, com imagens que ilustram a postagem e o título da matéria. Caso seja do interesse do usuário da rede social, ele tem acesso ao conteúdo completo a partir do clique sobre a região da postagem.

Figura 1 – Montagem 1 das imagens capturadas da página do Facebook³⁷



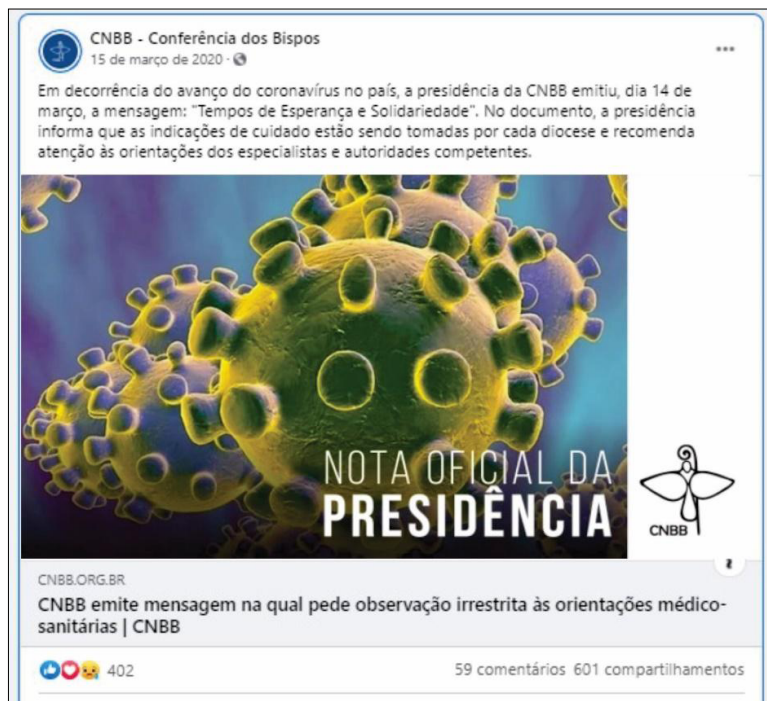
Fonte: os autores, a partir de postagens na rede social da CNBB

A observação do conjunto de postagens (Figura 1) nos faz compreender que o texto apresentado está atrelado à identidade visual e às escolhas editoriais da instituição. Sendo assim, nossa análise se dará a partir da percepção sincrética do conteúdo, uma vez que os *posts* são formados por diferentes sistemas de linguagem, ou seja, “[...] uma única enunciação sincrética, realizada por um mesmo enunciador, que recorre a uma pluralidade de linguagens de manifestação para constituir um texto sincrético” (FIORIN, 2009, p. 38).

37 Todas as figuras foram obtidas pelos autores com o uso do recurso *print* da tela durante a transmissão.

A primeira postagem que destacamos (Figura 2), publicada em 15 de março de 2020, traz o primeiro posicionamento oficial da organização diante das confirmações iniciais de casos do novo coronavírus no país.

Figura 2 – Imagem de março de 2020 capturada da página do Facebook



Fonte: www.facebook.com/cnbbnacional/posts/2726756614027620> Acesso em: 14 mar. 2021

Num primeiro momento, no conjunto sincrético enunciado, observamos uma predominância da dimensão visual da postagem, que apresenta uma das muitas presentificações do vírus. Ordenados espacialmente de maneira sequencial, como um pelotão em formação militar das Forças Armadas, as estruturas circulares aparentam, à medida que aumentam de tamanho, fazer um movimento de aproximação do público, como uma ameaça. Sobrepostos em um fundo

azul e roxo, o vírus é presentificado nas cores verde e amarela, revelando uma dimensão espacial específica: embora de abrangência mundial, ele tem marcas brasileiras. As áreas de luz e sombra reforçam os contornos dos elementos presentes na imagem.

Na região de maior destaque visual, inferior direita, está posicionado o texto que identifica o caráter da postagem: trata-se de uma nota oficial da presidência da CNBB. A escolha da fonte não serifada expressa clareza, sensibilidade e honestidade, prezando pela simplicidade e objetividade visual (SILVA, [2021]). A escrita em caixa alta e, em especial, na palavra “presidência”, com traços mais grossos que o comum das letras, põe em destaque a origem do conteúdo e reforça aspectos de relevância, respeito e autoridade para o público, em especial, o católico.

Um pouco mais recuado, no canto inferior direito, encontra-se o logotipo da instituição. Em um fundo branco, a marca concebida em linhas pretas é composta por uma figura (símbolo) de uma pomba com as asas abertas, sobreposta a um cajado, acompanhada da sigla CNBB. A identificação também aparece na imagem do perfil da instituição.

No texto verbal, em quatro linhas, a instituição inicia explicando a motivação daquele conteúdo (em decorrência do avanço do coronavírus no país) e, logo em seguida, reforça sua origem, também expressada na imagem: a presidência da CNBB.

Para a semiótica discursiva, o plano de conteúdo de um texto contempla alguns níveis de análise: o discursivo, o narrativo e o fundamental. Na passagem do nível narrativo para o discursivo, “as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação faz uma série de escolhas, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras” (BARROS, 2005, p. 53). Na sintaxe do nível discursivo, o enunciador pode lançar mão de estratégias textuais que provocam efeitos de sentido de aproximação/subjetividade, chamadas de *debreagens* enunciativas, ou de distanciamento/objetividade, chamadas de *debreagens* enuncivas (BARROS, 2005).

Ao fazer uso das estratégias de *debreagem* temporal, o enunciador instala mecanismos de aproximação com o público ao deixar

claro que a mensagem havia sido publicada no dia anterior à postagem. Ao mesmo tempo, distancia de si, e também do público, o protagonismo do discurso ao identificar como actante da enunciação “a presidência da CNBB”. Ao divulgar o título do documento, “Tempos de Esperança e Solidariedade”, a instituição, que no início do parágrafo traz elementos disfóricos ao descrever brevemente a situação de expansão do coronavírus, atua de maneira eufórica e estésica ao buscar a sensibilização do público.

“A reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso denominam-se isotopia. A isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica” (BARROS, 2005, p. 71). Por conta dos mecanismos de programação do Facebook, há uma clara recorrência isotópica da sigla CNBB: são seis aparições no total (na identificação da página, no texto inicial, no logotipo ao lado da imagem e outras três vezes no título abaixo da ilustração). A mensagem presentifica a temática da saúde ao tratar das orientações sanitárias e assume um tom passional com a expressão “pede”, que tem seu emprego mais usual nas relações pessoais de interação.

Os mecanismos de interação criados pela plataforma (curtir, comentar e compartilhar) atuam como estruturas de conjunção a partir dos elementos que unem os enunciatários, mesmo que disjuntos espacialmente. Enquanto o “curtir” expressa uma opinião por meio de um elemento visual em relação ao conteúdo postado, o “comentar” é a manifestação pessoal escrita do perfil que está acessando a postagem por meio de um texto verbal, visual ou verbo-visual. Já o “compartilhar” é a possibilidade de propagar o alcance de determinada postagem.

A postagem tem registrada, até a data de nosso acesso, o total de 402 curtidas, 59 comentários e 601 compartilhamentos. A partir dos comentários de alguns usuários, percebemos a interação de outros que, mediante curtidas e novos comentários, buscaram repercutir o tema. **“A CBBB ESTÁ CERTÍSSIMA”** e **“EXATAMENTE E DEUS TODO PODEROSO QUER COM CERTEZA A SAÚDE DE TODOS NÓS”**, entre outras postagens, colocam-se do lado da instituição.

Já outras são críticas ao pedido da CNBB: **“Porque não retiram a coleta da missa, pelo visto o dinheiro que é sujo e nojento não tá oferecendo nenhum risco as pessoas”** e **“Vossas ignorâncias não suspenderam as missas?”**. Não foi identificada qualquer interação da instituição nos comentários postados.

A segunda postagem analisada (Figura 3) foi publicada pela instituição no dia 30 de abril de 2020. No mesmo dia, o país somava 5.513 mortes por conta do coronavírus e o número de casos se aproximava dos 80 mil. Dados colocavam o Brasil com mais casos confirmados do que a China, onde a epidemia começou, e apontavam que o país tinha a maior taxa de contágio em todo o mundo (LINHA..., 2020).

Figura 3 – Imagem de abril de 2020 capturada da página do Facebook



Fonte: <www.facebook.com/cnbbnacional/posts/2827269263976354> Acesso em: 14 mar. 2021

Por conta da formatação pré-definida do Facebook, a postagem segue o mesmo layout de visualização: no topo, a identificação do usuário proprietário da página; abaixo, um breve texto; seguido de uma imagem, o título da matéria a qual a postagem fez referência e os protocolos de interação da plataforma.

Entendendo que a enunciação é o ato de dizer e que se trata de um procedimento que projeta o texto enunciado por um eu que diz (enunciador) para um tu, para quem se diz (enunciatário), a mensagem tem como enunciador a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e como enunciatário direto todos aqueles que seguem a página da instituição, e como indireto os demais que, de alguma forma, terão acesso ao conteúdo por conta dos mecanismos de compartilhamento do Facebook.

Mais uma vez, o caráter nacional da postagem fica presentificado na bandeira do Brasil, que toma grande área da imagem. Plasticamente, a regularidade das formas retangulares do símbolo nacional é quebrada ao ser figurativizado tremulando, instaurando aspectos de leveza, fluidez, instabilidade e dinâmica. Presa ao mastro, tendo ao fundo um céu azul e sem nuvens, a bandeira compõe um conjunto imagético levemente escurecido na lateral direita e simboliza, numa leitura mais atenta, os momentos difíceis que passa (e ainda passaria) a nação brasileira no combate a pandemia³⁸.

No conjunto imagético, percebemos o posicionamento da expressão “Nota oficial da presidência”, bem como o logotipo da instituição, seguindo a mesma plasticidade da postagem anterior (Figura 2). A isotopia com o uso da sigla CNBB revela-se, mais uma vez, presente: foram, novamente, seis aparições.

Acima da imagem percebemos o texto verbal, que em três linhas deixa claras as convicções da instituição em relação à pandemia ao

38 Em muitas representações audiovisuais, a ausência parcial de luz, o escurecimento gradual ou a escuridão total figurativizam uma perspectiva de risco, perigo, medo e um ambiente desconhecido.

usar as palavras “considera” e “afirma”. Mais uma vez, a relação disfórica-eufórica se faz presente ao iniciar a frase referindo-se à crise sanitária como “a mais grave” dos últimos tempos, mas conclui pedindo solidariedade e caridade. Para a semiótica discursiva, “os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos” (BARROS, 2005, p. 66). Ao citar as condições sanitárias, o texto figurativiza a temática da saúde.

A observação do texto verbo-visual proposto mostra ainda o efeito de sentido de unidade na postagem pela CNBB. Ao citar, no título inferior, a sociedade e os representantes dos poderes públicos, envolve, portanto, todos os brasileiros que têm na bandeira nacional (acima do texto, como que encobrisse e protegesse a todos) um reforço dessa unidade. União necessária, a exemplo de uma guerra, quando as tropas, ao fincar a bandeira no território inimigo, marcam a vitória. Aqui, a temática aparece figurativizada no uso da palavra “combate” à covid-19.

Na postagem anteriormente analisada (Figura 2), em busca de adesão ao proposto, a instituição usa a palavra “pede” ao estabelecer contato com seu público. Já nesta (Figura 3), o emprego das expressões “clama” e “conclama”, acentuado com o uso da inflexão superlativa “difícilimo” para caracterizar o momento vivido, aponta para uma tentativa de maior sensibilização.

Ao analisarmos os números dos mecanismos de metrificacão disponibilizados pelo Facebook, percebemos que os efeitos de sentido depreendidos na análise apontam para uma maior interação. Embora com um tempo menor de visualização em relação à anterior, a postagem possui números mais robustos: foram aproximadamente 2 mil reações, 593 comentários e mais de 4 mil compartilhamentos. Entre as reações mais escolhidas pelos usuários estão as que figurativizam “curtir”, “amei” e “força”, em adesão ao proposto pela instituição. Um pequeno quantitativo optou pelo uso do botão “não curti”, caracterizado por uma figura usada para demonstrar desaprovação com o conteúdo.

A observação dos comentários tendo por base o filtro “mais relevantes” revela a polarização do conteúdo entre aqueles que apoiam e outros que criticam o posicionamento da instituição. Entre os que apoiam, citamos: **“Parabéns, CNBB. Sempre profética e à favor da vida”** e **“Orientação da Igreja Católica no Brasil. Essa é a palavra dos nosso Bispos. Voz de sensatez e de clareza. Obrigado CNBB”**. Entre as críticas, estão: **“Como Católica tenho vergonha da posição e da inverdade dessa nota!! O sistema de saúde não está em colapso, os hospitais estão mais vazios agora do que antes!!”** e **“CNBB ao invés de ficar sendo palco político, faça seu papel de defender a doutrina católica, o povo tem sede dos Sacramentos”**.

Um dos comentários sugere que: **“Aos que tanto reclamam das medidas de prevenção e cuidado... Arrisquem a sua saúde e suas vidas, mas não queiram colocar a dos demais em perigo. Podemos estar todos unidos em oração, adoração e louvor, virtualmente”**. Somente esse comentário obteve 25 respostas, entre favoráveis (**“temos que repreender os que se arriscam. São narcísicos, egoístas. Não se lembram que vão ocupar leitos que outros podem precisar”**) e contrárias (**“É fácil vocês criticarem, deve ter as contas pagas e salário fixo, então vão pagar as contas das pessoas que precisa trabalhar. E me desculpas, mas estão julgando demais”**). Outros apresentam soluções, como: **“quem quiser ir trabalhar, andar de ônibus cheio, e correr o risco de pegar o Covid 19, assina um termo abrindo mão de usar o respirador ou leito de hospitais caso fique doente. Pronto, resolvido”**.

Alguns comentários questionam a legitimidade da CNBB, como: **“Quando se reúnem numa associação, ou clube, ou congregação, continuam sendo bispos e NÃO A VOZ DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA”** e **“A CNBB, infelizmente, todos sabemos, tende a politizar diversos assuntos, quando deveria ser absolutamente imparcial”**. Outros, fogem completamente do teor da postagem e se limitam a comentar os comentários: **“... o que leio nesses comentários, percebe-se claramente que as almas**

estão muito doentes. No lugar de somar só dividem. Cristo ressuscitou vem salvar essas almas doentes”.

Mais uma vez, não foi identificada qualquer interação da instituição nos comentários postados.

Figura 4 – Imagem de janeiro de 2021 capturada da página do Facebook



Fonte: <www.facebook.com/cnbbrnacional/posts/3528385977198009>

Acesso: 14 mar. 2021

Na terceira postagem analisada pela ótica do plano de conteúdo, o texto verbal superior faz questão de evidenciar a importância da mensagem ao iniciar com “em sua primeira”, ou seja, algo importante, inédito, singular (Figura 4). Reforçando essa ideia, a mensagem não é só da CNBB, um corpo coletivo, mas da “presidência”. No nível narrativo de um texto, para a semiótica observamos os actantes

destinador, sujeito e objeto, além dos valores investidos pelos sujeitos nos objetos. São instâncias abstratas do texto, que ganham concretude no nível discursivo. É interessante observar o nível narrativo, em sua sintaxe, pois é nele que, segundo Barros (2005), o espetáculo acontece.

A sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo. Para entender a organização narrativa de um texto, é preciso, portanto, descrever o espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam na historiazinha simulada (BARROS, 2005, p. 20).

Assim, sujeito posto em ação “defende” o objeto-valor a ser alcançado: “vacinação como direito de todos os brasileiros”. A instância que embala os valores em jogo de um texto, que “sabe” tudo e que leva o destinatário-enunciatário a um querer e dever fazer algo, chama-se destinador-manipulador. A instância que age, a do percurso do sujeito, é dotada de competência (saber-fazer) e performance (ação, o fazer em si) rumo à conquista do objeto-valor e de um final (sanção), que pode ser eufórico/positivo ou disfórico/negativo. Nesse sentido, há uma clara entrada dos elementos de manipulação no percurso do destinador-manipulador, com o destinador presidência, que “defende”, e as autoridades dos bispos que qualificam a vacinação como “fato social”. Aqui, a CNBB se coloca também como destinadora na defesa do objeto-valor a ser alcançado pelas autoridades sanitárias, levando o destinatário a entrar não só no texto da CNBB, mas no contexto das defesas de outros atores sociais, como os epidemiologistas. Assim, “vacina como direito de todos os brasileiros” e “metas a serem alcançadas pelos epidemiologistas” passam a ser os dois principais objetos-valores a serem alcançados.

Ao observar o nível discursivo, na sintaxe, percebemos que o texto é construído em debreagem enunciativa, cujo procedimento, em 3ª pessoa do singular, busca construir um efeito de sentido de

objetividade. O trecho “A presidência da CNBB defende [...]” projeta um “ele”, de quem se fala, causando, assim, certo distanciamento.

Analisando sob o ponto de vista do fazer-crer que o discurso é verídico, temos a inserção de uma fonte de autoridade em “segundo os bispos”. Observando o texto na semântica discursiva, sabemos que “os efeitos de realidade ou de referente são, no entanto, construídos mais frequentemente por meio de procedimentos da semântica discursiva” (BARROS, 2005, p. 58). Tal recurso denomina-se ancoragem, e uma das formas de levar o enunciatório a crer na verdade do enunciador é “atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como reais ou existentes, [...] preenchendo-os com traços sensoriais que os iconizam, os fazem cópias da realidade” (BARROS, 2005, p. 58).

Dessa forma, entendendo a postagem da CNBB como um texto único, aliando texto verbal e imagem, temos um todo de sentido, e podemos perceber, na imagem, a projeção de figuras em “fotografia”, ou seja, mais próximas do efeito de “cópia do real”. A figura de um senhor sendo vacinado concretiza a parte verbal “todos os brasileiros” e a mulher aplicando a vacina — com objetos concretos como seringa, luva, estetoscópio —, concretiza o ato em si da vacinação, numa clara demonstração da performance e sanção final positiva do sujeito, reforçada pelo sorriso estampado no rosto de ambos. A reiteração, também na imagem, do texto verbal “mensagem da presidência” deixa claro como é importante para a CNBB destacar esse fazer.

Aliando o plano de conteúdo ao plano de expressão, podemos perceber como os formantes cromáticos, eidéticos e topológicos reforçam a hierarquia do que é mais importante para a CNBB. Tomando metade da espacialidade da imagem do lado esquerdo, “mensagem da presidência” está em destaque na topologia e também no recurso cromático em realce na cor branca da palavra “presidência”.

Além disso, “mensagem da presidência” aparece por cima da imagem da mulher, ou seja, passa a ideia de que é a CNBB também é garantidora da importância e da necessidade do ato de vacinar. O

trecho bíblico, segundo as escrituras, proclamado por Jesus — “eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância” — gera um efeito de aproximação e de subjetividade ao trazer o recurso da projeção em 1ª pessoa “eu vim”, mas também reforça que a CNBB é, naquele conjunto sincrético posto, esse “eu” que veio para garantir, via ato de vacinar, esse direito à vida.

O recurso cromático do azul escuro na esquerda tomado com um “antes da vacina” migrando em degradê mais claro até chegar ao branco do lado direito do *post* na figura do homem sendo vacinado traz o sentido de um antes e um depois da vacina, presentificando, assim, a transformação de um sujeito que vai do estado inicial em disjunção ao final em conjunção com a vacina. No fundo da imagem, percebemos elementos que se assemelham à estrutura do DNA, reforçando, assim, o espaço da ciência.

Conforme Oliveira (2014, p. 184), a interação pode ser entendida “como um ato transitivo entre sujeitos, é um ato que possibilita apreender, compreender e interpretar a relação que se estabelece entre. Trata-se de relação, de uma inter-ação de sujeitos, parceiros do próprio mecanismo da construção do sentido”. Tal aspecto, em um texto do tipo postagem na plataforma Facebook, traz um cenário privilegiado para se analisar tal interação entre sujeitos e construção do sentido em parceria. Pelo recorte deste capítulo, não será possível realizar uma análise exaustiva da participação do público a partir da postagem da CNBB, mas é possível perceber, ainda que de forma breve, algumas recorrências temáticas nos principais comentários. Identificamos dois grupos opostos: a favor da nota da CNBB/a favor da vacina versus contra a nota da CNBB/contr a vacina.

A parte do público que avalizou o *post* da CNBB traz o sinal de que o acordo de fíducia foi preservado. Em trechos como: **“parabéns CNBB”**; **“todos tem direito a vacina”**; **“a igreja tem que defender a vida”**; **“Quando a Igreja nossa nos orienta sem dúvida nos traz segurança”**, fica clara a repetição dos argumentos construídos a partir do texto da CNBB. Já os que discordam da postura

da instituição alegam tendências políticas ou desconfiança na segurança da vacina. São elas: **“ter direitos em vacinar significa tbm, ‘direitos’ em não querer tomar já q somos livres”**; **“A CNBB e suas ideologias esquerdopatas”**; **“só esqueceram de uma ressalva. Vacina segura para toda a população”**; **“Palhaçada esta nota não serei conivente com esta vacina sem comprovação”**; **“também concordo com você, com tantas pessoas no mundo inteiro tomando e virando jacaré”**.

Quem acompanha as redes sociais sabe que essa polarização é recorrente também em outros fóruns de discussão³⁹. Assim, o texto do *post* da CNBB serve também de recorte de um texto mais amplo: o contexto das discussões atuais da nossa sociedade brasileira em torno dessa temática.

Outro ponto que pode ser percebido nessa relação de interação entre as postagens e os comentários do público, assim como nos *posts* anteriores (Figura 2 e Figura 3), é a ausência da CNBB nos comentários. Assim, o público interage entre si, mesclando defesas e ataques entre os que se posicionam a favor da CNBB/vacina e os contrários.

Na última imagem analisada (Figura 5) há uma mudança “dramática” na configuração do *post* da CNBB.

39 Análise disponível em: <https://www.agazeta.com.br/brasil/crise-da-saude-vira-guerra-nas-redes-e-aquece-polarizacao-no-brasil-0321>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Figura 5 – Imagem de março de 2021 capturada da página do Facebook



Fonte: <www.facebook.com/cnbbnacional/posts/3682018655168073>. Acesso em: 14 mar. 2021

Aqui, a CNBB não é mais só a instância do saber que diz o que deve ser feito. Agora, a CNBB e seus padres também são vítimas da covid-19. Saindo das cores patrióticas do verde-amarelo dos dois primeiros *posts* (Figura 2 e Figura 3), passando pela leveza e alegria das cores azul e branca do terceiro (Figura 4), agora o tom é de tensão.

Na sintaxe discursiva, é forte o uso do recurso de projeção de datas e números, como efeito de realidade e de objetividade, instaurado em praticamente todo o texto verbal: “nesta terça, 2 de março”; “fevereiro”; “confirmação de 1390”; “65 mortes”; “1455 casos”. Na semântica, a noção de objetividade é assegurada por termos como: “número”; “levantamento”; “confirmação”; “dados”; “consolidados”.

Na parte figurativa, o verbal covid-19 num tom branco acinzentado sobre a tarja vermelha, ocupando de forma destacada a espacialidade central da figura, assegura a gravidade argumentada no texto verbal do post. A projeção do espaço, no texto verbal, retrata da realidade de nosso país, mas no figurativo, todos os países/continentes, na cor azul. Em ambos os casos a figura da covid-19 está sobre o Brasil/mundo, logo, também sobre a CNBB, com 1.390 padres positivados e 65 vitimados.

Nas interações no espaço dos comentários, as mensagens começam de apoio aos padres, dizendo que eles devem ser vacinados, mas logo segue para a polarização: se as igrejas deveriam permanecer abertas ou fechadas: **“tem que vacinar eles, prioridade”; “então, com essa notícia o que a CNBB faz? Suspende as missas e reuniões celebrações de consagração e casamentos batismos, não, vocês simplesmente continuam tudo igualzinho”; “Padre pio passou por um vírus tão Ruim quanto esse que a gripe espanhola matou muita gente, e ele não parou um minuto de confissão, missa e etc.. não podemos para a nossa fé por causa de um vírus”; “CNBB, bora... Suspendam as missas e atividades presenciais. Estamos vivendo a maior crise de saúde pública dos últimos tempos”.**

Como já percebido nos demais *posts*, neste também a CNBB não interage nos comentários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a drástica mudança das relações de comunicação e de interação das pessoas durante a pandemia da covid-19, este capítulo teve por objetivo analisar como a Igreja Católica, a partir da CNBB, comunica a pandemia aos seus públicos, bem como os mecanismos de interação construídos. Para tal, nosso recorte considerou como corpus um conjunto de quatro postagens divulgadas pela instituição entre março de 2020 e março de 2021, sendo três notas oficiais e uma reportagem (Figura 6).

Figura 6 – Montagem 2 das imagens capturadas da página do Facebook



Fonte: os autores, a partir de postagens na rede social da CNBB

Como referencial teórico e metodológico para as análises, recorreremos à semiótica discursiva, semiótica plástica e sociossemiótica. Observamos cada postagem em separado, identificando, em cada uma delas, as estratégias persuasivas construídas no nível narrativo e discursivo; os mecanismos de aproximação ou de distanciamento gerados; os formantes plásticos empregados; e as interações promovidas no espaço dos comentários.

Tecendo, agora, considerações do conjunto enunciativo durante o período analisado (Figura 6), ainda podemos ressaltar algumas considerações.

Percebemos que nas duas primeiras postagens (Figura 2 e Figura 3), a CNBB se presentifica como única enunciadora. Já na Figura 4, a CNBB se coloca ao lado da ciência, juntas em prol do direito à vacinação para todos. Entretanto, na Figura 5, tanto CNBB quanto “a Ciência” aparecem vencidas pela covid-19.

Dessa forma, se nos primeiros *posts* o tom, apesar de enunciar a dificuldade, é de otimismo e esperança, com sanções eufóricas para o sujeito/enunciário construído, no último fica clara a derrota e o tom negativo/disfórico. A CNBB migra, de certa forma, de autoridade que aconselha para vítima da pandemia.

Do otimismo e da presentificação do espaço Brasil/local, passa-se para o pessimismo do mundo/global. Tais enunciados são reforçados pelo plano de expressão construído. Se nas duas primeiras postagens o tom é verde e amarelo, passando pelo azul claro e otimista do *post*

da vacinação (Figura 4), no último (Figura 5), a tarja vermelha e centralizada enuncia o drama do momento vivido.

As temáticas evoluem de “esperança e solidariedade”; do “momento difícil e clamor por solidariedade e caridade”; “vacina como direito de todos”; e “informe de padres vitimados”.

A crise pela qual passava o país na época reflete nas interações construídas no espaço dos comentários. A polarização política com narrativas de ataques à reputação, protestos contra decisões judiciais e acusações transformam as redes sociais em uma zona de guerra ideológica. Podemos observar uma forte polarização temática nos *posts* analisados.

Enquanto no primeiro *post* a polarização se dá entre a manutenção ou a suspensão das missas, no segundo, as discussões acontecem entre aqueles que concordam e discordam das críticas que a instituição faz das lideranças políticas. Já no terceiro *post*, a polarização é destacada pelos que são a favor da vacina e os contrários. Por fim, no último *post*, volta o embate sobre a suspensão ou não das missas.

Vale ressaltar que em nenhum dos *posts* a CNBB interagiu com seus interlocutores no espaço dos comentários.

Buscamos compreender, ainda, a partir das postagens da CNBB, a existência de regimes de interação e de sentido, conforme abordagens de Landowski (2014a), o regime da programação é fundado na regularidade; a manipulação, na intencionalidade; o ajustamento, na sensibilidade; e o acidente, na imprevisibilidade.

Na primeira postagem, ao recomendar atenção ao que é dito pelos especialistas, a CNBB busca orientar o comportamento de seu destinatário, **programando-o**. Na mesma perspectiva, o uso de estratégias de **manipulação** nos conjuntos sincréticos apresentados, busca persuadir a população da gravidade da situação vivida e que medidas de prevenção precisam ser praticadas. Todos os *posts*, de certa forma, distanciam-se das premissas do **ajustamento**, aquele fundado na ordem da sensibilidade, uma vez que as estratégias usadas são, na maioria dos casos, termos como nota oficial,

mensagem da presidência, bem como de breagens enuncivas e efeitos de distanciamento.

Segundo Fechine (2013, p. 604), “os quatro regimes de interação intercambiam-se nas distintas práticas sociais ou mesmo em uma única delas, formando sistema dinâmico que admite deslocamentos de um ao outro bem como a sua conjugação. Nesse sentido, tais dinâmicas podem “admitir a configuração, por exemplo, de uma programação programada, uma programação acidental, uma programação por manipulação, uma programação por ajustamento e assim sucessivamente” (FECHINE, 2013, p. 605). Assim, o *post* que mais se aproxima do regime do ajustamento é o último. Na verdade, estamos falando aqui de um ajustamento a serviço da manipulação, com o drama instaurado, tanto no texto quanto na imagem, pela quantidade de padres vitimados, e a tarja vermelha tomando quase toda a espacialidade da imagem. Já o acidente, aquele da ordem do imprevisível, acontece no espaço dos comentários, uma vez que ali não há controle das postagens. Uns concordam; outros discordam; outros tantos postam temáticas aleatórias sem conexão direta com a postagem. Ou seja, imprevisíveis.

Em termos semióticos, sabemos que texto e contexto são um único objeto, está tudo integrado, isto é, as marcas contextuais de nossa sociedade, nosso tempo, nosso modo de interagir em enunciados fechados ou dinâmicos, construídos em ato, é texto significante, logo, semiotizável.

Assim, com o esforço aqui empreendido, podemos observar, principalmente no espaço destinado aos comentários, como a forma de interagir do público, as temáticas, os intertextos e interdiscursos construídos sobre a covid-19 são recorrentes também em outros espaços e fóruns, sejam físicos ou virtuais. Um recorte vivo e pulsante do momento pelo qual passa a nossa sociedade, “o ponto de origem a partir do qual o social, como sistema de relações entre sujeitos, se constitui pensando-se. [...] Especularmente, a comunidade social se oferece como espetáculo a si mesma e, ao fazer isso, dota-se das regras necessárias a seu próprio jogo” (LANDOWSKI, 1992, p. 14).

REFERÊNCIAS

BARROS, D. de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.

FECHINE, Y. Ainda faz sentido assistir à programação da TV? *In*: OLIVEIRA, A. C. de. **As interações sensíveis**: ensaios de socios-semiótica a partir da obra de Eric Landowski. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013. p. 589-613.

FIORIN, J. L. Para uma definição das linguagens sincréticas. *In*: OLIVEIRA, A. C.; TEIXEIRA, L. (org.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II**. Tradução D. F. da Cruz. São Paulo: Nanquin Editorial e Edusp, 2014.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas**. Tradução L. H. O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014a.

LANDOWSKI, E. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galaxia**, São Paulo, on-line, n. 27, p. 10-20, jun. 2014b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014119609>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LINHA do tempo do Coronavírus no Brasil. **COEP**, Covid-19 em foco, 2 jul. 2020. Disponível em: <<http://coepbrasil.org.br/covid-linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. C. de. As semioses pictóricas. *In*: OLIVEIRA, A. C. de. **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. p. 115-158.

OLIVEIRA, A. C. de. Interação e sentido nas práticas de vida. **Comunicação, Mídia e Consumo**, PPGCOM-ESPM, ano 11, v. 11, n. 31, p. 179-198, maio/ago. 2014.

PRIMEIRO caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, Brasília, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, A. Tipos de fontes: conheça seus significados e saiba como usá-las! **Mindy Comunicação**, [2021]. Disponível em: <<https://mindy.com.br/tipos-de-fontes-conheca-seus-significados-e-saiba-como-usa-las/>> Acesso em: 27 jun. 2023.

VALENTE, J. Covid-19: governo declara transmissão comunitária em todo o país. **Agência Brasil**, Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-governo-declara-transmissao-comunitaria-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Gênero e vigilância na construção da territorialidade digital

Thiago Scarpat Mozer

Gabriela Alves

Os conceitos de território e territorialidade apresentam suas complexidades epistemológicas ao atravessarem diversos campos do saber: a Etologia, a Geografia, a Sociologia, dentre outras áreas. Isso já confere, portanto, uma maleabilidade conceitual àqueles pares teóricos. No entanto, alguns teóricos apresentam possibilidades de superação do quadro essencialista desses conceitos em seus respectivos campos, como é o caso de Rogério Haesbaert (2012), que cria um panorama teórico integrador calcado no binômio apropriação-dominação àquelas noções, e Claude Raffestin (1993), que privilegia a problemática relacional das territorialidades, isto é, as articulações entre sujeitos e objetos, materialidades e imaterialidades que expõem, enfim,

que uma territorialidade encampa dinamicamente relações sociais, culturais, históricas e políticas cujo cerne são as relações de poder.

Isso posto, pensar o avizinhamento dessa problemática territorial aos estudos e objetos do campo da Comunicação torna o desafio da reflexão epistemológica mais complexo. Portanto, sob um olhar genealógico (FOUCAULT, 2018), este capítulo, que é fruto de uma dissertação defendida em agosto de 2021⁴⁰, busca cruzar o percurso epistemológico dos conceitos de *rede* (LOVELUCK, 2018) com o de *territorialidade* (RAFFESTIN, 1993), para se mostrar como suas proximidades histórico-teóricas nos permitem propor uma *territorialidade digital*; e busca cruzar os estudos de *gênero* (PRECIADO, 2018) com os de *vigilância* (FOUCAULT, 2014) nessa territorialidade digital. Para tanto, toma postagens do Grindr, aplicativo de encontros afetivo-sexuais *queer*, coletadas entre março de 2019 e dezembro de 2020 como corpus de análise.

É partindo desse objeto que chegamos ao nosso objetivo específico: demonstrar como a questão do gênero, pensada a partir da noção de *tecnossexualidade* (PRECIADO, 2018), avoluma-se assimetricamente de premissas vigilantes quando inserida na territorialidade digital. À medida que nossos panorama teórico, objeto e objetivo foram expostos, é mister explicitar como chegamos a essa compreensão, bem como elucidar porque a perspectiva do gênero, lida no aplicativo Grindr, não se descola das premissas do *controle* (DELEUZE, 2013), que estão presentes desde os primórdios teóricos sobre as redes — sobre a sua virada ao digital — e sobre as territorialidades, conceito que acolhe nossa reflexão sobre o estatuto comunicacional contemporâneo do nosso objeto de pesquisa, ocupado por sexualidades tecnopolíticas.

40 A dissertação chama-se “A gentrificação do *queer* na territorialidade digital: dispositivos tecnopolíticos no aplicativo *Grindr*”, sob orientação de Gabriela dos Santos Alves.

DA CIBERNÉTICA ÀS REDES: POR UMA TERRITORIALIDADE DIGITAL

Ao efetuar uma genealogia do digital, Benjamin Loveluck (2018) busca pensar as premissas cibernéticas que configuraram a nossa vida cotidiana através de cabos, fibras ópticas, telefones celulares, redes sem fio e conexões infinitesimais, cuja agenda é efetuar transformações sociais. Nesse ensejo genealógico, o percurso histórico disso que se convencionou chamar de *rede* se estende por entre dois polos epistemológicos: de um lado, as tecnologias da comunicação e da informação a partir de perspectivas eufóricas, até ingênuas, de uma sociedade mais democrática e, portanto, em prol da liberdade; do outro, enquanto projeto político em prol do controle, “como uma montagem social e tecnológica em que são reconfiguradas com vigor as interações humanas, a constituição das identidades, o sistema econômico, as possibilidades políticas — ou, de maneira mais sucinta, o poder de ação das sociedades sobre si mesmas” (LOVELUCK, 2018, p. 12). Aqui, o texto inclina-se para esse segundo eixo.

Assim, enquanto projeto que convoca várias frentes para sua explicação, o regime digital se declina em várias fases e trajetórias complexas que dificultam estabelecer uma narrativa segura, linear e ontológica sem que, com isso, privilegie-se uma visão. No entanto, enquanto ciência autoproclamada, a cibernética surge por volta de 1940, integrando uma “epistemologia que define uma nova moldura de pensamento, cujos catalisadores foram a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, a Guerra Fria” (LOVELUCK, 2018, p. 23). Portanto, o princípio disso que chamamos de cibernética remonta às necessidades militares e interesses de cientistas e engenheiros para configurarem tecnologias que programassem as estruturas belicosas dos países envolvidos nesses fenômenos históricos.

Do seu ponto de vista semântico, a cibernética deriva da palavra grega *kubernetikos*, cuja definição significa a pilotagem de um navio e, em sentido amplo, a arte de conduzir os seres humanos

(LOVELUCK, 2018). Não à toa, uma convergência de matemáticos, militares, engenheiros e cientistas foi convocada para pensarem tecnologias que potencializassem a performance humana nas guerras, ganhando velocidade nos seus comandos informacionais e trocas comunicativas, tendo em vista “uma integração mais acentuada entre o ‘ser humano e a máquina’, inaugurando uma reflexão mais ampla sobre a relação entre ‘controle e comunicação’” (LOVELUCK, 2018, p. 26). De todo modo, duas evidências saltam à cibernética: ser organizada enquanto saber a serviço de uma comunicação controlada e constituir-se desde o seu princípio num quadro interdisciplinar.

Assim, a esse momento de seu uso para conquistas territoriais e de ensejos militares para o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, configurou-se o que se chama de *primeira cibernética* (LOVELUCK, 2018). Em se tendo experienciado o horror das guerras e o peso de um Estado totalitário, a chamada *segunda cibernética*, por sua vez, interessou-se em construir formas de autonomia humana frente aos desmandos do sistema tecnocrático, que se beneficiou da hipertrofia das tecnologias de guerra, incutindo na falácia de se acreditar que tanto as tecnologias quanto os seres humanos teriam uma capacidade de se auto-organizarem, o que removeria as barreiras do Estado em si. Emparelhada por essas duas visões, os primórdios da cibernética, nomeada assim pelo matemático Norbert Wiener (1970), deslizam entre dois polos: um controle refletido das sociedades pela tecnologia e a tentativa de exclusão da autoridade política para fazer vir à tona um modelo de autogestão dessas mesmas sociedades.

No bojo desse complexo militar, matemático, social e informático, a expressão paradigmática dos impasses entre *controle e liberdade* da cibernética ganha corpo quando materializada no aparato técnico daquilo que vinha sendo chamado de *computador*, um equipamento de telecomunicação que opera comandos simultâneos por meio do

conceito de algoritmo⁴¹, criado por Alan Turing nos idos de 1940. Assim, esse sequenciamento cibernético por meio da máquina computadora produziria pontos dispersos, embora conectados, de comunicação, formando a ideia basilar do que se alcunhou como *rede*. No entanto, os computadores em rede só aparecem a partir de uma demanda do Departamento de Defesa dos Estados Unidos quando da criação da Rede *Arpanet* — que, logo em seguida, tornar-se-ia a *internet* (NORBERG; O'NEILL, 1996) —, desenvolvida para agilizar os processos de comunicação norte-americanos face ao lançamento dos satélites *Sputnik*, pelos russos, em 1957. Nesse sentido, o computador e sua rede *Arpanet* incorporam em seu funcionamento o dispositivo militar *command and control*, ou seja, comandar e controlar redes de informação, cujo fim é *enredar* as comunicações de um dado território (LOVELUCK, 2018).

É desde esse cenário que se discute a trama que engendraria o modo de se fazer circular informação: ou se seria uma rede centralizada, com pontos periféricos ao redor de si; ou se seria uma rede descentralizada, com focos de comunicação dispersados; ou se seria uma rede distribuída, que evitaria qualquer nó central de informação, fazendo-a circular numa velocidade não antes vista. Deliberada essa intriga sociotécnica de criação de ambientes descentralizados de comunicação, arborece a *internet*, este “dispositivo sociotécnico de inteligência distribuída” (LOVELUCK, 2018, p. 59) que organizaria as interações de modo mais eficaz e implementaria procedimentos participativos, descolando-se cada vez mais de seus aparatos estritamente militares. Além disso, o espírito dessa transformação da comunicação e dos prazos de assimilação de comandos e controles que ela estabelece vai ao encontro de um outro fenômeno: a virada contracultural das décadas de 60 e 70, cujas características são o clamor pela

41 Algoritmo é a sequência de regras e procedimentos lógicos que cruza comandos diversos para a solução de demandas suscitadas por uma dada tecnologia (LOVELUCK, 2018).

livre circulação da informação para evitar opressões, a ideia endógena de rede afetiva que uniria todas as diferenças exógenas (não por acaso, esse preceito bebe na fonte da própria ideia de rede daqueles tempos) e a autonomia do indivíduo.

Logo, a visão de comunicação disparada pela cibernética, salvo seus ensejos militares, tornou-se a premissa 1) de uma nova organização social, 2) de uma reviravolta cultural que “tornaria o computador em máquina, não de alienação, mas a serviço do indivíduo” (LOVELUCK, 2018, p. 65) e, sobretudo, 3) de um marcador de formação de territórios pela informação. Outrossim, devido à emergência desse espírito de época contracultural que se conjugou aos desdobramentos da cibernética, a antropologia e a sociologia recuperam, já na década de 80, um termo outrora do seu passado teórico que se assemelhava a esse sentimento de comunidade que se instalava nos sujeitos: *rede social*. A partir de meados de 1990, segundo Loveluck (2018), delineou-se uma nova sociedade enredada que via seu futuro refletido nos debates sobre a internet e as redes de computador, cujos “indivíduos estão cada vez mais conscientes de seu lugar no âmago das redes, procurando se deslocar em seu interior e, eventualmente, mobilizá-las enquanto recurso” (LOVELUCK, 2018, p. 79). Como consequência, em 1991, vemos nascer o *World Wide Web* (www): um sistema de documentos e processamentos que são interligados e executados na internet, conectando espaços e pessoas como nunca antes, descompactando a noção de fronteira e colocando as tecnologias de comunicação e informação no centro das sociabilidades.

Dessa forma, o caráter espraado da internet fez com que esse dispositivo se tornasse um agregador de categorias como economia, política, cultura, educação e afins, obrigando aquela visão da internet como liberdade irrestrita a ser revista, justamente porque o acúmulo desses supracitados estratos da sociedade, num “mesmo espaço”, produz(ia) a reboque um embaçamento das fronteiras do que é sociedade civil, setor privado, governos nacionais, instituições, propriedade intelectual, produção de normas, cópia e difusão de informação e

“vigilância cada vez mais estrita da rede” (LOVELUCK, 2018, p. 164). Assim, a emergência da *web* e seu modelo de comunicação descentralizado e aberto legitimam três consequências incontestáveis: um déficit democrático que engrossa as práticas de vigilância e controle para com os indivíduos; uma pluralidade teórica às teorias do digital; e uma performance da sociedade cada vez mais descentralizada e aberta, fazendo da internet uma metáfora para se pensar a nova espacialização do mundo.

A difusão da ideia de rede cria uma nova morfologia social cuja estrutura se organiza em torno dos ditames da informação e das premissas de mobilidade, deslocamento e conexão, atualizando todas as demandas e experiências históricas da humanidade até então e passando a ser configurada como *sociedade em rede* (CASTELLS, 2017). Segundo Manuel Castells (2017, p. 554), a rede é um conjunto de nós interconectados e, simultaneamente, uma estrutura aberta, capaz de “expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação”. Desse modo, a sociedade em rede é aquela cujo sistema de arquitetura e conduta é dinâmico, hiperconectado, flexível e mutável e constitui-se por fluxos e conexões, mostrando que os “conectores são os detentores do poder” (CASTELLS, 2017, p. 554).

Nesse diapasão, à medida que a sociedade em rede desmateria o complexo societal, ela intensifica os pontos de poder de modo assimétrico. Logo, uma sociedade em rede toma a noção de rede e as tecnologias de comunicação e informação como *medium* privilegiado para gerar, processar e distribuir a própria informação enquanto poder e converte esse conhecimento acumulado nos nós dessas redes (*poder*) em vetor que desconstrói as categorias estanques que compunham o Estado e a sociedade, tais como economia, família, trabalho, cultura e afins. Isto é, a sociedade em rede esmiúça a hierarquia de poder dessas supracitadas categorias em fluxos animados de poderes. Uma sociedade em rede, enfim, não é uma visão utópica do futuro

desaparelhado, mas o paroxismo de um presente deslocado porque “modifica substantivamente a operação e o resultado dos processos de produção, experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2017, p. 469) que engendram o inelutável cotidiano midiaticizado.

Em sendo assim, a sociedade em rede preconiza que o paradigma tecnológico, hipertrofiado pela lógica das redes, intercepta todos os setores da vida social, constituindo uma matriz comunicativa na qual os dispositivos de mídia fundem o local e o global e superpõem as realidades materiais e imateriais provenientes das relações de poder, isto é, a vida como imagem de uma rede e sob o regime do fluxo. Assim, o modelo que conhecemos de sociedade é realocada dinamicamente em impulsos eletrônicos e completamente programável, ao que Castells (2017) chamou de *espaço de fluxos*:

Nessa rede, nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas por fluxos. Consequentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede. A infraestrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço como as ferrovias definiam as ‘regiões econômicas’ e os ‘mercados nacionais’ na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específicas das fronteiras (e seus exércitos tecnologicamente avançados) definiam ‘cidades’ nas origens mercantis do capitalismo e da democracia (CASTELLS, 2017, p. 437).

Assim, é a partir dessa preponderância do espaço de fluxos e do caráter cibernético das redes que podemos, enfim, propor que suas tecnologias permitem forjar territórios e marcar relações territoriais, o que é o fulcro do nosso Programa de Pós-Graduação. Para tanto, essa passagem de Castells permite alegar que a ideia de rede (de comunicação) subsidia no cerne de sua epistemologia um debate que condiz com a mobilidade das relações que se inscrevem num dado espaço, material ou não, isto é, uma *territorialidade*, que aqui

será vista como sistema reticular de relações (HAESBAERT, 2012). Ora, se dentre as premissas da rede uma delas é o controle de um território, suas tecnologias cristalizam as apropriações, os interesses, as práticas, os processos e as condicionantes que engendram a vida cotidiana (territorialidade) desse território. Assim, é preciso indagar: o que são territórios e territorialidades?

Haesbaert (2012) reconhece que os deslocamentos teóricos que recaem sobre o conceito de território, atravessando as áreas da Etnologia, Antropologia, Ciência Política, História, Psicologia, Geografia, Filosofia e Sociologia, por exemplo, provocaram no seio do *território* a sua abertura significativa, bem como a sua complexificação. Em consequência disso, o seu conceito enfrenta disputas de sentido que, ao passo que impedem sua definição acachapante, movimentam o seu próprio campo de estudos. De antemão, vale sublinhar que essa sofisticação de várias entradas conceituais para explicar o termo em tela já demonstra, previamente, a sua vizinhança para com a pluralidade de explicações que recaem sobre o digital, desde a cibernética às redes, como anunciou Benjamin Loveluck (2018).

Retomemos: como saída a esse impasse intelectual, Rogério Haesbaert o dispõe, minimamente, de três categorias básicas sob as quais o *território* pode ser lido: 1) *política* ou *jurídico-política*, na qual o território “é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder” (HAESBAERT, 2012, p. 40), relacionando-se na maioria das vezes com o poder político do Estado; 2) *cultural*, priorizando-se a sua “dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2012, p. 40); e 3) *econômica* — a menos difundida, posto que os estudos em Economia preferem o conceito de *espaço* ao de *território* —, na qual o território é “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’” (HAESBAERT, 2012, p. 40).

Destarte, o autor avança problematizando que, ainda que haja essas divisões supracitadas e as posições filosóficas do pesquisador incidam diretamente sobre uma resposta acerca do *território*, há duas visões depreendidas: uma visão *parcial* de território, na qual se privilegia sua dimensão econômica, política ou cultural, ou uma visão *integradora*, que faz coincidir conjuntamente todas essas esferas analíticas. Assim, em sua problematização, Haesbaert (2012) destaca os perigos delimitadores de uma leitura unidimensional sobre o território, pois, na contemporaneidade, é mister que se dê cabo de uma visão conjunta e integral do território — para a qual o autor faz a ressalva de que *integral* não é sinônimo de *total*. Logo, território é “concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 79).

Ainda que este texto faça um recorte sobre a discussão de território, privilegiando sua perspectiva simbólico-cultural — ou seja, parcial —, vale ressaltar que esse recorte urge como um delimitador de fôlego de escrita, sem que haja prejuízos à nossa discussão em torno do poder no território (RAFFESTIN, 1993). Nessa ressalva, afirma-se que o objeto desta pesquisa, o aplicativo de encontros afetivo-sexuais Grindr, surge não como uma necessidade de se conceituar o que é o território, mas do porquê de uma territorialidade. Dado que este trabalho costura uma visão de territorialidade, porque “mais do que o território, a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 74), entendemos o território como apropriação do espaço e territorialidade, por sua vez, torna-se a dinâmica desse território, a experiência dessa apropriação, o seu sistema de relações por meio de dispositivos.

Logo, é pela deflagração de uma territorialidade que conseguimos auferir as questões de ordem simbólico-cultural que engendram o território do Grindr — o exercício da sexualidade cooptado pela cultura da vigilância, por exemplo — e que servirão de esteio para a

progressão e o desdobramento deste texto. No entanto, cabe sublinhar que nos concentramos, neste capítulo, em tomar as premissas da rede para a construção de uma territorialidade *ao, do, com e pelo* digital. Se é necessário, “portanto, que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando” (HAESBAERT, 2012, p. 78), cabe indagar: em que instâncias as premissas teóricas da rede, aventadas pela cibernética, dialogam com as de territorialidade? Pode o intercâmbio entre elas se dar pela noção de poder?

Nutrido um diálogo matriz com Michel Foucault a partir de sua noção de poder⁴² e aproximando-se do pensamento de Haesbaert, o geógrafo Claude Raffestin (1993, p. 267) afirma que “a territorialidade humana não é apenas constituída por relações com os territórios, mas também através de relações concretas com áreas abstratas, tais como línguas, religiões, tecnologias”, cujo último ponto — *tecnologias* — já nos serviria para asseverar de modo cabal o intercâmbio epistemológico entre redes — e, portanto, o espaço cibernético — e territorialidades. Porém, preferimos esmiuçar que numa territorialidade há sempre um ator social cumprindo uma agenda, que se desloca entre o material e o imaterial e forja o cotidiano das pessoas que vivem, consomem e se apropriam de um certo território para, daí, formar a sua experiência territorial, a saber: a territorialidade. E essa territorialidade é movimentada pelas redes (reticular) e pelo poder (relações).

42 A elaboração foucaultiana sobre uma esquematização conceitual do poder é ampla, porque vai além do Poder maiúsculo do Estado, e espalha-se imaterial e materialmente na sociedade, sendo um corte transversal que transpasse todos os setores da vida cotidiana. Entender o poder é ir “em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício” (FOUCAULT, 2018, p. 182). Outrossim, poder é tudo aquilo capaz de regular, engendrar, potencializar, subjugar, disciplinar e/ou controlar, deslocando-se dos corpos às coisas, dos discursos às instituições, das arquiteturas às ações.

Nesse sentido, pensar a aplicabilidade de uma territorialidade por meio de redes e poder é entendê-la como um desdobramento de circulação e comunicação. Para o autor, a conjunção daqueles dois conceitos é o que dá o tom de uma territorialidade porque a circulação é a imagem do poder, e a comunicação, da rede. Além disso, Raffestin (1993) alega, ainda, que é típico do comportamento da territorialidade que esses dois conceitos se intercalem e troquem de posição, o que passaria a gerar redes de circulação e poderes de comunicação. Ou seja, o quadrante rede-poder-circulação-comunicação é o que forma uma territorialidade justamente pelo caráter móvel que há entre esses conceitos. Logo, a mobilidade não é só o espírito de uma territorialidade, mas também o seu vetor de articulação.

A circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. Por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias. Falaremos de circulação cada vez que se trate de transferência de seres e de bens *lato sensu*, enquanto reservaremos o termo “comunicação” à transferência da informação. Ainda que, por mais útil que seja, essa distinção pareça ambígua, uma vez que poderá dar a entender que há apenas a circulação ou apenas a comunicação. Na realidade, em todo “transporte” há circulação e comunicação simultaneamente. Os homens ou os bens que circulam são portadores de uma informação e, assim, “comunicam” alguma coisa. Da mesma forma, a informação comunicada é, ao mesmo tempo, um “bem” que “circula” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

Destarte, entende-se que a territorialidade é percebida e criada porque vem à tona enquanto estamos fazendo a gestão de nosso território, do espaço que apropriamos para atribuir a este nossas questões, redes de comunicação e relações. E nós apenas o apropriamos pela via da mobilidade, que conecta a rede ao poder, a circulação à

comunicação. A reboque desse ensejo, a premissa da rede, oriunda dos estudos sobre a cibernética, é a força conceitual que também alimenta os debates sobre territorialidades. A do poder de controle também. A da circulação e da informação sobretudo. Isso se dá porque a premissa de controle do espaço pela cibernética não se afasta, em seus fins, do próprio raciocínio de dominação espacial que se dá pela via da territorialidade, e em ambos os casos epistemológicos a mobilidade se mostra como condição *sine qua non* à efetuação de seus processos.

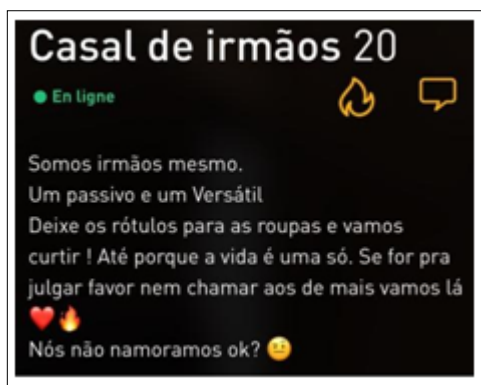
Logo, tanto nos ensejos cibernéticos quanto nos territoriais, a união de rede e poder é indissociável e acaba por gerar um dispositivo a que o autor chamou de “função circulação-comunicação” (RAFFESTIN, 1993, 202), que é a estratégia assumida pela mobilidade para se apropriar de um território de modo dissimulado, fazendo com que o poder de dominação de um território distribua a sua força graças ao amparo da rede. Isto é, uma territorialidade se constitui de redes e poderes porque sua estratégia fronteiriça, aquilo que delimita a própria territorialidade, é a sua comunicação, essa coisa tácita. No entanto, esse jogo com invisibilidade não é pleno e eternamente estanque, pois uma das características da territorialidade é o próprio fluxo — tal qual o fluxo da sociedade em rede de que falara Castells (2017) —, vetor que denuncia as movimentações que ocorrem num território.

O ideal do poder é ver sem ser visto. É o porquê de a comunicação ter adquirido uma tal importância na sociedade contemporânea: ela pode se dissimular. Nesse caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto. O controle do correio das monarquias antigas foi substituído pelo controle telefônico, para só citar esse caso. O poder compreendeu que sua eficácia seria tanto maior quanto menos fosse visível (RAFFESTIN, 1993, p. 202).

Essa manifestação da territorialidade pela via da invisibilidade aventa-se, portanto, como condição estrutural do objeto desta pesquisa, o Grindr. Lá, os usuários estão tencionados a se esconderem

pelas relações de poder desse território em rede e assimilam a *epistemologia do armário* (SEDGWICK, 2007) como uma lógica que organiza o seu saber. Esta é a prerrogativa que se costura nas relações cibernéticas dos usuários do Grindr, fazendo deste uma territorialidade digital: é preciso esconder-se, esquivar-se da exibição, criar um sistema de relações (territorialidades) que enrede o armário no digital (território), sem que os usuários tomem consciência plena das táticas de poder que eles mesmos estão colocando em curso, justamente porque é pela paradoxal invisibilidade que eles garantem a suas presenças e, portanto, seu território. Tomemos o perfil abaixo — *Casal de irmãos 20* — como exemplo de atores sociais cumprindo com uma agenda de formação territorial, uma vez que congrega sujeitos do espaço físico *no* e *pelo* espaço digital em rede de um dispositivo tecnológico-midiático, o Grindr. Observemos, agora, a dinâmica levada a cabo por tais atores:

Figura 1 – Perfil Casal de irmãos 20 no Grindr



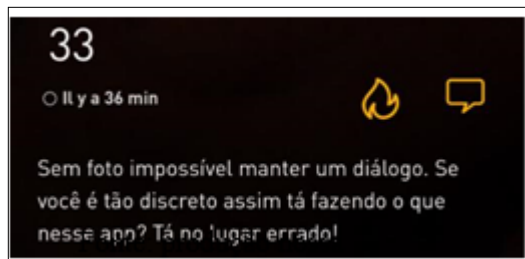
Fonte: captura de tela, feita pelos autores, da rede social

Vemos como o casal de irmãos negocia suas visibilidades não mostrando seus rostos; são corpos sem identificação, porém em busca sexual. Essa recusa pela marca da identificação aponta para este movimento: não mostrar o rosto revela sua dinâmica paradoxal baseada na cultura do poder, de que fala Raffestin (1993), empenhando-se

em ver sem se expor. Desse modo, essa ação do poder de se dissuadir por meio do jogo de esconderijo é tanto a tônica de uma territorialidade quanto do Grindr em si. Portanto, a *mobilidade* desse território se dá da seguinte maneira: os *nós* do Grindr, que são compostos pelos usuários, encontram-se dentro do espaço digital da *rede* de internet, gerando um *território* e uma transferência de saberes (*circulação*). Ao mesmo tempo, essa transferência de saber se dá pela cultura de vigilância que marca as relações de *poder*, gerando uma *territorialidade* cuja *comunicação* se dá paradoxalmente pela *invisibilidade* desses nós, isto é, de seus sujeitos, seus usuários.

Um outro exemplo de sistema de relações territoriais advém do perfil 33, cuja biografia consegue condensar o que Raffestin (1993) explanou sobre formação territorial e asseverar que o Grindr coloca-se como territorialidade digital. No plano da arquitetura dessa territorialidade, o usuário 33 cumpre com os requisitos de invisibilidade que são queridos tanto pelas relações de poder quanto pela própria ambiência do Grindr, visto que ele mesmo não mostra seu rosto em proveito de uma foto de fundo preto, sem contornos. Porém, se circulação é transferência de seres e bens, esse usuário transforma a exigência de foto — percebida no enunciado “sem foto impossível manter um diálogo” — no bem que desbloqueará o seu processo comunicativo para com os outros nessa territorialidade, corroborando a ideia de que circulação e comunicação são indissociáveis à formação territorial. Nesse sentido, a mobilidade de sua contradição — esconde-se, embora necessite que o *outro* se exhiba — cristaliza não só uma territorialidade digital, mas faz desta um espaço de poder que viabiliza a invisibilidade compulsória quando nos deparamos com o enunciado “Se você é tão discreto assim tá fazendo o que nesse app? Tá no lugar errado!”, cujo tom banidor é uma metáfora da expulsão.

Figura 2 – Perfil 33 no Grindr



Fonte: captura de tela, feita pelos autores, da rede social

Ora, a partir do momento em que há uma isotopia comunicativa, isto é, uma repetição constante do mesmo tipo de informação entre tais perfis, cria-se um sistema de relações, partilhado coletivamente pela invisibilidade que é, enfim, o escopo de uma territorialidade. Assim, interessa-nos aqui chamar de territorialidade digital não só pelo caráter de *web* que o aplicativo evoca, mas, também, pelas relações de poder que reverberam táticas de assujeitamento e dominação — de corpos, territórios, discursos, performances — que estão presentes desde o princípio da criação da cibernética. Além disso, enquanto territorialidade digital, o Grindr nos permite verificar a recorrência de culturas de vigilância e armário, que são elementos-chave ao processo de homogeneização de seus usuários. Observemos, a seguir, como um outro perfil confirma essa recorrência comunicativa do Grindr.

A partir deste perfil, o logro da imagem — “foto” — retorna como um bem a ser barganhado nas relações cibernéticas dessa territorialidade, como uma senha para a circulação da comunicação, ainda que o próprio perfil também não tenha foto e afirme-se como “discreto”, um código territorial, tanto físico quanto digital, para se dizer que sua expressão de gênero avizinha-se do que entendemos por heteronormatividade. Além disso, intuímos que Grindr cria assimetrias nas relações de poder seus usuários por meio da recorrência de dispositivos de armário, vigilância, de táticas de disfarce,

heterofalocentrismo, misoginia, estratégias de controle e afins, ou seja, premissas encontradas em boa parte da elaboração dos estudos de gênero⁴³, que apenas são hipertrofiadas quando inseridas numa perspectiva cibernética das redes.

Figura 3 – Perfil gigante dotado 32 no Grindr



Fonte: captura de tela, feita pelos autores, da rede social

Ora, eis a necessidade de se estabelecer uma territorialidade digital como categoria teórica que permita identificar essa recorrência de relações que se engendram no território do Grindr. Dessa forma, esse intercâmbio entre territorialidade e o digital se dá, ainda segundo Claude Raffestin (1993, p. 161), porque “a territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.”. Logo, isso quer dizer que mediatizar é territorializar. Dessa forma, o sentido de se propor uma territorialidade digital advém do fato que Claude Raffestin (1993, p. 218) alega que “todo indivíduo está preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo grupo e toda sociedade”. Ou seja, a circulação da comunicação que se estabeleceu entre usuários no Grindr é a mobilidade que ajuda a garantir a permeabilidade dos conceitos

43 Ver os trabalhos de Paul B. Preciado (2017, 2018) e Richard Miskolci (2017).

territórios e territorialidades com os da teoria cibernética. Consequentemente, ele alerta que esse *estar-presos* é o resultado do controle pelo poder, visto que

Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação: controle dos eixos rodoviários e ferroviários, controle das redes de alimentação de energia, controle das centrais telefônicas, das estações de rádio e de televisão. Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga. (RAFFESTIN, 1993, p. 213).

Logo, se criar uma territorialidade é fazer triunfar o controle sobre os sujeitos e se buscamos aqui propor uma territorialidade digital, é porque queremos realçar que um fenômeno tem conseguido controlar as dissidências dos sujeitos também no território cibernético das redes, impondo-lhes uma agenda assimétrica de vigilância, misoginia e armário no supracitado aplicativo. Desse modo, lançamos uma derradeira definição de territorialidade: “Simplesmente pode se tratar de exercer um controle que permita prever, ter acesso, neutralizar etc. Eis todo o problema das posições relativas *vis-à-vis* desses trunfos, ou seja, a possibilidade de integrá-los nesta ou naquela estratégia” (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

GRINDR E A PRODUÇÃO TECNOPOLÍTICA DO CORPO

Para realçar como a racionalidade da vigilância é incorporada no corpo de um sujeito-usuário no Grindr, faz-se imperativo entender em que contexto do mundo a emergência da categoria vigilante desenhou nosso cotidiano, nossos corpos, nossas ações. Nesse esforço de compreensão, é incontornável o trabalho de Michel Foucault (2014) quando ele disserta acerca das *sociedades disciplinares*, um dispositivo espaciotemporal e político-cultural que vêm à tona no século XVIII e estende-se até à eclosão da Segunda Guerra Mundial — que, não à toa,

é o mesmo recorte temporal-epistemológico para se pensar a ascensão das redes —, período quando se marca a transição desse modelo social para as *sociedades de controle* (DELEUZE, 2013).

Porém, antes de se pensar essa passagem, Foucault (2014) entende que as sociedades disciplinares são aquelas cujo eixo político é regido pelas *disciplinas do, no e para com o* indivíduo, moldando seu corpo ao que se chamou de individualização. Ou seja, o poder — este conjunto de relações que produz assimetrias — desloca-se da centralidade monolítica do rei, expoente-mor que marca o regime político que antecede o da disciplina, a sociedade de soberania, e passa a tomar conta não mais dos contingentes populacionais em feudos, mas, sim, de cada corpo que se inscreve nesse contingente demográfico. Em *Vigiar e punir*, Foucault (2014) caracteriza que os múltiplos laços de vassalagem e de suserania que se davam no feudalismo se enfraqueciam à medida que aquilo que marcava a própria soberania, a grande concentração populacional em blocos, passava a reivindicar seus direitos, logo, seu poder.

Nesse processo de destituição da força reinante e soberana, vemos culminar a Revolução Francesa, um período de intensa agitação política e social na França, entre 1789 e 1799, que teve como marco a crise da monarquia e o triunfo do povo, pois “o soberano tornava-se então uma personagem fantástica, ao mesmo tempo monstruosa e arcaica” (FOUCAULT, 2014, p. 159) para gerir as individualidades que se forjavam. A partir daí, a soberania e seus processos de feudalização são convertidos numa organização social da disciplina, para a qual o “indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a ‘disciplina’” (FOUCAULT, 2014, p. 161).

Uma vez que os indivíduos destituíram o rei, a lógica do poder começa a operar na individualização dos corpos, na classificação destes, na reorganização dos seus espaços, na redistribuição dos seus tempos e na extração de objetivos específicos desses mesmos corpos.

Assim, a soma desses preceitos configurou a *sociedade disciplinar* (FOUCAULT, 2014). Logo, é a partir da configuração da sociedade disciplinar que o lócus do poder esfarela seu caráter monolítico e ramifica-se por sobre todo o tecido social, ganhando todas as arestas e vislumbrando todos os corpos. Com a emergência do regime disciplinar, ainda no século XVIII, os processos de individualização trazem consigo um efeito colateral: as sutis normatizações, embora permanentemente constantes, destinadas a criar uma subjetivação em favor do operariado, com um corpo dócil e com desejos submissos a uma agenda institucional. Eis literalmente o corpo do capitalismo.

Nesse diapasão, vemos emergir o Estado moderno e seu capitalismo que, a torto e a direito, precisavam ordenar e alocar aquele contingente, que outrora vivia em feudos, dentro de suas instituições, tais como a fábrica, a escola, a prisão, os hospitais, dentro de outros espaços, com vistas à produção constante de bens. No bojo desse reordenamento social e, agora, tornados indivíduos, a sociedade precisa docilizar os corpos desses indivíduos — isto é, domá-los, hierarquizá-los —, fazê-los operar não numa lógica de respeito soberano, mas numa racionalidade da obediência mercantil, cheia de prazos e categorias. É daí, portanto, que o corpo se torna alvo do poder, pois essa “grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2014, p. 117).

Não à toa, Foucault (2020) toma a sexualidade como centralidade de sua elaboração teórica, como aquilo que intrinca o poder a um modo de saber e produz, assim, uma subjetivação, justamente pelo fato de que é a (re)produção social que vai garantir o contingente demográfico solicitado pelo capitalismo, e, na esteira desse modelo socioeconômico, vemos arborescer o hospital como instituição que cuida desse corpo que adoece de tanto trabalhar, ou a escola, que produzirá corpos infantojuvenis que, num futuro, terão substituído os corpos de seus pais nas fábricas, e por aí vai. Entra-se, portanto, em modos de submissão e utilização dos corpos cuja docilidade

é o produto de uma disciplina que triunfou e cujo capitalismo vê na função reprodutiva do sexo um pretexto para se produzir normatizações hierárquicas.

Segundo Foucault (2014), as sociedades disciplinares não se resumem ao panóptico, mas essa tecnologia permitiu criar uma *nova anatomia política* para reger, *biopoliticamente*, a multidão com seus indivíduos, cujos corpos serão constantemente encharcados de técnicas variáveis de controle, sujeição, moldagem e obediência “que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 177). Isso quer dizer que é a partir do panóptico que uma saraivada de técnicas de vigilância é incorporada para além das arquiteturas espaciais e passam a ser assimiladas pelas subjetividades (*individualizantes*) que, conectadas, formam uma *multidão*, focos dispersos de poder. Problematicando o poder, eis o resultado dessa operação panoptical: o poder está em todos os lugares, porque lugares se territorializam se houver sujeitos.

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2018, p. 183).

Sem a pretensão de esgotar o tema, uma vez rede e incarnada nas subjetividades, a vigilância se torna a tônica para se exercer o poder. Nesse contexto, a vigilância é condição que organiza tanto os espaços quanto os sujeitos e aquilo que conecta saber e poder, como numa malha. Vigiar, enfim, abre todas as vias da disciplina e a ubiquidade de seu poder não permite que nada escape ao ato de vigiar — e ser vigiado. Então, à medida que a vigilância se torna uma ponte entre saber e poder, seu objetivo acaba sendo o de “formar uma rede sem

lacuna — possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e, entretanto ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar” (FOUCAULT, 2014, p. 156). Em suma, as técnicas de vigilância se consubstanciam em dispositivos para fazerem jus à imagem da malha, cuja finalidade visa ao controle permanente dos territórios, das instituições, dos discursos, dos comportamentos, das ações, das regras, das arquiteturas, das práticas, das tecnologias, dos enunciados científicos e das proposições morais.

Além disso, infere-se que a vigilância triunfa, da Modernidade para cá, pois a própria sexualidade é o que endossa a permanência, a constância e a permissividade dessa mesma vigilância. Então, este é o imperativo do qual não podemos nos desvencilhar: a necessidade de expansão demográfica para retroalimentar o funcionamento do capitalismo é a mesma força que promove a expansão latente da vigilância, tomando o sexo como o seu fio condutor porque

[...] dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie (FOUCAULT, 2020, p. 157).

Em suma, enquanto houver sexo, haverá vigilância e territórios. Logo, a partir desse olhar genealógico, encontramos aqui o ponto de articulação entre o nosso objeto, o aplicativo Grindr, e a questão da vigilância: a premissa sexual como vetor de vigilância e a vigilância como produção de si. É claro que a sociedade atual difere, em alguns níveis, daquela sociedade na qual Foucault viu arborescer o conceito de vigilância, este “adestramento, intensificação e distribuição das forças” (FOUCAULT, 2020, p. 156), mas um dos principais motores

para atualização do pensamento foucaultiano provém do aperfeiçoamento das novas tecnologias de comunicação. Assim, é ainda válido afirmar que suas elucubrações ainda permitem abrir chaves de leituras para os fenômenos da contemporaneidade, bem como compreender como o uso das supracitadas novas tecnologias tornam mais robustos os poderes de controle e capitalizam ainda mais a noção de vigilância.

A tônica sexo-vigilância se entremeia por entre a dinâmica de interação dos usuários do Grindr, demonstrando que sexualidade produz vigilância e a vigilância induz à sexualidade. Segundo o enunciado “vai pedir foto na cadeia!”, nota-se que o paradigma vigilante já se mostra introjetado na subjetividade do perfil comentado anteriormente, uma vez que este coloca em atrito a sua visibilidade quando percebemos que a exposição de sua imagem tornou-se prerrogativa de cadeia, como ele o cita. E a cadeia é a materialização arquitetural do panóptico de Bentham. Porém, por ser também uma vigilância que incide sobre o próprio sujeito dentro do aplicativo — uma auto-vigilância —, ela se torna um método de registro do comportamento, uma pedagogia que rege os seus afetos, isto é, desmaterializa a vigilância que ele supunha ser apenas concernente ao aplicativo enquanto objeto. Ora, vemos aqui vingar a dinâmica da vigilância que apregoa Foucault: ela é transversal, ou seja, material e imaterial.

Figura 4 – Montagem de diversos perfis no Grindr



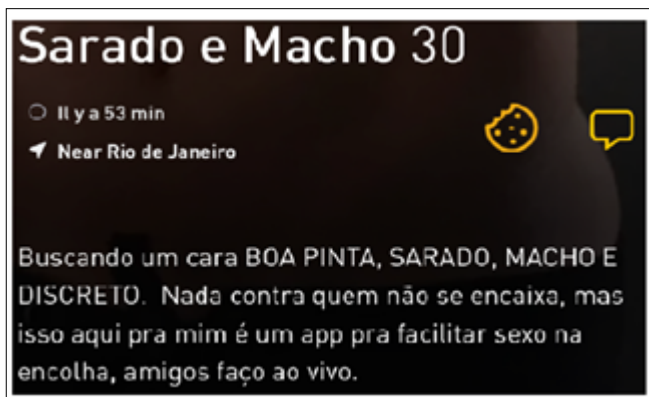
Fonte: capturas de tela, feitas pelos autores, da rede social

Além disso, a assimilação da vigilância pelo corpo dos sujeitos (re)produz também uma dualidade entre lá fora (supostamente seguro e não vigiado) e um aqui dentro (supostamente inseguro e vigiado). Os dispositivos discursivos dos perfis — “é offline que o bicho pega”; “o que estou fazendo aqui...”; e “conhecer alguém que me faça sentir coragem de sair de trás dessa tela” — mostra como a ideia do aprisionamento, suscitada pela interface panoptical do Grindr, ainda evoca a tradicional visão entre espaços externos e tecnologia (JOHNSON, 2001), como se esta fosse capaz de exercer os papéis institucionais com que uma prisão cumpre, de fato, e estar fora dela fosse, então, uma libertação. No entanto, essa visão é falaciosa porque vigilância não se desvincula do corpo e, consequentemente, da sexualidade. E a vigilância tende a se hipertrofiar exponencialmente no Grindr por se tratar de um território voltado à sexualidade. Logo, não há uma interface segura e abdicada de tecnologia que garanta o estatuto da *não vigilância*.

Pelo contrário: as novas tecnologias da informação, como o aplicativo em tela, apenas refinam o exercício tanto da sexualidade quanto da vigilância, como aponta um dos teóricos responsáveis por atualizar as teorias vigilantes de Michel Foucault, Paul B. Preciado (2018). Para esse filósofo espanhol, a integração das tecnologias contemporâneas (de vigilância) às dinâmicas afetivo-sexuais colocam o sujeito dentro de um novo panorama, nomeado de *excitar e controlar*, “‘um bordel-laboratório global integrado multimídia’ em que o controle dos fluxos e dos afetos se realiza sob a forma pop da excitação-frustração” (PRECIADO, 2018, p. 53). Ora, nada mais congruente com a visão de frustração, realçada pelos enunciados acima, que parece circular no Grindr, sob pena de um controle constante da vigilância entre seus usuários.

Ainda segundo esse autor, as novas tecnologias da informação que emergem do campo da comunicação têm um alto potencial de logro com as afetividades eróticas, porque resultam daquele panorama das redes românticas e porque, no fundo, querem estimular o prazer constante, um júbilo via tecnologia, criando-se uma rede (multimídia) que ampara o sujeito. Na outra ponta desse prazer programado, tecnologicamente calculado, há um rompante de frustração do si, dado o fato de que a performance dos nossos afetos — disruptivos, inconstantes — não se alinham com a performance controlada, virtualizada e constante daquelas próprias tecnologias, gerando um fosso nas subjetividades que, cada vez mais, forjam-se ao espelho das tecnologias.

Figura 5 – Perfil Sarado e Macho 30 no Grindr



Fonte: captura de tela, feita pelos autores, da rede social

O perfil *Sarado e Macho 30* materializa, com precisão, esse postulado preciadiano, essa virada tecnológica na produção de nossos corpos e afetos. Nele, vemos emergir uma modulação da afetividade como quem programa um software, elencando as chaves algorítmicas de seu processamento (sexual): “boa pinta, sarado, macho e discreto” são as senhas que desbloqueiam esse corpo multimídia, reconhecendo até mesmo as falhas de seu processador erótico quando diz “nada contra quem não se encaixa”. Como um corpo que habita o território digital de uma rede romântica, ele segue bipolarizando territórios físicos e digitais para que evite a chegada incontornável da frustração de sua eroticidade tecnológica, a ponto de destinar às interações um tipo de afetividade pontual: digitalmente, o sexo modalizado; presencialmente, as amizades espontâneas. Isto é, *tecno*, logo *exist*o sob a pele da vigilância.

Segundo Preciado (2018), o horizonte tecnoafetivo, suscitado pelas novas tecnologias que cruzam a sexualidade contemporânea, assume uma face pop porque é de sua responsabilidade *popularizar* a vigilância ao passo que a sofisticada, popularizar o controle à medida que novas tecnologias surgem, popularizar uma agenda disciplinar conquanto sutil. Nesse sentido, o *bordel-laboratório global integrado*

multimídia de que fala é uma tradução para a pornografia, que, em Preciado, assume duas vertentes: 1) correspondente ao crivo do senso comum, difundido no imaginário da sociedade; e 2) como dispositivo que aprimora tecnologicamente a sexualidade ou, em outras palavras, é a *tecnossexualidade*, um corpo sexual que se modifica por sua integração à midiaticização, às redes sem fio, aos aplicativos de encontro, às modificações dos hormônios, aos silicones, aos suplementos corporais, como o Viagra e afins. Ou seja, uma *tecnovida* cuja sexualidade tornou-se completamente programável e ortopédico-plástica.

Assim, a pornografia⁴⁴ contemporânea que profana o corpo atual consiste em aumentar as potências de prazer e excitação ao passo que tais potências vão fornecendo códigos para o estabelecimento de novas agendas de condutas e controle. Para tanto, “o novo tipo de produção sexual implica um controle detalhado e estrito das forças de reprodução das espécies. Não há pornografia sem vigilância e controle paralelos” (PRECIADO, 2018, p. 53). Ora, se falamos de *espécie*, falamos de um manejo da coletividade, dos seus fins biopolíticos ao adestramento de si e dos outros, mas a insígnia *controle detalhado* demonstra que entramos numa atualização dos preceitos foucaultianos. Isto é, não mais a vigilância como tática de controle, mas *vigilância e controle* como epistemologias distintas que se retroalimentam, visto que são indissociáveis (DELEUZE, 2013) diante do aparato tecnológico contemporâneo.

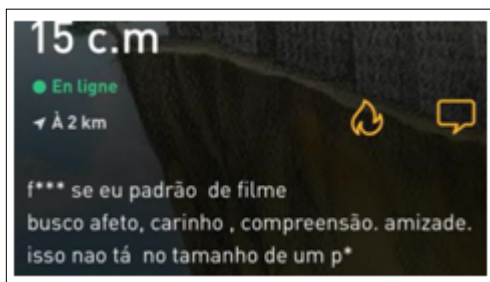
Para Preciado (2018, p. 83-84), essa atualização epistemológica se deu porque uma rede de

44 De fato, o filósofo Preciado passeia entre as nomenclaturas pornografia e farmacopornografia, pornográfico e farmacopornográfico como modo de analisar o panorama epistemológico supracitado. No entanto, empregamos a insígnia pornografia posto que o próprio Preciado a emprega quando deseja efetuar recortes do campo da comunicação que incidem sobre o corpo e a sexualidade, sendo, portanto, farmacopornografia quando aborda o assunto de modo amplo e considerando sua experiência no campo farmacológico quando de sua transição de gênero e o manejo de drogas, tais como a testosterona.

[...] extensivas, intensivas e, sobretudo, íntimas formas arquitetônicas incluem uma redefinição dos espaços privados e públicos, a administração do comércio sexual, mas também dispositivos ginecológicos e invenções da ortopedia sexual, assim como novas técnicas midiáticas de controle e representação (fotografia, cinema, pornografia incipiente) e desenvolvimento em massa das técnicas de psicológicas de introspecção e confissão.

O que vemos é que, se a vigilância nas sociedades disciplinares se expandiu e se tornou vetores dispersos por vários pontos da sociedade e de seus corpos, produzindo-se os corpos *políticos*, agora Preciado nos alerta que estes se complexificaram quando do seu contato com as novas tecnologias da informação e da comunicação porque moldaram-se a partir de referências tecnomidiáticas, usando notoriamente os dispositivos de mídia como próteses de si e produzindo, portanto, corpos *tecnopolíticos*. Isto é, a partir de agora realizamos um corpo tecnossexual porque o próprio corpo tornou-se uma tecnologia completamente moldável e preditiva, cuja “ejaculação politicamente programada é a moeda desse novo controle molecular-informático” (PRECIADO, 2018, p. 84).

Figura 6 – Perfil 15 c.m no Grindr



Fonte: captura de tela, feita pelos autores, da rede social

Compreendemos essa renovação teórica de Foucault por Preciado, a saber, essa guinada *tecnopolítica* do corpo, quando nos depa-ramos, por exemplo, com o perfil intitulado *15 c.m.*, pois consegue prolongar a discussão levantada acima por meio da problemática da influência dos dispositivos midiáticos enquanto vetor de regulação e de produção tecnopolítica do corpo dos usuários no Grindr. Ora, de um ponto de vista foucaultiano, quando *15 c.m.* se rebela contra uma imposição designada em seu corpo, ele questiona o poder anátomo-político que atua na configuração desse próprio corpo, coagindo-o, ordenando-o, subjugando-o a um padrão com vistas a cumprir com uma agenda que tem o vetor “padrão de filme” como dispositivo regulador de sua sexualidade. E, nesse sentido, os aparatos midiáticos não são senão mais um vetor de disciplina e controle à *tecnossexualidade*.

Além disso, percebemos como, nas sociedades disciplinares, o poder e suas tecnologias de subjetivação agiam com seus aparatos a partir da exterioridade, numa opressão ortopédica que se estendia da arquitetura à gestão coletiva, enquanto que, nas sociedades contemporâneas, essa visão é reconfigurada, pois “a tecnopolítica assume a forma do corpo, é incorporada” (PRECIADO, 2018, p. 85), o que quer dizer que esse perfil, ainda que em tom de crítica, vê seu corpo digitalizado e molecularizado pelas mídias, cuja decodificação social de sua masculinidade passa indubitavelmente pelas tecnologias da informação que (re)produzem e controlam o seu próprio corpo, descontente com o descompasso entre a tecnologia do seu pênis e as referências e exigências feitas a ele apregoadas pelos filmes. Logo, é o imperativo da excitação e da frustração tecnopolíticas de si ganhando espaço em sua subjetividade.

De um ponto de vista *queer*, o enunciado “f** se eu [sic] padrão de filme” faz vir à tona uma forma de coação moral e sexual advinda de um regime falocêntrico (PRECIADO, 2017). Mais do que isso, a conjugação de um padrão fílmico com um desempenho fálico medido em centímetros reforça o imaginário coletivo heterocentrado como colonizador cultural da sexualidade dissidente, fazendo-nos recuperar

a noção de *tecnologia do sexo*, também elaborada por Paul B. Preciado. Para esse filósofo, essa proposição apregoa que “o sexo e o gênero deveriam ser considerados como formas de incorporação prostética que se fazem passar por naturais, mas que, em que pese sua resistência anátomo-política, estão sujeitos a processos de transformação e de mudanças constantes” (PRECIADO, 2017, p. 166). Em outras palavras, os órgãos sexuais deixariam de ser explicados por sua incitada naturalidade biológica, como faz o regime heterossexual, e seriam vistos como tecnologias inscritas no próprio corpo, passível de suplantação ou modificação.

Em que medida isso se coliga com a questão fílmica, então? Ora, Preciado (2017) volta a atenção ao fato de que a questão fálica integraria o rol das tecnologias que estão à disposição da sociedade para fins de controle de seu corpo e de sua coletividade, tal qual as tecnologias da informação e da comunicação também o são. Na tecnologia do sexo, o corpo pode se fundir com dispositivos midiáticos, criando-se uma relação com eles, ora de suplementos, ora de aparatos de coerção, como o perfil acima nos faz crer quando do seu incômodo para com os referenciais fílmicos enquanto gestão do seu corpo. Dessa forma, Preciado afirma que essa produção tecnopolítica do corpo desvela “a modificação e o desenvolvimento de um órgão vivo com a ajuda de um suplemento tecnológico [...] O cinema poderia ser pensado retroativamente como uma prótese do sonho” (PRECIADO, 2017, p. 164).

Em sendo assim, um gesto *queer* permite enxergar como a tecnologia do filme age no corpo desse sujeito não como categoria para potencializar o exercício de sua sexualidade, mas como instrumento que interfere de modo coercitivo na estrutura orgânica de seu corpo, reforçando a ideia de corpo como lançador de normalidades a serem cumpridas. Se esse sujeito deslocasse tal órgão e seus centímetros para o campo da tecnologia, ele romperia com o contrato heterossexualado que faz a gestão de si, de sua performance sexual e do imaginário midiático que o oprime. No entanto, uma vez que o sujeito está sob

o exercício da vigilância enquanto produção tecnopolítica de si, ele não está imune ao fato de como o *queer* assinou o contrato, corporal, afetivo, sexual e espacial da heterossexualidade como estratégia de sobrevivência. Assim, esse contrato, que era a priori uma forma de disfarçar os impactos devastadores da AIDS por sobre uma comunidade, voltou-se contra essa própria comunidade dissidente em forma de armário, vigilância e controle. Isso é perceptível pela ascensão dos corpos musculosos e másculos que infligiam uma dupla técnica de homogeneização: indicar que era “fora do meio gay” (espacialidade) ao passo que era saudável e não “infectado” (corporalidade)⁴⁵.

Tensionando essa leitura, pensar a categoria da vigilância como um dispositivo tecnopolítico que produz um corpo homogeneizado na territorialidade do Grindr é entender a própria vigilância como uma tecnologia do sexo, uma prótese invisível que, midiaticamente, já coordena as ações e os afetos dos seus usuários. Isso pode ser percebido quando se entende que o que religa toda essa diversidade tecnopolítica de categorias que engendram o corpo no Grindr é a vigilância, uma vez que apresenta o mesmo objetivo de poder que uma formação territorial: “formar uma rede sem lacuna – possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e, entretanto ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar” (FOUCAULT, 2014, p. 156). Enfim, o fulcro desse processo no Grindr é tornar o corpo uma maquinaria de vigilância à construção do gênero, que se molda nesse aplicativo não se descolando das premissas territoriais: vigiar, enredar e controlar. Isto é, nessa territorialidade digital, o gênero é o reflexo assimétrico dessas operações.

45 Para saber mais sobre essa informação, ler o artigo “O desejo homossexual após a AIDS: uma análise sobre os critérios acionados por homens na busca por parceiros do mesmo sexo”, de Ferreira e Miskolci (2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000300999>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, sem possibilidade de se esgotar o tema, este capítulo considera que a efetuação de uma breve genealogia da internet nos aponta dois caminhos de reflexão: o ciberespaço como metáfora de liberdade, mais difundida pelo senso comum, e o ciberespaço como facilitador das premissas de controle, visão esta de aporte mais crítico. Não à toa, esse segundo eixo genealógico é o que mais se aproxima das elaborações teóricas sobre território-territorialidade, o que permitiu a este texto elaborar um percurso teórico de como as teorias cibernéticas da rede, em franco diálogo com o binômio supraexposto, desembocam na noção de territorialidade digital. Isso posto, a superposição desses campos teóricos foi realçada pelo objeto de pesquisa deste texto: Grindr, um aplicativo de encontros afetivo-sexuais *queer*, cujas práticas territoriais — as ditas territorialidades — apontam para uma emergência do contingente vigilante no aplicativo.

Portanto, essa dimensão da vigilância se costura intrínseca e tecnopoliticamente aos corpos dos usuários do Grindr, suas subjetividades, tendo sido necessário convocar a noção de tecnossexualidade para se explicar como se configuram as relações de gênero e sexualidades no objeto de pesquisa deste texto. Concentrando-se nesse sintoma peculiar, entendeu-se como a construção do gênero, lá, está abarrotada de assimetrias de poder que, ao fim e ao cabo, potencializam dinâmicas de vigilância naqueles que consomem esse aplicativo. Isto é, o Grindr como máquina de produzir, no campo das sexualidades, dos corpos e dos gêneros vigilantes. Dessa forma, pensar o gênero na territorialidade do Grindr não se dissocia da tecnologia que o produz, pois o regime tecnossexualidade-gênero nesse aplicativo é o resultado de uma cultura vigilante que busca reforçar a normatividade num território a priori dissidente. Em outras palavras, a construção sociotécnica do gênero é uma performance do controle.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JOHNSON, S. **Cultura da interface**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LOVELUCK, B. **Redes, liberdades e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis: Vozes, 2018.

MISKOLCI, R. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NORBERG, A.; O'NEILL, E. **Transforming Computer Technology** - Information Processing for the Pentagon. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SEDGWICK, E. K. “A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu** [online], Campinas, n. 28, 2007.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1970.

Os sentidos dos territórios do shopping center e de suas redes sociais digitais antes e durante a pandemia do coronavírus

Flávia Mayer dos Santos Souza

Glauber Pinheiro Rocha

Naiara Beje Souza do Nascimento

O TERRITÓRIO DOS SHOPPINGS CENTERS

Em meados do século XX, nos Estados Unidos, o shopping center nasceu. Inspirado nas galerias e lojas de departamento do século XIX, produziu sensação de modernidade por onde se instalou e se apresentou como um solucionador de problemas urbanos. Suas características

iniciais mais evidentes foram o grande número de vagas de estacionamento, estrutura isolada com proximidade de uma estrada e lojas que se abriam para calçadas internas.

No Brasil, a implantação do shopping center ocorreu nos anos de 1960 e, de acordo com Santos Junior (1992), sua imagem foi associada à inovação, fazendo-o ganhar status de símbolo onipresente de poder. No entanto, foi a partir dos anos de 1980 que o brasileiro começou a ver o intenso processo de desenvolvimento desse centro de consumo. Nessa época, ocorre, então, sua expansão efetiva com crescente volume de inaugurações, indicando um processo irreversível (PINTAUDI, 1992).

Não há dúvida de que essa invenção da metade do século XX adquiriu papel importante para o desenvolvimento e a manutenção da lógica do capital ao longo do tempo e adentrou o século XXI tornando-se um personagem familiar da cena cidadina contemporânea. Trata-se de um modelo comercial cuja genética parece conseguir combinar, de maneira harmoniosa, rentabilidade e inventividade.

Em 2020, o Brasil chegou à marca de 601 shopping centers e 313 se localizam no Sudeste. Nesse período, a indústria de *malls* do país alcançou o faturamento de R\$ 128,8 bilhões e seus estabelecimentos receberam cerca de 341 milhões de visitas por mês (ABRASCE, [2021]). Ressaltamos que o faturamento do setor, em 2020, representou, por causa da pandemia do novo coronavírus, uma queda de 33,2%, o menor volume de vendas em 11 anos. Contudo, destacamos também que, desde 2015 o setor vinha apresentando taxas de crescimento superiores à inflação. Em 2019, cujo faturamento foi de R\$ 192,8 bilhões, a alta representou 7,9%, por exemplo (BASSANEZE, 2020).

Paralelo aos bons desempenhos, os shopping centers atuais, na busca por chamar a atenção das pessoas e estimular compras, oferecem (além dos serviços e produtos mais tradicionais, como supermercados, cinemas, lojas de roupas, praças de alimentação etc.) ambientes para estudo e trabalho, áreas gastronômicas, universidades/faculdades,

centros médicos, hotéis, condomínios (comerciais e residenciais) e outros. Soma-se a isso, ainda, serviços para família, aumento de vagas para automóveis (inclusive para carros elétricos), wi-fi, aplicativos de smartphones, entre outros.

A cada atualização, esses empreendimentos se consolidam como complexos multiusos e deixam mais evidente a pujança que os caracterizam. Nesse sentido, dois aspectos que envolvem esse tipo de ambiente precisam ser destacados, pois estão diretamente ligados e corroboram a construção de um território da abundância que é um shopping center.

O primeiro é a comunicação, que é ali produzida em diferentes espaços, sejam os tradicionalmente conhecidos ou os incorporados a cada atualização, e que se dá não só por atividades (shows, apresentações, animação etc.) e produtos comunicacionais (como vitrines, banners, placas, adesivos, fachadas, telas), mas também por elementos plásticos (como luzes, cores, sons, superfícies, aromas) que compõem tais produtos e o ambiente. Dessa forma, entendemos que no shopping center “[...] comunica-se sobre a comunicação, produz-se metacomunicação, compra-se metacomunicação” (CANEVACCI, 1997, p. 48).

O segundo aspecto ainda a ser tratado está relacionado à face territorial que o shopping center possui. Dessa forma, com o auxílio de Sack (2013), entendemos que território é o resultado das estratégias que visam afetar, influenciar e controlar pessoas, relações e fenômenos. A territorialidade, por sua vez, associa-se à busca de um indivíduo ou grupo, por afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e estabelecer controle em uma área geográfica.

Podemos considerar, então, que os shopping centers são locais onde há produção de territorialidade por meio de demarcação de área que se dá, comumente, com uma ampla estrutura composta por elementos como cercas, muros, fachadas, placas com mensagens publicitárias, sinalizações, vitrinas, letreiros, entre outros.

Nos limites de um shopping center, de maneira geral, o controle se manifesta por meio de normas, formas de conduta, seguranças, câmeras etc.; elementos que restringem e/ou supervisionam o acesso de indivíduos. Esse controle abrange toda a área de um shopping center. Contudo, em alguns territórios (como áreas de eventos, por exemplo, que também estão sob supervisão), o acesso pode ser restringido para aqueles que não possuem algum tipo de permissão (como um ingresso ou uma inscrição). O controle nesses centros pode ser usado até mesmo para conter o acesso de determinados indivíduos que não estejam de acordo com as normas estabelecidas por uma direção.

Recorremos ainda a Saquet (2015), para o qual o território é uma construção social, histórica, relacional, envolvendo sempre apropriação e dominação do espaço e, obviamente, pessoas. Nessa perspectiva, o shopping center pode ser entendido como um território na medida em que seu espaço é apropriado por indivíduos, por meio da autorização e supervisão de uma administração, para uso, interferência e utilização de objetos. Nele os frequentadores podem se apropriar de espaços delimitados dentro de sua área e, assim, territorializá-los por meio das relações, comportamentos e práticas atravessadas pela atividade do consumo. Entretanto, com a pandemia da covid-19, que se manifestou no país em 2020, o território dos shoppings centers foi modificado radicalmente.

No caso do Shopping Vitória (SV), alvo do presente estudo, no dia 19/3/2020 suas portas foram fechadas, suspendendo todos os seus serviços em atendimento a um decreto estadual. Enquanto ainda estava fechado para o público externo, a fim de minimizar os prejuízos, o SV criou ferramentas para continuar com as vendas, como *delivery* e *drive thru*, possibilitando que as compras fossem realizadas pela internet.

Depois de 13 semanas fechados, foi publicado decreto que liberou os shoppings centers da Grande Vitória a reabrirem. No dia 1/6/2020, o SV voltou com a sua funcionalidade seguindo várias

diretrizes impostas pela Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers), como a abertura somente nos dias úteis, definição de limite de frequentadores e o impedimento de acesso para crianças (ABRASCE, 2020). A abertura foi gradativa, inicialmente apenas algumas lojas poderiam funcionar em determinados horários. Esteve vedado o funcionamento de cinemas e eventos internos. A entrada de crianças só foi autorizada em 27/8/2020.

O contexto impulsionou fortemente a utilização das redes sociais digitais como Instagram, Twitter, WhatsApp, YouTube, LinkedIn para o comércio em geral, bem como para os shoppings centers.

Diante dessas mudanças, o SV — assim como outros do setor —, com seus territórios, de certa maneira, suspensos, viu-se impedido a se aproximar de seus públicos por meio das redes sociais digitais supracitadas.

Assim, o presente estudo⁴⁶ se volta para a apresentação de uma visão panorâmica do Instagram⁴⁷ do SV de março a junho de 2019 e de março a junho de 2020, flagrando o momento inicial da pandemia e exatamente o mesmo período no ano anterior; e, em relação

46 Faz parte de amplo estudo realizado pelo Grupo de pesquisa Comunicação, Consumo e Semiótica (CNPq/Ufes). De certa maneira, dialoga com a dissertação de Rocha (2020) e avança nas reflexões propostas na monografia de Nascimento (2020).

47 O estudo contou com fase exploratória, que envolveu o acompanhamento das redes sociais digitais do SV para definição da que seria alvo do estudo. Observamos que o Instagram apresentava mais regularidade de postagens/engajamento do público. O Twitter estava sem atualizações desde 2018, sendo reativado na semana do fechamento, com informações legais sobre o funcionamento. O Instagram e o Facebook pertencem ao mesmo grupo, de maneira que há uma ferramenta para o compartilhamento do conteúdo nas duas redes, entretanto, no caso do SV, os números do Facebook são pouco expressivos. O YouTube é utilizado apenas como uma ferramenta para postar os vídeos produzidos, com números baixos também. O LinkedIn, por sua vez, tem caráter mais profissional, com mais frequência de postagens e números de seguidores reduzidos.

ao período pandêmico, objetiva a caracterização das postagens realizadas; a identificação das marcas presentes no Instagram do SV e as temáticas abordadas; a análise de postagens, à luz da semiótica, permitindo a compreensão dos sentidos colocados em circulação.

O ACESSO AO SHOPPING CENTER POR MEIO DO INSTAGRAM

Iniciamos com a apresentação do Instagram do SV, antes e durante a pandemia do coronavírus. Consideramos a semana do dia 15/3/2020 como semana 1 (início da pandemia e fechamento dos shoppings centers no ES) e acompanhamos o Instagram até o dia 27/6/2020, semana 15 (três semanas após a reabertura do local). A partir dessa definição, foram coletadas a quantidade de postagens realizadas referentes a cada semana, como também a quantidade relativa ao mesmo período no ano de 2019, na tentativa de traçar um paralelo sobre o uso da rede social digital nos dois momentos.

Tabela 1 – Quantidade de publicações realizadas no Instagram do Shopping Vitória no período de 1/3 a 27/6 de 2019 e 2020

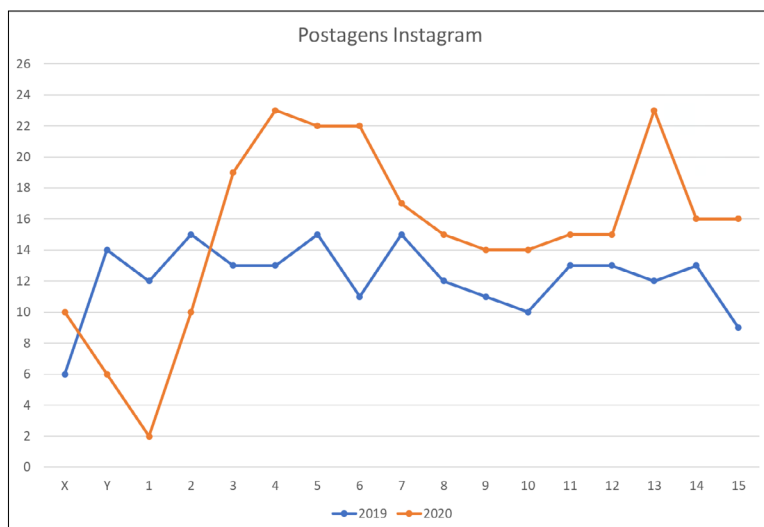
Semana	Período	2019	2020
X	01/03 a 07/03	6	10
Y	08/03 a 14/03	14	6
1	15/03 a 21/03	12	2
2	22/03 a 28/03	15	10
3	29/03 a 04/04	13	19
4	05/04 a 11/04	13	23
5	12/04 a 18/04	15	22
6	19/04 a 25/04	11	22
7	26/04 a 02/05	15	17
8	03/05 a 09/05	12	15
9	10/05 a 16/05	11	14
10	17/05 a 23/05	10	14
11	24/05 a 30/05	13	15
12	31/05 a 06/06	13	15
13	07/06 a 13/06	12	23
14	14/06 a 20/06	13	16
15	21/06 a 27/06	9	16

Fonte: Nascimento (2020, p. 51)

Na Tabela 1, as semanas X e Y são referentes ao início do mês de março e não serão usadas na análise. As semanas em azul (1 e 12) marcam o fechamento e a reabertura do SV, respectivamente (19/3/20 – 1/6/20). As datas em vermelho abarcam comemorações como Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Namorados (12/4; 10/5; 12/6).

Os dados coletados nos dois períodos mencionados estão apresentados, também, no gráfico a seguir (Gráfico 1), que possibilita melhor visualização das diferenças de regularidade.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações realizadas no Instagram do Shopping Vitória por semana, no período de 15/3 a 27/6 dos anos de 2019 e 2020



Fonte: Nascimento (2020, p. 52)

As oscilações na linha vermelha, que se refere ao ano de 2020, evidenciam que na semana de fechamento do SV foram realizadas apenas duas postagens, número muito abaixo do observado no ano anterior (12 postagens/semana). No entanto, essa queda abrupta é pontual, pois em 2020, considerando o total de postagens, observa-se a elevação de 30% na quantidade de publicações em comparação a 2019. O aumento expressivo é observado nas semanas marcadas por datas comemorativas, momento que costuma ser caracterizado por grande faturamento nas vendas, como também a realização de campanhas publicitárias de mais destaque, dignas de premiações no meio publicitário (ROCHA, 2020; MEDEIROS, 2019; VENDAS..., 2018).

A coleta de informações demandou, também, a elaboração de planilha com os dados das postagens publicadas durante a pandemia. Ao longo do estudo, a tabela passou por várias alterações, ampliando, assim, o volume de informações. Nela foram reunidos: semana, número de curtidas, número de visualizações, quantidade

de comentários, os cinco primeiros comentários, legenda, tipo de publicação, data, cor/classificação do tipo de publicidade, identificação da loja/marca anunciante, entre outros. A Tabela 2 traz fragmento dos dados organizados.

Tabela 2 – Informações sobre as publicações coletadas

Semana	Cur- tidas	Visu- aliza- ção	Quanti- dade de comen- tários	Legenda	Tipo de publica- ção	Data	Cor	Loja
Semana 1	101	2.507	32	Hoje é dia de quem é mais do que consumidor, é parceiro do Shopping Vitória! E parceiro de verdade tem muita história pra contar. Que tal comemorar essa data relembrando um momento inesquecível que você viveu aqui no SV? Conte pra gente uma lembrança especial e deixe esse dia com aquele gostinho de nostalgia. ❤️	Vídeo	15-mar.		
	1261		0	Comunicado! Seguindo as orientações do Decreto Nº 4600-R de 18 de março de 2020, a fim de conter a disseminação do coronavírus (COVID-19), suspendemos temporariamente nossas atividades pelos próximos 15 dias.	Foto	19-mar.		
Semana 2	227		1	Praticidade e rapidez! A Bio Mundo do Shopping Vitória agora atende online e faz todas as suas entregas na Grande Vitória. Todo o atendimento é realizado pelo WhatsApp (27 99244-5215) e você recebe os seus produtos em casa! 🏠 A @biomundoshoppingvitoria-es está cada vez mais perto de você! 📍. Para fazer seu pedido: 1. Entre em contato pelo WhatsApp, informando os produtos que deseja; 2. Aguarde orçamento e frete; 3. Confirme a compra; 4. Receba seus produtos no mesmo dia ou no máximo, no dia seguinte (exceto sábado e domingo). Viu como é simples?	Foto	23-mar.		Bio mundo

Semana 2	253	6	A ração do seu pet acabou? 🐾 Está trabalhando de home office e precisa pedir o almoço? 🍴 A diversão das crianças vai ser ainda maior com um brinquedo novo? 🧸 Você pode comprar no Shopping Vitória sem sair de casa! Estamos conectados com você, é só conferir as lojas que vendem online e entregam onde você estiver. Confira e faça o seu pedido 😊 #EstamosConectados #Shopping-Vitoria #FicaEmCasa	Múltiplo	24-mar.		SuperKids, Mon Petit Ami, Argento Parrilla, Doramila, Mr. Captain, Mundo verde, Salão Klenzer, Bio mundo, Toy kids
	528	25	Estamos juntos e sempre conectados! ❤️📱 Nesse momento em que estamos vivendo, nós queremos usar a nossa conexão para continuar trazendo informação e entretenimento para todos vocês que sempre nos acompanham. Todos estamos em casa e gostaríamos de fazer um convite especial: que tal participar com a gente da criação de um conteúdo interativo, dinâmico e que vai nos ajudar nesses dias de isolamento social? Quais temas vocês gostariam de acompanhar por aqui? Dicas de livros, gastronomia, como criar atividades divertidas com as crianças? 📖 Deixe a sua sugestão nos comentários e acompanhe as nossas redes! #EstamosConectados #ShoppingVitória #FicaEmCasa	Foto	25-mar.		

Semana 2	658	3	É importante escolher um look para o home office? Tem problema trabalhar de pijama? 🤔 Hoje, nos stories aqui do @shoppingvitória, nossa consultora de moda e estilo, Lais Hofmann, vai dar várias dicas de como a roupa usada durante o expediente influencia a produtividade e até mesmo a qualidade do trabalho entregue. Tem dúvidas sobre o tema? Marca aqui quem também vai adorar saber mais sobre o assunto. ☐ Que tal aproveitar o momento e mandar pra gente a roupa que você tem usado pra trabalhar de casa? 📩 Envie no inbox ou poste no story marcando o Shopping Vitória e a hashtag #EstamosConectados #ShoppingVitoria #FicaEmCasa	Foto	26-mar.		
	195	4	Você sabia que pode comprar no Shopping Vitória, com descontos incríveis, conforto e comodidade, sem sair de casa? 🏠 Estamos conectados com você, é só conferir as lojas que vendem online e entregam onde você estiver. Confira e faça o seu pedido 📦	Múltiplo	26-mar.		Uncle k., Giulia taffner, Carolina Neves, Animale, Bebedouros & cia, Beauty Lingerie, Schutz, Vitrage, BB Básico

Semana 2	328		6	  Já pode encontrar um cantinho na sua casa pra renovar as energias e deixar a mente mais tranquila. Se você precisa cuidar do corpo e buscar equilíbrio é só vir com a gente! Amanhã teremos uma aula incrível de Yoga em parceria com a @trackfieldvix e a @youflow.yoga. Quer saber como funciona? Acompanhe lá nos stories o recadinho que a professora Flávia preparou pra gente. 📱 📱 Aulas GRATUITAS Segundas, Quartas e Sextas-Feiras às 10h. 📱 As aulas serão ministradas via aplicativo e estaremos todos conectados e nos cuidando juntos, mesmo que separados! 😊 📱 Envie seus dados para: *WhatsApp (27) 99819-5264 * 📱 Você será adicionado ao grupo da aula com todo o passo a passo de como participar. #EstamosConectados #ShoppingVitoria #FicaEmCasa	Foto	26-mar.		Track Field Vix
	73	2.455	6	Ideias ótimas para manter o conforto, mas com elementos que deixem os looks adequados à rotina de trabalhar em casa!	Vídeo	26-mar.		
	424		1	Cheirinho de delícias no ar! Sábado pede um almoço especial, não é? Que tal aproveitar esse momento para fortalecer o negócio local e ainda ter uma refeição deliciosa e quentinha na sua casa? 🍰 📱 O @argentoparrilla do Shopping Vitória realiza entregas de 11 às 20h, pelos aplicativos Shipp e Ifood.	Foto	28-mar.		Argento Parrilla

Semana 2	198	2	A ração do pet acabou? Deu uma olhada no cartão de vacinação e viu que algumas estão atrasadas? 🐾❤️🐾 □ A @monpetitami_vix do Shopping Vitória cuida do seu aumiguinho mesmo nesse momento de isolamento social. A loja realiza entregas em casa e dá todo suporte para o seu pet. Ligue, faça o seu pedido ou agende horário no WhatsApp 📞 (27) 99633-2808	Múltiplo	28-mar.		Mon Petit Ami
	193	3	Muita diversão juntinho com a criançada! Se você está procurando opções criativas para entreter os pequenos durante esse período, nós temos uma dica incrível! 🐾📺❤️ A @superkidsonline do Shopping Vitória realiza entregas na sua casa. É só escolher o brinquedo e fazer o seu pedido. O atendimento pode ser feito pelo whatsapp. 📞 📱 □ (27) 98837-6755 (27) 3345-1005	Foto	28-mar.		SuperKids

Fonte: Nascimento (2020, p. 57)

A partir desse detalhamento, observamos alguns pontos que merecem destaque, como a variação da quantidade de comentários por tipos de postagens e a utilização da ferramenta que impede comentários do público em determinadas publicações. Vimos também que, em algumas publicações, o perfil do SV pergunta diretamente para o seu público o que ele gostaria de encontrar lá, sendo criadas, posteriormente, postagens com os assuntos pedidos.

Para visualização de alguns desses dados, fizemos uso do gráfico de nuvem de palavras, que constitui uma representação visual da frequência de palavras em determinado contexto, assim, quanto mais vezes uma palavra é utilizada, maior será o seu tamanho na imagem. A Figura 1 apresenta gráfico dos assuntos postados pelo Shopping Vitória e a Figura 2, dos comentários do público.

Por meio dos dados reunidos na Tabela 2, buscamos caracterizar as 243 postagens realizadas nesse período.

A hibridização da publicidade contemporânea, o embaçamento da fronteira da publicidade com outras áreas (COVALESKI, 2010), tornou difícil a classificação das postagens reunidas ao longo do estudo. Optamos, assim, por recorrer aos conceitos de publicidade mercadológica, publicidade institucional e publicidade de conteúdo.

Tabela 3 – Categorias criadas para classificar as publicações do Instagram do Shopping Vitória

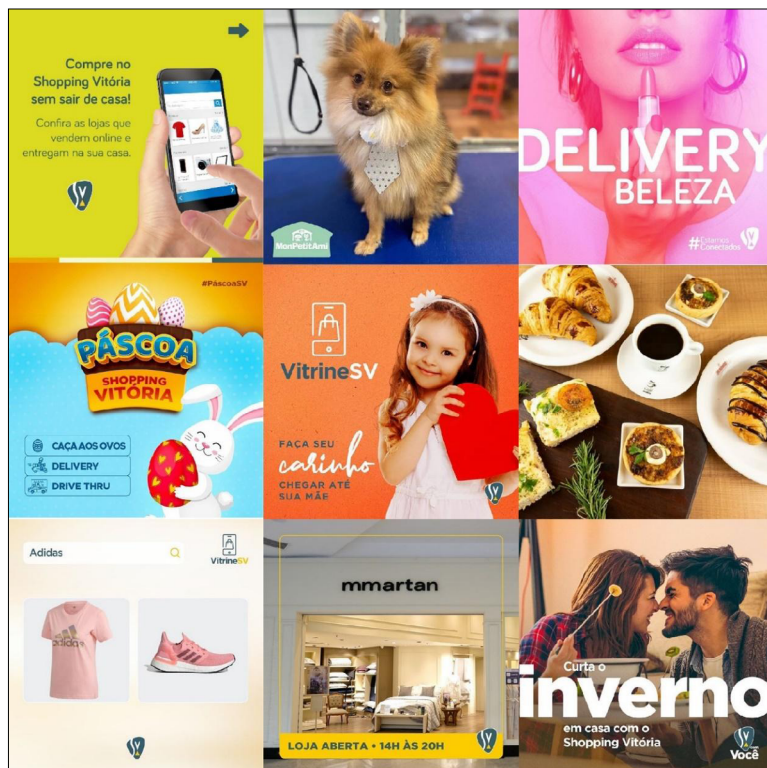
LEGENDA
Publicidade Mercadológica
Publicidade Institucional
Publicidade de Conteúdo

Fonte: Nascimento (2020, p. 56)

Compreendemos por publicidade mercadológica aquela atrelada a objetivos de marketing. Segundo Lupetti (2007), ela se utiliza de vários instrumentos, sendo os principais a propaganda, a promoção de venda, o marketing direto de relacionamento, entre outros. Essa categoria tem a função principal de informar benefícios, características e atributos de produtos e serviços. No caso do SV, engloba a publicidade de produtos e serviços de marcas específicas identificadas nas postagens, bem como a publicidade de serviços oferecidos (Vitrine SV, *drive thru*, *delivery* e outros) que contribuem para a promoção de vendas.

A seguir está o modelo de *feed* (Figura 3) com publicidades classificadas como mercadológicas que fizeram parte do Instagram do SV em 2020.

Figura 3 – Mosaico de publicações do SV no Instagram, na categoria publicidade mercadológica



Fonte: montagem com publicações do Instagram do SV (NASCI-MENTO, 2020, p. 58)

A publicidade institucional associa-se diretamente ao compromisso de construção do posicionamento de determinada marca, auxilia na identidade e na imagem corporativa (LUPETTI, 2007). Dessa maneira, não se refere ao produto em si, e, sim, ao SV, disseminando suas ideias e construindo sua imagem. Nesse grupo (Figura 4) englobamos a publicidade comemorativa (o volume de postagens relacionadas ao calendário de datas comemorativas é marcante) e, também, a publicidade jurídica, criada a partir dos decretos feitos pelo Governo quanto à abertura e ao fechamento dos shoppings centers. Em alguns

desses casos, o SV assina com outros parceiros, como ONGs e empresas do mesmo segmento.

Figura 4 – Mosaico de publicações do SV no Instagram, na categoria publicidade institucional



Fonte: montagem com publicações do Instagram do SV (NASCI-MENTO, 2020, p. 59)

A publicidade de conteúdo (Figura 5) caracteriza-se pela abertura a vasto horizonte de assuntos aparentemente desconexos com o negócio do SV, como dicas de alimentação, yoga, lazer, entre outras, apresentando como característica marcante o entretenimento. Exemplo

disso são “Looks de trabalho *home office*”, “Brincadeiras para fazer com as crianças”, entre outros.

Figura 5 – Mosaico de publicações do SV no Instagram, na categoria publicidade de conteúdo

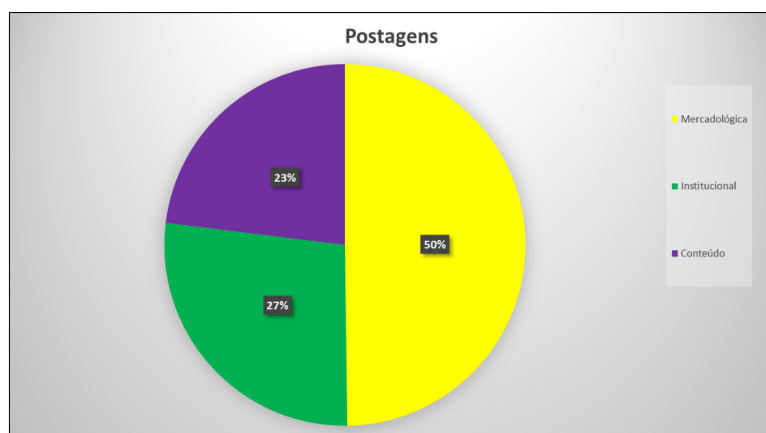


Fonte: montagem com publicações do Instagram do SV (NASCI-
MENTO, 2020, p. 60)

Em vários casos, as postagens se enquadravam em mais de uma classificação — como Covalleski (2010) atestou, a publicidade vai perdendo as fronteiras com outras áreas. Na integralização do calendário, vemos um misto de publicações que vão de mercadológica (vendendo algo para comemorar determinada data), institucional (mensagem de

homenagem ao que é comemorado) e de conteúdo (história sobre o que é comemorado). Com base nisso, criamos filtros no programa Excel para identificar a recorrência de cada tipo de postagem quanto à temática e à forma em que se apresenta (única, carrossel ou vídeo) e às marcas que mais aparecem. Vale lembrar que a partir das informações coletadas, e do uso de filtros, é possível gerar inúmeros gráficos, entretanto, detemo-nos aqui à quantidade de postagens por categoria — mercadológica, institucional e de conteúdo.

Gráfico 2 – Quantidade de postagens por categoria

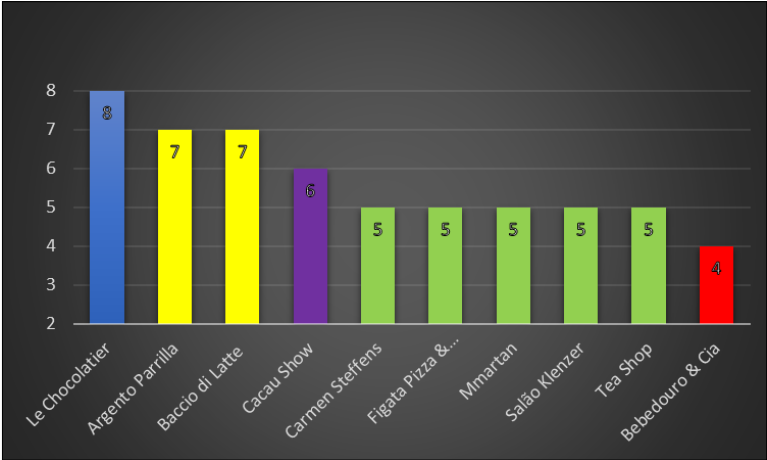


Fonte: Nascimento (2020, p. 61)

A partir disso, notamos que a publicidade mercadológica compreende 50% do total de publicações, sendo 121 postagens. As institucionais e de conteúdo correspondem a 27% e 23% respectivamente, sendo 66 e 56 postagens.

No Gráfico 3, apresentamos a frequência em que as lojas/marcas aparecem nas postagens. Vimos que as lojas do setor alimentício são as de maior recorrência, possivelmente devido ao período da Páscoa e à venda de chocolate, como também à premissa de consumo de alimentos continuar em alta, mesmo em meio a uma crise (RAVAGNANI, 2020).

Gráfico 3 – Top 10 das lojas que mais aparecem nas publicações no Instagram do SV



Fonte: Nascimento (2020, p. 62)

Observamos, também, a quantidade de comentários, conforme apresentado na Tabela 4, para mensurar o engajamento do público. Elemento que foi combinado à categoria de postagens, o que levou à seleção de duas publicações por categoria, chegando ao corpus formado por seis postagens. Na proposta aqui apresentada, trazemos a análise de duas postagens da categoria publicidade institucional, conforme consta na Figura 6.

Tabela 4 – Tabela criada para a organização das publicações no Instagram do Shopping Vitória, associando as publicações com mais comentários

Semana	Curtidas	Quantidade de comentários	Tipo de Publicação	Data	Cor	Loja
3	291	52	Múltiplo	03/abr.		
4	248	36	Foto	06/abr.		
13	621	69	Múltiplo	10/jun.		Café Print
14	4.533	169	Foto	18/jun.		
14	794	33	Foto	18/jun.		Zara
15	1.182	98	Múltiplo	25/jun.		

Fonte: Nascimento (2020, p. 63)

Figura 6 – Postagens analisadas

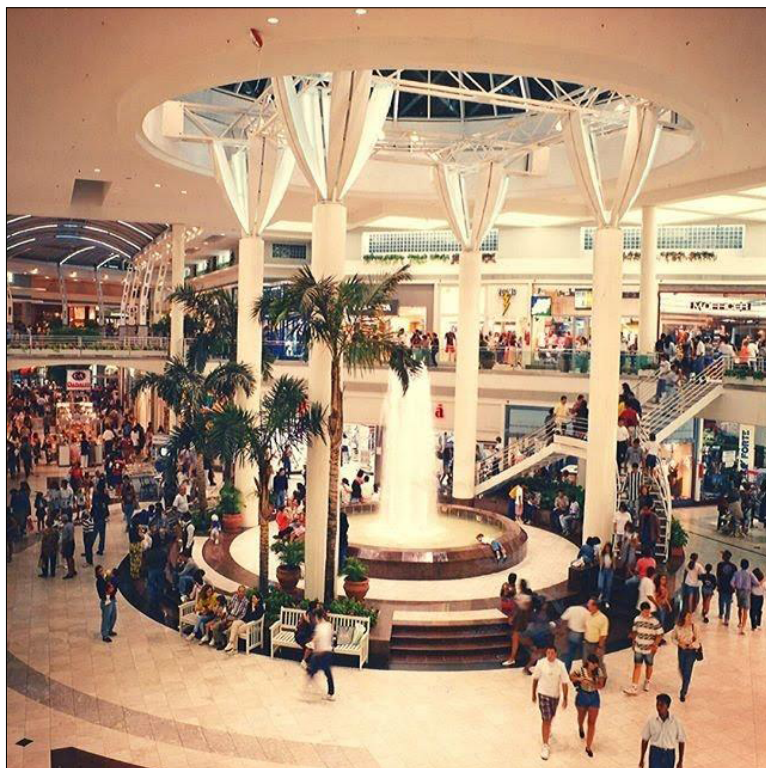


Fonte: Instagram do SV com adaptações

Tendo em vista o objetivo de analisar os discursos que foram colocados em circulação no Instagram do SV no contexto da covid-19, vamos recorrer à semiótica, especialmente ao estudo do nível discursivo do percurso gerativo de sentido e da plasticidade.

Iniciamos com a postagem publicada no dia 18/6/2020, que consiste em uma fotografia (Figura 7).

Figura 76 – Postagem institucional 1



Fonte: Instagram do SV

A postagem foi acompanhada da legenda:

Estamos chegando naquela data que todo mundo ama: o dia do nosso aniversário! 🎂 E sabe qual é a melhor parte de tudo isso? Você pode comemorar junto com a gente. Se você tem uma recordação especial ou uma foto que ama aqui no SV, compartilhe esse momento. Você já faz parte da nossa história e também vai poder fazer parte da nossa comemoração de 27 anos. Para o nosso #TBT cheio de saudade, ele não fica de fora. ❤️ O nosso chafariz sempre vai ser lembrado com carinho e por isso, fica por aqui um dos nossos registros mais lindos. Seja aqui pelas nossas redes,

ou vivendo experiências únicas no Shopping Vitória, nossa alegria maior sempre foi ter cada um de vocês junto com a gente. E para você, qual é uma recordação boa com o Shopping Vitória? 🌟 Poste a sua foto nos stories e marque o @ShoppingVitoria. Vamos reviver esses 27 anos juntinhos. #TBTSV #SV27Anos #ShoppingVitória. (SHOPPING VITÓRIA, 2020, s.p.).

Recorrendo à semiótica plástica, iniciamos pelo formante cromático que se refere a relações entre cores, por meio de suas variações (primária, secundária e terciária) contrastes (claro *vs.* escuro), tonalidades e saturação (SOUZA; PIROLA, 2017). Assim, percebemos que a postagem se destaca pela tonalidade. Com o tom de sépia, a fotografia passa a ideia de antiga, sendo um recurso muito utilizado para remeter a um tempo passado. O conhecedor do SV reitera a ideia ao perceber que a arquitetura está diferente da memória recente do local, uma vez que o chafariz cedeu espaço para outras ambientações. Outro fator que possibilita identificar a época da imagem é a grande circulação de pessoas e o não uso de máscaras, realidade diferente no período pandêmico. Constrói, com isso, o efeito de sentido de uma memória afetiva.

Em relação ao formante eidético, que abarca formas — retas *vs.* curvas, verticais *vs.* horizontais e outras várias combinações (SOUZA; PIROLA, 2017) —, vemos que a forma arredondada é muito presente na imagem, tanto no piso quanto na parte superior, onde há uma cúpula de vidro que permite a entrada de iluminação natural no ambiente. No chão, em diferentes níveis de altura, estão vários círculos, criando degraus que levam ao chafariz, posicionado, portanto, sobre uma espécie de palco circular a partir do qual encena o seu espetáculo de jorrar água na direção vertical. No limite do círculo maior há também a presença de palmeiras, uma árvore muito conhecida por sua grande estatura e muito presente em locais de praia, como Vitória/ES. Observamos, ainda, as grandes pilastras cilíndricas que estão em volta do chafariz. As formas corroboram o nome do local: Praça Central.

O arranjo visual atrai o olhar do passante para o chafariz, que interage com o ambiente ao ser algo em movimento. Ao observar o chafariz, levamos o nosso olhar para o teto, que possui hastes metálicas cobertas por vidro, como já exposto, permitindo, assim, visualizar o céu. A verticalidade é muito forte na composição, sugerindo imponência, grandeza, evidenciados na foto da postagem.

Consideramos, também, as figuras — elementos que se referem a algo do mundo natural (janela, mulher, sol, árvore, menino, lua etc.) — e os temas – investimentos semânticos, de natureza conceitual, que não se referem ao mundo natural (exemplos: sofisticação, orgulho, fuga, saudade etc) — como parte dos textos verbal e visual (FIORIN, 2011). Na Tabela 5, sintetizamos as figuras e os temas identificados na publicação.

Tabela 5 – Figuras e temas

Figuras da imagem	Temas
Chafariz, pilastras, palmeira, cúpula, praça, bancos, multidão	Plenitude do SV, tempo passado, movimento, período de não pandemia vs pandemia

Fonte: Nascimento (2020, p. 75)

Como falado anteriormente, quem vê a imagem sabe que recupera algo passado, o que é complementado pela legenda, que discorre sobre a comemoração de 27 anos do SV. Nela, são apresentadas algumas figuras como: “ ,  ,  , nosso aniversário, #TBT, TBTSV, #SV27Anos, #ShoppingVitória”, indicando a razão principal do compartilhamento dessa fotografia. A legenda invoca e evoca o público a relembrar momentos vivenciados no local e a publicar em seus próprios perfis fotografias e experiências desses 27 anos de existência. Usa termos como: “reviver”, “saudade”, “recordação especial”, “carinho”, “junto com a gente”, apelando para o emocional do público, relembrando momentos felizes e uma realidade diferente da vivida no período de pandemia. Coloca em circulação o discurso de um

estar junto no e com o SV ao longo do tempo e, naquele momento, um estar junto ainda que virtualmente.

Na segunda postagem institucional analisada estão reunidas dez fotografias publicadas no dia 25/6/2020, no entanto, voltamo-nos apenas para a primeira delas.

Figura 8 – Postagem institucional 2



Fonte: Instagram do SV

A postagem foi acompanhada da legenda:

27 anos de histórias únicas! ✨ Nosso #TBT de hoje tem gostinho de saudade, aquela boa que enche o coração de amor. Nesses

27 anos de história, estreamos a nossa primeira sessão de cinema com o filme Riquinho em 1994, vivenciamos quase 10 mil fins de tarde com o pôr do sol mais lindo da cidade. Mudamos a nossa fachada para celebrar datas e ocasiões especiais. Recebemos por 27 Natais o Papai Noel e milhares de crianças com os olhos brilhando com a chegada da época mais esperada do ano. Nos divertimos com centenas de atrações na nossa Praça Central. Começamos a nossa história e continuamos a escrever cada página contando com o carinho de cada um de vocês. Obrigado por estarem aqui , sempre juntos com a gente! E para você, qual a recordação mais incrível com o SV? Conta pra gente. (SHOPPING VITÓRIA, 2020, s.p.).

Assim como na postagem anterior, essa também apresenta uma coloração em tons de sépia, sugerindo tempo passado, e que é reforçado novamente pela arquitetura antiga do SV. Frequentadores do local podem se lembrar da varanda que ficava na entrada voltada para a Baía de Vitória, esse varandão como era conhecido, era utilizado por aqueles que queriam apreciar uma bela vista, ou apenas fumar e, posteriormente, passou por modificações. Outro destaque que entrega a idade da fotografia são os modelos dos carros estacionados rente a calçada, vimos que são mais antigos e que alguns não estão em circulação atualmente. Essa fotografia também tem a verticalidade construída, dessa vez pelos postes, troncos das árvores e pilastras, reforçando a imponência e grandeza do SV.

Na dimensão cromática ainda se destacam as tonalidades alaranjadas na parte direita da imagem, o que sugere um pôr do sol por detrás das grandes palmeiras. O paisagismo é evidente, há vegetação em vários locais e nesse ambiente vê-se também a decoração natalina. Esta, por sua vez artificial, sinaliza o período em que foi feita a foto.

Na sequência, partimos para a identificação das figuras e dos temas do texto visual da postagem.

Tabela 6 – Figuras e temas

Figuras da imagem	Temas
Varanda, decoração natalina, pôr do sol, palmeiras, postes, carros, moto, pessoas.	Plenitude do SV, tempo passado, período de não pandemia vs pandemia.

Fonte: Nascimento (2020, p. 82)

Novamente, a legenda complementa a postagem e é destacada a comemoração dos 27 anos do SV. Nela está a *hashtag* #TBT, em inglês “*Throwback Thursday*”, que pode ser traduzida como “quinta-feira do passado”, *hashtag* muito conhecida e que traz uma foto antiga nesse dia específico da semana. Na legenda são colocadas várias figuras como, *emojis* “🌟❤️”, informações como data do primeiro filme estreado no cinema, quantidade de pôr do sol vistos, celebrações, atrações e outras atividades que foram realizadas nesse período de 27 anos. Traz termos como: “carinho”, “junto com a gente”, “saudades”, “amor” e alguns outros que remetem a temas como nostalgia, saudade, amor, carinho, memória, vivências, experiências no público. Encerra a legenda com a indagação: “E para você, qual a recordação mais incrível com o SV? Conta pra gente.”, convidando para o diálogo com aqueles que leem.

OS SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO

Nessa visão panorâmica do Instagram do Shopping Vitória nos dois períodos selecionados, de março a junho de 2019 e de março a junho de 2020, um ano antes da pandemia e no momento inicial da doença, destacamos, primeiramente, a redução drástica da quantidade de postagens quando o SV fechou suas portas em comparação ao mesmo período em 2019, caindo de 12 postagens/semana para duas postagens/semana. A segunda semana de fechamento apresenta, também, número de postagens inferior se comparado a 2020. Mas, na sequência, durante todo o acompanhamento realizado em 2020 o

número de postagens foi maior que o de 2019. O volume de postagens foi 30% superior se compararmos os dois períodos estudados. Nas 15 semanas acompanhadas em 2019 e 2020 observamos, ainda, a grande variação na quantidade de postagens. Em 2019, a oscilação foi de nove postagens/semana a 15 postagens/semana e, em 2020, mesmo desconsiderando as duas semanas iniciais da pandemia, de 14 postagens/semana a 23 postagens/semana, de maneira que nos dois intervalos evidencia-se uma grande diferença na regularidade das publicações. Assinalamos, também, que a concentração de postagens está, muitas vezes, associada ao calendário de datas comemorativas, tanto em 2019 quanto em 2020.

Em relação às características das postagens realizadas em 2020, constatamos que 50% do total de publicações (121 postagens) constituem publicidade mercadológica, 27% (66) são institucionais e 23% (56) foram classificadas como publicidade de conteúdo.

O estudo possibilitou, também, a identificação das marcas mais presentes no Instagram do SV nos meses iniciais da pandemia, em ordem decrescente: Le Chocolatier; Argento Parilla e Baccio di Latte (com quantidade de postagens iguais); Cacau Show; Carmen Steffens, Figatta Pizza, Mmartan, Salão Klenzer e Tea Shop (com número de publicações igual) e, por fim, Bebedouro & Cia. A presença maior, portanto, é do ramo de alimentação (Le Chocolatier, Argento Parilla, Baccio di Latte, Cacau Show, Figatta Pizza e Tea Shop). Cenário possivelmente afetado pela comemoração da Páscoa, no período abarcado pela pesquisa.

Quanto aos assuntos abordados nas postagens, o gráfico de nuvem de palavras construído assinala a intensa recorrência de determinados assuntos, como o próprio SV (que aparece com o nome por extenso, abreviado, por meio do termo aqui e do site www.shoppingvitoria.com.br), lojas, especial, gente, casa, pedido. São, também, palavras e expressões marcantes nas publicações: dicas, amor, família, segurança, saúde, momento, chocolate, café, *coffee*, cabelo, estacionamento, *delivery*, WhatsApp, *drive*, on-line, entre outros. Apontam,

portanto, para um amplo espectro de assuntos diretamente relacionados à pandemia e aos produtos ofertados pelas marcas com mais presença no Instagram do SV.

Por fim, considerando as duas postagens institucionais analisadas, é possível afirmar que o arranjo plástico de ambas — foto da Praça Central e foto da fachada do SV voltada para a Baía de Vitória — constrói os sentidos de grandiosidade e imponência do SV, bem como uma calorosa memória afetiva, seja pelo sêpia que domina as composições, seja pela verticalidade ou, ainda, pelos círculos que destacam a praça com o chafariz.

Tem-se evidenciado nas duas também o estar junto ao SV. Recupera-se fortemente o estar junto no território do shopping e acompanha-se a construção de um estar junto no Instagram do SV, assinalado com a ambiguidade trazida na legenda da segunda postagem: “Obrigado por estarem aqui ”.

Assim, no Instagram do SV assistimos uma busca por evocar, evidenciar e recriar aspectos da abundância do seu território físico, no qual o excesso de comunicação, de marcas e de bens a consumir transborda. Com isso, esse território, que chegou a atravessar semanas fechado, como se estivesse suspenso, mantém-se, de certa maneira, territorializado.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. Confira todos os documentos com orientações da ABRASCE. **Abrasce**, 31 maio 2020. Disponível em: <<https://abrasce.com.br/defesa-do-setor/confira-todos-os-documentos-com-orientacoes-da-abrasce/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ABRASCE. Números do setor. **Abrasce**, [2021]. Disponível em: <<https://abrasce.com.br/numeros/setor/>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BASSANEZE, S. Censo Abrasce: setor de shopping centers registra alta de 7,9%. **Revista Shopping Centers** (Defesa do setor), [s. l.], ano 33, ed. 227, 21 jan. 2020. Disponível em: <<https://revistashopping-centers.com.br/defesa-do-setor/censo-abrasce-setor-de-shopping-centers-registra-alta-de-79/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Novel, 1997.

COVALESKI, R. **O processo de hibridização da publicidade**: entreter e persuadir para interagir e compartilhar. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

SHOPPING VITÓRIA. Instagram @shoppingvitoria. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/shoppingvitoria/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LUPETTI, M. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MEDEIROS, D. Confira os ganhadores do Prêmio Colibri 2019! **ES Brasil**, Vitória, 10 out. 2019. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/festival-colibri-2019-premiacao/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NASCIMENTO, N. B. S. **Publicidade e shopping center**. Discursos em circulação no Instagram no contexto da COVID-19. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

PINTAUDI, M. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. *In*: PINTAUDI, M.; FRUGÓLI JR., H. (org.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 15-43.

RAVAGNANI, A. Varejo de alimentos deve atravessar crise e seguir com margens saudáveis, diz BTG. **Valor Investe** (Empresas), São Paulo, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/rendavariavel/empresas/noticia/2020/06/29/varejo-de-alimentos-deve-atravesar-crise-e-seguir-com-margens-saudaveis-diz-btg.ghtml>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROCHA, G. P. **Comunicação, consumo e cidade: os discursos de um shopping center**. Tese (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. p. 63-89.

SANTOS JUNIOR, W. R. dos. Shopping centers: uma imagem de espelhos. *In*: PINTAUDI, S. M.; FRUGÓLI JR., H. (org.). **Shopping centers: espaço, cultura, e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 61-74.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, F. M. S.; PIROLA, M. N. B. Marcas de um tempo: entre paisagens, cidades, publicidade e consumo. *In*: DADALTO, M. G.;

REBOUÇAS, M. M. (org.). **Modos de ser professor de arte na contemporaneidade**. Vitória: Edufes, 2017.

VENDAS para o Dia das Mães aumentaram em 4% em 2018. **ES Brasil**, Vitória, 15 maio 2018. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/aumento-vendas-dia-das-maes/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Castelo Rá-Tim- Bum: uma tematização televisual de infância

*Valdenise Leziér Martyniuk
Leandro Caian Janizelli Ricetto*

INTRODUÇÃO

Com a hegemonia da Rede Globo desde os anos 1970 na produção e exibição de telenovelas, o horário das 19h esteve reservado à assistência de tramas de tom farsesco e/ou humorístico, a exemplo de *Cambalacho* (1986) e *Quatro por Quatro* (1994/1995). Outros canais de televisão, como o SBT e a RecordTV, apresentavam à época, nesse horário, telejornais ou programas policiais, a exemplo do *TJ Brasil* (SBT, 1988/1997), do *Aqui Agora* (SBT, 1991/1997) e do *Cidade Alerta* (RecordTV, cuja primeira fase se deu entre 1995 e 2005).

Nesse contexto, chama a atenção, especialmente nos anos 1990, o fato da TV Cultura, um canal estatal (circunscrito, inicialmente, ao estado de São Paulo) e de audiência bem mais reduzida, insistir na programação infantil. Inicialmente, o *Glub Glub*, no ar desde 1991, atingia de três a quatro pontos na audiência. Mesmo com a concorrência do SBT, da RecordTV e da Rede Globo, o programa subsequente caracterizou um dos maiores sucessos da TV Cultura ao triplicar os índices de *Glub Glub*, e ficou conhecido por um dos espaços mais icônicos da televisão brasileira, que marcou toda uma geração de crianças e adolescentes: o *Castelo Rá-Tim-Bum* (1994/1997).

A aceitação de público e da crítica se estenderam para além dos três anos de exibição de episódios inéditos, com sucessivas reprises (a atração vai ao ar até hoje no canal de TV paga *TV Rá-Tim-Bum*), espetáculos teatrais e musicais (o último deles ficou em cartaz em 2018) e também um filme homônimo, lançado em 1999. A realização de uma exposição comemorativa devido aos 20 anos de estreia do *Castelo Rá-Tim-Bum*, em parceria com o Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo e, posteriormente, com o Memorial da América Latina, levou quase um milhão de visitantes a conhecerem o castelo por dentro, entre 2014 e 2018 (CASTELO..., 2014).

Em vista da curiosidade despertada por esse “espaço-protagonista”, evidente desde o título do programa, além da memória que evoca quanto ao imaginário infantil (e televisual) de uma época e por representar um modelo bem-sucedido da inter-relação entretenimento/educação da TV Cultura, faz-se um questionamento: qual é a tematização de infância veiculada pelo programa, por meio desse espaço midiaticizado?

Uma hipótese explicativa para essa pergunta é a de que o programa tematiza e figurativiza a necessidade de contato, enfrentamento e aceitação do *outro*, enfatizada pelo próprio plano da expressão das linguagens constitutivas do seriado. Sendo assim, este trabalho tem por principal objetivo efetuar uma breve análise de elementos do plano da expressão e do conteúdo, para verificar de que maneira os sentidos produzidos são homologados.

Como corpus do trabalho, foi escolhida a sequência inicial do primeiro episódio, pelo motivo do enfoque no *Castelo* como (1) espaço diferenciado numa zona urbana e (2) local onde se desenvolverão as narrativas dos demais episódios do programa. Para a assistência do episódio na íntegra, pode-se acessar o link específico da TV Cultura (que disponibiliza gratuitamente todos os episódios), presente nas Referências.

O estudo do trecho analisado pauta-se na semiótica discursiva, partindo do *percurso gerativo do sentido* (BARROS, 2001, 2005, 2008; GREIMAS; COURTÈS, 2008), que orienta a desconstrução de um enunciado em três níveis, do mais simples e abstrato (as *estruturas sêmio-narrativas*) ao mais complexo e concreto (as *estruturas discursivas*), no que respeita ao plano do conteúdo. Para o exame do plano da expressão e de sua relação com o plano do conteúdo, recorreremos ao método de análise utilizado por Médola (2009), ao referir-se aos *sistemas semissimbólicos* (FLOCH, 1985) e aos *formantes da expressão* (OLIVEIRA, 2010), com vistas à abordagem dos textos sincréticos, em que mais de uma linguagem é mobilizada para manifestar uma mesma categoria de conteúdo.

Antes da análise semiótica propriamente dita, efetuiremos uma contextualização a respeito da trajetória teatral e televisual que conduziu à criação do seriado, pela conexão com a sua elaboração plástica.

*POD MINOGA*⁴⁸, *RÁ-TIM-BUM* E *MUNDO DA LUA*: AS ORIGENS DO CASTELO *RÁ-TIM-BUM*

Entre os anos de 1965 e 1969, o diretor, cenógrafo e dramaturgo Naum Alves de Souza ministrava um curso de artes para adolescentes na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo.

48 A ficha técnica sobre o grupo teatral, utilizada neste capítulo, encontra-se em verbete específico, da *Enciclopédia Itaú Cultural*. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo115599/pod-minoga>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Com o término do curso, ele cria, com alguns alunos (Mira Haar, Carlos Moreno, Dionísio Jacob e Flávio de Souza), um grupo de teatro experimental, baseado na criação coletiva e fora do circuito comercial. Nasce, no início dos anos 1970, o *Pod Minoga*, que aos poucos ganha fama com sua irreverência no palco.

Em virtude da formação dos participantes na área de Artes Plásticas, a visualidade e a musicalidade sempre foram as características mais marcantes de seus espetáculos. As apresentações e as atividades do grupo eram financiadas, muitas vezes, por exposições artísticas desenvolvidas pelos próprios fundadores. A incorporação paródica de linguagens artísticas oriundas do cinema, do rádio, do teatro de revista, da ópera e do circo confere ao grupo e às suas produções um tom *kitsch*, marcado pelo exagero.

A profissionalização do *Pod Minoga* ocorre em 1977, com a estreia de *Folhas Bíblicas*, devido à preocupação com a unidade dramática do espetáculo, sem deixar de lado a sua proposta de informalidade e ludicidade. *Salada Paulista* (1978) segue a mesma linha de criação, com cenas construídas pelos integrantes do grupo e encadeadas num espetáculo, ao passo que *Às Margens Plácidas* (1980) demonstra a busca pela linearidade narrativa.

Figuras 1, 2, 3 e 4 – A estilização visual, cenográfica e de vestuário apresentada pelo *Pod Minoga* em seus espetáculos seria absorvida por programas televisivos criados por seus participantes, como o *Rá-Tim-Bum* e o *Mundo da Lua* (com os respectivos elencos reunidos nas Figuras 3 e 4)



Fonte: Portal Farol Comunitário. Disponível em: <https://www.farolcomunitario.com.br/sp_004_0020.htm> (Figuras 1 e 2); Fatos Desconhecidos. Disponível em: <<https://fatosdesconhecidos.ig.com.br/como-estao-os-atores-de-ratim-bum/>> (Figura 3); Filmow. Disponível em: <<https://filmow.com/mundo-da-lua-t21652/>> (Figura 4). Acesso em: 13 dez. 2019

Os traços estilísticos do *Pod Minoga* seriam transformados na marca registrada de programas televisivos e até de comerciais (caso das propagandas da marca *Bombril* com o ator Carlos Moreno), com o uso da paródia e do humor *non-sense*. No caso da televisão, destacam-se duas atrações do começo da década de 90, anteriores ao *Castelo Rá-Tim-Bum* e também pertencentes à grade da TV Cultura: *Rá-Tim-Bum* (1990/1994) e *Mundo da Lua* (1991/1992). Flávio de Souza foi o responsável pela criação dos três programas, que contaram com a participação, por exemplo, de Carlos Moreno (conhecido pela

personagem Euclides, em destaque na Figura 3) e Mira Haar (a mãe do protagonista de *Mundo da Lua*, Lucas Silva e Silva, interpretado por Luciano Amaral, presente na Figura 4, ao lado do ator-mirim).

Alguns elementos do *Castelo Rá-Tim-Bum* já haviam sido instalados por *Rá-Tim-Bum* e *Mundo da Lua*: a divisão dos episódios em esquetes temáticas e de conteúdo educacional, presentes desde o primeiro programa, e o desenvolvimento de uma narrativa mais ampla (o cotidiano de Lucas Silva e Silva em meio aos conflitos com sua família e as histórias fictícias que registra em um gravador), com o uso do gancho entre os intervalos comerciais para a suspensão e continuidade da trama de cada episódio.

Figura 5 – da esquerda para a direita, a editora Cacilda (Eliana Fonseca), os enigmas da Esfinge (Norival Rizzo), Euclides (Carlos Moreno) e o Professor Tibúrcio (Marcelo Tas): o cromatismo do plano da expressão como chamariz para esquetes pedagógicas, estratégia adotada também pelo *Castelo Rá-Tim-Bum*



Fonte: *Portal Terra*. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/qual-programa-ajudou-a-formar-seu-carater-nos-anos-90,6da8d3fb-72418410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em: 13 dez. 2019

Depois de dois anos da estreia de *Rá-Tim-Bum*, como aponta Gagliani (2019), a TV Cultura encomendou uma nova versão da atração a Flávio de Souza e a Cao Hamburger. A ideia inicial era a de mostrar três crianças que, por meio de portais, viajariam por locais diversos do mundo ao longo dos episódios. O canal recusou a proposta inicial por seu alto custo e Hamburger adaptou alguns dos

conceitos originais à sua concretização num castelo mágico, o que foi aceito pela emissora e pela Fiesp, a patrocinadora majoritária.

A obra de Antoni Gaudí (1852-1926) foi a inspiração para a construção do castelo, seja em forma de maquete, seja para a cenografia dos estúdios destinados à produção dos episódios.

Figuras 6, 7, 8, 9 e 10 – As semelhanças do *Castelo Rá-Tim-Bum* (Figuras 6 e 7, em sua maquete e no interior de um dos cenários) com a Casa Batlló, em Barcelona (Figuras 8, 9 e 10), projeto de Antoni Gaudí concluído em 1906



Fonte: *Veja São Paulo*. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/castelo-ra-tim-bum-memorial-america-latina/>> (Figura 6); *Obvious Lounge*. Disponível em: <<http://lounge.obviousmag.org/gincobilando/2012/09/castelo-ra-tim-bum-onde-tudo-tem-um-pouco-de-vida.html>> (Figura 7); *ArchDaily*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-17007/classicos-da-arquitetura-casa-batllo-antoni-gaudi>> (Figuras 8, 9 e 10). Acesso em: 13 dez. 2019

Como é possível observar na Figura 6, o castelo aparece numa posição central em meio aos demais cenários que remontam à cidade de São Paulo, a maior metrópole do Brasil e da América do Sul. É dentro desse espaço que se desenrolam as situações vividas por Nino (Cássio Scapin), um jovem bruxo de 300 anos (cujo intérprete era um adulto), Pedro (Luciano Amaral), Biba (Cinthya Rachel) e Zequinha (Freddy Allan).

Esse castelo pode ser visto, dessa forma, como um ambiente isolado, próximo ao conceito latino de *locus amoenus*, onde personagens e espectadores podem se “reunir” para a construção de narrativas alheias às de seu cotidiano: o *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, escrito no século XIV, apresenta dez jovens que se refugiam da Peste Negra em um castelo. Durante dez dias, cada um deles conta uma história de temática livre. Simoni (2007, p. 36, grifos da autora) comenta que a “passagem do mundo horrendo e *grotesco* da realidade para o mundo *sublime* da fantasia [...] poderia ser atingido[a] através da fuga simbólica daquela sociedade”. Algo parecido ocorre na literatura infanto-juvenil brasileira (e na adaptação para a televisão) na série de livros *Sítio do Picapau Amarelo*⁴⁹, de Monteiro Lobato (1882-1948), visto que as aventuras dos primos Pedrinho e Narizinho, acompanhados da boneca falante Emília, apenas tomam forma nas cercanias do sítio. Para melhor compreender a maneira como o *Castelo Rá-Tim-Bum* manifesta, enquanto enunciado televisual, sua noção de infância, passemos à abordagem de alguns fundamentos teóricos de semiótica discursiva.

O PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO, OS FORMANTES DA EXPRESSÃO E OS SISTEMAS SEMISSIMBÓLICOS

A Semiótica Discursiva oferece um aparato teórico-metodológico que orienta a desconstrução e a interpretação de um enunciado no plano do conteúdo: o percurso gerativo de sentido, que permite observar e

49 Cf. *Sítio do Picapau Amarelo*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtio_do_Picapau_Amarelo>. Acesso em: 18 set. 2019.

recompor metodologicamente a organização dos sentidos, de acordo com a sua reiteração por três níveis de complexidade, preenchidos por uma sintaxe e semântica específicas, conforme explicam Barros (2001, 2005, 2008) e Greimas e Courtés (2008):

(1) Nível Profundo ou Fundamental: no mais simples dos níveis, há categorias semânticas de base (correspondentes à semântica fundamental), estruturadas em termos eufóricos e disfóricos, considerados respectivamente positivos e negativos. Entre esses termos são estabelecidas operações de asserção ou negação (a sintaxe fundamental), cuja representação se dá por meio de um quadrado semiótico, de modo a assumirem relações de contrariedade, contradição e complementaridade.

(2) Nível Narrativo: a abstração do nível profundo é conduzida à formação de uma narrativa, do ponto de vista de um sujeito, chamado de actante, que atua sobre o mundo por meio de *objetos de valor*. Na sintaxe narrativa, há enunciados de estado (no qual o sujeito pode se encontrar, a princípio, em *conjunção* ou *disjunção* com o objeto de valor) e enunciados de fazer (que pressupõe a passagem de um estado para outro). A transformação de estados leva à criação de programas narrativos (com encadeamento por pressuposição lógica), que originam o esquema narrativo canônico, subdividido em quatro etapas:

a) Manipulação: os actantes são aqui denominados de destinador e destinatário, o sujeito que manipula outro para que realize determinada ação. São quatro os tipos de manipulação: tentação, intimidação, sedução e provocação;

b) Competência: o actante precisa apresentar competência(s) específica(s) que o habilitem a realizar a ação para a qual foi manipulado;

c) Performance: a ação que conduz a transformação de estados;

d) Sanção: de acordo com a etapa anterior, o destinador-julgador sancionará o destinatário-julgado, de maneira a atribuir-lhe prêmios ou castigos.

Na semântica narrativa, os objetos são inscritos por valores (classificados como objetos modais, relativos à aquisição de competências anteriores à performance; ou como objetos de valor, no que respeita à sua junção com o actante).

Cabe colocar que a semiótica discursiva, enquanto teoria em evolução, contou com desdobramentos posteriores à obra de Greimas, sobretudo no que diz respeito ao nível narrativo, que sofreu acréscimos quanto aos modelos interacionais. Assim, para além da lógica de *junção* (protagonizada pelo modelo da manipulação acima descrito — o qual é orientado pela intencionalidade de um sujeito destinador — e pela programação — que também obedece à junção, mas condiciona-se pela subordinação entre sujeitos), foi acrescida a lógica da união, na qual o sentido pode emergir dos confrontos, contatos e contágios sensíveis. Nessa nova perspectiva, denominada Sociossemiótica (LANDOWSKI, 2014), a aleatoriedade dos encontros intersubjetivos e a competência sensível dos sujeitos levam a projeções do sentido inesperado.

(3) Nível discursivo: a enunciação se projeta no discurso neste nível, o mais complexo dos três. Na sintaxe discursiva, os actantes recebem a categoria de pessoa, enquanto ações e estados têm investimentos de tempo e espaço. O enunciador, por meio de dispositivos de debreagem (que projetam o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação por um lado; e as instâncias de actante/ator, espaço e tempo do enunciado), pode se aproximar ou se distanciar da enunciação. Na semântica discursiva, os processos de tematização e de figurativização conferem concretude às abstrações dos percursos narrativos ao construírem efeitos de realidade.

O *Castelo Rá-Tim-Bum* é um texto sincrético, ao apresentar, na perspectiva de Greimas e Courtés (2008), expressões de linguagens distintas para uma mesma categoria de conteúdo. Segundo Médola (2009), a percepção do conteúdo é inteligível, cujas unidades mínimas são semantizadas, referentes a conceitos e ideias. Por sua vez, as unidades mínimas da expressão são abstratas e dependem de uma experiência sensorial — a expressão é tomada, portanto, pelo sensível. Ao pensarmos no

audiovisual (o que se estende, claramente, ao televisual), quanto à imagem, as unidades mínimas compõem os formantes eidéticos, cromáticos, topológicos e um formante cinético. Em relação à substância sonora, teremos os sons, formatados em fonemas, ruídos, notas musicais.

Conforme Oliveira (2010), os formantes estão articulados entre si, distinguindo-se quanto aos elementos que permitem examinar: traços, planos, superfícies, contornos, além dos enquadramentos no audiovisual (eidéticos); sistema de cores e de suas tonalidades (cromáticos); e distribuição espacial/temporal dos formantes eidéticos e cromáticos (topológicos).

Na ótica de Floch (1985), as semióticas plásticas (o que inclui as variadas modalidades de textos sincréticos, como o televisual) são classificadas como sistemas semissimbólicos: a sua metodologia de análise, usada na condução deste trabalho, prevê que a apreensão do sentido ocorre na conformidade entre categorias do plano da expressão e do plano do conteúdo, o que não acontece nos sistemas simbólicos (expressão correspondente ao conteúdo, a exemplo do sistema de cores de um semáforo) e nos sistemas semióticos (ausência de correspondência entre expressão e conteúdo, caso das línguas naturais).

RECOMPONDO SENTIDOS: A INFÂNCIA NO/DO CASTELO *RÁ-TIM-BUM*

Na primeira sequência⁵⁰ do episódio inicial de *Castelo Rá-Tim-Bum* (anterior à exibição do quadro do ratinho que toma banho), com duração de cerca de seis minutos e meio, a câmera faz um movimento de subida em direção à torre do castelo e dentro de um quarto vemos Morgana (Rosi Campos) e Victor (Sérgio Mamberti), tios de Nino, cujos rostos não aparecem, vemos apenas seus pés, suas mãos e suas sombras. A iluminação no quarto é reduzida. Eles dialogam

50 Nos Anexos deste capítulo, dispomos alguns dos principais quadros dessa sequência.

sobre a impossibilidade de Nino frequentar uma escola convencional por ter 300 anos.

No ambiente, também há uma gralha (Adelaide, “mascote” de Morgana) e Nino observa atentamente, com um telescópio, da janela do quarto, Biba, Pedro e Zequinha, de faixas etárias próximas (Zequinha é o mais novo dos três). A câmera passa a dar um enquadramento em plano aberto e a trilha incidental presente na cena do quarto dá lugar ao barulho de um sino e ao bate-papo descontraído entre as crianças: é o final do primeiro dia de aula. Enquanto as roupas de Nino eram mais escuras, as vestes do trio são coloridas e de tonalidades claras. Biba, Pedro e Zequinha conversam sobre os sonhos que haviam tido na última noite, envolvendo elementos diversos de um castelo que conheceriam em poucos instantes.

Do alto da torre do castelo, Nino enfeitiça a bola de Zequinha, procurando atrair os três amigos. Inicia-se uma trajetória por ruas e becos da cidade de São Paulo: Pedro, Biba e Zequinha querem recuperar a bola de qualquer jeito. A partir do momento do feitiço, a trilha incidental recomeça, as crianças praticamente param de falar e a câmera ressalta muros de casas sem cores e de formas retas e lisas — até focalizar a imagem imponente do castelo (a trilha incidental é modificada nesse instante), de formas e dimensões muito distintas das mostradas até então. Nino continua observando as crianças e se sente satisfeito, como se pode depreender de sua expressão facial e corporal (e da ampliação da iluminação em torno de si, com enquadramento em primeiro plano), em saber que poderá fazer, com a entrada dos meninos em sua residência, novos amigos.

Quando adentram, o portão se fecha e Pedro, Biba e Zequinha começam a explorar o castelo: enquanto este é “sugado” por um cano bem largo e grosso, os outros são surpreendidos pela presença de um rato de metal — semelhante a um carro de controle remoto. Em vez de se assustarem e fugirem, seguem o que se revelará o automóvel de um ratinho, e o próximo quadro do programa se inicia.

No nível narrativo, a oposição elementar é manifestada pela presença de um sujeito (figurativizado discursivamente pelo ator Nino) em disjunção com um objeto de valor (amigos) — e que, para efetuar uma transformação de estado, atua, inicialmente, como destinatário de si mesmo (quando observa as crianças atentamente e lança um feitiço sobre a bola de Zequinha, competência necessária e prévia para a sua performance), com vistas a uma sanção positiva (a expressão facial e corporal supracitada ao ver o trio se aproximando). Dessa maneira, passa a atuar como destinador de um actante coletivo (figurativizado pelos atores Biba, Pedro e Zequinha, o que sugere a representação de espectadores infantis de forma geral, sem segmentar esse público), que não conhece o programa narrativo de que participará ao entrar no castelo. Esse actante entra em disjunção com o objeto de valor inicial (bola), para que, posteriormente, entre em conjunção com outro objeto de valor (amizade com Nino), eufórico segundo a manipulação empreendida pelo bruxo.

Quando as portas do castelo se fecham, algo interessante pode ser notado. Greimas e Courtés (2008) nomeiam como espaço tópico o local a partir do qual os sujeitos se encaminham para as performances, e como espaço utópico o lugar de ação dos actantes. A escola é o espaço tópico, e o castelo, o espaço utópico onde, com o fechamento das portas, são delimitadas simbolicamente as performances do primeiro e dos demais episódios.

A amizade, a curiosidade e o contato com o outro são temas dessa primeira sequência, figurativizados na presença da escola, da quantidade de crianças indo embora, na observação atenta de Nino pelo telescópio (em contraste ao seu tom de lamento quando olha por esse instrumento e ao diálogo preocupado de Morgana e Victor), na demonstração de união entre as três crianças, especialmente quando conversam e quando se juntam para recuperarem a bola de Zequinha. É interessante perceber que o castelo, dada a surpresa dos meninos quando o notam, também acaba funcionando, junto a Nino, como destinador.

As oposições do conteúdo são reiteradas, como veremos, no plano da expressão. Os formantes eidéticos, no tocante à constituição espacial do episódio, são caracterizados pelo enquadramento em planos fechados (ao mostrar Victor, Morgana e Nino) e planos abertos (que conferem destaque a Biba, Zequinha e Pedro). As formas arredondadas e repletas de detalhes dos objetos e de parte dos cômodos do castelo (o quarto de Morgana, o hall de entrada, a árvore e uma saleta para onde se encaminham Pedro e Biba) oferecem contraste às formas retilíneas e mais “chapadas” da escola e dos ambientes da cidade (os muros com tijolos, por exemplo) por onde as crianças passam.

Os formantes cromáticos se organizam numa oposição *escuro vs. claro*: a ausência de luz (observam-se as velas acesas e o destaque para as sombras de Morgana e Victor) no quarto em relação à luz solar da saída da escola à chegada ao castelo. No quarto de Morgana, os tons são pastéis (marrom, bege, ocre), tanto nos objetos do cômodo quanto nas vestimentas dos bruxos; na saída da escola, as roupas dos estudantes são coloridas, especialmente as de Zequinha, Biba e Pedro (uso do amarelo, azul, verde, laranja e vermelho) — tal cromatismo também está presente nos demais cômodos do castelo (principalmente as cores quentes no hall de entrada), mais bem iluminados.

Na categoria topológica, a oposição discursiva entre o castelo (onde vive Nino) e a cidade (onde estão as crianças) pode ser ampliada para outras oposições: *centro vs. periferia*, especialmente na trajetória percorrida pelas crianças e na afirmação do castelo enquanto eixo narrativo do programa; *grande* (o mundo dos adultos, no qual Nino também está, em disjunção com seus pares; por outro lado, ressalta as dimensões do castelo e o situa numa *grande* metrópole) *vs. pequeno* (o mundo das crianças, em maior quantidade e agrupadas; e também as construções da cidade, comparadas ao castelo); *alto* (a torre do castelo) *vs. baixo* (as escadas da escola, as ruas e calçadas da cidade). O telescópio também infere uma metaforização da distância entre o garoto bruxo e seu objeto de valor.

Os sons estão organizados numa oposição: o *silêncio* de Nino e a presença da trilha incidental (dentro do castelo e na já mencionada trajetória das crianças) *vs.* o *barulho* das crianças ao saírem da escola, a conversa entre Pedro, Biba e Zequinha e a ausência da trilha sonora incidental.

Para o nível profundo do plano do conteúdo, é necessário considerar a apresentação de Nino e seus tios, além de seu intento em encontrar novos amigos (algo que ocorre na época de volta às aulas, como comenta Morgana) e a tentativa de trazê-los para junto de si, porque não conseguiria estudar numa escola qualquer e conhecer outras crianças. A oposição semântica */tristeza/ vs. /felicidade/* organiza a narrativa e as discursivizações dessa sequência — e expressam no episódio, respectivamente, disforia e euforia.

Vejamos, a seguir, outras formas de homologação dos sentidos entre o plano da expressão e o plano do conteúdo do trecho descrito e analisado, conforme a oposição fundamental do plano do conteúdo */tristeza/ vs. /felicidade/*:

Quadro 1 – Homologação entre os planos do conteúdo e da expressão

PLANO DO CONTEÚDO	PLANO DA EXPRESSÃO
<i>/tristeza/</i> (Nível Profundo)	Plano fechado; Ausência de luz / escurecimento / tons pastéis; Dentro (no quarto) / alto; Trilha incidental / silêncio.
<i>/felicidade/</i> (Nível Profundo)	Plano aberto; Clareza (luz natural) / policromatismo; Fora (na cidade), na escola (saída) / baixo; Sem trilha incidental / ruídos dos alunos, conversas.

Fonte: os autores

Um aspecto que reúne os formantes da expressão e os sons, em relação ao castelo, é o de parecer sombrio e soturno, traços que se referem, na realidade, ao estado inicial disjuntivo de Nino: como ele

é diferente das demais crianças, é preciso que elas venham até ele — o que inclui os próprios espectadores, manipulados por duas instâncias diferentes (a do castelo midiático e a do canal de televisão produtor), a também entrarem e participarem da construção de suas narrativas. Nesse contexto, o castelo é surpreendente, pois revela novas possibilidades de brincadeiras e descobertas — possíveis somente em grupo, de modo inclusivo. Os traços de geometrização e de policromatismo do vestuário das personagens principais e do castelo, além do enquadramento em plano aberto na saída da escola e dentro do castelo, são pontos de junção entre quem estava “fora” (do castelo e do programa) e quem estava “dentro” — mas não “tem graça” aventurar-se no castelo sozinho.

A junção com “novos amigos” não é, pois, o único elemento euforizante assinalado pelo *Castelo Rá-Tim-Bum*. A /felicidade/ em se relacionar com o outro é pautada pelo respeito (Zequinha, Pedro e Biba resolvem suas questões por meio do diálogo e auxílio mútuo), espírito de união e aprendizagem por meio de tentativa e erro/acerto (a busca pela bola, a observação do próprio castelo), temas (e valores) transmitidos sutilmente pelo seriado e que constituem a tematização de infância veiculada, consolidada pelos formantes supramencionados (especialmente os cromáticos e eidéticos, ao demonstrarem harmonização visual no plano da expressão, e proximidade entre as crianças, Nino e o próprio castelo, no plano do conteúdo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza dos elementos da expressão da sequência analisada de *Castelo Rá-Tim-Bum* possibilitou a construção de uma análise voltada para a produção de sentido por meio do sincretismo de linguagens, característico dos textos televisuais. A hipótese apresentada na introdução deste capítulo foi confirmada e pode ser ampliada para testagem em novas pesquisas sobre esse programa, em torno de uma construção audiovisual (em se pensando no formante cinético e no ritmo

dos episódios) da infância de um momento específico da história da teledramaturgia infantil e do Brasil.

Especialmente na sequência analisada, em que se apresenta a narrativa de base do seriado, o espaço midiaticizado do castelo volta-se para si mesmo, num processo de debreagem enunciativa, ao solicitar a interação com seus próprios cômodos e objetos constituintes (que dão origem, aliás, a quadros educativos da atração), em nível intra e extradiegético. Essa busca só pode ser empreendida por meio de um processo estésico, que envolve tentativas e erros/acertos: Zequinha abre e sobe o cano, sendo “engolido” por ele; Pedro e Biba olham e ouvem atentos o ratinho que, ao tomar banho, promove noções de higiene. Os processos de produção de sentido foram elucidados a partir da estrutura do Percurso Gerativo de Sentido sedimentado na semiótica discursiva, sem adentrar as possibilidades de desenvolvimento da análise segundo os regimes de união da Sociossemiótica, os quais guardamos para uma segunda abordagem, que poderia aprofundar a compreensão dos efeitos dados pelo aleatório e pelo sensível, sobretudo nas interações discursivas, isto é, dentro do enunciado do seriado, tal como o exemplo dado pela interação sensível das crianças com o espaço utópico do castelo.

É possível observar, no trecho analisado, a valorização da experiência em grupo, da proposta de troca e de ampliação de saberes, mesmo quando mediada pelo destinador “Castelo”, como se pode esperar de uma emissora cujos programas infantojuvenis têm por hábito relacionar educação e entretenimento. A procura de Nino por novos amigos é também a da TV Cultura, o que se aplica ao âmbito publicitário, o que renderia outros estudos semióticos.

A curiosidade de Nino é a mesma das crianças/público, sancionada positivamente quanto à observação, compreensão e aceitação de um ambiente novo e distinto, tal qual as pessoas que nele se encontram: afinal, as portas que se fecham indicam uma nova temporalidade, de brincadeiras, de descobertas e de aprendizados *no e por meio* do castelo. Aliás, isso só foi possível pois as crianças aceitam, juntas,

recuperar uma bola, figurativização do ato de brincar, do jogo social, do estabelecimento de regras para a convivência social. No seriado, o castelo representa, se assim podemos dizer, a fortificação simbólica de uma infância que preza tematicamente o enfrentamento e o contato com o outro por meio do lúdico, corroborado pela prática questionadora e investigadora.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do Discurso**. Fundamentos Semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005

BARROS, D. L. P. de. Estudos do discurso. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística II**: princípios de análise. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTELO Rá-Tim-Bum. Criação: Flávio de Souza e Cao Hamburger. São Paulo: Cultura, 1994, 90 episódios. Disponível em: <https://tvcultura.com.br/playlists/5_castelo-ra-tim-bum-episodios-completos.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

CASTELO Rá-Tim-Bum aumenta audiência da TV Cultura. **Veja**, São Paulo, 28 jul. 2014. Disponível em: <‘Castelo Rá-Tim-Bum’ aumenta audiência da TV Cultura | VEJA (abril.com.br)>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FLOCH, J.-M. **Petites mythologie de l’œil et de l’esprit**. Pour une sémiotique plastique. Paris: Éditions Hadès-Benjamins, 1985.

GAGLIONI, C. A história do Castelo Rá-tim-bum. E por que seu sucesso perdura. **Nexo**, 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/11/10/A-hist%C3%B3ria-do-Castelo-R%C3%A1-tim-bum.-E-por-que-seu-sucesso-perdura>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. (vários tradutores). Prefácio de José Luiz Fiorin. São Paulo: Contexto, 2008.

LANDOWSKI, E. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galaxia**, São Paulo (on-line), n. 27, p. 10-20, jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014119609>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MÉDOLA, A. S. L. D. Lógicas de articulação de linguagens no audiovisual. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (org.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

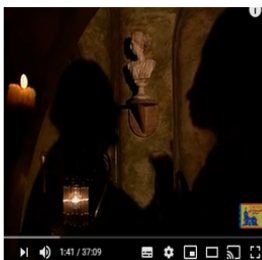
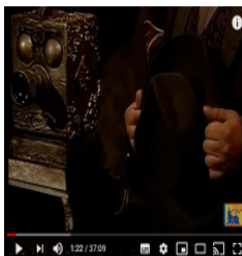
OLIVEIRA, A. C. M. A. de. Discurso midiático como experiências do sentido. Por uma tipologia das interações discursivas. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 20., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: COMPÓS, 2010. v. 1, p. 1-18. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt7_ana_claudia_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

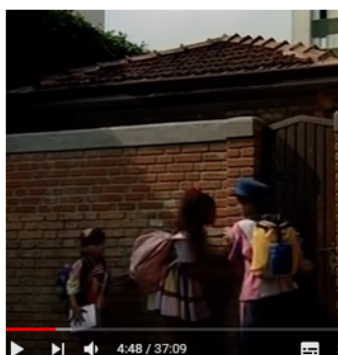
SIMONI, K. *De peste e literatura*: imagens do *Decameron* de Giovanni Boccaccio. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, p. 31-40, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view-File/5447/4882>>. Acesso em: 17 set. 2019.

ANEXOS

Alguns quadros da primeira sequência do episódio inicial de *Castelo Rá-Tim-Bum*.





Sobre os autores

ORGANIZADORES

Flávia Mayer dos Santos Souza

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutora em Educação pela Ufes. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Semiótica (Ufes/CNPq) e membro do Centro de Pesquisas Sociosemióticas (CPS/PUC/SP/CNPq). Áreas de pesquisa: comunicação, publicidade e produção de sentido; publicidade e cidade; a territorialidade do consumo; o discurso das marcas.

Contato: flavia.mayer@uol.com.br

Maria Nazareth Bis Pirola

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutora em Educação pela Ufes. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Semiótica (Ufes/CNPq) e membro do Centro de Pesquisas Sociosemióticas (CPS/PUC/SP/CNPq). Áreas de pesquisa: discursos midiáticos;

mídia e infância; interações e práticas discursivas que permeiam os fenômenos comunicacionais, em especial os construídos pela publicidade. É uma das organizadoras da obra *Comunicação e Produção de Sentido*, editada pela Edufes.

Contato: n.pirola@uol.com.br

Rafael Paes Henriques

Doutor em Filosofia pela UFRJ e Pós-Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. É professor no Departamento de Comunicação Social da Ufes e no PósCom-Ufes. É um dos coordenadores do Observatório da Mídia e atua, principalmente, com Teorias do Jornalismo e Jornalismo e produção de sentido. É autor de *Linguagem, verdade e conhecimento; Tecnologia, objetividade e superação da metafísica*, e um dos organizadores de *Comunicação e Produção de Sentido*, editados pela Edufes.

Contato: rafael.henriques@ufes.br

AUTORES

Carla Rizzotto

Doutora em Comunicação, professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa). Principais áreas de pesquisa: crítica de mídia; estudos de enquadramento; comunicação e movimentos feministas; deliberação e conversação on-line.

Contato: carlarizzotto84@gmail.com

Cássio Santos Santana

Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro da coordenação do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC/UFBA) e membro do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso (Cepad/UFBA). Pesquisa Análise do Discurso e Teorias da Comunicação, com interesse na construção dos discursos sociais.

Contato: cassiossantana@gmail.com

Gabriela Santos Alves

Pós-doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco/UFRJ). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (PósCom-UFES), é vinculada aos grupos de pesquisa CIA-Cnpq (Comunicação, imagem e afeto) e LapVim-Ufes (Laboratório de pesquisas sobre enfrentamento à violência contra mulheres), onde desenvolve pesquisa em que reflete sobre audiovisuais e claustros femininos. Áreas de interesse acadêmico e artístico: cultura audiovisual; teoria feminista; cinema; memória e gênero. Realizadora audiovisual.

Contato: gabriela.alves@ufes.br

Gilliard Zuque da Fonseca

Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) e professor do curso de Rádio e Televisão do CEET Vasco Coutinho. Membro do Grupo de Pesquisa Semiótica e Estesia do Centro de

Pesquisas Sociossemióticas (CNPq/PUC-SP). Diretor de rádio. Áreas de pesquisa: comunicação; religião; interação; sociossemiótica.

Contato: gizuque@hotmail.com

Giovandro Marcus Ferreira

Pesquisador do CNPq e professor na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA). Coordena o CEPAD (Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso) e o CCDC (Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania). É professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. É doutor e mestre em Ciências da Informação pelo Instituto Francês de Imprensa e Comunicação (IFP), Universidade de Paris 2 (Panthéon-Assas). Graduiu-se em Filosofia pela PUC-MG e em Comunicação Social – Jornalismo pela UFES. Concentra sua produção científica no domínio das Teorias da Comunicação e de Mídia e Cidadania.

Contato: giovandr@ufba.br

Glauber Pinheiro Rocha

Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com bolsa Capes. Possui graduação em Comunicação Social (alcançando o 1º lugar no desempenho acadêmico), com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Vila Velha (UVV) e especialização em MBA Comunicação Integrada e Novas Mídias também pela UVV. Integra os grupos de pesquisa Comunicação, Consumo e Semiótica (Ufes/CNPq) e Observatório da mídia (UFES/CNPq). Tem como interesse e como foco de pesquisa os seguintes temas: comunicação; publicidade; consumo; discurso de marca; semiótica e cidade.

Contato: glauberpinheiro.r@gmail.com

Kelly Prudencio

Doutora em Sociologia Política, professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa). Principais áreas de pesquisa: ativismo digital; lutas por reconhecimento; e estudos de enquadramento. Organizou, com Rousiley Maia e Ana Carolina Vimieiro, o livro *Democracia em Ambientes Digitais: eleições, esfera pública e ativismo*, pela EdUFBA (2018).

Contato: kellyprudencio@ufpr.br

Lais de Mello Rocio

Mestra em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo e graduada em Jornalismo pela mesma instituição (2017). Com apoio da Fapes, na dissertação pesquisou a área de Jornalismo Literário e a representação de mulheres em contextos históricos; com estágio acadêmico na Universidade de Coimbra, Portugal. Integra o Observatório da Mídia e o Grupo de Estudo e Observação de Mulheres na Mídia (Ufes).

Contato: laismrocio@gmail.com

Leandro Caian Janizelli Ricetto

É mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, com pesquisa em história e análise da telenovela brasileira, com foco na construção audiovisual do folhetim brasileiro. Foi orientado pela Prof.^a Dr.^a Valdenise Leziér Martyniuk, com bolsa Capes.

Contato: ricetto.leandro@gmail.com

Maíra Mendonça Cabral

Jornalista formada pela Ufes, com experiência em jornalismo impresso, telejornalismo, e jornalismo on-line. É mestra em Comunicação e Territorialidades pela Ufes.

Contato: mairamcabral@gmail.com

Marcia Benetti

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É professora titular do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. É líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor – CNPq/UFRGS).

Orcid: 0000-0002-1621-8421

Contato: marcia.benetti@gmail.com

Marcos Paulo da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduíche pela Syracuse University (Nova Iorque, Estados Unidos). Líder do Grupo de Pesquisa Cotidiano e Noticiabilidade (UFMS/CNPq).

Contato: marcos.paulo@ufms.br

Maurício de Melo Raposo

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGCS-PUCMG)

desde 2020. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (2018). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002).

Contato: mauraposo@hotmail.com

Naiara Beje Souza do Nascimento

Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Integra o Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Semiótica (Ufes/CNPq). Tem como interesse e como foco de pesquisa os seguintes temas: comunicação; publicidade; semiótica; redes sociais.

Contato: naiarabeje@gmail.com

Rafael Cardoso Sampaio

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. É professor do Departamento de Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. É integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa). É bolsista em produtividade do CNPq nível 2. Principais áreas de pesquisa: estudos de enquadramento; deliberação e conversação on-line; democracia digital; pesquisa qualitativa; cientometria do campo da comunicação & política.

Contato: cardososampaio@gmail.com

Samuel Pantoja Lima

Jornalista graduado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1988. Doutor em Mídia e Teoria do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (UFSC) em 2005. É professor do curso de jornalismo da UFSC, do Programa de

Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro). É autor da obra *Perfil dos jornalistas brasileiros: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*, em coautoria com Jacques Mick.

Contato: samuca13@gmail.com

Thiago Scarpat Mozer

Professor na Aliança Francesa do Espírito Santo. Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo e diplomado em Letras Português-Francês e em Comunicação Social nessa mesma universidade. Foi membro dos grupos de pesquisa A escrita de si na ficção brasileira contemporânea (2012-2014) e Comunicação, Consumo e Semiótica (2016-2018). Prefaciou o livro *O gesto múltiplo*, de Sebastián Huber, professor na Universidade de Tandil (Argentina). Áreas de interesse: vigilância; visibilidade; tecnologias digitais; e subjetividade contemporânea.

Contato: thiagomozer1@gmail.com

Valdenise Leziér Martyniuk

Possui pós-doutorado em Comunicação pela ECA-USP, é doutora em Comunicação e Semiótica pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica – PUC/SP, professora do mesmo programa, coordena o atelier Semiótica, Consumo e Mídias no Centro de Pesquisas Sociosemióticas, com trabalhos desenvolvidos nos campos do marketing, da comunicação organizacional e das mídias e semiótica.

Contato: valdenise@pucsp.br

Lista de assuntos

Análise Crítica do Discurso
Análise de discurso
Circulação
Discurso
Enquadramento
Enunciação
Feminismo
Formantes da expressão
Gênero
Ideologia
Interação
Jornalismo
Mediatização
Objetividade
Percurso Gerativo de Sentido
Religião
Semiótica Discursiva
Shopping center
Sistemas semissimbólicos
Sociossemiótica
Tecnossexualidade

Territorialidade digital
Território

